

Anuário Estatística da Defesa Nacional 2012



**GOVERNO DE
PORTUGAL**

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Edição: Ministério da Defesa Nacional
Direção: Secretaria-geral do Ministério da Defesa Nacional
Coordenação: Direção de Serviços de Planeamento e Coordenação
Design: Direção de Serviços de Planeamento e Coordenação
Ano: 2012

NOTA INTRODUTÓRIA

O Anuário Estatístico da Defesa Nacional constitui um repositório de dados da Defesa, cuja recolha é efetuada pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas, Ramos das Forças Armadas e Serviços Centrais de Suporte do Ministério da Defesa Nacional.

A informação estatística da presente edição reporta-se ao ano de 2012. Contudo em áreas específicas como *finanças, pessoal, armamento e equipamentos da Defesa, infraestruturas, ensino e formação, assistência na doença aos militares das Forças Armadas e atividade inspetiva*, são apresentados dados de anos anteriores, através dos quais é possível avaliar a respetiva evolução no passado recente.

Esta edição de 2012 é em tudo idêntica à de 2009 à exceção de um ou outro pormenor ditado pela necessidade de refletir no seu conteúdo a evolução entretanto ocorrida na área da Defesa.

Salienta-se que o trabalho apresentado é produto do empenho e dedicação de diversas entidades, organismos e pessoas, aos quais se agradece o seu precioso contributo. Dos utilizadores esperam-se críticas, comentários e sugestões que ajudem a melhorar a qualidade da publicação, tornando-a num instrumento de crescente utilidade para todos os que necessitam de estabelecer contacto com o sector da Defesa Nacional.

Sinais Convencionais

- ☐ Dado confidencial
- ☐ Resultado nulo
- ☒ Dado não disponível
- ☐ Estimativa
- ☐ Dado rectificado
- ☐ Dado inferior a metade da unidade utilizada
- ☐ Não aplicável
- ☐ Dado incompleto

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas indicadas.

Índice

1.1 - DESPESAS DA DEFESA A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES.....	22
1.2 - VARIAÇÃO ANUAL DAS DESPESAS DA DEFESA.....	22
1.3 - DESPESAS DA DEFESA, DESPESAS PÚBLICAS E PIB, A PREÇOS CORRENTES.....	23
E CONSTANTES	23
1.4 - PESO DAS DESPESAS DA DEFESA NAS DESPESAS PÚBLICAS E NO PIB	24
1.5 - PIB POR HABITANTE E DESPESAS DA DEFESA POR HABITANTE A PREÇOS A	25
CORRENTES E CONSTANTES	25
1.6 VARIAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA (ORÇAMENTO), POR MINISTÉRIO A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES	27
1.7 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – DESPESAS GLOBAIS.....	30
1.8 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN PREÇOS	
CORRENTES E CONSTANTES	32
1.9 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – SERVIÇOS CENTRAIS	34
1.10 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EMGFA	37
1.11 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – MARINHA.....	39
1.12 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EXÉRCITO	41
1.13 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – FORÇA AÉREA.....	43
1.14 - CONTRATOS CELEBRADOS NA DEFESA.....	45
1.15 COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS – Ano 2012	46
2.1 – MARINHA.....	54
2.2 – EXÉRCITO	57
2.3 – FORÇA AÉREA.....	63
3.1 – CONTRIBUIÇÃO NACIONAL PARA OPERAÇÕES E FORÇAS DE ELEVADA	67
PRONTIDÃO.....	67
3.1.1 - Operações da ONU em que Portugal participa.....	67
3.1.1.1 – Timor-Leste (United Nations Integrated Mission in East-Timor) (UNMIT).....	67
3.1.1.2 - Afeganistão (United Nations Assistance Mission in Afghanistan) (UNAMA)	68
3.1.1.3 - Kosovo (United Nations Interim Administration Mission in Kosovo) (UNMIK).....	68
3.1.2 - Operações da NATO em que Portugal participa.....	68
3.1.2.1 - International Security Assistance Force (ISAF)	68
3.1.2.2 - Kosovo Force (KFOR).....	68
3.1.2.3 - Missão da NATO no Mediterrâneo (Operação Ative Endeavour/Strait of Gibraltar)	69
3.1.2.4 - Missão da NATO na área do Corno de África (HoA - Operação Ocean Shield).....	69
3.1.2.5 - Missão de Policiamento Aéreo da NATO	70
3.1.3 - Forças em elevada prontidão no âmbito da NATO para as quais Portugal contribui com Forças e meios	70
3.1.3.1 - NATO Response Force (NRF) / Immediate Response Force (IRF)	70
3.1.3.2 - Standing NATO Maritime Group 1/2 (SNMG1/2)	70
3.1.4 - Operações da UE em que Portugal participa	71
3.1.4.1 – Republica Democrática do Congo – Missão da UE de aconselhamento e assistência para a reforma do setor de segurança da RDC (EU advisory and assistance mission for security reform in the Democratic Republic of Congo (DRC) (EUSEC RDC))	71
3.1.4.2 – Somália – Missão da UE de treino para a reforma do setor de segurança da Somália (EUTM Somália)	71
3.1.4.3 - Bósnia e Herzegovina (BiH) – Operação Militar da UE na BiH (Operation EUFOR – Althea)	71
3.1.4.4 – Corno de África, Costa da Somália e Oceano Índico - Missão Militar da EU na costa da Somália (Operation Atalanta EU Naval Force to the Somália (EUNAVFOR SOMÁLIA - OP ATALANTA)).	72
3.1.4.5- EUFORFORÇAS.....	72
3.2 - TIPOLOGIA DAS OPERAÇÕES	72

3.2.1 Operações no âmbito do artigo 5º do Tratado da Aliança – Defesa Coletiva	73
3.2.2 Operações não artigo 5º - Operações de Resposta a Crises (CRO).....	73
3.3 – DESPESAS COM MISSÕES.....	73
3.4 – APOIO MILITAR À AÇÃO EXTERNA DO ESTADO PORTUGUÊS	74
3.4.1 – Operações/Missões realizadas.....	74
3.4.1.1 – Operações/Missões no âmbito da ONU.....	74
3.4.1.1.1 – Operações/Missões no âmbito da ONU – Efetivos	74
3.4.1.2 – Operações/Missões no âmbito da NATO.....	76
3.4.1.2.1 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da NATO – Efetivos.....	76
3.4.1.2.2 - Operações/Missões/Compromissos no âmbito da NATO – Meios envolvidos	76
3.4.1.3 – Operações/Missões no âmbito da UE	77
3.4.1.3.1 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da UE – Efetivos.....	77
3.4.2 – Contributos nacionais para Forças de alta prontidão	78
4.1 – ATIVIDADE BILATERAL DE DEFESA (COM EXCEÇÃO DA ÁFRICA	81
SUBSARIANA).....	81
4.1.1 - Tratados, acordos, convenções e memorandos de entendimento.....	81
4.1.2 - Programas de Cooperação/Atividades	84
4.1.3 - Cruzeiros de investigação científica	87
4.1.4 - Visitas a portos portugueses de navios de guerra estrangeiros.....	88
4.1.5 - Sobrevo e aterragem - Pedidos de autorização.....	89
4.2. - COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR.....	91
4.2.1 - Projetos de cooperação técnico-militar com os PLOP	91
4.2.2 - Despesas globais da cooperação técnico-militar.....	93
4.2.3 - Despesas dos projetos de cooperação técnico-militar e militares portugueses deslocados em missões nos PLOP	94
4.2.4 - Formação de militares dos PLOP em Portugal por tipo de curso e por Ramo das FA	94
4.2.5 - Despesas suportadas pelos Ramos das FA.....	95
4.2.6 - Formação de militares nos PLOP por tipo de curso e Ramo das FA	95
4.2.7 – Assistência hospitalar em Portugal a militares dos PLOP e seus familiares e respetivas despesas.....	96
5.1 - EXERCÍCIOS CONJUNTOS E COMBINADOS – EMGFA, MARINHA, EXÉRCITO E FORÇA AÉREA	105
5.1.1 - Exercícios Conjuntos – Exercícios Realizados.....	105
5.1.2 - Exercícios Conjuntos – Meios	106
5.1.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados	108
5.1.4 - Exercícios Combinados – Meios	109
5.2 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA MARINHA.....	112
5.2.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios Realizados.....	112
5.2.2 - Exercícios sectoriais – Meios Envolvidos	114
5.2.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados	116
5.2.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos	116
5.3.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios Realizados.....	116
5.3.2 - Exercícios sectoriais – Meios Envolvidos	119
5.3.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados	121
5.3.4 - Exercícios e Treino – Exercícios Combinados – Meios envolvidos.....	121
5.4.1 - Participação em Exercícios sectoriais de Outros Ramos – Exercícios Realizados	122
5.4.2 - Participação em Exercícios sectoriais de Outros Ramos – Meios Envolvidos	122
5.4.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados	122
5.4.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos	123
6.1.1 - Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais	130
6.1.2 - Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais por Áreas do Globo	130
6.1.3 - Importações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais por Áreas do Globo	131

6.1.4 - Comparação entre os Valores das Importações e Exportações de Bens e Tecnologias Militares.....	132
6.1.5 - Comparação entre os Valores das Importações e Exportações de Bens e Tecnologias Militares – por Países Agregados em Organizações Internacionais a que Portugal Pertence	132
6.1.6 - Empresas Autorizadas a Exercer Legalmente a Atividade de Comércio de Bens e Tecnologias Militares (*)	133
6.2 – EQUIPAMENTOS DE DEFESA E LPM	134
6.3 – LOGÍSTICA	139
6.4 – INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	141
6.5 – INDÚSTRIAS DE DEFESA.....	145
6.6 – QUALIDADE, NORMALIZAÇÃO E CATALOGAÇÃO.....	148
7.1 – UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFETAS À DEFESA NACIONAL.....	159
7.2 – SERVIDÕES DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFETAS À DEFESA NACIONAL	159
7.3 – TIPOS DE UTILIZAÇÃO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS	160
7.4 – VERBAS GASTAS COM CONSTRUÇÕES NOVAS.....	161
7.5 – VERBAS GASTAS COM GRANDES REPARAÇÕES DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS	162
7.6 – CLASSIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS AFETOS À DEFESA NACIONAL	164
7.7 – ÁREAS ATRIBUÍDAS	164
7.8 – UNIDADES IMOBILIÁRIAS ADQUIRIDAS.....	164
7.9 – ALIENAÇÃO DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFETAS À DEFESA NACIONAL.....	165
7.10 – ALOJAMENTOS CLÁSSICOS ATRIBUÍDOS	165
7.11 – CAPACIDADE DOS QUARTÉIS E BASES.....	166
7.12 – NATUREZA DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS (a).....	166
8.1 - Despesas com a aquisição e locação de bens e serviços.....	171
8.2 - Existências referidas a 31 de dezembro de 2012	173
9.1 – DIAGNÓSTICOS AMBIENTAIS	186
9.2 - PROCESSOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL (SGA).....	186
9.3 - CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL.....	186
9.4 - AUDITORIAS/CERTIFICAÇÕES ENERGÉTICAS.....	187
9.5 – CONTROLO DE CONSUMOS.....	187
9.6 - PRODUÇÃO DE RESÍDUOS	187
9.7 - ATIVIDADES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	188
9.8 – FORMAÇÃO AMBIENTAL.....	188
9.9 – REUNIÕES DAS COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO	189
9.9.1 - Nacionais	189
9.9.2 Internacionais.....	189
9.10 - PROTOCOLOS E COOPERAÇÃO COM OUTROS ORGANISMOS.....	190
9.11 PRÉMIO DEFESA NACIONAL E AMBIENTE	190
9.11.1 Candidaturas ao Prémio Defesa Nacional e Ambiente	191
9.11.2 Atribuição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente	191
10.1 – Pessoal Militar	198
10.1.1 – Pessoal Militar, Segundo Regime e Situação, em 31DEZ	198
10.1.1.2 – Dados Retrospectivos dos Últimos Cinco Anos.....	198
10.1.1.2.1 – Militares do Quadro Permanente	198
10.1.1.2.2 – Militares não Pertencentes ao Quadro Permanente.....	199
10.1.1.3 – Militares do QP, Ativo, Quanto à Efetividade de Serviço (a)	200
10.1.1.4 – Distribuição Hierárquica do Pessoal Militar (a)	200
10.1.1.5 – Estrutura Etária do Pessoal Militar.....	201
10.1.1.6 – Estrutura de Tempo de Serviço dos Militares do QP, no Ativo.....	203
10.1.1.7 – Origem Geográfica dos Militares	203
10.1.1.8 – Distribuição por Sexo de Pessoal Militar.....	204

10.1.1.9 – Promoção de Militares do QP	205
10.1.1.10 – Pessoal Militar, Ingressos e Saídas por Categorias e Formas de Prestação de Serviço	205
10.1.1.11 – Evolução do número de baixas de pessoal.....	206
10.1.1.12 – Encargos Financeiros com os Vencimentos dos Militares em Regime de Voluntariado (RV) e Regime de Contrato (RC) (a).....	206
10.1.1.13 – Despesas decorrentes da Aplicação da Lei do Serviço Militar	207
11.1 – Institutos, Academias, Escolas e Centros de Instrução das FA.....	221
11.2 – Pessoal Militar na Efetividade de Serviço que Frequentou Cursos Internos	221
11.3 – Pessoal Militar que Frequentou Cursos no Estrangeiro	222
11.4 – Cursos ministrados e número de alunos, por estabelecimento de ensino	224
11.4.1 – Caracterização da atividade formativa.....	224
11.5 – Docentes, por estabelecimento de ensino e por categoria (militares/ civis,	225
11.6 – Pessoal de apoio por estabelecimentos de ensino (militares/ civis)	226
11.7 – Projetos de investigação iniciados, em curso e concluídos	226
11.8 - Cursos ministrados por centros de instrução	226
11.8.1 – Estabelecimentos de Ensino e Formação não Superior	226
11.8.1.1 – Caracterização de Ação Formativa.....	226
11.9 – Instrutores e pessoal de apoio, por centros de instrução	227
11.9.1 – Caracterização dos Docentes/ Formadores/ Instrutores por Categoria.....	227
11.9.2 – Caracterização dos Docentes/ Formadores/ Instrutores por Habilitações	228
11.9.3 – Caracterização do Pessoal de Apoio.....	229
12.1 – Médicos Militares e Civis	234
12.1.1 – Infraestruturas hospitalares	234
12.1.1.1 – Localização	234
12.1.1.2 – Camas, segundo o fim a que se destinam	234
12.1.1.3 – Camas por Especialidade.....	235
12.1.1.4 – Capacidade Funcional.....	236
12.1.2 – Pessoal de Saúde	237
12.1.2.1 – Médicos militares e civis.....	237
12.1.2.2 – Enfermeiros militares e civis	237
12.1.2.3 – Técnicos de Superiores de Saúde – Ramo de Farmácia.....	237
12.1.2.4 – Técnicos Superiores de Saúde – Ramo de Psicologia Clínica.....	238
12.1.2.5 – Médicos Dentistas	238
12.1.2.6 – Médicos veterinários militares e civis.....	238
12.1.2.7 – Enfermeiros veterinários militares e civis.....	239
12.1.2.8 – Técnicos de Diagnóstico e de Terapêutica	239
12.1.2.9 – Pessoal ao serviço nos hospitais militares.....	240
12.1.2.9.1 – Quadro Geral	240
12.1.2.9.2 – Médicos por especialidade exercida (a).....	241
12.1.2.9.3 – Técnicos Superiores.....	242
12.1.2.9.4 – Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	242
12.2 – Atividade hospitalar	243
12.2.1 – Consultas efetuadas, por especialidade, nos hospitais militares.....	243
12.2.2 – Evolução do total de consultas nos hospitais militares	245
12.2.3 – Movimentos de internados nos hospitais militares.....	245
12.2.4 – Atos de terapêutica efetuados nos hospitais militares	246
12.2.5 – Atos de diagnóstico efetuados nos hospitais militares	247
12.2.6 – Causas de recurso ao serviço de urgência.....	249
12.2.7 – Média de dias de internamento, por serviço	249

12.2.8 – Intervenções cirúrgicas realizadas, por serviço	250
12.2.9 – Taxa mensal de ocupação das camas, por hospital	250
13.1 - Beneficiários ADM – distribuição por Ramos das Forças Armadas e por	253
13.2 Evolução do número de beneficiários	254
13.3 Evolução dos encargos com a saúde	255
13.4 Evolução dos encargos com a saúde por modalidade de assistência	255
13.5 Evolução dos encargos com a saúde por tipologia de beneficiários	256
14.1 - Beneficiários do IASFA, I.P. – Distribuição por Ramos das FA	262
14.2 - Funções de Proteção Social – Invalidez – SUBSÍDIO	262
14.3 - Função de Proteção Social – Velhice – SUBSÍDIOS	262
14.4 - Função de Proteção Social – Sobrevivência – SUBSÍDIOS	262
14.5 - Função de Proteção Social – Família – SUBSÍDIOS	263
14.6 - Total Anual de Subsídios e Montantes Despendidos por Função	263
14.7 - Outras Funções de Proteção Social	264
15.1 / 15.2 – AUDITORIAS EXECUTADAS PELA IGDN	269
15.3 – AUDITORIAS REALIZADAS PELA IGDN EM 2012	269
15.4 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE AUDITORIAS	270
Estrutura	270
15.5 – NÚMERO DE AUDITORIAS REALIZADAS NOS ÚLTIMOS ANOS	270
15.6 – INSPEÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO DOS MEIOS EXECUTADAS PELOS RAMOS	271
16.1 – Desporto Militar	277
16.1.1 – Instalações desportivas, por Ramo	277
16.1.2 – Pessoal especializado em educação física, por Ramo	278
16.1.3 – Competições desportivas por Ramo das FA	278
16.1.4 – Pessoal militar que participou em campeonatos nacionais das FA	280
16.1.5 – Pessoal militar que participou em provas internacionais militares	281
16.2 – Museus militares	281
16.2.1 – Números de salas, por museu	281
16.2.2 – Número médio de horas semanais de abertura ao público, por museu	282
16.2.3 – Pessoal dos museus, segundo o seu emprego	282
16.2.4 – Visitas, por museu	283
16.2.5 – Eventos organizados	284
16.2.6 – Publicações editadas, por museu	285
16.3 – Bibliotecas militares	285
16.3.1 – Dados gerais das bibliotecas (número médio de horas semanais de abertura ao público, automatização, equipamento)	285
16.3.2 – Fundos existentes, por século, por biblioteca	287
16.3.3 – Entrada e saída de fundos	288
16.3.4 – Pessoal das bibliotecas, segundo o seu emprego	288
16.3.5 – Eventos organizados	289
16.4 – Arquivos Militares	289
16.4.1 – Km (ou metros lineares) de documentação, por arquivo	289
16.4.2 – Volume de documentação incorporada por arquivo	290
16.4.3 – Volume de documentação eliminada por arquivo	291
16.4.4 – Pessoal dos arquivos, segundo o seu emprego	291
16.4.5 – Restauro e encadernação de unidades de instalação por arquivo	291
16.4.6 – Serviço ao público – número de utilizadores	292
16.5 – Música	292
16.5.1 – Número de músicos, por banda de música e orquestra	292

16.5.2 – Desfiles e paradas realizadas por banda de música.....	292
16.5.3 – Concertos realizados, por banda de música e orquestra	293
16.6 – Outros organismos de âmbito cultural.....	293
SIGLAS.....	295

The background of the slide features a close-up, slightly blurred image of several Euro banknotes. The notes are in various colors, including blue, green, and yellow. Overlaid on this background is a series of large, semi-transparent, light blue geometric shapes that form a complex, interlocking pattern. These shapes are primarily triangles and quadrilaterals, creating a modern, architectural feel. The word "Finanças" is written in a bold, black, sans-serif font, positioned in the upper right quadrant of the slide.

Finanças

NOTA EXPLICATIVA

As estatísticas do orçamento inscritas neste capítulo têm como suporte preferencial da informação a Conta Geral do Estado (CGE).

É no entanto de referir que:

- A informação relativa à despesa pública (orçamento) adiante elencada por ministérios, tem por base os valores inscritos nas Leis do Orçamento de Estado para os anos respetivos;
- Os dados referentes à Lei da Programação Militar (LPM) refletem a informação que foi fornecida à Secretaria-Geral do MDN (SG/MDN) pelas respetivas entidades envolvidas. Importa esclarecer que os valores expostos, no que concerne à LPM, não coincidem com aqueles que são publicados na CGE, uma vez que estes últimos correspondem ao valor dos saques efetuados, e os valores refletidos neste capítulo correspondem à despesa efetivamente realizada.

Os dados macroeconómicos relativos ao PIB (Produto Interno Bruto) e População têm por base a informação divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Nos anuários de anos anteriores (até 2010) os valores relativos aos indicadores mencionados foram recolhidos junto do Departamento de Prospetiva e Planeamento (DPP) do Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP).

A conversão dos valores nominais (preços correntes) em valores reais (preços constantes) é efetuada suprimindo o efeito da inflação (deflacionando), tendo como referência de cálculo o índice harmonizado de preços no consumidor (taxa de variação média anual – base 2005 - % «por agregados especiais; mensal») – Fonte: INE. Nos anuários de anos anteriores (até 2010) optou-se pela utilização do índice de preços implícito no Produto Interno Bruto (PIB) como deflacionador (dados fornecidos pelo DPP supra mencionado).

Os dados referentes às despesas da Defesa foram discriminados por natureza. Assim, de acordo com o classificador das despesas públicas, distinguiram-se três agrupamentos principais de despesa:

- Pessoal, que se identifica com o grupo “Despesas com o pessoal”;
- Operação e manutenção, que se identifica com os grupos “Aquisição de bens e serviços correntes”, “Transferências correntes” e “Outras despesas correntes”;
- Despesas de capital, que se identifica com o grupo com a mesma designação do citado classificador.

Salienta-se o facto de os montantes despendidos com a alimentação e o fardamento do efetivo militar, de acordo com o classificador das despesas públicas em vigor (aprovado pelo Decreto-Lei n.º

26/2002, de 14 de fevereiro), tal como se verificava com o classificador anterior, em vigor desde 1989, serem incorporados no agrupamento “Aquisição de bens e serviços correntes”, pelo que, neste estudo, procedeu-se à sua inclusão no grupo “Operação e manutenção”.

De acordo com o classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, a rubrica “07.01.14 – Investimentos Militares” compreende não só as construções e as obras de engenharia que as administrações militares realizam, mas também os quartéis, os campos de tiro, os aeródromos, as estradas e as pontes militares, e ainda as grandes reparações a efetuar naquelas estruturas, bem como o armamento e os equipamentos principais utilizados pelas Forças Armadas.

Em termos globais, nos anos em análise, poder-se-á dizer que os recursos utilizados pela Defesa, a preços correntes, aumentaram progressivamente entre 2006 e 2010 (vide quadros 1.1. e 1.2.) tendo-se verificado uma inflexão entre 2010 e 2011, constatando-se uma diminuição de 7,81%; esta tendência repete-se entre 2011 e 2012, verificando-se uma variação homóloga da despesa de menos 13,20%, resultante sobretudo de reduções salariais.

É dado tratamento autónomo à componente da LPM, pela sua especificidade, bem como ao Capítulo 50 – Investimento (ex-PIDDAC), por serem as componentes do orçamento particularmente vocacionadas para o investimento efetuado no âmbito do Ministério da Defesa Nacional.

- Capítulo 50 – Investimento (ex-PIDDAC) -

No âmbito do orçamento do “Capítulo 50 – Investimento” relativo a 2012, verificou-se uma execução global de cerca de 31,53%. O baixo nível de execução patenteado fica a dever-se, fundamentalmente, ao facto de, na sequência da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º79/2012, de 20 de Setembro, que veio revogar a RCM n.º183/2044, de 22 de Dezembro, referente ao Programa de “Aquisição de Navios Destinados à Marinha Portuguesa (PRAN)”, terem sido revogados os contratos-quadro visando a aquisição de Navios Patrulha Oceânicos (NPO), Lanchas de Fiscalização Costeira (LFC) e Navios de Combate à Poluição (NCP), cujo suporte orçamental ascendia aos 8.148.437 €, valor que representa 55,6% do orçamento total do Capítulo - 50 do MDN para 2012, que totalizava 14.645.345 €. Concomitantemente, com a publicação do Despacho de S.ª Ex.ª o Ministro de Estado e das Finanças, de 12 de setembro de 2012, ficaram os serviços da administração central, a partir daquela data, proibidos de assumir compromissos no âmbito do Capítulo 50 – Investimento, contribuindo esta determinação para o impedimento de alcançar a plena execução dos projetos em curso.

Não obstante, se expurgarmos do orçamento do capítulo 50 do MDN relativo a 2012 (14.645.312 €) a verba alocada aos projetos dos NPO, LFC e NCP, no valor de 8.148.437 €, verifica-se que, apesar das restrições impostas pelo supra mencionado Despacho de S.ª Ex.ª o Ministro de Estado e das Finanças, a execução orçamental atingiu os 71%.

No quadro, e gráfico, seguintes, apresenta-se uma comparação do nível de execução dos períodos homólogos, relativamente aos anos de 2006 a 2012.

(m€)

Ano	Dotação Corrigida	Montante Executado	Grau de realização
2006	21.788,0	4.469,6	20,51%
2007	40.853,9	27.925,1	68,35%
2008	36.952,0	11.732,4	31,75%
2009	35.722,5	19.053,7	53,34%
2010	11.265,2	3.282,9	29,14%
2011	4.275,0	2.234,6	52,27%
2012	14.645,3	4.617,9	31,53%

- Lei de Programação Militar (LPM) -

A LPM (Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29 de Agosto) incorpora e desenvolve a programação do investimento público nas Forças Armadas relativo a equipamento, armamento, investigação e desenvolvimento e infraestruturas com impacto direto na modernização e na operacionalização do Sistemas de Força Nacional (SFN), concretizado através das respetivas medidas (capacidades).

O total de investimento da Lei n.º 4/2006 é de 5.450,697 milhões de euros em 24 anos (2006-2029), repartido da seguinte forma: primeiro sexénio (2006-2011) 2.119,193 milhões de euros; segundo sexénio (2012-2017) 2.203,031 milhões de euros; terceiro sexénio (2018-2023) 960,313 milhões de euros; quarto sexénio (2024-2029) 168,160 milhões de euros.

Importa referir que os valores previstos na LPM têm vindo a ser sucessivamente corrigidos de acordo com as determinações emanadas das Leis do Orçamento de Estado relativas aos anos em observação (reduções da dotação prevista na LPM, cativações, etc.).

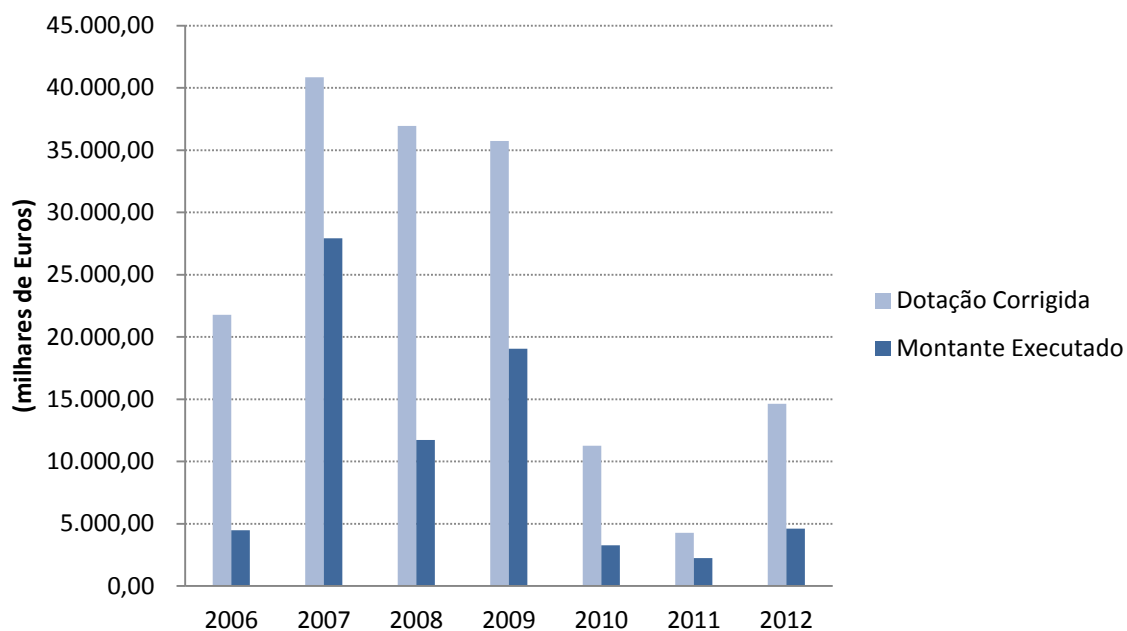
Considerando as dotações iniciais inscritas na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2012) e aplicadas as cativações previstas no seu Artigo 3.º, bem como justaposta a redução, em 59,59%, das dotações iniciais, conforme previsto no Artigo n.º 17.º do mesmo diploma, a dotação corrigida fixou-se nos 220.902.121 €.

No decurso de 2012, à verba de 220,902M€ acresceu parte do montante do saldo transitado do ano anterior, no valor de 8,697M€, bem como os reforços orçamentais provenientes, maioritariamente, de recuperações de IVA suportados na aquisição de bens e serviços relativos a material de guerra por parte das Forças Armadas, no valor de 19,078 M€, tendo a dotação corrigida ficado nos 248,677 M€. Face à referida dotação, foi realizada uma despesa na ordem dos 210,962M€, a que corresponde uma taxa de execução de 84,73%.

No quadro e gráfico seguintes, apresenta-se uma comparação do nível de execução dos períodos homólogos, relativamente aos anos de 2006 a 2012:

(m€)			
Ano	Dotação Corrigida	Montante Executado	Grau de realização
2006	262.124,2	147.016,1	56,09%
2007	401.887,8	201.612,4	50,17%
2008	456.425,5	340.425,2	74,59%

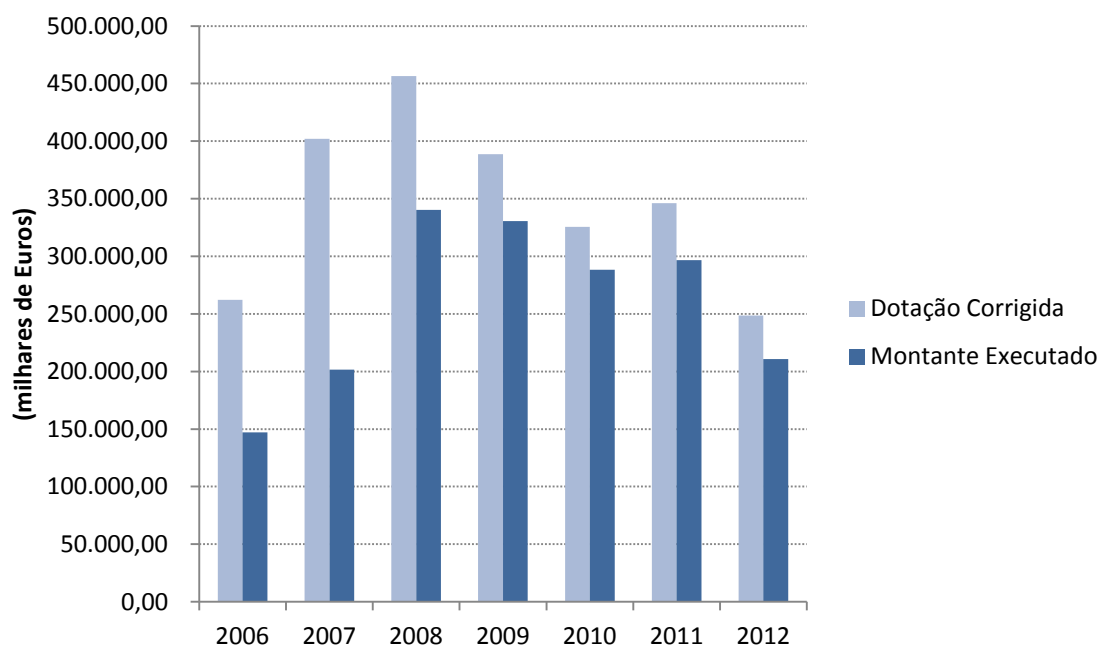
2009	388.776,4	330.478,3	85,00%
2010	325.466,5	288.372,2	88,60%
2011	346.169,0	296.738,7	85,72%
2012	248.677,1	210.692,5	84,73%



O quadro e o gráfico a seguir apresentados refletem a execução orçamental referente ao ano de 2012.

(euros)

Capítulos	Saldo 2011	Orçamento 2012			Dotação Corrigida	Execução		Saldo
		Inicial	Cativação	Alt Orç.(+/-)		Montante	%	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1+2-3+/-4)	(6)	(7)=(6)/(5)	(8)=(5)-(6)
SCS/MDN	0,00	93.860.332	0,00	10.218.659,00	104.078.991,00	87.569.031,39	84,14%	16.509.959,61
EMGFA	0,00	4.890.000	115.200,00	1.012.712,00	5.787.512,00	4.268.083,09	73,75%	1.519.428,91
Marinha	0,00	52.278.000	414.213,00	0,00	51.863.787,00	49.897.234,80	96,21%	1.966.552,20
Exército	0,00	28.695.000	0,00	5.846.470,35	34.541.470,35	23.551.187,72	68,18%	10.990.282,63
Força Aérea	8.697.090,26	43.655.000	1.946.798,00	1.999.999,69	52.405.291,95	45.406.991,00	86,65%	6.998.300,95
TOTAL	8.697.090,26	223.378.332,00	2.476.211,00	19.077.841,04	248.677.052,30	210.692.528,00	84,73%	37.984.524,30



- PESSOAL -

A integração dos sistemas de saúde (ADMA, ADME e ADMFA) num único sistema (ADM) a partir de 2006, bem como a sua transição em termos de encargos dos Ramos para a SG/MDN justificam o elevado acréscimo em Despesas de Pessoal dos SCS, assim como a redução consequente neste agrupamento nos orçamentos dos Ramos.

Relativamente à estrutura do ODN (orçamento da Defesa Nacional), constata-se que a componente pessoal continua a absorver a maior parte dos recursos financeiros postos à disposição da Defesa.

No ano de 2011 verificou-se um congelamento das promoções e progressões, e foi efetivada uma redução excecional dos efetivos militares recrutados em regime de contrato (RC), tendo estas duas medidas concorrido para o decréscimo verificado entre 2010 e 2011, relativamente às despesas com pessoal (de 1.434.972 € em 2010, para 1.336.167 € em 2011).

Em 2012, e sem prejuízo de legislação que o Governo aprovou no exercício das suas competências, foram entretanto concretizados contributos do MDN para o esforço de consolidação orçamental dos quais se destacam: A limitação de consequências financeiras associadas a promoções e progressões; o estabelecimento de quantitativos máximos para militares em regime de contrato (RC) e em regime de voluntariado (RV), neles incluindo os militares em formação; a definição do momento em que eventuais promoções produzem efeitos; o fim do pagamento de prestações pecuniárias, após o termo da prestação do serviço militar, quando o vínculo contratual não seja renovado por iniciativa do militar ou seja rescindido por motivos imputáveis ao mesmo. Consequentemente verifica-se uma redução ao nível das despesas com Pessoal, de 2011 para 2012, de 14,08%.

- OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO -

Na execução em Operação e Manutenção face ao orçamento inicial verifica-se um crescimento da despesa realizada no agrupamento Aquisição de Bens, compensada por reduções nos outros subagrupamentos, com especial impacto nas Transferências Correntes e Outras Despesas Correntes, essencialmente devido à inscrição das dotações orçamentais destinadas a suportar os encargos decorrentes da Lei de Serviço Militar e Forças Nacionais Destacadas, pelo seu valor global, numa única rubrica de classificação económica deste agrupamento e posteriormente transferidas para os agrupamentos de Pessoal e Aquisição de Bens e Serviços Correntes.

Relativamente à gestão de cativos, o quantitativo libertado no montante de cerca de 8,5 M€, foi direcionado, essencialmente, para o agrupamento de despesas com Aquisição de Bens e Serviços Correntes, garantindo capacidade orçamental para fazer face aos encargos com a aquisição de combustíveis para a Força Aérea.

A reforma da Saúde Militar deu passos importantes na sua concretização em 2012, em resultado da avaliação já em curso que vem sendo feita desde 2011, procurando melhorar as estruturas existentes, o nível de serviço prestado e a racionalização de recursos humanos, financeiros e materiais.

No âmbito das despesas de funcionamento verifica-se uma redução face ao ano anterior de 125,3 M€. As Forças Nacionais Destacadas apresentam-se com menos 28,3 M€ e, por último, os encargos com a saúde com menos 5,6 M€. Destacam-se ainda as despesas com compensação em receita com uma redução da ordem dos 62,3 M€, explicada, essencialmente, pelo nível de execução da Lei de Programação de Infraestruturas Militares (LPIM).

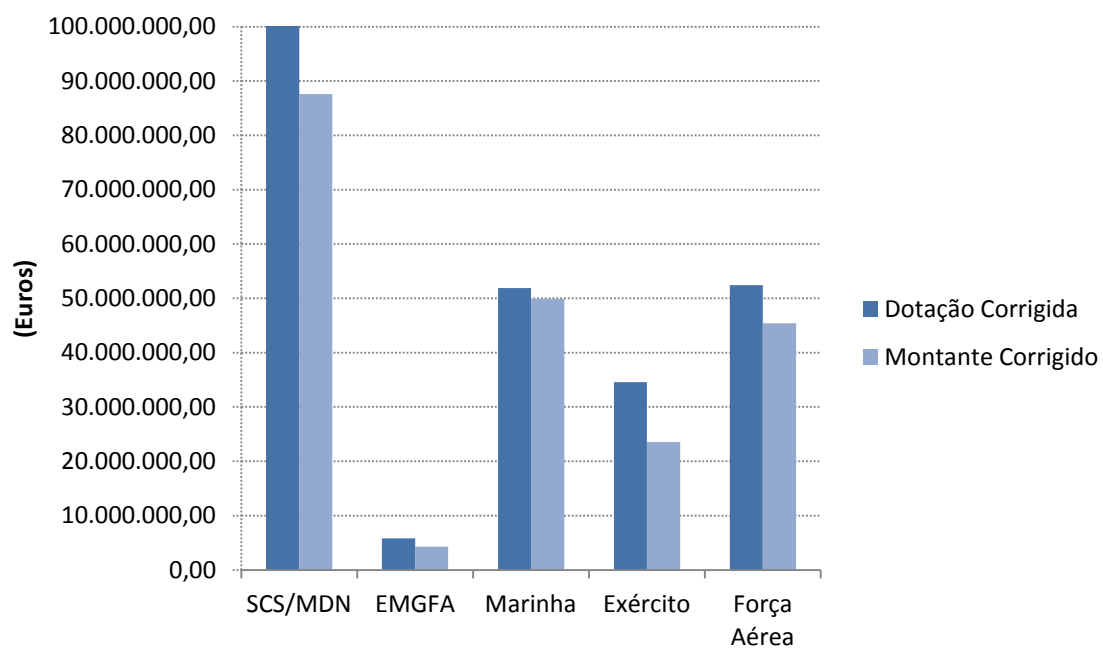
Em termos globais as despesas com operação e manutenção sofreram em 2012 uma diminuição de 1,45 % relativamente a 2011. Esta tendência verificou-se também na comparação entre 2010 e 2011, e é fortemente influenciada pelo imperativo de redução da despesa pública que, em termos gerais, tem vindo a ser imposto pelas condicionantes da conjuntura económica nacional e internacional, e materializada nas opções de carácter político assumidas a nível interno.

- DESPESAS DE CAPITAL -

Ao nível do investimento, deu-se continuidade aos trabalhos preparatórios à revisão da Lei de Programação Militar (LPM) e da Lei de Programação de Infraestruturas Militares (LPIM), para adequar, respetivamente, às necessidades de reequipamento e manutenção de infraestruturas das Forças Armadas face à situação económico-financeira e à real capacidade de rentabilização do património imobiliário da Defesa na atual conjuntura. Nestas revisões serão lançadas as bases para a partilha, mais organizada, de equipamentos militares, permitindo maiores níveis de poupança, profissionalização e coordenação eficiente.

No que respeita ao sector empresarial da Defesa, sem prejuízo da sua reestruturação, no sentido de lhe conferir sustentação e do início de processos de privatização, adotou-se uma postura proactiva e empenhada de abertura a novos parceiros e parcerias internacionais. Esta abordagem contribuiu, a par da necessidade imperiosa de realizar obras com vista à manutenção e beneficiação de infraestruturas militares fundamentais ao normal exercício da missão das Forças Armadas, para o

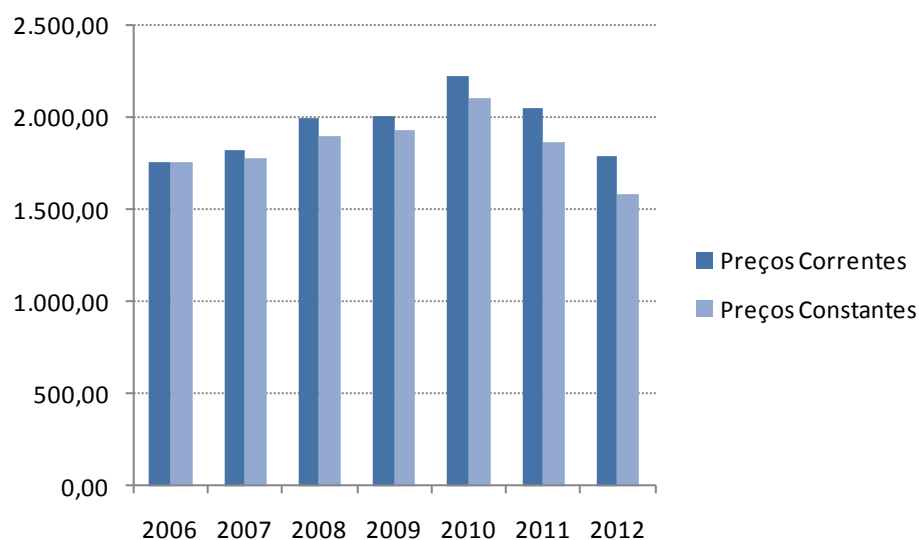
incremento de cerca de 40 %, das despesas de capital em 2012, quando comparadas com o ano anterior (2011).



1.1 - DESPESAS DA DEFESA A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(milhões de euros)

Ano	Preços correntes	Preços constantes (base 2006)
2012	1.788,9	1.589,5
Dados retrospectivos		
2011	2.048,7	1.871,2
2010	2.222,2	2.102,8
2009	2.012,4	1.931,0
2008	1.996,1	1.898,1
2007	1.818,3	1.775,7
2006	1.756,2	1.756,2



1.2 - VARIAÇÃO ANUAL DAS DESPESAS DA DEFESA

(%)

Ano	Variação anual
2012/2011	-12,68%
Dados retrospectivos	
2011/2010	-7,81%
2010/2009	10,43%
2009/2008	0,82%
2008/2007	9,78%
2007/2006	3,54%

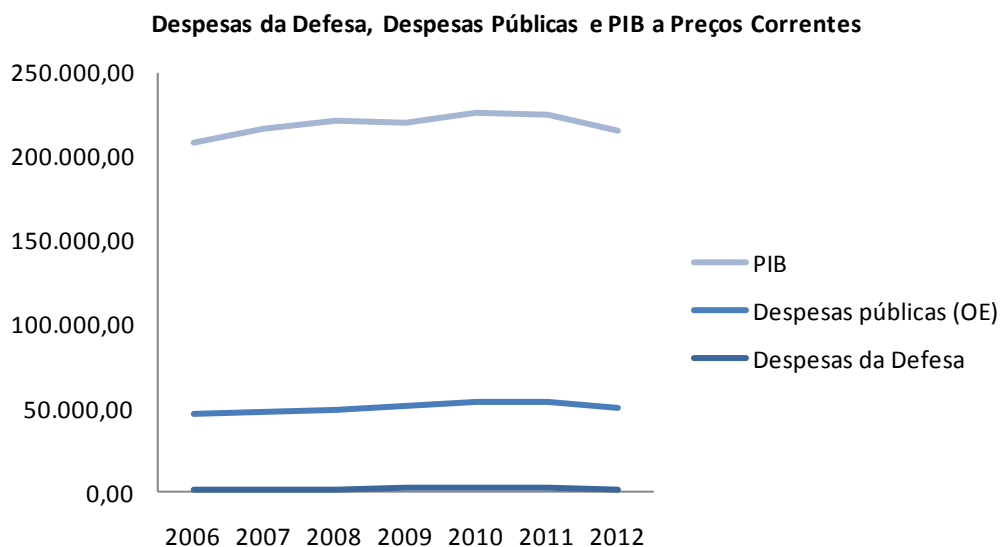
1.3 - DESPESAS DA DEFESA, DESPESAS PÚBLICAS E PIB, A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(milhões de euros)

Ano	Preços correntes			Preços constantes		
	Despesas da Defesa	Despesas públicas (OE)	PIB	Despesas da Defesa	Despesas públicas (OE)	PIB
2012	1.788,9	48.498,2	165.246,8	1.589,5	43.091,4	146.824,4
Dados retrospectivos						
2011	2.048,7	51.675,9	171.053,1	1.871,2	47.200,5	156.238,9
2010	2.222,2	50.956,9	172.859,5	2.102,8	48.219,3	163.572,9
2009	2.012,4	49.532,1	168.529,2	1.931,0	47.527,3	161.707,9
2008	1.996,1	46.753,0	171.983,1	1.898,1	44.456,9	163.536,8
2007	1.818,3	45.650,1	169.319,2	1.775,7	44.580,2	165.350,8
2006	1.756,2	45.353,5	160.855,4	1.756,2	45.353,5	160.855,4

Fonte: Leis do OE e INE.

(a) Fonte: Lei do OE relativas aos anos expostos. Foram expurgadas as verbas relativas a activos e passivos financeiros, por não se considerarem despesas do próprio ano.

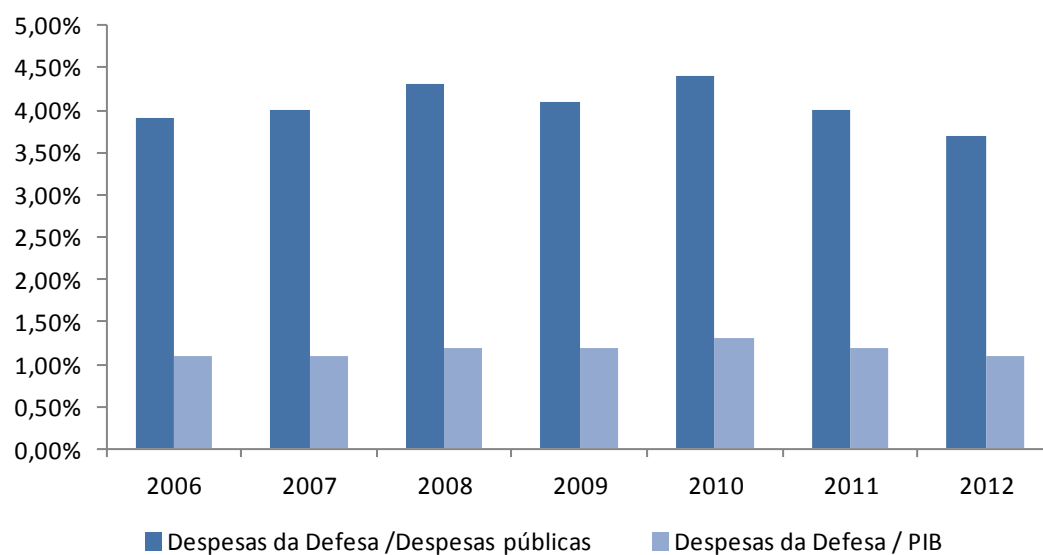


1.4 - PESO DAS DESPESAS DA DEFESA NAS DESPESAS PÚBLICAS E NO PIB

(%)

Ano	Despesas da Defesa / Despesas públicas	Despesas da Defesa / PIB
2012	3,7%	1,1%
Dados retrospectivos		
2011	4,0%	1,2%
2010	4,4%	1,3%
2009	4,1%	1,2%
2008	4,3%	1,2%
2007	4,0%	1,1%
2006	3,9%	1,1%

Fonte: Conta Geral do Estado 2006/2012 (despesas da defesa). Despesas Públicas: Leis do OE. PIB:INE.

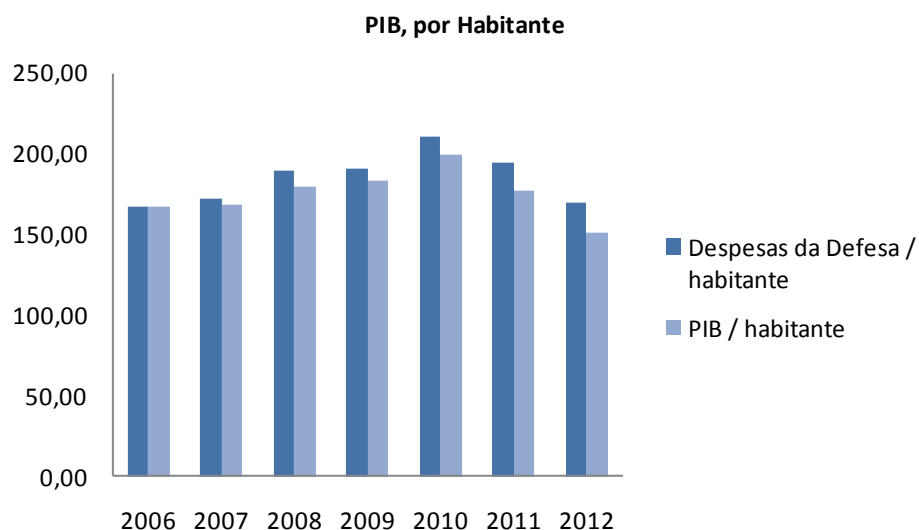


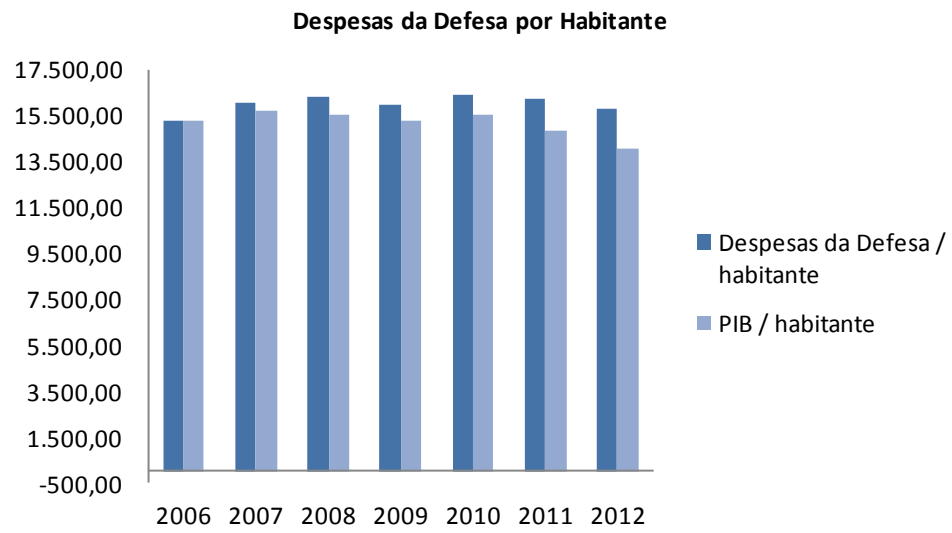
1.5 - PIB POR HABITANTE E DESPESAS DA DEFESA POR HABITANTE A PREÇOS A CORRENTES E CONSTANTES

(euros)

Ano	Preços correntes		Preços constantes	
	Despesas da Defesa / habitante	PIB / habitante	Despesas da Defesa / habitante	PIB / habitante
2012	169,6	15.757,3	150,7	14.000,6
Dados retrospectivos				
2011	194,3	16.222,3	177,5	14.817,4
2010	210,2	16.349,1	198,9	15.470,8
2009	190,3	15.939,6	182,6	15.294,4
2008	189,0	16.281,7	179,7	15.482,0
2007	172,3	16.044,7	168,3	15.668,6
2006	166,7	15.271,6	166,7	15.271,6

Fonte: Conta Geral do Estado 2006/2012. INE.





1.6 VARIAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA (ORÇAMENTO), POR MINISTÉRIO A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

A PREÇOS CORRENTES

(milhões de euros)

Ano	Encargos Gerais da Nação	Presidência Conselho de Ministros	Negócios Estrangeiros	Finanças e Administração Pública	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Ambiente, Ordenamento Território e Desenvolvimento	Economia	Agricultura e Pescas	Obras Públicas, Transportes e Comunicações	Trabalho e Segurança Social	Saúde	Educação	Ensino Superior	Cultura
2012	2.831,9	275,3	315,9	158.161,7	2.052,7	1.903,3	1.185,3	0,0	238,2	594,7	0,0	6.494,2	7.632,8	6.889,1	0,0	0,0
Dados retrospectivos																
2011	3.028,9	238,0	363,4	144.413,0	2.068,1	1.822,9	1.346,3	213,1	151,8	514,5	146,0	6.816,8	8.249,8	6.532,1	1.677,4	153,8
2010	3.228,6	217,8	388,3	116.762,2	2.308,9	1.947,9	1.429,1	250,1	176,5	633,6	181,3	7.831,9	8.858,6	7.259,1	1.859,0	177,9
2009	3.164,3	208,4	336,9	127.640,1	2.071,5	1.765,3	1.297,2	253,2	150,3	485,7	209,1	6.939,3	8.261,1	6.651,9	1.736,1	158,1
2008	3.354,2	208,2	320,8	89.980,1	1.962,0	1.619,7	1.215,5	242,3	129,3	468,0	210,1	6.447,0	8.042,2	5.930,6	1.644,6	169,6
2007	3.430,8	0,0	360,2	65.792,4	1.883,4	1.606,5	1.191,4	246,7	191,8	435,1	756,9	5.968,8	7.805,4	5.813,6	1.586,6	169,5
2006	3.313,7	0,0	335,7	58.612,3	1.909,0	1.474,4	886,7	310,0	240,3	515,6	925,8	5.650,7	7.780,4	6.106,9	1.531,8	189,7

Fonte: **Leis do Orçamento Geral do Estado, desde 2006 a 2012.**

A PREÇOS CONSTANTES

(milhões de euros)

Ano	Encargos Gerais da Nação	Presidência Conselho de Ministros	Negócios Estrangeiros	Finanças e Administração Pública	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Ambiente, Ordenamento Território e Desenvolvimento	Economia	Agricultura e Pescas	Obras Públicas, Transportes e Comunicações	Trabalho e Segurança Social	Saúde	Educação	Ensino Superior	Cultura
2012	2.516,2	244,6	280,7	140.529,2	1.823,9	1.691,1	1.053,2	528,4	211,7	0,0	0,0	5.770,2	6.781,9	6.121,1	0,0	0,0
Dados retrospectivos																
2011	2.766,6	217,4	331,9	131.906,0	1.889,0	1.665,1	1.229,7	194,6	138,7	470,0	133,3	6.226,4	7.535,3	5.966,4	1.532,1	140,5
2010	3.055,1	206,1	367,4	110.489,3	2.184,9	1.843,2	1.352,3	236,6	167,0	599,5	171,6	7.411,1	8.382,7	6.869,1	1.759,1	168,4
2009	3.036,2	200,0	323,2	122.473,8	1.987,7	1.693,9	1.244,7	243,0	144,3	466,0	200,6	6.658,4	7.926,7	6.382,7	1.665,9	151,7
2008	3.189,5	198,0	305,1	85.561,1	1.865,7	1.540,2	1.155,8	230,4	122,9	445,0	199,8	6.130,4	7.647,2	5.639,4	1.563,8	161,3
2007	3.350,4	0,0	351,8	64.250,4	1.839,3	1.568,8	1.163,5	240,9	187,4	424,9	739,2	5.828,9	7.622,5	5.677,4	1.549,4	165,5
2006	3.313,7	0,0	335,7	58.612,3	1.909,0	1.474,4	886,7	310,0	240,3	515,6	925,8	5.650,7	7.780,4	6.106,9	1.531,8	189,7

1.6. - VARIAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA (ORÇAMENTO), POR MINISTÉRIO (CONTINUAÇÃO)

(Porcentagem)

Ano	Encargos Gerais da Nação	Presidência Conselho de Ministros	Negócios Estrangeiros	Finanças e Administração Pública	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Ambiente, Ordenamento Território e Desenvolvimento	Economia	Agricultura e Pescas	Obras Públicas, Transportes e Comunicações	Trabalho e Segurança Social	Saúde	Educação	Ensino Superior	Cultura
2012/2011	-6,5%	15,7%	-13,1%	9,5%	-0,7%	4,4%	-12,0%	179,1%	56,9%			-4,7%	-7,5%	5,5%		
Dados retrospectivos																
2011/2010	-6,2%	9,2%	-6,4%	23,7%	-10,4%	-6,4%	-5,8%	-14,8%	-14,0%	-18,8%	-19,5%	-13,0%	-6,9%	-10,0%	-9,8%	-13,5%
2010/2009	2,0%	4,5%	15,3%	-8,5%	11,5%	10,3%	10,2%	-1,2%	17,4%	30,5%	-13,3%	12,9%	7,2%	9,1%	7,1%	12,5%
2009/2008	-5,7%	0,1%	5,0%	41,9%	5,6%	9,0%	6,7%	4,5%	16,3%	3,8%	-0,5%	7,6%	2,7%	12,2%	5,6%	-6,8%
2008/2007	-2,2%		-10,9%	36,8%	4,2%	0,8%	2,0%	-1,8%	-32,6%	7,5%	-72,2%	8,0%	3,0%	2,0%	3,7%	0,1%
2007/2006	3,5%		7,3%	12,3%	-1,3%	9,0%	34,4%	-20,4%	-20,2%	-15,6%	-18,2%	5,6%	0,3%	-4,8%	3,6%	-10,6%

1.7 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – DESPESAS GLOBAIS

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)						
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2012	1.148.023,0	364.653,3	4.617,9	210.692,5	60.896,8	1.788.883,6
Dados retrospectivos						
2011	1.336.167,2	370.022,3	2.234,6	296.738,7	43.499,0	2.048.661,9
2010	1.434.972,4	456.490,2	3.282,9	288.372,2	39.102,2	2.222.219,9
2009	1.313.836,0	317.769,2	19.053,7	330.478,0	31.287,1	2.012.424,0
2008	1.213.493,6	387.487,9	11.732,4	340.425,2	42.979,5	1.996.118,6
2007	1.184.966,6	363.482,6	27.925,1	201.612,4	40.357,2	1.818.343,9
2006	1.209.342,2	349.531,4	4.469,6	147.016,1	45.814,9	1.756.174,2

Fonte: Conta Geral do Estado 2006/2012.

A PREÇOS CONSTANTES

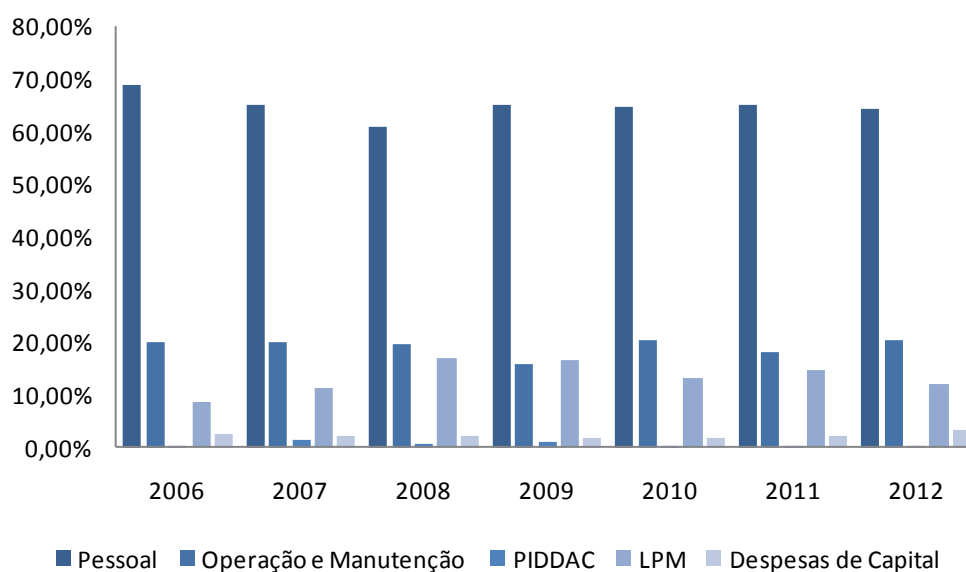
(milhares de euros)						
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2012	1.020.036,5	324.000,2	4.103,0	187.203,6	54.107,8	1.589.451,2
Dados retrospectivos						
2011	1.220.447,4	337.976,2	2.041,1	271.039,4	39.731,7	1.871.235,8
2010	1.357.880,5	431.965,9	3.106,5	272.879,8	37.001,5	2.102.834,2
2009	1.260.657,5	304.907,2	18.282,5	317.101,6	30.020,7	1.930.969,6
2008	1.153.897,1	368.457,8	11.156,2	323.706,4	40.868,7	1.898.086,2
2007	1.157.193,9	354.963,5	27.270,6	196.887,1	39.411,3	1.775.726,4
2006	1.209.342,2	349.531,4	4.469,6	147.016,1	45.814,9	1.756.174,2

Fonte: Conta Geral do Estado 2006/2012. INE (Ano base:2006).

1.7 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – DESPESAS GLOBAIS

(CONTINUAÇÃO)

						(%)
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2012	64,2%	20,4%	0,3%	11,8%	3,4%	100,0%
Dados retrospectivos						
2011	65,2%	18,1%	0,1%	14,5%	2,1%	100,0%
2010	64,6%	20,5%	0,1%	13,0%	1,8%	100,0%
2009	65,3%	15,8%	0,9%	16,4%	1,6%	100,0%
2008	60,8%	19,4%	0,6%	17,1%	2,2%	100,0%
2007	65,2%	20,0%	1,5%	11,1%	2,2%	100,0%
2006	68,9%	19,9%	0,3%	8,4%	2,6%	100,0%

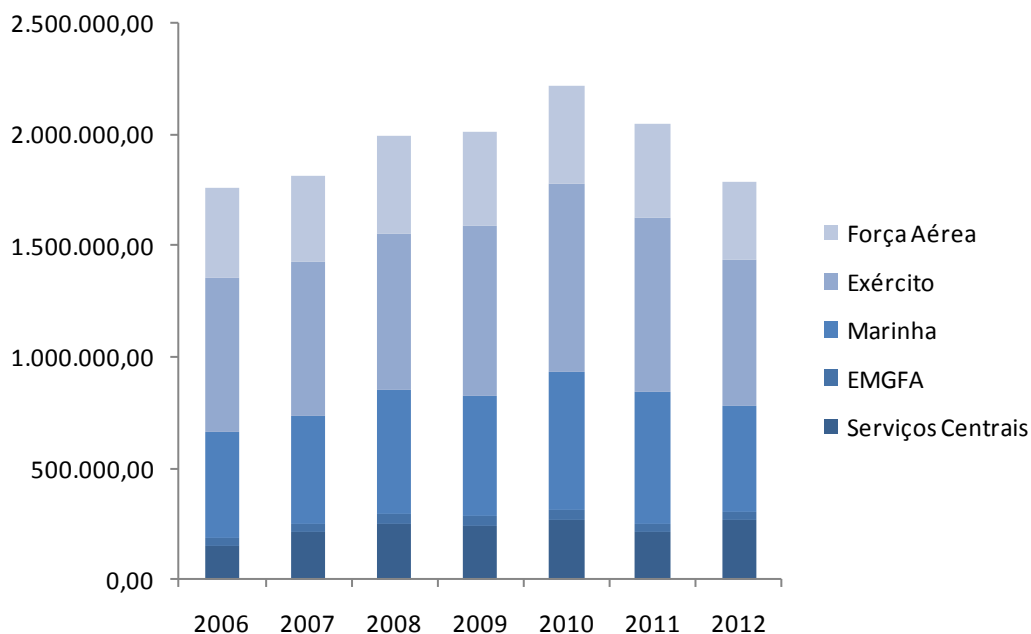


1.8 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)						
Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2012	270.809,6	36.360,7	476.174,2	651.812,4	353.726,8	1.788.883,6
Dados retrospectivos						
2011	210.287,5	42.854,4	589.185,6	781.732,2	424.602,2	2.048.661,9
2010	267.070,3	46.191,3	621.963,2	842.564,2	444.431,0	2.222.219,9
2009	238.541,6	46.374,3	536.546,1	770.365,8	420.596,2	2.012.424,0
2008	253.185,5	45.142,0	552.127,9	703.329,6	442.333,5	1.996.118,6
2007	212.608,6	40.234,8	483.102,7	688.037,7	394.360,1	1.818.343,9
2006	148.842,8	39.204,0	475.560,1	690.700,8	401.866,5	1.756.174,2

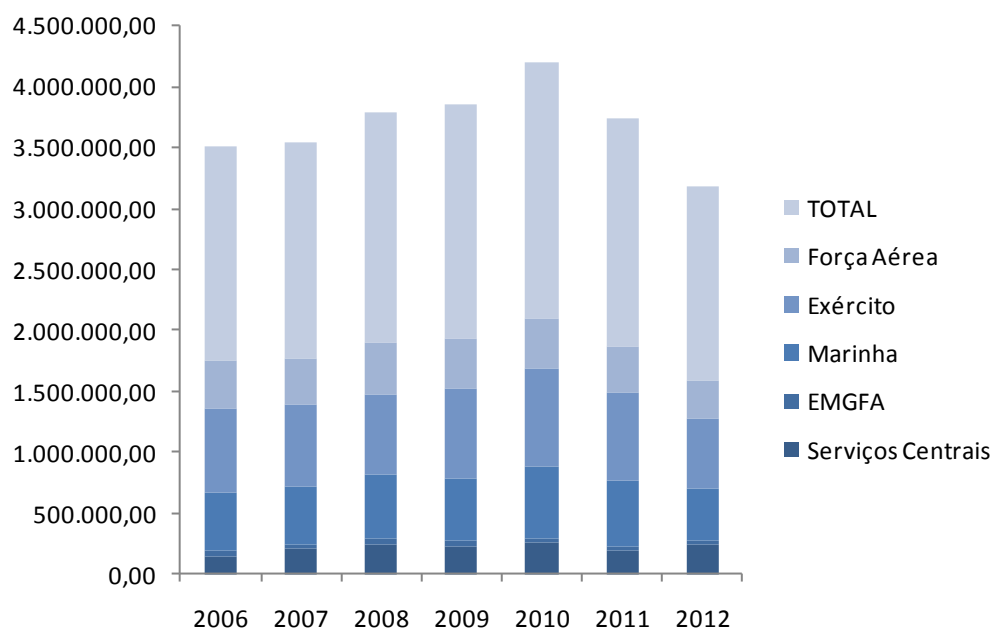
Fonte: Conta Geral do Estado 2006/2012.



A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)						
Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2012	240.618,6	32.307,1	423.088,2	579.145,5	314.291,8	1.589.451,2
Dados retrospectivos						
2011	192.075,3	39.143,0	538.158,7	714.029,6	387.829,2	1.871.235,8
2010	252.722,3	43.709,7	588.549,1	797.298,6	420.554,5	2.102.834,2
2009	228.886,4	44.497,3	514.829,0	739.184,6	403.572,2	1.930.969,6
2008	240.751,2	42.925,1	525.012,1	668.788,1	420.609,9	1.898.086,2
2007	207.625,6	39.291,8	471.779,9	671.911,9	385.117,3	1.775.726,4
2006	148.842,8	39.204,0	475.560,1	690.700,8	401.866,5	1.756.174,2

Fonte: Fonte: Conta Geral do Estado 2006/2012. INE (Ano base:2006).



1.8 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES (CONTINUAÇÃO)

						(Percentagem)
Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2012	15,1%	2,0%	26,6%	36,4%	19,8%	100,0%
Dados retrospectivos						
2011	10,3%	2,1%	28,8%	38,2%	20,7%	100,0%
2010	12,0%	2,1%	28,0%	37,9%	20,0%	100,0%
2009	11,9%	2,3%	26,7%	38,3%	20,9%	100,0%
2008	12,7%	2,3%	27,7%	35,2%	22,2%	100,0%
2007	11,7%	2,2%	26,6%	37,8%	21,7%	100,0%
2006	8,5%	2,2%	27,1%	39,3%	22,9%	100,0%

1.9 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – SERVIÇOS CENTRAIS A PREÇOS CORRENTES

						(milhares de euros)
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2012	70.796,8	73.622,8	1.631,1	87.569,0	37.189,8	270.809,6
Dados retrospectivos						
2011	80.688,9	36.448,8	57,4	82.348,4	10.743,9	210.287,5
2010	91.361,4	92.502,1	1.201,2	74.113,1	7.892,5	267.070,3
2009	136.506,5	31.350,1	14.175,4	50.873,0	5.636,6	238.541,6
2008	129.652,8	33.897,7	550,5	75.286,6	13.797,9	253.185,5
2007	80.024,2	49.332,4	443,6	69.415,4	13.393,0	212.608,6
2006	72.294,1	37.099,9	257,6	25.250,7	13.940,6	148.842,8

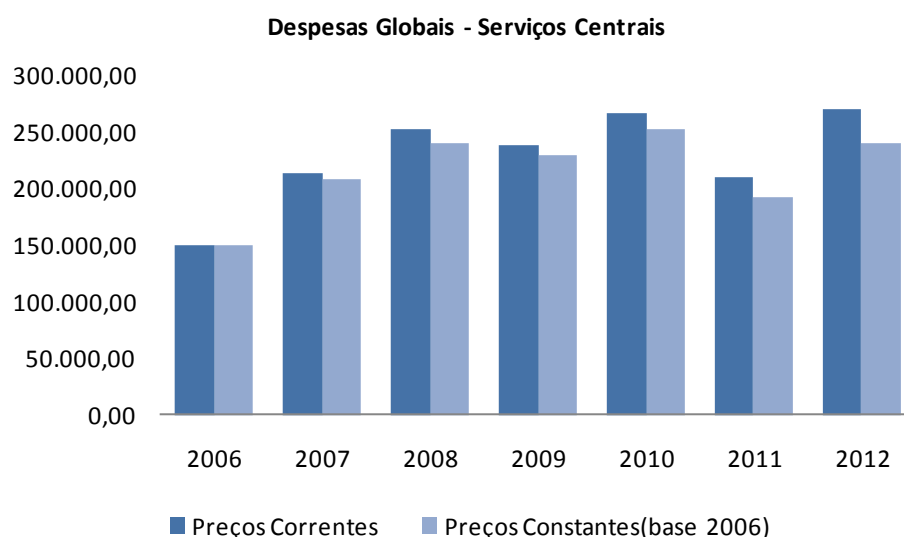
Fonte: Conta Geral do Estado 2006/2012.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2012	62.904,1	65.415,0	1.449,2	77.806,5	33.043,8	240.618,6
Dados retrospectivos						
2011	73.700,8	33.292,2	52,5	75.216,6	9.813,4	192.075,4
2010	86.453,1	87.532,6	1.136,7	70.131,4	7.468,5	252.722,3
2009	130.981,3	30.081,2	13.601,6	48.813,9	5.408,5	228.886,4
2008	123.285,4	32.232,9	523,5	71.589,1	13.120,3	240.751,2
2007	78.148,6	48.176,2	433,2	67.788,5	13.079,1	207.625,6
2006	72.294,1	37.099,9	257,6	25.250,7	13.940,6	148.842,8

Fonte: Fonte: Conta Geral do Estado 2006/2012. INE (Ano base:2006).



1.9 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – SERVIÇOS CENTRAIS
(CONTINUAÇÃO)

						(Porcentagem)
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2012	26,1%	27,2%	0,60%	32,3%	13,7%	100,0%
Dados retrospectivos						
2011	38,4%	17,3%	0,0%	39,2%	5,1%	100,0%
2010	34,2%	34,6%	0,4%	27,8%	3,0%	100,0%
2009	57,2%	13,1%	5,9%	21,3%	2,4%	100,0%
2008	51,2%	13,4%	0,2%	29,7%	5,4%	100,0%
2007	37,6%	23,2%	0,2%	32,6%	6,3%	100,0%
2006	48,6%	24,9%	0,2%	17,0%	9,4%	100,0%

1.10 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EMGFA

A PREÇOS CORRENTES

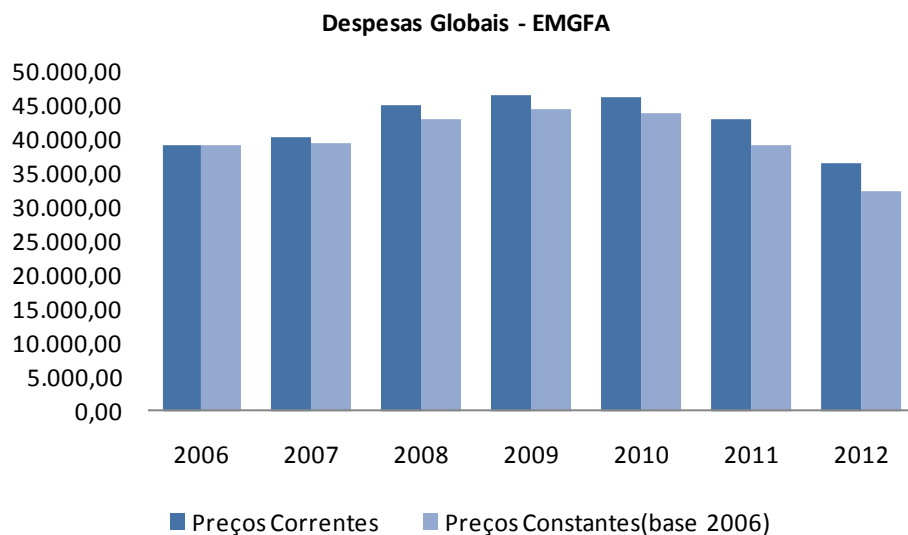
(milhares de euros)						
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2012	24.239,5	6.927,9	0,0	4.268,1	925,2	36.360,7
Dados retrospectivos						
2011	29.681,1	8.285,2	0,0	2.605,7	2.282,4	42.854,4
2010	33.494,0	6.995,9	0,0	4.883,8	817,6	46.191,3
2009	31.422,8	6.548,0	0,0	7.072,0	1.331,5	46.374,3
2008	29.257,7	7.503,8	0,0	7.063,4	1.317,1	45.142,0
2007	26.643,0	6.494,1	0,0	6.410,7	687,0	40.234,8
2006	25.230,2	6.717,4	0,0	6.467,0	789,5	39.204,0

Fonte: Conta Geral do Estado 2006/2012.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)						
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2012	21.537,2	6.155,5	0,0	3.792,3	822,1	32.307,1
Dados retrospectivos						
2011	27.110,6	7.567,7	0,0	2.380,1	2.084,7	39.143,0
2010	31.694,6	6.620,1	0,0	4.621,4	773,7	43.709,7
2009	30.150,9	6.283,0	0,0	6.785,8	1.277,6	44.497,3
2008	27.820,8	7.135,3	0,0	6.716,5	1.252,4	42.925,1
2007	26.018,6	6.341,9	0,0	6.260,5	670,9	39.291,8
2006	25.230,2	6.717,4	0,0	6.467,0	789,5	39.204,0

Fonte: Fonte: Conta Geral do Estado 2006/2012. INE (Ano base:2006).



1.10 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EMGFA (CONTINUAÇÃO)

						(Porcentagem)
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2012	66,7%	19,1%	0,0%	11,7%	2,5%	100,0%
Dados retrospectivos						
2011	69,3%	19,3%	0,0%	6,1%	5,3%	100,0%
2010	72,5%	15,1%	0,0%	10,6%	1,8%	100,0%
2009	67,8%	14,1%	0,0%	15,2%	2,9%	100,0%
2008	64,8%	16,6%	0,0%	15,6%	2,9%	100,0%
2007	66,2%	16,1%	0,0%	15,9%	1,7%	100,0%
2006	64,4%	17,1%	0,0%	16,5%	2,0%	100,0%

1.11 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – MARINHA

A PREÇOS CORRENTES

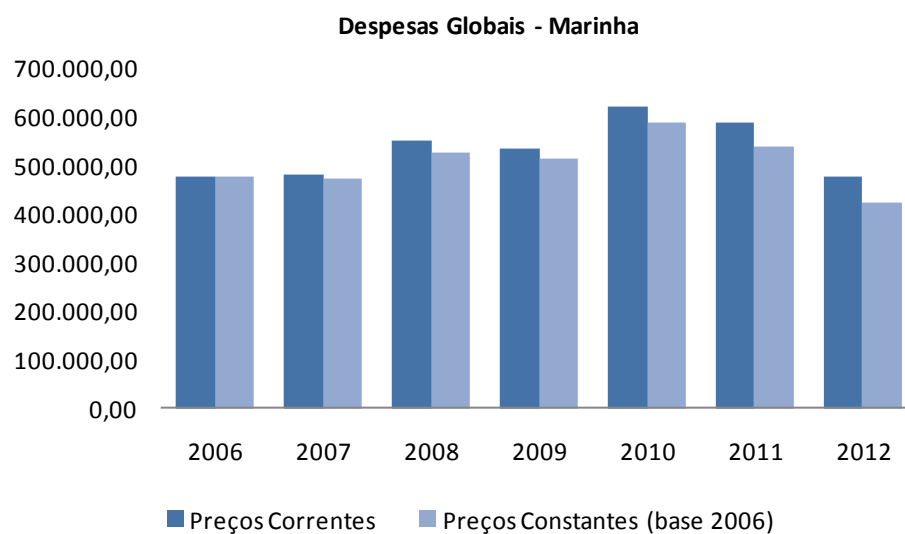
(milhares de euros)						
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2012	326.861,5	90.455,9	1.055,4	49.897,2	7.904,2	476.174,2
Dados retrospectivos						
2011	388.078,9	110.339,3	1.680,8	84.040,3	5.046,2	589.185,6
2010	400.966,2	113.378,8	434,1	103.091,7	4.092,4	621.963,2
2009	349.732,4	108.022,9	1.182,5	72.990,0	4.618,3	536.546,1
2008	319.963,6	119.950,9	5.967,3	98.480,7	7.765,4	552.127,9
2007	316.498,4	101.680,9	22.968,3	35.456,3	6.498,8	483.102,7
2006	335.416,2	101.877,1	2.065,5	26.417,6	9.783,7	475.560,1

Fonte: Conta Geral do Estado 2006/2012.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)						
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2012	290.421,6	80.371,5	937,7	44.334,5	7.023,0	423.088,2
Dados retrospectivos						
2011	354.469,0	100.783,3	1.535,3	76.761,9	4.609,1	538.158,7
2010	379.424,8	107.287,7	410,8	97.553,2	3.872,5	588.549,1
2009	335.576,7	103.650,6	1.134,6	70.035,7	4.431,4	514.829,0
2008	304.249,7	114.059,9	5.674,2	93.644,2	7.384,0	525.012,1
2007	309.080,5	99.297,8	22.430,0	34.625,2	6.346,5	471.779,9
2006	335.416,2	101.877,1	2.065,5	26.417,6	9.783,7	475.560,1

Fonte: Fonte: Conta Geral do Estado 2006/2012. INE (Ano base:2006).



1.11 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – MARINHA (CONTINUAÇÃO)

						(Porcentagem)
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2012	68,6%	19,0%	0,2%	10,5%	1,7%	100,0%
Dados retrospectivos						
2011	65,9%	18,7%	0,3%	14,3%	0,9%	100,0%
2010	64,5%	18,2%	0,1%	16,6%	0,7%	100,0%
2009	65,2%	20,1%	0,2%	13,6%	0,9%	100,0%
2008	58,0%	21,7%	1,1%	17,8%	1,4%	100,0%
2007	65,5%	21,0%	4,8%	7,3%	1,3%	100,0%
2006	70,5%	21,4%	0,4%	5,6%	2,1%	100,0%

1.12 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EXÉRCITO

A PREÇOS CORRENTES

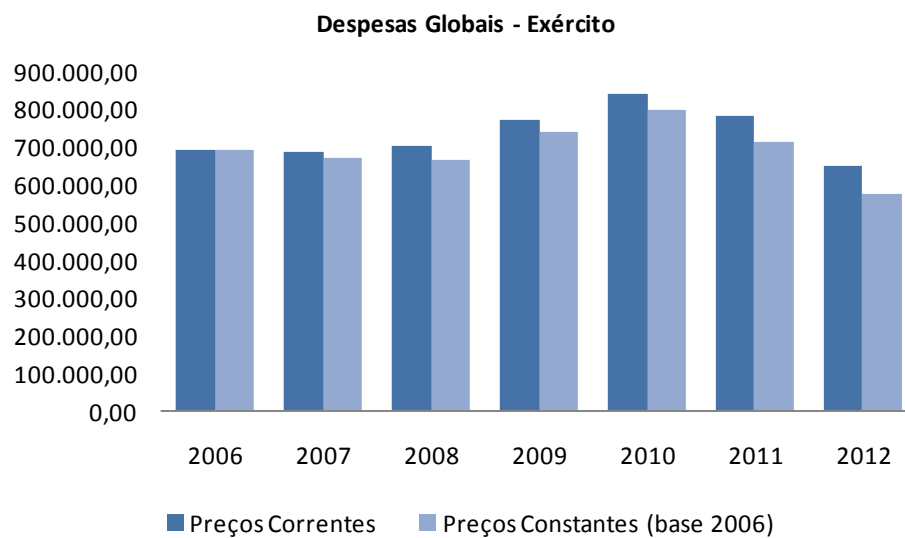
(milhares de euros)						
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2012	512.019,4	103.595,7	1.027,1	23.551,2	11.619,0	651.812,4
Dados retrospectivos						
2011	580.671,3	110.912,0	121,4	70.254,6	19.772,8	781.732,2
2010	639.518,3	123.558,8	47,6	60.488,5	18.951,0	842.564,2
2009	558.316,5	81.904,2	1.845,8	117.177,0	11.122,3	770.365,8
2008	517.341,7	115.803,0	3.522,8	55.574,3	11.087,8	703.329,6
2007	550.014,1	108.231,6	1.830,9	17.571,2	10.389,9	688.037,7
2006	561.562,2	108.663,8	1.768,8	9.473,8	9.232,2	690.700,8

Fonte: Conta Geral do Estado 2006/2012.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)						
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2012	454.937,3	92.046,4	912,6	20.925,6	10.323,6	579.145,5
Dados retrospectivos						
2011	530.381,8	101.306,4	110,9	64.170,2	18.060,3	714.029,6
2010	605.161,0	116.920,8	45,0	57.238,8	17.932,9	797.298,6
2009	535.718,2	78.589,1	1.771,1	112.434,2	10.672,1	739.184,6
2008	491.934,3	110.115,7	3.349,8	52.845,0	10.543,3	668.788,1
2007	537.123,1	105.694,9	1.788,0	17.159,4	10.146,4	671.911,9
2006	561.562,2	108.663,8	1.768,8	9.473,8	9.232,2	690.700,8

Fonte: Conta Geral do Estado 2006/2012. INE (Ano base:2006).



1.12 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EXÉRCITO (CONTINUAÇÃO)

						(Porcentagem)
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2012	78,6%	15,9%	0,2%	3,6%	1,8%	100,0%
Dados retrospectivos						
2011	74,3%	14,2%	0,0%	9,0%	2,5%	100,0%
2010	75,9%	14,7%	0,0%	7,2%	2,2%	100,0%
2009	72,5%	10,6%	0,2%	15,2%	1,4%	100,0%
2008	73,6%	16,5%	0,5%	7,9%	1,6%	100,0%
2007	79,9%	15,7%	0,3%	2,6%	1,5%	100,0%
2006	81,3%	15,7%	0,3%	1,4%	1,3%	100,0%

1.13 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – FORÇA AÉREA

A PREÇOS CORRENTES

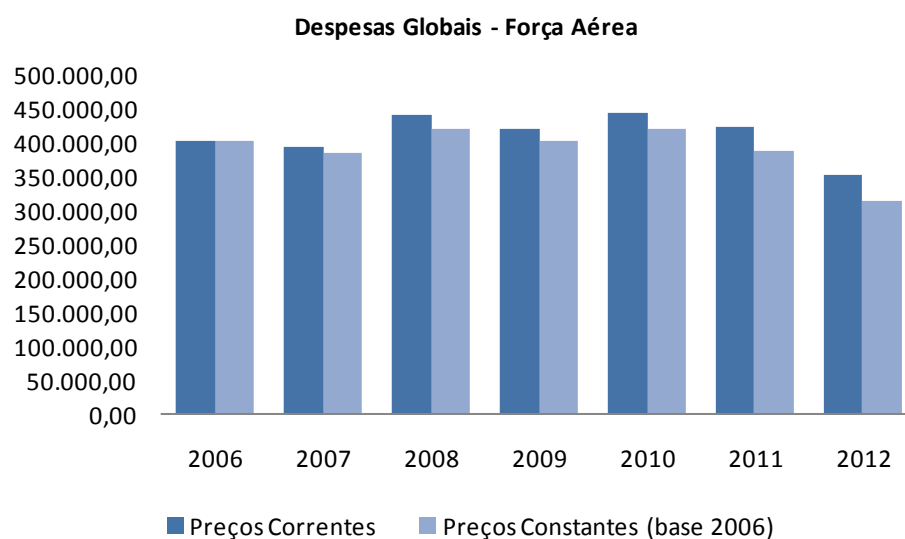
(milhares de euros)						
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2012	214.105,8	90.051,2	904,3	45.407,0	3.258,6	353.726,8
Dados retrospectivos						
2011	257.047,0	104.036,9	374,9	57.489,7	5.653,8	424.602,2
2010	269.632,5	120.054,6	1.600,0	45.795,2	7.348,7	444.431,0
2009	237.857,8	89.944,0	1.850,0	82.366,0	8.578,4	420.596,2
2008	217.277,8	110.332,5	1.691,8	104.020,1	9.011,3	442.333,5
2007	211.786,9	97.743,6	2.682,3	72.758,8	9.388,5	394.360,1
2006	214.839,6	95.173,2	377,7	79.407,1	12.068,9	401.866,5

Fonte: Conta Geral do Estado 2006/2012.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)						
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2012	190.236,4	80.011,9	803,5	40.344,8	2.895,3	314.291,8
Dados retrospectivos						
2011	234.785,2	95.026,7	342,5	52.510,7	5.164,1	387.829,2
2010	255.146,9	113.604,8	1.514,0	43.334,9	6.953,9	420.554,5
2009	228.230,3	86.303,4	1.775,1	79.032,2	8.231,2	403.572,2
2008	206.607,0	104.913,9	1.608,7	98.911,5	8.568,7	420.609,9
2007	206.823,1	95.452,7	2.619,4	71.053,5	9.168,5	385.117,3
2006	214.839,6	95.173,2	377,7	79.407,1	12.068,9	401.866,5

Fonte: Conta Geral do Estado 2006/2012. INE (Ano base:2006).



1.13 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – FORÇA AÉREA (CONTINUAÇÃO)

						(Porcentagem)
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2012	60,5%	25,5%	0,3%	12,8%	0,9%	100,0%
Dados retrospectivos						
2011	60,5%	24,5%	0,1%	13,5%	1,3%	100,0%
2010	60,7%	27,0%	0,4%	10,3%	1,7%	100,0%
2009	56,6%	21,4%	0,4%	19,6%	2,0%	100,0%
2008	49,1%	24,9%	0,4%	23,5%	2,0%	100,0%
2007	53,7%	24,8%	0,7%	18,4%	2,4%	100,0%
2006	53,5%	23,7%	0,1%	19,8%	3,0%	100,0%

1.14 - CONTRATOS CELEBRADOS NA DEFESA

Aquisições Centralizadas na Unidade Ministerial de Compras da Secretaria-geral do MDN

(milhares de euros)

Anos	Serviço Móvel Terrestre	Equipamento Informático	Cópia e Impressão	Papel, Ecomato e Consumíveis de Impressão	Licenciamento de Software	Combustíveis Rodoviários	Seguros de Veículos	Veículos Rodoviários	Energia	Vigilância e Segurança	Higiene e Limpeza	Serviço de Voz e Dados em Local Fixo	Viagens e Alojamentos	Mobiliário de Escritório	Plataforma Eletrónica de Contratação	Refeições Confeccionadas
2012	354,5	471,0	45,2	1.171,3			52,5		7.792,3		994,9	186,9	6.757,1	109,2	10,8	
Dados retrospectivos																
2011		1.374,8		282,82		4.059,54					414,30				32,45	

Fonte: Unidade Ministerial de Compras da SG/MDN.

1.15 COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS – Ano 2012

País (a)	Despesas de Defesa (b)			PIB Per capita (dólar EUA)
	Total (preços correntes) (milhões de euros)	% do PIB	Per capita (dólar EUA)	
Portugal	2.366	1.4	25.264	25.264
Alemanha	36.168	1.4	41.256	41.256
Bélgica	3.964	1.1	40.108	40.108
Eslovénia	391	1.2	27.493	27.493
Espanha	9.612	1.1	32.081	32.081
França	39.402	1.9	36.250	36.702
Grécia	4.275	2.3	25.289	25.289
Itália	18.983	1.3	33.902	33.902
Luxemburgo	187	0.4	88.220	89.205
Países Baixos	7.777	1.3	43.169	43.170
Outros dados				
NATO – Europa	263.658	1.6	31.338	31.338
Canadá	20.276	1.1	42.686	42.686
EUA	735.154	4.5	51.689	51.689
América do Norte	753.582	4.2	50.792	50.792
NATO - Total	1.019.524	2.9	38.797	38.797

Fonte: NATO

- (a) A fim de permitir a comparação dos dados, foram selecionados apenas os países da NATO cujos gastos com a Defesa são expressos em euros.
(b) Conceito NATO. De acordo com a definição da NATO, são despesas de Defesa, além das suportadas pelo Ministério da Defesa, as financiadas por outros ministérios (no caso português, contribuem com verbas para a Defesa os das Finanças, Negócios Estrangeiros e Administração Interna);



Missões de Interesse Público

NOTA EXPLICATIVA

As Missões de Interesse Público inserem-se numa nova postura das Forças Armadas, pretendendo-se que estas alcancem uma maior visibilidade dentro da sociedade, em especial com o impacto decorrente do desempenho das missões relacionadas com a proteção civil, o desenvolvimento sustentado em ambiente saudável e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

É neste contexto que as Forças Armadas colocam ao serviço do país e também da comunidade internacional os seus meios humanos e materiais e, ainda, o seu acumulado conhecimento, exercendo importantes missões nos espaços marítimo, terrestre e aéreo.

O resultado dessa atividade encontra-se resumido em quadros próprios, onde se assinalam as áreas de missão que competem a cada um dos Ramos das Forças Armadas e os elementos orgânicos que têm responsabilidade primária de as assegurar, bem como os meios utilizados e respetivos encargos financeiros.

MARINHA

A geografia de Portugal, os vastos espaços marítimos de soberania e de jurisdição nacional, a ligação entre o continente e os arquipélagos atlânticos, aliados aos interesses nacionais subjacentes, são fatores que ditam o entrosamento da Marinha com a Nação que orgulhosamente serve.

Neste contexto, para que Portugal disponha das condições necessárias à realização dos importantes objetivos marítimos nacionais, nomeadamente aqueles que têm em vista a sua segurança e desenvolvimento, é preciso dispor dos instrumentos necessários à concretização da ação pública no mar.

O exercício dessa ação implica um profundo conhecimento do mar, acompanhado de uma presença efetiva e permanente em toda a vasta extensão do espaço marítimo sob soberania ou jurisdição nacional. Só assim é possível garantir a vigilância e fiscalização das atividades que nele se desenvolvem e, dessa forma, contribuir para a segurança de pessoas e bens, ao mesmo tempo que se exerce a dissuasão e a repressão de eventuais ameaças. Para o efeito, é indispensável a existência de meios adequados, apoiados por um sistema logístico com vista à sua sustentação.

É neste contexto que a Marinha assume especial relevância, pela sua capacidade e versatilidade de atuação num vasto espectro de tarefas, que se dividem em três funções fundamentais:

- Defesa militar e apoio à política externa;
- Segurança e autoridade do estado;
- Desenvolvimento económico, científico e cultural.

A função de defesa militar e apoio à política externa concretiza-se através de um vasto conjunto de tarefas, desde garantir a defesa militar própria e autónoma, passando por ações de defesa coletiva e expedicionária, além da proteção dos interesses nacionais e diplomacia naval.

A função de segurança e autoridade do Estado engloba as tarefas de segurança marítima e salvaguarda da vida humana no mar, vigilância, fiscalização e exercício de polícia, bem como a atuação dos meios da

Marinha no quadro das ações de proteção civil e em estados de exceção (sítio e emergência).

A função desenvolvimento económico, científico e cultural abarca um conjunto alargado de tarefas que cobre o apoio e participação da Marinha em projetos de interesse económico, de investigação científica e de preservação da nossa cultura marinha.

A missão da Marinha, consagrada na Lei Orgânica da Marinha (LOMAR), pode ser expressa de forma concisa pelo enunciado «Contribuir para garantir o uso do mar», que sintetiza a perceção do valor criado pela Marinha.

No ano a que se reporta este anuário, as ações mais significativas realizadas pela Marinha foram as seguintes:

Função de defesa militar e apoio à política externa:

Em 2012, no que respeita aos compromissos internacionais assumidos por Portugal, foi mantida a prontidão dos meios navais atribuíveis à NATO, UN e UE.

No âmbito da NATO, a Marinha integrou o *Standing NATO Maritime Group 2* (SNMG2) por um período de cerca de dois meses, durante o qual participou em dois períodos na operação *Active Endeavour*, no Mar Mediterrâneo, relacionada com o combate a atividades terroristas e outras atividades ilícitas.

No que concerne à UE, a Marinha integrou durante três meses a força naval da União Europeia, a EUNAVFOR, no decurso da operação ATALANTA, no âmbito do combate à pirataria no Golfo de Áden e Bacia da Somália.

Ainda no âmbito destas tarefas foi conduzida a operação MANATIM, tendo sido deslocada uma força que se manteve nas proximidades das águas territoriais da República da Guiné Bissau, em prontidão para levar a cabo uma operação de evacuação de pessoal não combatente, para salvaguarda da segurança dos cidadãos nacionais e de outras nacionalidades naquele território.

Tendo em vista o adestramento das forças e unidades navais, fuzileiros e mergulhadores, a Marinha participou em diversos exercícios nacionais e internacionais, conjuntos e combinados dos quais se salientam o “INSTREX 12” e o “NOBLE MARINER 12”.

Relativamente ao treino e adestramento de mergulhadores salienta-se a organização e execução de dois períodos de treino e certificação, que contaram com a participação de equipas da Marinha da Bélgica, constituindo excelentes oportunidades para a troca de conhecimentos e experiências, designadamente, nas áreas do mergulho profundo, inativação de engenhos explosivos e guerra de minas.

No âmbito da Cooperação Securitária Multilateral, mais propriamente no que concerne à “Iniciativa 5+5”, a Marinha participou em diversas atividades e exercícios, com unidades navais e fuzileiros, dos quais se destaca a participação no exercício de segurança marítima “SEABORDER 12”, em que a Argélia organizou a parte CPX (fase de terra) e Espanha organizou a parte LIVEX (fase de mar) do exercício, na qual Portugal participou com a Corveta “António Enes”.

Função de segurança e da autoridade do Estado:

A função de segurança e autoridade do Estado engloba as tarefas de segurança marítima e salvaguarda da vida humana no mar, de vigilância, fiscalização e policiamento, bem como a atuação dos meios da Marinha em estados de exceção (sítio e emergência) e, ainda, no quadro de ações de proteção civil.

Foi mantido um Dispositivo Naval Permanente, tendo as unidades navais cumprido 4.708 dias de missão, e realizado 32.930 horas de navegação, o que corresponde a 12,9 navios permanentemente no mar com missão atribuída. Neste âmbito, o quadro 5.5.1 representa os valores correspondentes em horas de missão distribuídos pelas áreas do Continente, dos Açores e da Madeira denotando-se um decréscimo significativo em relação a 2011. Todos estes meios asseguraram elevada prontidão para ações no âmbito da salvaguarda da vida humana no mar, sendo que o quadro 5.4.2.5 refere o empenhamento efetivo de meios em ações de busca e salvamento, notando-se neste campo um decréscimo bastante considerável em relação ao ano anterior.

Foi mantida a colaboração com a Polícia Judiciária no combate a atividades ilícitas, através da disponibilização de meios navais, de fuzileiros e de facilidades de monitorização através do Centro de Operações Marítimas (COMAR). A título de exemplo, realizou-se durante o ano de 2012, duas operações que resultaram na apreensão de mais de 3 toneladas de haxixe.

A Marinha colaborou na imposição de medidas de segurança implementadas por ocasião de 32 visitas de navios estrangeiros, tendo sido conduzidas as necessárias ações de acompanhamento e proteção durante as entradas, saídas e permanências em portos nacionais. Nestas tarefas participaram unidades navais, unidades de fuzileiros, destacamentos de mergulhadores e elementos da Polícia Marítima;

A colaboração da Marinha com a Autoridade Nacional de Proteção Civil efetuou-se através do Comando do Corpo de Fuzileiros que manteve, durante o Inverno, a prontidão dos meios atribuídos ao Plano Tejo (plano de prevenção de cheias);

Durante o ano de 2012 a Marinha (Comando Naval e Direção-Geral de Autoridade Marítima) realizou 18.765 ações de fiscalização. A maioria destas ações teve lugar no Continente 17.018 (91%), tendo as remanescentes (1.252 / 7%) ocorrido nos Açores e na Madeira (495 / 2%). De salientar ainda, 10 ações de fiscalização realizadas nas áreas da NAFO e uma nas áreas da NEAFC.

Mantiveram-se ativados em permanência durante 24 horas por dia, todos os dias do ano, os dois Centros de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo (Lisboa e Ponta Delgada), o Sub-Centro do Funchal, e o dispositivo naval composto por duas corvetas, dois patrulhas e cinco lanchas de fiscalização.

No âmbito dos compromissos assumidos por Portugal, nas áreas de responsabilidade nacional de Busca e Salvamento Marítimo, foram realizadas 672 ações de Busca e Salvamento (SAR), das quais 453 ocorreram na Search and Rescue Region (SRR) de Lisboa e 219 na SRR de Santa Maria. Decorrente destas ações foram salvas 733 pessoas, tendo-se registando um número de 58 mortos e de 11 desaparecidos.

Foram desenvolvidas atividades de fiscalização dos espaços marítimos, visando a proteção de recursos, a repressão de ilícitos marítimos e fiscalização do cumprimento das regras de navegação. Esta última atividade foi efetuada por meios do Comando Naval no âmbito das suas atribuições no Sistema de Autoridade Marítima.

Foi mantida a colaboração com outras agências e departamentos governamentais que exercem as suas competências no mar, nomeadamente através de protocolos operacionais, por exemplo, com a Polícia Judiciária (PJ) no combate ao tráfico de estupefacientes, com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

no combate à imigração clandestina, e com a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (ex IPTM, IP) na inspeção de navios estrangeiros.

À semelhança do ano transato, manteve-se a promoção e participação em exercícios do tipo “cooperativo”, com participação de meios do Comando Naval e da Direção-Geral da Autoridade Marítima/Comando-Geral da Polícia Marítima, tendo sido realizado um grande exercício de combate da poluição no mar por hidrocarbonetos, na área de jurisdição da Capitania do Porto de Setúbal.

Desenvolvimento económico, científico e cultural:

Durante o ano de 2012 a Marinha, através do Instituto Hidrográfico (IH), continuou a desenvolver atividades de Investigação e Desenvolvimento relacionadas com as ciências e técnicas do mar, tendo em vista a sua aplicação na área militar e contribuir para o desenvolvimento do País nas áreas económica, científica e de defesa do ambiente marinho.

Entre as múltiplas atividades desenvolvidas neste ano, é de salientar a prossecução de diversos projetos de caracterização e monitorização do meio marinho e de investigação científica, com financiamento nacional e estrangeiro, como sejam os projetos MONICAN, RAIACO, SIMOC e TRADE.

No domínio científico, merece particular destaque o programa de monitorização ambiental da Zona Económica Exclusiva, essencial para a investigação e conhecimento do ambiente marinho nos espaços marítimos de interesse nacional.

No quadro de intervenção da Marinha, o IH prosseguiu as responsabilidades que lhe estão atribuídas na segurança da navegação e na proteção do ambiente marinho, contribuindo também, como Laboratório do Estado, para o aprofundamento do conhecimento técnico-científico e da colaboração com a comunidade científica nacional.

O Setor Cultural da Marinha manteve em 2012 a forte ligação da Marinha com a sociedade civil, bem patente na atividade cultural que disponibiliza e que visa, acima de tudo, divulgar o vasto património que a Armada criou e guardou ao longo dos séculos.

A qualidade desta atividade cultural está aliás simbolizada na atribuição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente ao Aquário Vasco da Gama, ou no Certificado de excelência atribuído pelo site “Tripadvisor” ao Museu de Marinha, entre outras distinções.

Não remetendo especificamente às múltiplas atividades exercidas pela Comissão Cultural de Marinha e pelos órgãos na sua dependência, sublinham-se do ponto de vista editorial, a edição de 14 obras escritas de investigação histórica-científica, de onde se destacam o livro “Tesouros do Museu de Marinha” e a reedição da obra “Sagres – Construindo a Lenda”.

Realça-se também a realização de 31 exposições temporárias de cariz histórico e cultural e os 109 concertos, audições e cerimónias protocolares proporcionados em todo o território nacional pela Banda da Armada bem como a renovação do ciclo de colóquios e conferências, com convidados de instituições nacionais de renome.

O Centro de Investigação Naval (CINAV) foi criado pelo despacho n.º 13/10, de 03 de fevereiro, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada e tem por missão:

- a) Promover a Investigação, Desenvolvimento e Inovação (ID&I) em áreas de interesse da Marinha;

- b) Promover e apoiar as atividades de ID&I da Escola Naval;
- c) Coordenar e supervisionar as atividades de ID&I desenvolvidas na Marinha, que não sejam da competência do Instituto Hidrográfico (IH), fomentando iniciativas interdisciplinares em áreas científicas de interesse para a Marinha.

O CINAV funciona na dependência direta do Comandante da Escola Naval (EN), tendo como membros oficiais da Marinha envolvidos em projetos de ID&I, docentes da EN e outros investigadores que colaboram com a Marinha.

O CINAV, neste momento, está organizado em torno de 7 Linhas de Investigação:

- Processamento de Sinal;
- Robótica Móvel;
- Sistemas de Apoio à Decisão;
- Gestão da Manutenção;
- História Marítima;
- Estratégia Marítima;
- Saúde Naval.

No entanto, também tem desenvolvido trabalho de investigação não integrado em Linhas de Investigação.

No que respeita aos órgãos regionais e locais da Direcção-Geral da Autoridade Marítima (5 Departamentos Marítimos e 28 Capitanias), foram considerados dois critérios de apuramento de despesas. No primeiro um serviço de 7 horas por dia, durante 251 dias do ano, e no segundo um serviço permanente de 24 horas, durante 365 dias do ano.

No âmbito da Segurança Marítima (30 estações salva-vidas e 55 faróis) foi seguido o critério de se considerar um serviço permanente de 24 horas, durante 365 dias do ano.

No que concerne à Direcção de Combate à Poluição do Mar, tomou-se como critério um serviço de 7 horas por dia, durante 251 dias no ano.

No que diz respeito ao Instituto Hidrográfico, nos quadros apresentados, as “despesas” com pessoal são de facto custos, visto que o IH aplica “custos-padrão” às imputações de meios humanos realizadas, por categoria de pessoal, aos vários trabalhos que executa.

Por fim e, no que diz respeito aos restantes organismos, o número total de horas de missão foi calculado tomando-se como base o horário normal de funcionamento dos serviços (7 horas/dia) durante o número de dias úteis verificado durante o ano de 2012.

ELEMENTOS ORGÂNICOS, MEIOS AFETOS E DESPESAS POR ÁREA DE MISSÃO

2.1 – MARINHA

(euros)

Áreas de Missão	Elementos Orgânicos Afetos		Meios Afetos		Horas de Missão	Natureza das Despesas			TOTAL
			Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Autoridade Marítima	DGAM	DGAM (a)	127	931	2.408	5.995.245,00	5.158.608,00	847.120,00	12.000.973,00
		Departamentos Marítimos/ Capitánias	721		2.408				
		Polícia Marítima/ Comandos Regionais e Locais	559		8.760				
Segurança Marítima	IH		7	-	6.454	101.946,00	18.298,00		120.244,00
	CN (b)		356	2 FFGH / FS / PSO 2 PBO / ABU 4 PB 1 PBR	79.656	1.975.579,97	3.663.946,20		5.639.526,17
	DGAM		1.291	156	3.654	2.098.687,00	1.815.367,00	598.746,00	4.512.800,00
Preservação do Meio Marítimo	DGAM - Serviço de Combate à Poluição no Mar por Hidrocarbonetos		22	UAM – 2 Botes pneumáticos – 1 Lancha semi-rígido – 1 Viaturas – 7 Viaturas tipo TIR – 2 Porta-máquinas – 1 Galeras – 1 Tratores – 2 Retro-escavadoras – 1 Gruas-móveis – 1 Auto-gruas – 1 Monta-cargas – 2 Recuperadores – 28 Barreiras – 6200 m Enroladores – 19 Bombas – 25 Compressores – 8 Máq. de lavagem de alta pressão – 12 Atrélos com máq. lavagem alta pressão, torre de ilumin. e gerador – 1 Tanques portáteis – 41 Bacias de descontaminação – 4 Sistemas de barreira V -SWEEP – 260 m Tanques Exoesqueleto-EXPANDI-20 Tanques Autosustentável-EXPANDI-8 Bacias de Retenção-8 Contentor Oficina 10 pés-1 Contentor de gases 20 pés-1	1.843	256.957,00	290.250,00	136.748,00	683.955,00
	IH		10	Garrafas de colheita – 2 Salinómetro -1 Autoanalisador – 1 Espectrofotómetro UV-visível – 1 Espectrómetro Absorção Atómica -1 Analisador de mercúrio – 1 Espectrofotómetro de Infra-vermelhos – 1 Cromatógrafo com detetor de massa -2	434	5.607,00	24.304,00	12.202,00	42.113,00

(a) Inclui Escola de Autoridade Marítima e Repartição de Pessoal da Polícia Marítima.

(b) Além da missão de Segurança Marítima os Meios do CN desempenham simultaneamente missões de índole de Busca e Salvamento; Vigilância, Fiscalização e Policiamento e Preservação do Meio Marítimo

2.1 – MARINHA (Continuação)

Áreas de Missão	Elementos Orgânicos Afetos	Meios Afetos		Horas de Missão	Natureza das Despesas			TOTAL
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Presença Naval	CN	368	2 FS 1 PSO 1 PBO 3 PB 1 AXS	572	24.225,08	10.720,40		34.945,48
Investigação Científica no Mar	IH	78	Plotter A0-1 Workstation-3 Sist. Aquis. Proc.; Dados Geof.-1 Sistema filtragem-2 LISST-1; Difratômetro RX-1 Sedimentógrafo laser-1 Balanças-4 Moinhos-2 Tina ultra-sons-2 Estufas-4 Colhedores sedimentos SMT-7 Corer gravidade-1 Vibrocorer-2 Multitubos-1 Lupas e microscópio-3 Analisador carbono- 2 Sistema peneiração-2 Sistema reflexão sísmica-3 Sistema sonar lateral-3 ROV-2 Magnetômetro e estação referência-1 Sistema posicionamento acústico-1 Autoanalisador-1 Espectrofotômetro UV-VIS-1 Espectrômetro Absorção Atômica-1 Analisador de mercúrio –1 Cromatógrafos-2; Sondadores multifeixe-5 Sondadores feixe simples-10 Perfiladores SVP-6 Receptores GPS-14 Embarcações-7 Compensador de movimentos-7 Plotters-3 Correntômetros Aanderaa – 20 Cadeias Termistores –2 Estações Meteo-3 Salinômetro-2 ADCP-10 CTD-3 Bóias Ondógrafo-9 Marégrafos-30 Estações UNIX-6 Bóias Multiparâmetro-4 Cluster 96 processadores-1	96.735	1.244.683,00	271.746,00	292.935,00	1.809.364,00
	CN	118	2 AGS 2 AGSC 1 LCU	8.736	233.702,70	448.574,55		682.277,25
	EN-CINAV	4				16.193,00		16.193,00
Busca e Salvamento	IH	6	-	125	1.988,00			1.988,00
TOTAL	-	3.667	-	211.785	11.938.620,75	11.718.007,15	1.887.751,00	25.544.378,90

EXÉRCITO

O Exército presta anualmente apoio a diversas entidades civis, tarefas às quais dedica especial empenho e que são objeto do reconhecimento público. Este Ramo tem procurado dar resposta a inúmeras solicitações que não se esgotam apenas no âmbito das chamadas Missões de Interesse Público. Dessa forma, e no intuito de estreitar o contacto com a população e sensibilizar a comunidade civil para a instituição militar, as unidades têm acolhido ao longo do ano visitas de várias escolas e outras entidades, tendo igualmente sido realizadas exposições e outros eventos de natureza cultural e desportiva.

A exemplo do sucedido em anos anteriores, a ação do Exército pode ser enquadrada em três áreas fundamentais, designadamente, *Colaboração com as Autoridades Cívicas*, *Apoio à Autoridade Nacional de Proteção Civil* e *Ações de Defesa do Meio Ambiente*.

Colaboração com Autoridades Cívicas

Atividades da Engenharia Militar

No âmbito da colaboração com as autoridades civis, e de acordo com o Plano de Atividade Operacional Civil (PAOC), a Engenharia Militar realizou trabalhos de abertura e melhoramento de itinerários e alargamento de estradões florestais, em apoio à satisfação das necessidades básicas das populações, nos concelhos de Coimbra, Alandroal, Setúbal, Covilhã e Sabugal.

Apoio Recreativo e Cultural

Para além das inúmeras visitas de escolas a unidades militares e da cedência de áreas para realização de acampamentos, o Exército proporcionou também o acesso ao património nacional à sua responsabilidade, com particular ênfase para a garantia de acessibilidade ao Castelo de Almourol, às instituições coletivas que assim o solicitaram.

As Bandas Militares e a Orquestra Ligeira do Exército realizaram concertos e atuações, em resposta a solicitações de autarquias locais e outros organismos, contribuindo deste modo para a ação cultural e recreativa das populações.

A equipa de queda-livre "Os Falcões Negros" efetuou sessões de saltos de demonstração de paraquedismo, no âmbito de eventos recreativos realizados por todo o país.

Realizaram-se exposições e foi igualmente prestada colaboração a várias entidades no domínio da Cartografia Militar.

Apoio Logístico

Com os seus meios humanos e materiais, o Exército prestou apoio logístico à realização de diversos eventos desportivos, recreativos e culturais realizados por todo o país.

As unidades participaram e prestaram apoio logístico a diversos eventos de carácter religioso, entre os quais se salienta o efetuado aos peregrinos a Fátima.

Foram ainda utilizadas as carreiras de tiro do Exército pela GNR, PSP, PJ, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Serviços Prisionais.

Colaboração com a Autoridade Nacional de Proteção Civil

Nos termos definidos na legislação em vigor, o Exército colabora e presta apoio à Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), a nível nacional e regional, nomeadamente em situações de cheias e calamidades provocadas pelas chuvas, e no apoio ao combate aos incêndios florestais.

A ação nestas áreas obedece a um planeamento centralizado e a uma execução descentralizada. Desta forma, o apoio é normalmente executado através do acionamento de planos de operações previamente elaborados que permitem responder prontamente às solicitações da ANPC em situações de calamidade.

Houve envolvimento do Exército em ações de combate direto a incêndios, em operações de rescaldo e na cedência de equipamentos para apoio logístico, de Norte a Sul do país.

Ações de Defesa do Meio Ambiente

A nível interno, foram desenvolvidas atividades de recuperação e conservação ambiental e de sensibilização e formação dos seus efetivos. É também de referir o esforço contínuo no domínio da sensibilização do contingente militar para os problemas ambientais, através da realização de ações de formação, palestras e outras atividades.

2.2 – EXÉRCITO

(euros)										
Missão	Estrutura	Elementos Orgânicos Afetos	Meios Afetos		Horas de Missão	Distância Percorrida (Km)	Natureza das Despesas			TOTAL (a)
			Humanos	Materiais			Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
C.M. Beja - melhoramento de itinerários.	PAOC	RE1	1SAR/4PRAÇAS	1 VTL, 1TL, 1CR, 1CW, 1NV, 1CP, 1PL	712	15.824				-
C.M. Aljustrel - nivelamento e compactação de estrada, execução de passagens hidráulicas, execução de valetas, transporte de manilhas.	PAOC	RE2	1SAR/5PRAÇAS	2 VTL, 1PL, 1CR, 1AD, 1TL, 1CW, 1CP, 1RE, 1NV	2.817	52.680				-
C. M. Sesimbra - melhoramento da rede viária rural.	PAOC	RE1	1SAR/9PRAÇAS	2VTL, 1PL, 1VB, 1AT, 1TL, 2EL, 1CV, 1MC	1.876	35.964				-
C.M. Covilhã - alargamento da estrada municipal 512.	PAOC	RE3	1SAR/10PRAÇAS	2CR, 1 TL, 3EL, 1CV, 2AD, 1RE, 4VB, 1VTM	4.128	46.800				-
C.M. de Cantanhede - alargamento, limpeza de caminhos municipais e colocação de camada de tout-venant.	PAOC	EPE	1SAR/3PRÇAS	1VTP, 1TL, 1RE, 1NV, 1EL	2430	14.666				-
V.N. DA Barquinha - limpeza de talude de regularização de valeta, abertura de vala.	PAOC	EPE	1SAR/4PRAÇAS	1VTP, 1RE, 1NV, 1CV, 1VB	599	6.516				-
ponte militar treadway	INOP	EPE	1OF/2	1 VTL,1	120	4.750				-

18m, 22ton - fajã da ribeira-região autonomia da Madeira.	CIVIL			SAR/6 PRAÇAS	VTP, 2 VB, 1 PL, 1GRUA				
C.M. Espinho- reforço de taludes, regularização de terrenos.	INOP CIVIL	RE3		1SAR/9PRAÇAS	1EL, 1RE, 3VB, 1 CR, 1 NV, 1 ME	176	492		-
GABCEME/ Externato S. Vicente de Paulo- montagem e desmontagem de tenda 16 p.	INOP CIVIL	RE3		1SAR/4PRAÇAS	1VTL		15		-
União Zoófila- abate de árvores de grandes dimensões, reparação de um muro.	INOP CIVIL	RE3		1SAR/4PRAÇAS	1 VTL, 1 VTM		72		-
Escola Agrícola D. Dinis Paia - execução de pista de obstáculos, manutenção de equipamento.	INOP CIVIL	RE3		1SAR/2PRAÇAS	1PL, 1VTL, 1DP, 1TL, 1CR	62	403		-
C.M.Odivelas - abertura de um poço geotécnico.	INOP CIVIL	RE3		1SAR/3PRAÇAS	1PL, 1VTL, 1RE, 1EL	24	200		-
TOTAL	-	-				12.944	178.382	-	-

(a) Despesas afetas às entidades apoiadas.

Colaboração com a Autoridade Nacional de Proteção Civil

- Ações de Vigilância e deteção de incêndios florestais

ESTRUTURA	MISSÃO	UNIDADE	Elementos Orgânicos Afetos	Meios Empregues/Dia Pessoal	Viaturas	Nº. Patrulhas	Dist. Percorr. (Km)	Despesas (euros)(a)
Câmara Municipal de Monchique	Patrulhamentos e Vigilância	RI1		10	2 Viat Lig	6 Pat / Dia	8.248	
		CTC		5	1 Viat Lig	23JUN a 30JUL	685	
		CTC		5	1 Viat Lig	06 a 13AGO	691	
	Patrulhamento e vigilância à Serra de Sintra	CTC		5	1 Viat Lig	20AGO a 27AGO	763	
		CTC		5	1 Viat Lig	03SET a 10SET	964	
		CTC		5	1 Viat Lig	17SET a 24SET	518	
TOTAL	-	-	-	35	-	-	11.869	-

(a) Todas as despesas referentes a combustível e alimentação foram suportadas pelas respetivas Câmaras Municipais.

- Ações de combate de incêndios florestais

ESTRUTURA	MISSÃO	UNIDADE	Elementos		Meios Afetos	Despesas (euros)
			Orgânicos Afetos	Humanos	Equipamento	
PLANO LIRA	APOIO NO COMBATE / RESCALDO A INCÊNDIOS FLORESTAIS	CTOE		122	1VL; 9 VP	1.430,6
		CTC		26	1VL; 3VP	1.779,96
		EPA		100	2VL; 2VP; 1TP	1.676,24
		EPE		31	3VL; 1VP; 1TP; 2TL; 2PL	2.762,17
		EPS		61	1VL; 5VP	2.243,26
		EPT		63	4VP	1.761,17
		EPI		44	2VL; 3VM; 2VP	427,54
		ETP		109	1VL; 3VP; 2TP	6.991,05
		RA4		133	7VL; 6VP	1.748,39
		RA5		88	3VL; 6VP	1.780,04
		RAAA1		46	3VP	1.076,99
		RC3		24	2VL; 3VM	1.368,8
		RC6		104	5VL; 10VM	2.798,23
		RE1		70	5VL; 2PL	4.537,02
		RE3		26	3VL; 3TP; 3PL; 3TL	2.073,02
		RI1		95	6VL; 1VM; 4VP	1.648,1
		RI3		97	1VL; 5VM; 4VP; 1TP	2.571,61
		RI10		59	3VL; 9VM	1.415,48
		RI13		147	7VL; 9VM; 3VP	5.041,09
		RI14		106	5VL; 2VM; 4VP	1.219,98
		RI15		27	2VL; 3VM	1.053,11
		RI19		47	3VL; 2VM; 2VP	1.238,89
		CME		14	2VL	602,72
		RTransp		66	2VL; 4VM; 2VP; 1PL	3.894,23
		UALE		84	4VL; 2VM; 6VP; 1TP	4.573,49
		BrigMec		235	15VL; 6VM; 11VP	4.893,17
		EPC		38	2VL; 1VM; 1VP	1.079,32
		UAPAMAS		1	1TP	99,03
		TOTAL		2.063	90VL; 60VM; 74VP; 10TP; 5TL; 8PL	63.784,70

- Outras ações em apoio à Autoridade Nacional de Proteção Civil

Missão	UEO	Elementos Orgânicos afetos	Meios Afetos		Horas de Missão x Máquina	Km Percorridos	Despesa (euros)
			Humanos	Equipamento			
Temporal RAA	Cmd		3				
	ZMA						
	RG1		24				
	RG2		35				
	UnAp		13				
Furacão GORDON	Cmd		3				
	ZMA						
	RG1		24				
	RG2		35				
	UnAp		13				
Furacão NADINE I	Cmd		3				
	ZMA						
	RG1		24				
Furacão NADINE II	Cmd		3				
	ZMA						
	RG1		24				
TOTAL		-	204	-	-	-	-

Ações de Defesa do Meio Ambiente

- Trabalhos de Limpeza, reconstrução e conservação

Missão	UEO	Elementos Orgânicos afetos	Meios Afetos		Horas de Missão x Máquina	Km Percorridos	Despesa (euros)
			Humanos	Equip			
Limpeza da Mata Nacional de Santa Rita	RI1	1 Secção	8	Transporte a cargo da CM Tavira			
Limpar Portugal	RI1	1 Pel	26	1 Viat Atego		20	
Participar nos trabalhos de limpeza, florestação, manutenção, ou outros que se enquadrem no âmbito dos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas das Furnas e das Sete Cidades.	RG2	1 Secção	1 Sar; 8 Praças	1 Viat UNIMOG	723	14.390	4.903,37
Parque Natural da Madeira	RG 3	RG 3	1Sar/ 7Praças (semana)	1 viat (semana)	243	2.329	
Parque Ecológico do Funchal	RG 3	RG 3	1Sar/ 7Praças (semana)	1 viat (semana)	252	1.348	

FORÇA AÉREA

Do conjunto das várias atividades desenvolvidas pela Força Aérea, no ano de 2012, continua a ser significativo o esforço que tem sido dedicado às ações realizadas no âmbito das Missões de Interesse Público.

A diversidade de atividades desenvolvidas em colaboração com as autoridades e organismos civis, quer através do emprego de meios em missões de Busca e Salvamento, evacuação sanitária, transporte de órgãos, controlo de poluição, controlo aduaneiro e de fiscalização, refletem a importância e o peso desta vertente na atividade da Força Aérea, permitindo uma interação constante de interesse nacional entre a comunidade civil e a instituição militar.

Do total de 15.140:25 horas de voo realizadas em 2012, 4.812:55 H/V foram voadas em missões operacionais, das quais cerca de 27% foram em benefício de Missões de Interesse Público (1.377:55 H/V), repartidas por diversas áreas de atividade.

Em matéria de autoridades civis, foram apoiadas as seguintes entidades e organismos: Governo da República, incluindo vários ministérios: Ministério dos Negócios Estrangeiros (24 missões, 91:35H/V); Ministério das Finanças (3 missão, 10:25 H/V); Ministério da Administração Interna (2 missão, 8:40 H/V); Autoridade Nacional de Proteção Civil (10 missões 45:30) Governo Regional dos Açores (157 missões, 290:25 H/V) e Governo Regional da Madeira (131 missões, 77:10 H/V).

Foram ainda executadas missões para os seguintes organismos: Banco de Portugal, no transporte de valores (4 missões, 23:15 H/V); EADS / CASA (2 missões, 3:55 H/V); Armadores de Navios e Seguradoras - Evacuações Médicas de Tripulantes de Navios - (33 missões, 140:35 H/V)

No âmbito das missões de Transporte e Evacuação Sanitária, foi elevado o número de ações realizadas, num total de 339 missões, que corresponderam ao transporte de 421 doentes e o dispêndio de 610: H/V; no Transporte de Órgãos para transplante, efetuaram-se 22 missões, 46:05 H/V

Nas operações de *Controlo da Poluição*, foram empregues 1:05 H/V, numa missão.

No que se refere às missões de *Fiscalização no Âmbito das Pescas* (SIFICAP), foram gastas 256:20 H/V, num total de 60 missões, distribuídas pelo Continente, Açores e Madeira (Continente: 192:05 H/V, 49 missões; Açores: 36:45 H/V, 5 missões; e Madeira: 27:30 H/V, 6 missões). Refira-se ainda que a área coberta nestas ações de fiscalização totalizou cerca de 2.120.515 milhas náuticas quadradas, permitindo detetar 866 alvos.

No cumprimento das responsabilidades nacionais no âmbito da prestação do *Serviço de Busca e Salvamento* nas vastas áreas das Regiões de Informação de Voo de Lisboa e da Região de Informação de Voo Oceânica de Santa Maria, foram mantidas, ao longo do ano de 2012, 9 tripulações em alerta permanente de 24 horas sobre 24 horas e empenhadas as aeronaves P 3P, C 130, EH 101, C-295 e AL III, a partir de Bases no Continente, nos Açores (Lajes) e na Madeira (Porto Santo).

Os alertas foram ativados para 64 missões, 43 das quais pelos Centros Coordenadores de Busca e Salvamento de Lisboa, num total de 128:55 H/V, distribuídas da seguinte forma: 32 missões ativadas a pedido do MRCC; 11 missões ativadas pelo RCC.

Quanto aos Centros Coordenadores de Busca e Salvamento da Região Oceânica de Santa Maria, do total de 10 missões foram gastas cerca de 44:15 H/V,

No que respeita à divulgação do património histórico da Força Aérea junto da população, são de referir as diversas exposições temporárias e itinerantes, as 148 cerimónias, os 26 concertos da Banda de Música da Força Aérea, bem como a exposição estática de aeronaves no Museu do Ar, tendo este órgão de natureza cultural acolhido cerca de 19.000 visitantes (incluem-se as visitas aos Pólos de Ovar e Sintra). A exposição estática da Força Aérea, por ocasião do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas; no Marquês de Pombal

Na QUALIFICA – Feira de Educação, Formação, Juventude e Emprego; na Exponor

Na MecanIST – Exposição “A Engenharia Aeroespacial na Força Aérea” no Instituto Superior Técnico. Para além das ações de divulgação relacionadas com a sua atividade e património histórico, importa ainda referir outras atividades efetuadas pela Força Aérea, nomeadamente, receção de visitas em várias unidades e a organização de acampamentos no Campo de Tiro de Alcochete com diversas escolas, agrupamentos e instituições

A revista aeronáutica “Mais Alto” manteve-se como publicação de referência junto da camada civil.

2.3 – FORÇA AÉREA

								(euros)
Missão	Elementos Orgânicos Afetos	Meios Afetos		Horas de Voo	Natureza das Despesas			TOTAL
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Colaboração com Entidades Cíveis - Transportes Especiais	ESQ. 502	42	C-295	15:40	8.096	18.467	19.190	987.000
	ESQ. 501	143	C-130	36:15	63.699	110.811	66.465	
	ESQ. 504	105	FALCON50	98:10	132.478	168.648	98.597	
	ESQ. 552	78	ALIII	45:30	54.084	40.880	11.021	
	ESQ. 601	65	P3C	23:15	51.247	72.019	54.784	
	ESQ. 751	15	EH-101	2:40	2.922	6.666	6.927	
Busca e Salvamento	ESQ. 502	196	C-295	131:10	67.768	154.584	160.635	987.798
	ESQ. 552	21	ALIII	9:15	10.995	8.311	2.240	
	ESQ. 601	18	P3C	1:55	4.232	5.947	4.524	
	ESQ. 751	160	EH-101	91:55	100.605	229.487	238.470	
Evacuação Sanitária	ESQ. 504	55	FALCON50	53:10	71.752	91.342	53.402	2.930.497
	ESQ. 502	808	C-295	224:15	115.857	264.278	274.623	
	ESQ. 751	630	EH-101	332:55	364.376	831.167	863.701	
Transporte de Órgãos	ESQ. 502	20	C-295	11:15	5.812	13.258	13.777	206.021
	ESQ. 504	45	FALCON50	24:35	33.170	42.226	24.687	
	ESQ. 601	12	P3C	6:35	14.503	20.382	15.504	
	ESQ. 751	5	EH-101	3:40	4.017	9.163	9.521	
Fiscalização SIFICAP	ESQ. 502	424	C-295	181:20	93.683	213.697	222.062	1.018.088
	ESQ. 751	171	EH-101	79:00	86.464	197.231	204.951	
Deteção e Controlo de Poluição	ESQ. 502	4	C-295	1:05	558	1.273	1.323	3.153
	ESQ. 502	5	C-295	4:20	2.237	5.103	5.303	12.643
TOTAL		3.022		1.377:55	1.288.555	2.504.940	2.351.707	6.145.200



Forças Nacionais Destacadas

3

NOTA EXPLICATIVA

Em cumprimento do constitucionalmente estabelecido “Incumbe às Forças Armadas, nos termos da lei, satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte”.

Neste contexto, desde finais de 1993, Portugal, tem vindo a participar em Missões Humanitárias e de Paz (MHP) com Forças Nacionais Destacadas (FND) em diversos teatros de operações (TO) ou com militares em outras missões no exterior, e a contribuir com forças e meios para: as NATO *Graduated Forces* (NGF) (*Immediate Reaction Force* (IRF) da NATO *Response Force* (NRF) e para as *Standing NATO Maritime Group 1 e 2* (SNMG 1 e 2)), bem como para a EU *Battle Groups* (EUBG) e EUROFORÇAS (EUROFOR ou EUROMARFOR), os quais, por razões de simplificação, quando empregues, se consideram abrangidas no conceito de FND.

De um modo geral, as Forças Armadas Portuguesas têm participado em operações humanitárias, de apoio à paz e outras, que decorrem de Resoluções do Conselho de Segurança da ONU (CS/ONU), sob a responsabilidade dessa organização, da OTAN, da UE, integradas em coligações e outras dirigidas para a prossecução dos interesses estratégicos e particulares de Portugal.

A atuação do EMGFA orienta-se de modo a validar, com a participação e colaboração dos Ramos, a adequabilidade, a aceitabilidade e a exequibilidade das forças e meios nacionais, que possam satisfazer às condições de emprego e outros requisitos estabelecidos pelas organizações internacionais, em termos de capacidades próprias, composição da força e custos relacionados com o seu levantamento, preparação, aprontamento e sustentação.

Compete ao EMGFA propor a participação nacional, especificando os requisitos operacionais que as forças e meios podem satisfazer, as eventuais limitações ao seu emprego e a sua composição, organização e custos associados, em função dos diversos cenários de participação definidos pelo Governo para o desenvolvimento da sua política externa.

3.1 – CONTRIBUIÇÃO NACIONAL PARA OPERAÇÕES E FORÇAS DE ELEVADA

PRONTIDÃO

3.1.1 - Operações da ONU em que Portugal participa

Portugal, como membro das Nações Unidas (NU), tem satisfeito os compromissos internacionais assumidos no âmbito militar, participando em missões de carácter humanitário e de apoio à paz, designadamente:

3.1.1.1 – Timor-Leste (United Nations Integrated Mission in East-Timor) (UNMIT)

A missão das NU em Timor, com a designação de UNMIT, nos termos da Resolução do CS/ONU nº 1704, de Agosto de 2006, resultou do reconhecimento da frágil situação de segurança, política e humanitária em Timor-Leste e da necessidade de apoiar o Governo timorense a consolidar a estabilidade, promover a governação democrática e a facilitar o diálogo político entre timorenses, com vista à reconciliação nacional e fortalecimento da coesão social.

Portugal participou com 2 militares como oficiais de ligação que terminaram a sua missão no início de Dezembro com a retirada desta força das Nações Unidas de Timor-Leste

3.1.1.2 - Afeganistão (United Nations Assistance Mission in Afghanistan) (UNAMA)

A missão das NU no Afeganistão, com a designação de UNAMA, foi aprovada pelo Conselho de Segurança das NU (CS/NU) e resultou da necessidade de viabilizar a consolidação do processo de reconstrução e de restabelecimento de um ambiente de segurança, num quadro de instabilidade e violência existentes.

No âmbito da UNAMA Portugal participa com 1 militar como oficial de ligação.

3.1.1.3 - Kosovo (United Nations Interim Administration Mission in Kosovo) (UNMIK)

Em 10 de Junho de 1999, o CS/NU aprovou a Resolução 1244 autorizando a Missão das Nações Unidas para a Administração Interina do Kosovo (UNMIK).

A UNMIK tem como principal objetivo estratégico a promoção da segurança, estabilidade e respeito pelos direitos humanos no Kosovo, através do seu envolvimento com todas as comunidades locais, com as lideranças em Pristina e Belgrado e com os diferentes atores regionais e internacionais, incluindo a OSCE, EULEX e a KFOR.

Portugal participa na UNMIK com 1 militar, com o posto de Coronel, que é o Chefe do Military Liaison Office.

3.1.2 - Operações da NATO em que Portugal participa

3.1.2.1 - International Security Assistance Force (ISAF)

Na sequência do processo de transição¹, surgiu o conceito operacional de Assistência de Segurança de Forças (SFA2) no Afeganistão (AFG), destinado a apoiar as Afghan National Army (ANA) e Afghan National Police (ANP) à medida que as forças da ISAF forem reduzindo. Salienta-se na atual fase do processo de transição e no âmbito do conceito de SFA a importância do preenchimento pelas nações das Advisors Teams (AT) (em substituição das OMLTs³) de modo a apoiar as ANSF, pré-requisito para a transferência de responsabilidades de segurança até final de 2014. Nessa medida, tornou-se necessário proceder a algumas alterações na constituição do Contingente Nacional, refletindo a versão implementada da CJSOR⁴, dentro do teto de efetivos estabelecido e de modo a potenciar o contributo nacional para a ISAF.

Em sessão do CSDN, de 15 de março de 2012, foi dado parecer favorável a uma proposta do Governo relativa a novas contribuições para 2012, elevando-se o efetivo máximo autorizado para 235 militares.

3.1.2.2 - Kosovo Force (KFOR)

Em 01MAR11 a KFOR transitou para o “Gate 2” da Deterrent Presence. Desde 26SET12 (FOC), o Agrupamento Índia da Brigada Mecanizada, com um efetivo de 164 militares, está sediado no complexo de “Camp SlimLines”, perto de Pristina, e constitui, com uma Companhia Húngara, a Reserva Tática do Comandante da KFOR (KFOR Tactical Reserve Maneuver Battalion – KTM).

KTM com um efetivo de 309 militares, dos quais 164 são nacionais.

¹O processo de transição foi dividido em 5 fases, dependentes da situação de segurança e das capacidades das ANSF. Neste momento já se concluiu a fase 3, o que significa que 75% da população do Afeganistão vive em território cuja segurança é primariamente garantida pelas ANSF. Aguarda-se que o Presidente Hamid Karzai anuncie o início da fase 4.

²SFA – Security Forces Assistance.

³OMLT – Operational Mentor and Liaison Teams.

⁴CJSOR – Combined Joint Statement of Requirements.

Em final de outubro de 2012 foram projetados para o TO do Kosovo 5 militares que constituem a Célula de Informações Militares (CIM) e que permanecem localizados junto do QG da KFOR em Campo FilmCity.

Portugal contribui ainda com 4 militares colocados no QG do Comando da KFOR: 2 no JointEffectsCoordination (1 com funções de chefia), 1 como EnvironmentalOfficer e 1 como chefe da célula J4 (Logística).

3.1.2.3 - Missão da NATO no Mediterrâneo (Operação Active Endeavour/Strait of Gibraltar)

A operação “Active Endeavour” (OAE) teve início em 2001 e tem como objetivos demonstrar a determinação e solidariedade da NATO no combate ao terrorismo e apoiar a deteção e combate às atividades terroristas no Mediterrâneo.

No ano de 2011 o número de missões realizado foi de duas saídas por mês, tendo sido reduzido para uma saída mensal a partir de janeiro de 2012. De 6 a 20 de Setembro e de 13 a 27 de Outubro de 2012, o submarino NRP Arpão (SSG) integrou a SNMG2 no tendo participado, durante esse período, na Operação Active Endeavour (OAE).

3.1.2.4 - Missão da NATO na área do Corno de África (HoA - Operação Ocean Shield)

A “*Operation Ocean Shield*” (OOS) sucedeu à “*Operation Allied Protector*” retendo as lições identificadas e aprendidas e é, desde 17 de agosto de 2009, a face visível da contribuição da NATO no esforço internacional da luta contra a pirataria na área do Corno de África (HoA).

Assim, reconhecendo a importância estratégica do HoA para o hemisfério ocidental bem como para a região, a Aliança continua a contribuir para o esforço da comunidade internacional no combate à pirataria. Convergentes com este entendimento e conscientes do valor acrescentado da presença das forças da NATO na região, a União Europeia e as “*Coalition Maritime Forces*” (CMF) já terão divulgado que, se eventualmente a NATO retirar do teatro de operações, o esforço internacional será afetado significativamente. Neste sentido, o Conselho do Atlântico Norte (NAC), estendeu o mandato da OOS de até final de 2014.

Os esforços da NATO no combate à pirataria têm sido prejudicados pela inexistência de um edifício jurídico robusto e aplicável, com vista à perseguição, detenção e transferência de indivíduos suspeitos de praticarem atos de pirataria. Acredita-se, ainda, que este problema, não inibindo a NATO de continuar a OOS, tem vindo a prejudicar a capacidade de gerar meios operacionais para emprego no teatro de operações.

A NATO tem vindo a operar na área de operações da costa da Somália através da contribuição do SNMG 1 e 2, em cooperação com outras organizações (União Europeia, “*Combined Task Force 151*” (CTF-151) e outros países Non-NATO) no combate à pirataria.

Em 2012, Portugal, preencheu (até ao final de Maio) o cargo de Chefe do Estado-Maior no *Force Headquarters Afloat* da SNMG1.

3.1.2.5 - Missão de Policiamento Aéreo da NATO

O Sistema Integrado de Defesa Aérea da NATO, em tempo de paz, assenta no empenhamento das capacidades de defesa aérea de cada Estado membro no policiamento do respetivo espaço aéreo.

O Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN), reunido em 24 de novembro de 2011, deu parecer favorável, por unanimidade, à missão de Policiamento Aéreo da Islândia, por um período de 2 meses entre setembro e dezembro, posteriormente alterado a pedido das autoridades islandesas.

A participação nacional ocorreu de 14 de agosto a 17 de setembro de 2012.

O contingente nacional constou de 12 elementos de operações (incluindo 8 pilotos-aviadores), uma equipa CRC com 7 elementos e uma equipa de apoio com 51 elementos, perfazendo um total de 70 militares. Os meios destacados incluíram 6 aeronaves F-16.

3.1.3 - Forças em elevada prontidão no âmbito da NATO para as quais Portugal contribui com Forças e meios

3.1.3.1 - NATO Response Force (NRF) / Immediate Response Force (IRF)

A NRF/IRF é uma força de reação imediata, conjunta e combinada, com um efetivo aproximado de 13.000 militares, com uma prontidão entre 5 e 30 dias, capacidade de sustentação no mínimo para 30 dias e preparada para intervir como “Initial Entry Force” em operações de Resposta a Crises ou ao abrigo do artigo 5º.

No ano de 2012, Portugal integrou a estrutura da NRF na componente “Immediate Response Force” (IRF) com as seguintes capacidades:

NRF 2012 - <i>STANDBY</i> DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012	
Designação	Caracterização
FFGH	Fragata com um efetivo de 180 militares, apenas no 2º semestre de 2012
SOTG (L) – Special Operations Task Group (Land)	Efectivo de 75 militares
6 X F-16	Efectivo 105 militares

3.1.3.2 - Standing NATO Maritime Group 1/2 (SNMG1/2)

As SNMG1/2 são forças navais permanentes da NATO, aptas a desempenhar ações de presença naval, assim como outras atividades típicas de tempo de paz, no âmbito das MSO, constituindo um dos elementos permanentes da NRF.

Em 2012, Portugal, preencheu (até ao final de Maio) o cargo de Chefe do Estado-Maior no *Force Headquarters Afloat* da SNMG1.

Ainda no ano de 2012, o NRP Arpão (SSG) integrou a SNMG2 no período de 4 de Setembro a 27 de Outubro tendo participado, durante esse período, na Operação *Active Endeavour* (OAE).

3.1.4 - Operações da UE em que Portugal participa

Como membro da União Europeia, Portugal tem contribuído igualmente no âmbito dos compromissos militares assumidos por esta organização, nomeadamente através da participação em missões de carácter humanitário e de manutenção de paz.

3.1.4.1 – Republica Democrática do Congo – Missão da UE de aconselhamento e assistência para a reforma do setor de segurança da RDC (EU advisory and assistance mission for security reform in the Democratic Republic of Congo (DRC) (EUSEC RDC))

A missão EUSEC RDC teve início em 2005, na sequência de um pedido de apoio das autoridades da RDC, e tem por objetivos prestar aconselhamento e assistência às instituições congoleesas no setor da segurança, assegurando que as reformas se fazem no respeito pelos direitos humanos, direito internacional e princípios democráticos, sustentada na transparência e respeito pela lei.

Portugal participa na EUSEC com 2 militares.

3.1.4.2 – Somália – Missão da UE de treino para a reforma do setor de segurança da Somália (EUTM Somália)

No sentido de viabilizar a consolidação do processo de restabelecimento de um ambiente de segurança e desenvolvimento, no caminho da paz e estabilidade na Somália, o Conselho da União Europeia, através da decisão 2010/96/CFSP de 15 de Fevereiro de 2010, em estreita cooperação e coordenação com a União Africana, aprovou o estabelecimento de uma missão “não-executiva” para contribuir para o treino das forças de Segurança da Somália, designada por “UE *Training Mission*” (EUTM) Somália, em curso no Uganda.

O 4º Intake do 2º Mandato teve início com a Operação *Crested Star* III, que decorreu de 1 a 6 julho 2012. A Operação foi liderada pelo US *Government Department of State* e envolveu o movimento de militares somalis entre o *JAZEERAH Camp* (Mogadíscio/Somália) e o *Training Center* (Bihanga/Uganda).

Em 26Ago12, apresentaram-se no Teatro de Operações (TO) Uganda, 13 militares portugueses que constituíram a equipa de formação *Fighting in Build-up Areas* (FIBUA).

Em 03Set12, a equipa portuguesa deu início à 2ª fase com a formação FIBUA aos soldados somalis.

Em 29Out12, iniciou-se a Fase 3 de formação onde a equipa FIBUA centrou a sua actuação na monitorização da formação ministrada por militares Somalis que constituem a equipa de especialistas em FIBUA. Entre 17 e 18Nov12 foi realizado o exercício “*Vigilant Lion*”, marcando o fim da Fase 3.

No dia 25 de novembro de 2012 foram retraídos do TO 11 elementos do módulo de FIBUA, ficando a equipa com 2 militares para darem apoio à fase de Coesão.

3.1.4.3 - Bósnia e Herzegovina (BiH) – Operação Militar da UE na BiH (Operation EUFOR – Althea)

A operação militar EUFOR - Althea teve início em 2004 e tem sido executada no âmbito da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD). Esta operação tem como objetivo garantir uma presença militar para contribuir para a manutenção de um ambiente estável e seguro.

Os efetivos em 2011 traduziram-se em, 1 militar em funções de estado-maior no QG da Força, em Sarajevo; 1 militar como Oficial de Ligação, no QG do RCC4 em Tuzla, e 12 militares nas duas *Liaison Operational Team* (LOT) (6 militares cada).

Na sequência da decisão relativa ao fim da participação nacional nesta operação, esta FND iniciou a retração em dezembro de 2011, a qual ficou concluída em 15 de janeiro de 2012.

3.1.4.4 – Corno de África, Costa da Somália e Oceano Índico - Missão Militar da EU na costa da Somália (Operation Atalanta EU Naval Force to the Somália (EUNAVFOR SOMÁLIA - OP ATALANTA)).

A União Europeia (UE), em apoio às Resoluções 1814 (2008), 1816 (2008) e 1838 (2008) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, deu início a uma operação militar em 2008 na costa da Somália, com a designação “Operação Atalanta”, aprovada pela Resolução do Conselho da União Europeia 2008/851/CFSP de 10 de novembro de 2008.

A “Operação Atalanta” tem como objetivo, proteger o tráfego marítimo que atravessa o Golfo de Áden e a bacia da Somália, em particular os navios fretados pelas Nações Unidas no âmbito do “*World Food Programme*”, e ainda, prevenir e deter os atos de pirataria ou assaltos a navios nessa área.

Em 2012, Portugal voltou a empenhar um meio naval, por 2 meses.

3.1.4.5- EUROFORÇAS

Este Grupo de Cargos inclui os cargos na EUROMARFOR e na EUROFOR.

Na EUROMARFOR, resultante dos compromissos assumidos, Portugal tem um cargo atribuído, que é o Representante Nacional na Célula Permanente desta Força Marítima Europeia, com a particularidade da sede desta célula alternar, de 2 em 2 anos, entre os países que dela fazem parte (Portugal, Espanha, França e Itália), estando, atualmente, sediada em Toulon (França).

Na sequência da Declaração de Petersberg (1992), que foi assinada pelos ministros dos negócios estrangeiros da União Europeia (UE), as quatro nações demonstraram vontade de contribuir para o cumprimento das missões previstas naquela Declaração, e assim, em 15 de Maio de 1995, em Lisboa, foi criada formalmente a EUROFORCE (que compreende a componente marítima, EUROMARFOR, e a componente terrestre EUROFOR).

A EUROMARFOR, criada em Maio de 1995 pela França, Itália, Portugal e Espanha, pode ser empregue em vários tipos de missões como missões humanitárias e de salvamento, missões de manutenção da paz, missões de combate em gestão de crises, incluindo de restabelecimento da paz.

A EUROFOR, com o Quartel-General em Florença (Itália), tem tido 16 militares portugueses a prestarem serviço nesse QG. Esta força foi desactivada em 14 de Junho de 2012.

3.2 - TIPOLOGIA DAS OPERAÇÕES

Para tipificar a participação de Forças Armadas em operações em apoio da ação externa do Estado, foi adotada a Doutrina em vigor na NATO, a qual preconiza a seguinte partição:

3.2.1 Operações no âmbito do artigo 5º do Tratado da Aliança – Defesa Coletiva

3.2.2 Operações não artigo 5º - Operações de Resposta a Crises (CRO)

3.2.2.1 Operações de Apoio à Paz (PSO)

- (1) Manutenção de Paz (PK);
- (2) Imposição de Paz (PE);
- (3) Prevenção de Conflitos (CP);
- (4) Restabelecimento da Paz (PM);
- (5) Consolidação da Paz (PB);
- (6) Operações Humanitárias (HO).

3.2.2.2 Outras Operações e Tarefas de Resposta a Crises (CRO)

- (1) Apoio a operações humanitárias.
 - a. Assistência a deslocados e refugiados;
 - b. Operações humanitárias (fora do âmbito das PSO).
- (2) Assistência a desastres;
- (3) Busca e salvamento;
- (4) Operações de evacuação de não combatentes (NEO);
- (5) Operações de extração;
- (6) Apoio às autoridades civis;
- (7) Imposição de sanções e embargos.

3.3 – DESPESAS COM MISSÕES

Os encargos financeiros resultantes da participação das Forças Armadas em missões humanitárias e de paz conduzidas sob a égide das diversas organizações de que Portugal faz parte atingiram, no ano de 2012, um total de € **46.663.957,00**, conforme indicado no quadro seguinte, sendo as missões da NATO aquelas que, de longe, representaram a maior parcela:

Ano: 2012			
Organização	Missão	Custo/Missão (Euros)	TOTAL (Euros)
ONU	UNAMA	33.081	3.838.423
	UNIFIL	3.695.211	
	UNMIT	110.131	
NATO	ISAF	15.233.340	34.129.013
	KFOR	9.814.189	
	ACTIVE ENDEAVOUR	953.706	
	IRF/NRF	1.980.057	

	SNMG	1.385.582	
	AIR POLICING ICELAND	4.616.653	
	QG's	145.486	
	EUNAVFOR ATALANTA	6.751.473	
UE	EUTM-SOMALIA	634.701	7.452.186
	EUSEC	66.012	
EMGFA	MANATIM	742.296	742.296
	INOPINADOS (Encargos C2 e Logística)	502.038	502.038
TOTAL			46.663.956



3.4 – APOIO MILITAR À AÇÃO EXTERNA DO ESTADO PORTUGUÊS

3.4.1 – Operações/Missões realizadas

Organização	Código/Operação	Tipo Operação	País/Região	Período Operação/Missão	Pessoal Empenhado
ONU	-				-
NATO	-				-
UE	-				-
TOTAL					-

3.4.1.1 – Operações/Missões no âmbito da ONU

3.4.1.1.1 – Operações/Missões no âmbito da ONU – Efetivos

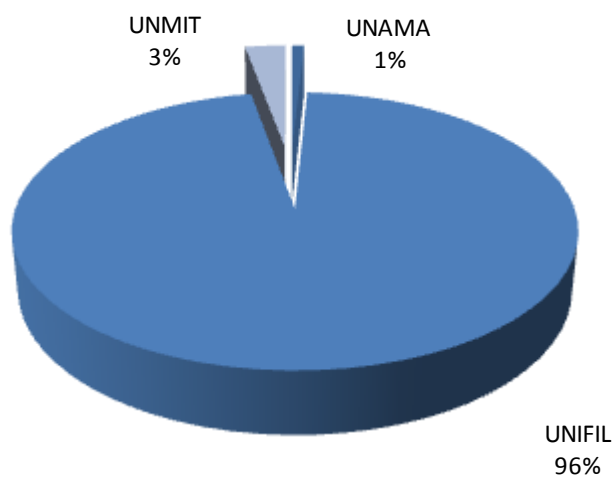
Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Marinha				Exército				Força Aérea			
		QP	RC	M	F	QP	RV/RC	M	F	QP	RC	M	F
-													
TOTAL		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

3.4.1.1.2 - Operações/Missões no âmbito da ONU – Meios envolvidos

(euros)		
Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Despesas
UNAMA	Oficial de ligação	33.081
UNIFIL	Unidade de Engenharia	3.695.211
UNMIT	Oficial de Ligação	110.131
TOTAL		3.838.423

(1) Regularização de despesas

Missões ONU - Despesas com Unidades Orgânicas/Meios



3.4.1.2 – Operações/Missões no âmbito da NATO

3.4.1.2.1 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da NATO – Efetivos

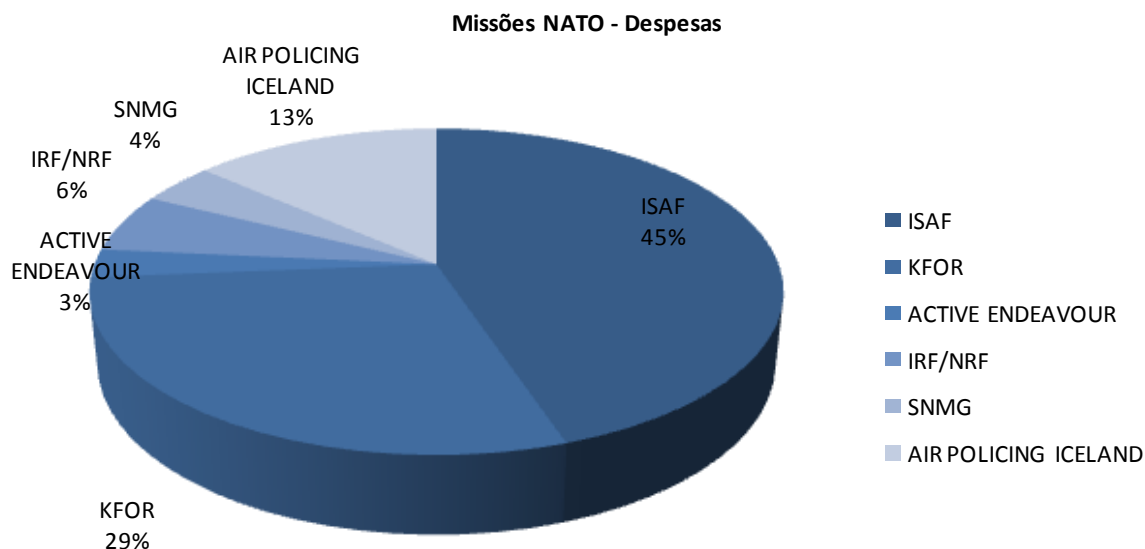
Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Marinha				Exército				Força Aérea			
		QP	RC	M	F	QP	RV/RC	M	F	QP	RC	M	F
-													
TOTAL		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(*) Duas saídas/mês.

3.4.1.2.2 - Operações/Missões/Compromissos no âmbito da NATO – Meios envolvidos

(euros)

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Despesas
ISAF	OMLTs / Equipa de Formadores / Unidade de Apoio	15.233.340
KFOR		9.814.189
ACTIVE ENDEAVOUR	Aeronave MPA P-3	953.706
IRF/NRF	1 FFGH / 1 MP Coy / Aeronave MPA P-3	1.980.057
SNMG	1 SSG Classe “Tridente”	1.385.582
AIR POLICING ICELAND	4 Aeronaves F-16	4.616.653
TOTAL		33.983.527



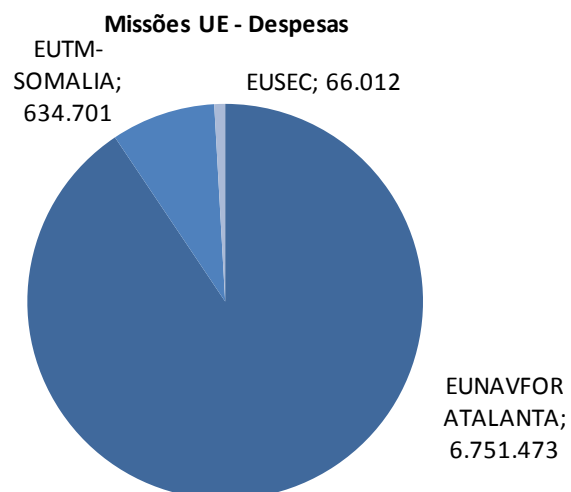
3.4.1.3 – Operações/Missões no âmbito da UE

3.4.1.3.1 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da UE – Efetivos

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Marinha				Exército				Força Aérea			
		QP	RC	M	F	QP	RV/RC	M	F	QP	RC	M	F
-													
TOTAL		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

3.4.1.3.2 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da UE – Meios envolvidos

			(euros)
Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Despesas	
EUNAVFOR ATALANTA	1 FFGH	6.751.473	
EUTM-SOMALIA	HQ / Equipa FIBUA	634.701	
EUSEC	HQ	66.012	
TOTAL		7.452.186	



3.4.2 – Contributos nacionais para Forças de alta prontidão

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Marinha				Exército				Força Aérea			
		QP	RC	M	F	QP	RV/RC	M	F	QP	RC	M	F
-													
TOTAL		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Relações Bilaterais de Defesa e Cooperação Técnico-Militar



NOTA EXPLICATIVA

O relacionamento bilateral no âmbito da Defesa (do qual excluímos a Cooperação Técnico-Militar com os Países Africanos de Língua Portuguesa e Timor Leste, que pela sua especificidade própria será tratada em capítulo separado) continuou a registar, durante o ano de 2012, algumas limitações quantitativas face aos conhecidos constrangimentos orçamentais.

Contudo, foi ainda possível desenvolver alguma atividade bilateral significativa neste quadro e no âmbito dos três principais pilares da política externa da Defesa – o pilar transatlântico, o pilar transmediterrânico e a Europa, consolidando o bom nível de relacionamento com os parceiros tradicionais.

Acresce que o continuado e regular desempenho desta área da política externa de Defesa, que se baseia nas grandes linhas orientadoras definidas superiormente, traduz-se na concretização das atividades acordadas, planeadas mas também inopinadas. Tal só foi possível devido à estreita coordenação e envolvimento das Forças Armadas e dos Órgãos e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional, continuando-se a registar níveis crescentes de coordenação e partilha de informação entre todos os promotores de ações no quadro da diplomacia da Defesa.

Nos quadros seguintes apresenta-se o ponto de situação, referente ao ano de 2012, das atividades desenvolvidas no âmbito do relacionamento bilateral de Defesa.

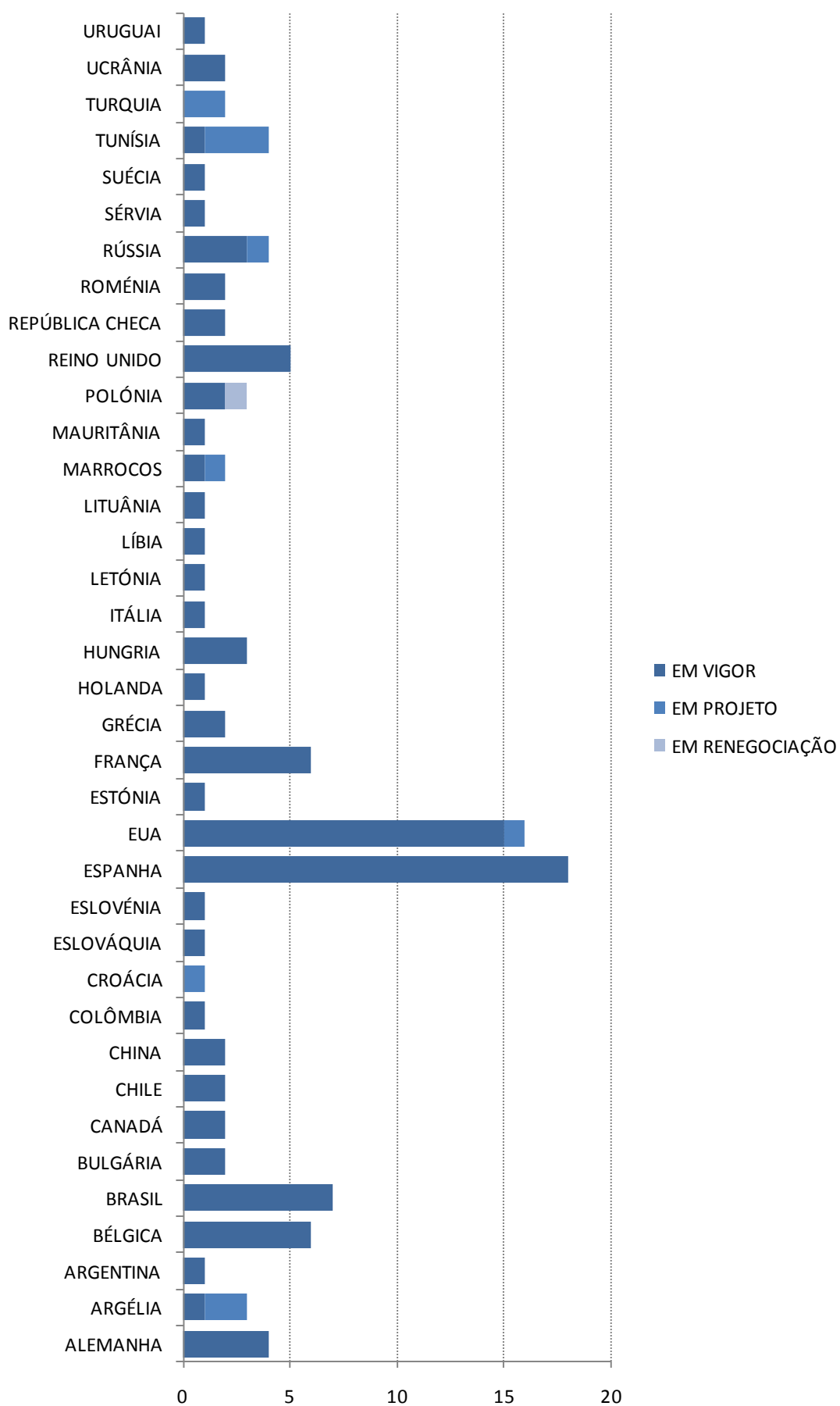
4.1 – ATIVIDADE BILATERAL DE DEFESA (COM EXCEÇÃO DA ÁFRICA

SUBSARIANA)

4.1.1 - Tratados, acordos, convenções e memorandos de entendimento

PAÍS	EM VIGOR	EM PROJETO	EM RENEGOCIAÇÃO
ALEMANHA	4		
ARGÉLIA	1	2	
ARGENTINA	1		
BÉLGICA	6		
BRASIL	7		
BULGÁRIA	2		
CANADÁ	2		
CHILE	2		
CHINA	2		
COLÔMBIA	1		
CROÁCIA		1	
ESLOVÁQUIA	1		
ESLOVÉNIA	1		
ESPAÑHA	18		
EUA	15	1	
ESTÓNIA	1		
FRANÇA	6		
GRÉCIA	2		
HOLANDA	1		

HUNGRIA	3		
ITÁLIA	1		
LETÔNIA	1		
LÍBIA	1		
LITUÂNIA	1		
MARROCOS	1	1	
MAURITÂNIA	1		
POLÓNIA	2		1
REINO UNIDO	5		
REPÚBLICA CHECA	2		
ROMÉLIA	2		
RÚSSIA	3	1	
SÉRVIA	1		
SUÉCIA	1		
TUNÍSIA	1	3	
TURQUIA		2	
UCRÂNIA	2		
URUGUAI	1		
TOTAL	102	11	1



4.1.2 - Programas de Cooperação/Atividades

PAÍS	ATIVIDADES
ARGÉLIA	<p>Estágio de delegação argelina no domínio da informação e das técnicas de restauro museológico, Portugal.</p> <p>Visita de delegação argelina para troca de experiências no âmbito da Defesa Aérea, Lisboa.</p> <p>Participação de delegação no Curso de Sobrevivência em Terra e no Mar, no Centro de Treino de Sobrevivência da Força Aérea Portuguesa, Montijo.</p> <p>Intercâmbio de tripulantes de helicóptero EH 101 MERLIN, Argélia.</p> <p>Visita de delegação das Forças Armadas Argelinas à Escola Prática de Cavalaria do Exército Português, Abrantes.</p> <p>Participação de delegação em troca de experiências no âmbito da formação de pilotos e mecânicos de aviões de caça, Base Aérea N.º 11, Beja.</p> <p>Embarque de cadete da Marinha Argelina a bordo do Navio Escola "Sagres".</p> <p>Participação de delegação de fuzileiros argelinos em troca de experiências e treino conjunto, Base Naval de Lisboa.</p> <p>Deslocação de representantes da EMPORDEF - Indústrias de Defesa no âmbito da promoção e divulgação das capacidades técnicas dos setores da construção e da reparação naval, Argélia.</p> <p>Participação de Capitão Médico Dentista do Exército Português nas Jornadas Médico-Cirúrgicas da ANP– Armée Nationale Populaire, Argélia.</p> <p>Visita de Oficial à Argélia para intercâmbio no domínio da Meteorologia, Argel.</p> <p>7ª Reunião da Comissão Mista Luso-Argelina, Argel.</p> <p>Participação de Oficial do Exército Português em exercício tático com fogos reais de nível Companhia, "École des Cadres de l'Infanterie", Sidi Bel Abbès.</p>
ARGENTINA	<p>III Conversações político-estratégicas de Defesa entre Portugal e a Argentina, incluindo visitas ao Instituto de Investigações Científicas e Técnicas para a Defesa, Complexo Industrial Naval Argentino e Centro Argentino de Treino Conjunto para Operações de Paz, Buenos Aires.</p>
BRASIL	<p>Visita do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa do Brasil, General de Exército José Carlos de Nardi, incluindo uma conferência no Instituto da Defesa Nacional, Lisboa.</p> <p>Visita oficial de Sexa. o Ministro da Defesa Nacional ao Brasil.</p> <p>Participação de Oficial do Centro de Treino de Sobrevivência da Força Aérea no Curso de Sobrevivência na Selva para tripulantes no Brasil, Base Aérea de Campo Grande.</p> <p>Visita a Portugal do Curso de Política e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval da Marinha do Brasil, incluindo ciclo de palestras multidisciplinar, no IDN, visita ao N.R.P. "Bartolomeu Dias", ao Comando Naval e ao Headquarter NATO - Allied Joint Force Command Lisbon.</p>
CHILE	<p>Intercâmbio de Experiências e Lições Aprendidas em Operações de Manutenção de Paz, Portugal.</p> <p>IV conversações político-estratégicas de Defesa entre Portugal e o Chile, incluindo visitas ao Instituto Geográfico do Exército e à Esquadilha de Submarinos, Portugal.</p> <p>Visita de delegação do Exército do Chile para intercâmbio multidisciplinar com o Exército Português (Sistema de Gestão Estratégica do Exército; Situação do Soldado Profissional e Sistemas de Formação em Portugal; Org., treino e emprego da Brigada de Reação Rápida), Portugal.</p> <p>Intercâmbio de experiências entre delegação do Instituto Hidrográfico da Marinha portuguesa e o Serviço Hidrográfico e Oceanográfico do Chile, Chile.</p>

CHINA	<p>Visita a Portugal de delegação militar chefiada pelo General Hou Shusen, Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército Popular de Libertação, incluindo reunião de trabalho com o EMGFA e audiências de cortesia com Sexas. o Ministro da Defesa Nacional e General CEMGFA.</p>
COREIA	<p>Visita de delegação da “Korean Airports Corporation” à Base Aérea N.º 11 de Beja no âmbito do projeto IMFACC.</p> <p>Participação na 3.ª reunião da Comissão Mista Económica entre Portugal e a Coreia do Sul, Ministério da Economia e do Emprego.</p>
ESPANHA	<p>Reunião informal de Diretores de Política de Defesa de Portugal e Espanha, Bruxelas.</p> <p>Reunião do Grupo de Trabalho Político-Estratégico do CLESD (Conselho Luso-Espanhol de Segurança e Defesa), Madrid.</p> <p>Reunião da Comissão Preparatória do CLESD, Madrid.</p> <p>III Conselho Luso-Espanhol de Segurança e Defesa, Porto.</p> <p>Encontro entre o Ministro da Defesa Nacional, José Pedro Aguiar-Branco e o Ministro da Defesa Pedro Morenés Eulate, Porto.</p> <p>Embarque de cadete da Marinha Espanhola a bordo do Navio Escola “Sagres”.</p> <p>Encontro entre o Ministro da Defesa Nacional, José Pedro Aguiar-Branco e o Ministro da Defesa Pedro Morenés Eulate, Madrid.</p>
EUA	<p>Visita do navio USS “Bataan” (LHD 5) ao porto de Lisboa.</p> <p>Participação na Reunião Preparatória da 40.ª Comissão Técnica Portugal-EUA, Lisboa.</p> <p>Participação na 40.ª Reunião da Comissão Técnica Portugal-EUA, Lisboa.</p> <p>Reunião com delegação multidisciplinar EUA no âmbito da cooperação bilateral de Defesa, MDN, Lisboa.</p> <p>Visita de Sexa. o Ministro da Defesa Nacional a Washington.</p> <p>Encontro bilateral com o Subsecretário Adjunto da Defesa dos EUA para a OTAN e Europa, James Townsend à margem da reunião de Diretores de Política de Defesa da OTAN, Dinamarca.</p> <p>Participação de delegação da Defesa na 1.ª sessão extraordinária da Comissão Bilateral Permanente do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América, Lisboa.</p> <p>Reunião no Departamento de Defesa/Pentágono, Washington.</p> <p>3.ªs conversações de política de Defesa entre a Direção-Geral de Política de Defesa Nacional e o Departamento de Defesa/Pentágono, Washington.</p> <p>33ª Reunião da Comissão Laboral Portugal-EUA, Lisboa.</p> <p>Participação na Reunião Preparatória da 41.ª Comissão Técnica Portugal-EUA, Lisboa.</p> <p>Participação na 41.ª Reunião da Comissão Técnica Portugal-EUA, Lisboa.</p> <p>Participação de delegação na Conferência “SOCOM Special Operation Forces Week” das Forças Armadas dos EUA, Tampa, Florida.</p> <p>2.ª Reunião do Comité de Defesa da Comissão Bilateral Permanente Portugal-EUA, Lisboa.</p> <p>Participação de delegação da Defesa na 31.ª Reunião da Comissão Bilateral Permanente Portugal-EUA, Washington.</p> <p>Audiência entre Sexa. o Ministro da Defesa Nacional e delegação de congressistas dos EUA, Forte de S. Julião da Barra.</p> <p>Visita a Portugal do Secretário da Força Aérea dos EUA, Senhor Michael B. Donley.</p> <p>34.ª Reunião da Comissão Laboral, videoconferência.</p> <p>Participação em reunião com delegação multidisciplinar EUA no âmbito da cooperação bilateral de Defesa, MNE, Lisboa.</p> <p>Participação na Reunião Preparatória da 42.ª Comissão Técnica Portugal-EUA, Lisboa</p> <p>Participação na Reunião da 42.ª Comissão Técnica Portugal-EUA, Lisboa.</p>

	Participação de delegação da Defesa na 2. ^a sessão extraordinária da Comissão Bilateral Permanente do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América, Lisboa.
FRANÇA	Conversações Político-Estratégicas Portugal – França, Lisboa.
LITUÂNIA	Participação de delegação da República da Lituânia no Curso de Sobrevivência em Terra e no Mar para pessoal tripulante, Centro de Treino de Sobrevivência da Força Aérea Portuguesa, Base Aérea N.º 6, Montijo.
MARROCOS	<p>Visita de delegação da Marinha de Marrocos para troca de experiências no âmbito da Hidrografia no Instituto Hidrográfico, Lisboa.</p> <p>Estágio de Oficial da Marinha Marroquina no âmbito de Software Hydrographic Processing Data, Instituto Hidrográfico da Marinha Portuguesa, Lisboa.</p> <p>XVII Reunião da Comissão Mista de Defesa Luso-Marroquina, Rabat.</p> <p>Visita oficial de Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional ao Reino de Marrocos.</p> <p>Participação de delegação, na qualidade de observadores, no Exercício de Operações Especiais “VIRIATO 12”, Portugal.</p> <p>Embarque de cadete da Marinha Marroquina a bordo do Navio Escola “Sagres”.</p> <p>Participação de delegação, na qualidade de supervisores on job training, em exercício de sobrevivência em terra e no mar, incluindo reunião de coordenação tendo em vista a edificação de um Centro de Sobrevivência das Forces Royales Air marroquinas, Meknès.</p> <p>Frequência de Oficial Superior do Exército Português no Curso de Estado-Maior do Collège Royal des Études Militaires Supérieures, Kenitra, Marrocos.</p> <p>Participação de delegação das Forces Royales Air (FRA) de Marrocos em exercício de busca e salvamento e reunião de coordenação tendente à edificação do Centro de Treino de Sobrevivência das FRA, Portugal.</p> <p>Troca de experiências com delegação de Marrocos sobre controlo não destrutivo NDI, Portugal.</p> <p>Visita de delegação de Marrocos à Academia Militar para troca de experiências relativas ao sistema de ensino, Portugal.</p> <p>Participação de delegação em exercício de Busca e Salvamento, “Tamaris 2012”, Casablanca.</p> <p>Estágio de um Oficial de Operações Especiais em ambiente desértico, em unidade de infantaria de Marrocos, Marraquexe.</p>
MAURITÂNIA	II Reunião da Comissão Mista de Defesa com a Mauritânia, Nouakchott.
NIGÉRIA	Visita do Curso “Geo Strategic World Study Tour” do Colégio de Defesa da Nigéria a Portugal, incluindo um programa de conferências no Instituto da Defesa Nacional, visita à Base Naval do Alfeite, ao Museu de Marinha e ao grupo EMPORDEF.
RÚSSIA	<p>Conversações Político-Estratégicas entre Portugal e delegação do Serviço Federal para a Cooperação Técnico-Militar da Federação da Rússia, Lisboa.</p> <p>Participação do DGPDN, em representação de S.Exa. MDN, na Conferência Internacional “O factor da defesa antimíssil na formação do novo espaço de segurança”, Moscovo.</p>
TUNÍSIA	<p>Conferência do Subdiretor do Instituto de Estudos Superiores Militares subordinada ao tema “A Política de Defesa portuguesa” ao Curso de Promoção a Oficial-General da Escola Superior de Guerra da Tunísia, Tunes.</p> <p>Visita de delegação da Academia Militar à Academia Militar da Tunísia.</p> <p>Participação no primeiro simpósio “SUD.SEC. MED. Crises et Conflits en Méditerranée”, Tunes</p> <p>Troca de experiências no âmbito académico entre a Academia da Força Aérea e a Escola de Aviação de Borj El Amri, Tunísia.</p> <p>Participação de delegação no Curso de Sobrevivência em Terra e no Mar, no Centro de Treino de Sobrevivência da Força Aérea Portuguesa, Montijo.</p> <p>Participação de delegação do Comando do Corpo de Fuzileiros da Marinha Portuguesa em estágio prático em Unidade de Fuzileiros tunisina, Base Naval de Bizerte.</p>

	<p>Participação de delegação de Fuzileiros da Marinha Tunisina para treino conjunto e troca de experiências, Portugal.</p> <p>Embarque de cadete da Marinha Portuguesa a bordo do Navio “Khaïreddine” da Marinha Tunisina.</p> <p>Embarque de cadete da Marinha Tunisina a bordo do Navio Escola “Sagres”.</p> <p>Frequência de delegação do Exército tunisino em estágio no âmbito da fotogrametria digital no Instituto Geográfico do Exército.</p> <p>Troca de experiências sobre equipamentos de visão noturna (NVG e FLIR) na Esquadra 751 da Base Aérea N.º 6 – Montijo.</p> <p>Estágio de Piloto para troca de experiências no âmbito da operação de aviões de caça, Base Aérea de Gabès, Tunísia.</p>
TURQUIA	<p>Consultas entre uma delegação do Estado-Maior-General da Turquia e a DGPDN, em Lisboa, no âmbito da negociação de um acordo militar.</p> <p>Embarque de cadete da Marinha Turca a bordo do Navio Escola “Sagres”</p>
URUGUAI	II Conversações Político-Estratégicas de Defesa Portugal-Uruguai, Montevideu.

4.1.3 - Cruzeiros de investigação científica

PAÍS	CRUZEIROS
ALEMANHA	6
CANADÁ	1
ESPAÑA	5
EUA	5
FRANÇA	14
HOLANDA	1
REINO UNIDO	3
TOTAL	35

4.1.4 - Visitas a portos portugueses de navios de guerra estrangeiros

Relação dos pedidos de autorização diplomática para visita de navios de guerra estrangeiros:

PAÍS	VISITAS
ALEMANHA	14
ARGENTINA	2
BÉNIN	2
BRASIL	3
CANADÁ	3
COLOMBIA	1
EQUADOR	1
ESPAÑA	62
EUA	14
FINLÂNDIA	1
FRANÇA	19
GANÁ	2
INDONÉSIA	1
ITÁLIA	2
MARROCOS	1
MÉXICO	2
NORUEGA	1
PAISES BAIXOS	10
POLÓNIA	1
REINO UNIDO	8
RÚSSIA	3
SUÉCIA	3
TURQUIA	2
TOTAL	158

4.1.5 - Sobrevoos e aterragem - Pedidos de autorização Aeronaves Estrangeiras

País	Permanentes	Pedidos Processados Não Permanentes	Total
África do Sul		1	1
Alemanha	67	48	115
Angola	7		7
Arábia Saudita	2	2	4
Argélia	13		13
Áustria	2	8	10
Bangladesh		1	1
Belgica	67	28	95
Bielorússia		4	4
Bolívia		4	4
Brasil	47	10	57
Bulgária	1	0	1
Camarões		2	2
Canadá	16	21	37
Chade		2	2
Chile	13	9	22
China		4	4
Colômbia	3	6	9
Costa do Marfim		1	1
Egipto	37	12	49
Emirados Árabes Unidos		16	16
Espanha	148	21	169
Equador		3	3
Estados Unidos da América	4.033	44	4.077
Finlândia	4		4
França	200	87	287
Gabão		5	5
Guiné Equatorial		2	2
Holanda	18	4	22
Hungria		1	1
Irão		2	2
Israel		2	2
Itália	23	8	31
Jordânia		4	4
Marrocos	21	4	25
Montenegro		1	1
Mónaco		1	1
México		1	1
Namíbia		1	1
Niger		1	1
Nigéria	12		12
Noruega	5	1	6

ONU		1	1
Palestina		1	1
Panamá		4	4
Paquistão	7	1	8
Peru		4	4
Qatar		2	2
Rep Centro Africana		5	5
Rep Checa		2	2
Reino Unido	44	6	50
Ruanda		3	3
Rússia		3	3
S. Tomé e Príncipe		1	1
Sérvia		1	1
Srilanka		1	1
Suazilândia		1	1
Suécia		2	2
Suíça		2	2
Tailândia		1	1
Tunísia	3	3	6
Turquemenistão		2	2
Turquia	7		7
Venezuela		2	2
Vietname		1	1
TOTAL	4.800	421	5.221

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

NOTA EXPLICATIVA

A cooperação Técnico-Militar (CTM) com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e com Timor-Leste, encontra-se estruturada em Programas-Quadro bilaterais, de carácter indicativo e flexível, constituídos por Projetos concretos a executar no terreno, e que envolvem também ações de natureza complementar, decorrentes das orientações e conceitos aplicados à execução da política de CTM, essencialmente dirigida à capacitação dos órgãos de conceção, coordenação e direção da política de Defesa Nacional e das Forças Armadas daqueles Países, bem como à capacitação destas últimas e à formação dos seus quadros militares.

A execução dos Projetos contempla quatro componentes: assessorias técnicas e/ou unidades móveis de instrução, recuperação de infraestruturas locais, fornecimentos de equipamento e formação de pessoal em Portugal e/ou nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste.

Na formação, que constitui componente nuclear da CTM, para além da execução anual de um plano de formação de quadros dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de Timor-Leste em Portugal, os Projetos que se executam no terreno são, na sua maioria, direccionados para a criação e/ou reorganização de estabelecimentos de ensino e centros de instrução/formação militar naqueles Países, com o objetivo de, progressivamente, se criarem capacidades que garantam a autossuficiência e a autonomia no domínio da formação e instrução das respetivas Forças Armadas.

Tendo a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa/CPLP consagrado, em 2001, na sua Declaração Constitutiva, a defesa como área de cooperação, a CTM alargou a sua atividade ao nível multilateral, dando corpo ao desenvolvimento de uma componente de Defesa da Comunidade.

As ações de CTM executadas multilateralmente são definidas e avaliadas pelos Ministros da Defesa da CPLP em sede das respetivas reuniões anuais.

Os encargos relativos ao suporte financeiro dos Programas-Quadro de CTM bilateral e à componente de Defesa da CPLP inscrevem-se, na parte em que sejam elegíveis, na contribuição portuguesa para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD portuguesa).

Os quadros relativos à CTM com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste procuram identificar e quantificar as ações realizadas, as áreas de intervenção e os consequentes investimentos.

4.2. - COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

4.2.1 - Projetos de cooperação técnico-militar com os PLOP

República de Cabo Verde
Estrutura Superior das Forças Armadas
Escola Militar
Polícia Militar

Guarda Costeira Unidade de Fuzileiros Navais Centro de Instrução Militar Conjunto Formação em Portugal

República da Guiné-Bissau

Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas Marinha Nacional Centro de Instrução Militar Comunicações Militares Engenharia Militar Serviço de Material Formação em Portugal

República Democrática de S. Tomé e Príncipe
--

Organização Superior da Defesa e das Forças Armadas Formação e Treino de Unidades para Operações Conjuntas de Interesse Público, Ajuda Humanitária, Gestão de Crises e de Apoio à Paz Pelotão de Engenharia Militar de Construções Formação da Guarda Costeira Manutenção do Sistema de Ajudas Visuais à Navegação Assistência Hospitalar em Portugal
--

República de Angola

Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas Angolanas Instituto Superior de Ensino Militar Academia Militar de Angola Brigada de Forças Especiais Centro de Instrução de Operações de Paz Escola de Administração Militar Direção do Serviço de Saúde das FAA Marinha de Guerra Angolana Engenharia do Exército Escola Militar de Formação Aeronáutica Centro Psicotécnico da FAN Formação em Portugal

República de Moçambique

Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas Marinha de Guerra de Moçambique Academia Militar Marechal Samora Machel Polícia Militar Centro de Formação de Forças Especiais Grupo de Escolas de Formação da Marinha de Guerra Fuzileiros Navais Escola de Sargentos das Forças Armadas de Moçambique Comunicações Militares Formação em Portugal
--

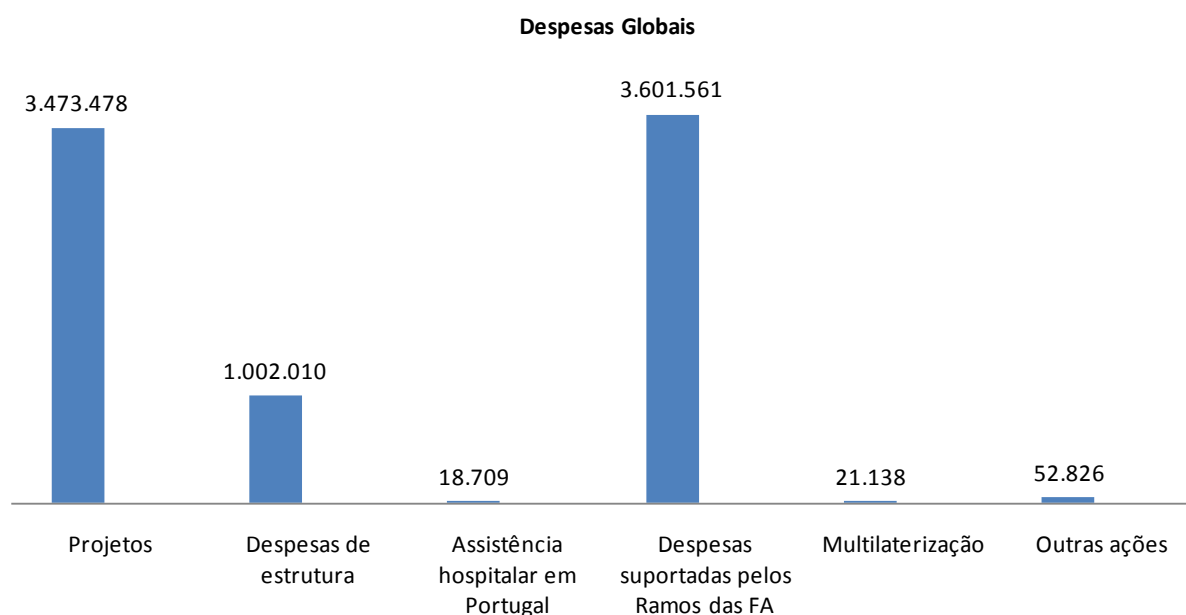
República Democrática de Timor-Leste

Estrutura Superior da Defesa e das F-FDTL Componente Naval Centro de Instrução Militar Formação em Portugal
--

4.2.2 - Despesas globais da cooperação técnico-militar

(euros)

Tipo de Despesas	PAÍSES						TOTAL
	República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Projetos	132.361	59.899	269.002	1.173.054	1.073.793	765.369	3.473.478
Despesas de estrutura	2.825	83.367	74.701	231.640	400.221	209.256	1.002.010
Assistência hospitalar em Portugal	5.217	1.380	2.420	5.658	445	3.589	18.709
Despesas suportadas pelos Ramos das FA	261.192	81.273	266.443	1.203.004	1.141.058	648.591	3.601.561
Multilaterização	3.523	3.523	3.523	3.523	3.523	3.523	21.138
Outras ações	2.199		789	9.810	9.565	30.463	52.826
TOTAL	407.317	229.442	616.878	2.626.689	2.628.605	1.660.791	8.169.722



4.2.3 - Despesas dos projetos de cooperação técnico-militar e militares portugueses deslocados em missões nos PLOP

Tipo de Despesas com Projetos de Cooperação	PAÍSES												(euros)	
	República de Cabo Verde		República da Guiné-Bissau		República Democrática de S. Tomé e Príncipe		República de Angola		República de Moçambique		República Democrática de Timor-Leste		TOTAL	
	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor
Assessorias e/ou Unidades Móveis Instrução (UMI)	19	108.491	3	50.180	14	178.163	90	1.021.228	72	791.900	46	562.971	244	2.712.933
Recuperação de infraestruturas													-	-
Material		8.743				70.260		1.844		3.691		35.797	-	120.335
Transporte de material e pessoal		15.127		4.125		14.875		141.644		272.620		166.601	-	614.992
Formação de pessoal				5.594		5.704		8.338		5.582			-	25.218
TOTAL	19	132.361	3	59.899	14	269.002	90	1.173.054	72	1.073.793	46	765.369	244	3.473.478

4.2.4 - Formação de militares dos PLOP em Portugal por tipo de curso e por Ramo das FA

		(N.º de alunos)						
Tipo de Curso		PAISES						TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Formação	Marinha	11	1	4	8	4	1	29
	Exército	6	3	5	11	11	2	38
	Força Aérea	3			7	7		17
Promoção	Marinha							-
	Exército							-
	Força Aérea				2			2
Atualização	Marinha							-
	Exército							-
	Força Aérea							-
Qualificação	Marinha							-
	Exército							-
	Força Aérea				2	2		4
TOTAL	Marinha	11	1	4	8	4	1	29
	Exército	6	3	5	11	11	2	38
	Força Aérea	3	-	-	11	9	-	23

4.2.5 - Despesas suportadas pelos Ramos das FA

(euros)

Ramo das Forças Armadas		PAÍSES						TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Formação em Portugal	Marinha	36.224	3.602	15.219	23.461	11.339	3.502	93.347
	Exército	41.094	21.101	31.564	74.058	62.136	12.777	242.730
	Força Aérea	49.910			92.929	116.451		259.290
Vencimentos dos militares em missões nos PLOP e Timor-Leste	Marinha	86.814	13.225	42.890	313.158	184.449	247.442	887.987
	Exército	44.829	42.364	171.914	484.945	461.155	362.456	1.567.663
	Força Aérea				185.584	173.518		359.102
Material fornecido	Marinha	945		1.028	2.909	2.006	4.891	11.779
	Exército							-
	Força Aérea				1.322	51.272		52.594
Outros custos	Marinha	395		55	1.263	753	2.646	5.112
	Exército	981	981	3.602	13.605	13.386	14.877	47.432
	Força Aérea			171	9.770	64.593		74.534
TOTAL	Marinha	124.378	16.827	59.192	340.791	198.547	258.481	998.216
	Exército	86.904	64.446	207.080	572.608	536.677	390.110	1.857.825
	Força Aérea	49.910	-	171	289.605	405.834	-	745.520

4.2.6 - Formação de militares nos PLOP por tipo de curso e Ramo das FA

(N.º de alunos)

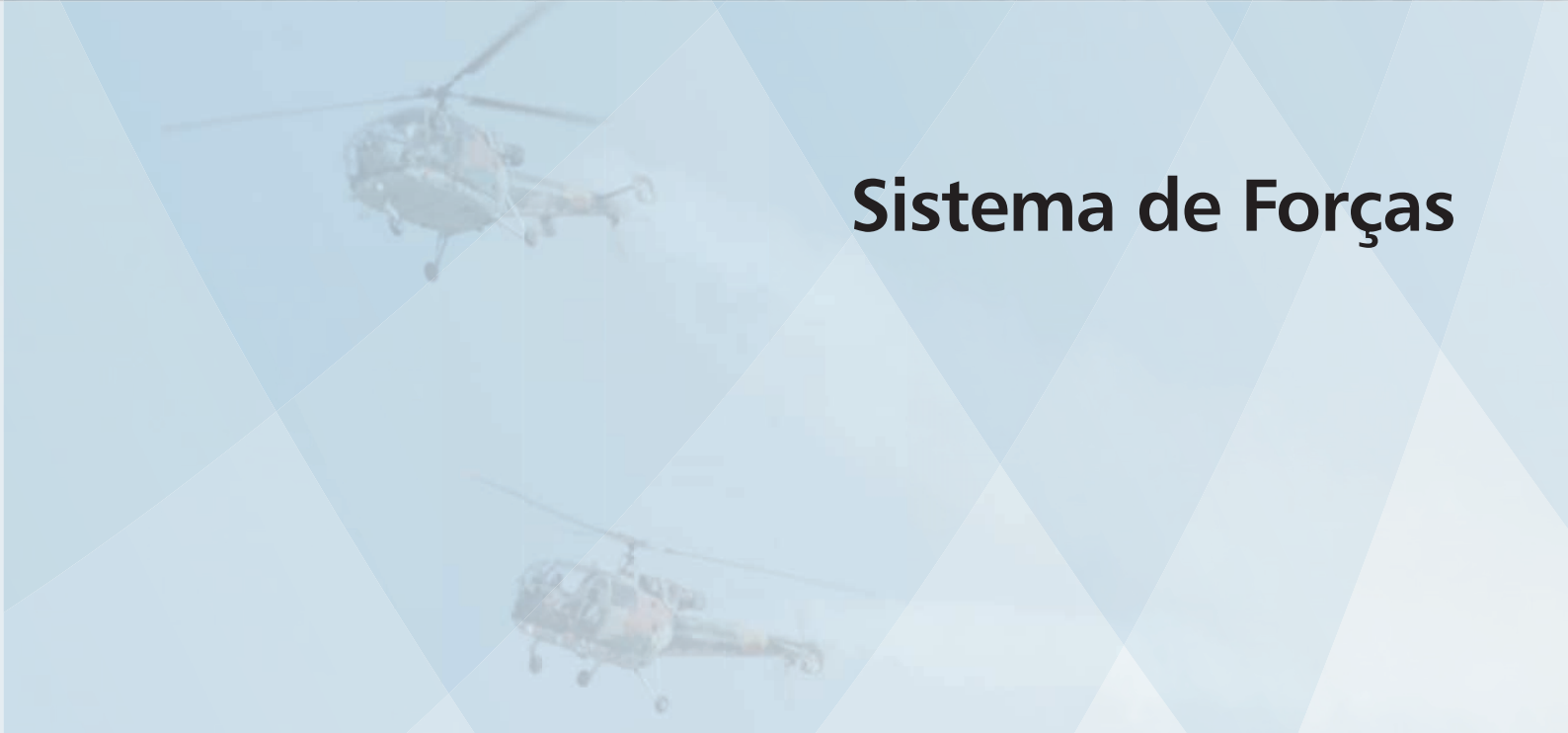
Tipo de Curso		PAÍSES						TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Formação	Marinha	14		60	1.781	1.495	131	3.481
	Exército	346		543	1.336	1.969		4.194
	Força Aérea	3			7	9		19
Promoção	Marinha							-
	Exército	28				55		83
	Força Aérea	-						-
Atualização	Marinha	-						-
	Exército	-			1.004			1.004
	Força Aérea	-						-
Qualificação	Marinha	18						18
	Exército			97	2.006	50	96	2.249
	Força Aérea							-
TOTAL	Marinha	32	-	60	1.781	1.495	131	3.499
	Exército	374	-	640	4.346	2.074	96	7.530
	Força Aérea	3	-	-	7	9	-	19

4.2.7 – Assistência hospitalar em Portugal a militares dos PLOP e seus familiares e respetivas despesas

Pessoal Assistido	PAÍSES												(N.º de alunos)	
	República de Cabo Verde		República da Guiné-Bissau		República Democrática de S. Tomé e Príncipe		República de Angola		República de Moçambique		República Democrática de Timor-Leste		TOTAL	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Militares	1	5.217	3	871	4	2.420	3	5.658	5	445	7	3.589	23	18.200
Familiares			1	509									1	509
TOTAL	1	5.217	4	1.380	4	2.420	3	5.658	5	445	7	3.589	24	18.709



Sistema de Forças



NOTA EXPLICATIVA

Para assegurar a execução das missões e tarefas da sua competência, como parte integrante do sistema de forças nacional, e habilitar ao cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo país, as Forças Armadas (FFAA) proporcionam às suas unidades um rigoroso programa de treino, bem como a participação em exercícios nacionais e internacionais. Entre as ações de treino, visando estabelecer os padrões definidos, tem lugar a participação, de forma regular, em exercícios conjuntos e exercícios combinados. Com a finalidade de tornar a leitura dos quadros mais objetiva, é anexada à presente nota explicativa uma relação do âmbito dos exercícios indicados pelo EMGFA/Ramos nos respetivos quadros.

MARINHA

Na área dos exercícios e atividades para o aprontamento das forças descreveram-se, qualitativa e quantitativamente, todos os exercícios em que a responsabilidade da preparação e condução foi da Marinha, os exercícios combinados realizados em território estrangeiro em que participaram meios navais e, ainda, os exercícios da responsabilidade de outros Ramos em que houve participação da Marinha.

Foram também incluídas outras atividades conducentes à preparação e aprontamento das unidades navais, designadas por programas de treino, e que englobam o treino básico, operacional, específico e próprio, que se realizam após prolongados períodos de paragem dos navios ou decorrentes de ações de manutenção, rendições de elementos da guarnição em número significativo e preparação de missões cujas características exigem treino específico.

Foram ainda consideradas as viagens de instrução e os embarques de fim-de-semana dos cadetes da Escola Naval, cujo principal objetivo é a aplicação prática dos conhecimentos escolares adquiridos, e que, pelo seu cariz operacional, permitem proporcionar simultaneamente treino às unidades navais envolvidas.

No que concerne à apresentação dos meios financeiros envolvidos, seguiu-se a metodologia de apenas considerar os custos acrescidos, isto é, as despesas com pessoal e operação dos meios efetuadas exclusivamente por força da realização dos exercícios. Assim sendo, contabilizaram-se somente as despesas que não seriam efetuadas caso os exercícios não se tivessem realizado, o que significa que, de um modo geral, só se consideraram as despesas com suplemento de embarque, alimentação (exceto o almoço) e combustível. As exceções a esta orientação geral encontram-se devidamente assinaladas nos quadros respetivos.

EXÉRCITO

Na área específica do treino operacional descrevem-se os exercícios em que a responsabilidade da preparação foi do Exército, os exercícios combinados e aqueles que sendo da responsabilidade primária de outros Ramos, tiveram participação de forças do Exército.

Os totais dos custos acrescidos, que se inserem no quadro dos exercícios sectoriais, consideram, no tocante a "pessoal", as ajudas de custo despendidas nas reuniões preparatórias e em exercícios e, quanto a "operação", as despesas da rubrica orçamental de "Aquisição de bens e serviços correntes", em munições consumidas e alimentação.

No quadro referente aos meios envolvidos em exercícios combinados, os custos acrescidos traduzem essencialmente o valor global das ajudas de custo no estrangeiro, os encargos com o transporte e despesas gerais de preparação.

FORÇA AÉREA

A execução da Política de Defesa Nacional exige, permanentemente, eficiência operacional. Para a alcançar é necessário planear e executar exercícios que preparem, treinem e assegurem a prontidão dos sistemas de armas, de forma a atingirem as capacidades para que foram adquiridos e assim poderem cumprir as missões a que se destinam. Com este objetivo, são realizados exercícios sectoriais, conjuntos e combinados em que os meios da Força Aérea intervêm com outros meios e forças nacionais ou internacionais para assegurarem os níveis de prontidão e combate definidos.

Sem a execução destas atividades e a avaliação dos resultados atingidos não é possível conhecer as capacidades e as limitações existentes, assim como a segurança na operação, interoperabilidade com outras forças e o desenvolvimento de táticas e técnicas adequadas. É por isso essencial a preparação e execução de um plano anual detalhado que assegure a preparação das forças e certifique a sua prontidão, ao qual têm de ser atribuídos os recursos materiais e financeiros adequados que viabilizem a sua concretização.

Estas atividades essenciais visam preparar a utilização eficiente do poder aéreo em todas as suas modalidades, designadamente: de defesa aérea, interdição, TASMO, TASLO, MPA, SAR, transporte, vigilância, guerra eletrónica, comando e controlo e apoio aéreo a outras forças militares e militarizadas e a organizações civis, bem como preparar o seu emprego em operações de paz e humanitárias.

Para qualificar os elementos recrutados para operar os equipamentos, a Força Aérea desenvolve a atividade de instrução e treino, que representa um valor importante do orçamento atribuído.

Os custos dos exercícios sectoriais, conjuntos e combinados, a seguir apresentados, têm como base de cálculo o preço da hora de voo por aeronave aprovado para 2010, nas envolventes de pessoal e operação.

CONCEITOS

Exercícios Conjuntos

Exercícios envolvendo forças militares nacionais de dois ou mais Ramos. A sua finalidade é desenvolver o planeamento operacional conjunto, proporcionar treino operacional e avaliar a prontidão do sistema de forças nacional, a estrutura de comando, os sistemas de comunicações e informação, a interoperabilidade, os conceitos e os planos.

Exercícios Combinados

Exercícios com forças militares nacionais e de outro país, podendo ou não ser realizados em território nacional. A sua finalidade é desenvolver o planeamento operacional conjunto/combinado e avaliar a prontidão do sistema de forças nacional, proporcionar treino operacional e avaliar a capacidade e a interoperabilidade das forças participantes.

Exercícios sectoriais

Exercícios de um Ramo, com eventual participação de forças de outro Ramo ou forças aliadas/amigas, em que aquele Ramo tem a responsabilidade primária do planeamento, condução e avaliação.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

Exercícios Conjuntos:

Ano: 2012

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
AÇOR	Exercício coordenado pelo Comando Operacional dos Açores e visa exercitar, testar e avaliar as diretivas e os planos existentes no âmbito da participação das FFAA em ações de proteção civil e defesa militar de pontos estratégicos na ilha afetada. Tem como finalidade desenvolver o planeamento operacional conjunto e avaliar a prontidão das forças sedeadas no arquipélago dos Açores, a estrutura de comando, os sistemas de comunicações e informação, a interoperabilidade, os conceitos, as diretivas e os planos.
APOLO	Principal exercício da Brigada de Reação Rápida, visou exercitar e treinar o emprego operacional da BrigRR num cenário complexo e atual bem como potenciador de todas as capacidades da Brigada. Teve ainda por finalidade testar e demonstrar a <i>Full Operational Capability</i> do 1BIPara FRI e da SOLTG da NRF12.
ARMAGEDDON	Exercício conjunto envolvendo o Exército a Marinha e a Força Aérea, com a finalidade de atingir a <i>Full Operational Capability</i> (FOC) da Companhia Geral CIMIC (CGERCIMIC). O treino visa desenvolver as capacidades da CGerCIMIC em apoio a uma Brigada numa Operação de Estabilização.
CANÁRIO	Exercício organizado pelo Comando Operacional dos Açores (COA), com vista ao Treino de embarque, instalação e desembarque em aeronaves.
EFICÁCIA	Exercícios de nível Exército e destinam-se prioritariamente a desenvolver a capacidade operacional das Unidades de Apoio de Fogos, constituintes da Componente Operacional do Sistema de Forças do Exército.
FOCA	Exercício organizado pelo Comando Operacional dos Açores (COA), com vista ao Treino de Embarque, Instalação e Desembarque em Meio Naval.
INSTREX	Exercício realizado pela Marinha para treino de proficiência individual básico.
LUSÍADA	Exercício conjunto das FFAA, conduzido na forma de CPX, que visa exercitar Comando e Estado-Maior da FRI e as diversas componentes no apoio a uma operação de assistência, seguida de uma operação de evacuação de não-combatentes (NEO).

PARDAL	Exercícios de comunicações com o objetivo de treinar e exercitar a interoperabilidade das comunicações entre os Ramos na banda VHF.
PEDRA VIVA	Os Exercícios da série PEDRA VIVA, destinam-se a treinar a execução de fogos reais das armas colectivas que equipam as forças da ZMM pertencentes à Componente Operacional do Sistema de Forças (ECOSF) do Exército.
PRIOLO	Treino dos Encargos Operacionais, à responsabilidade dos Regimentos da ZMA.
SWIMMEX	Participação do Exército, através do Destacamento de Precursores Aero-terrestres do Batalhão Operacional Aero-terrestre (BOAT) da Escola de Tropas Pára-quedistas (ETP), para operarem a Zona de Lançamento, em saltos de abertura automática do Destacamento de Precursores e do Destacamento de Ações Especiais do Corpo de Fuzileiros.
ZARCO	Exercício do Comando Operacional da Madeira, para teste e treino dos planos de contingência no quadro do planeamento de defesa militar do Arquipélago da Madeira, prevendo ainda a colaboração com a protecção civil.

Exercícios Combinados:

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
ARRCADE CAESAR	Exercício de treino coletivo do HQ ARRC, com um <i>Staff Ride</i> para o <i>Senior HQ ARRC Staff</i> e para convidados baseado num estudo detalhado da campanha aliada na SICILIA em 1943 (Operação <i>HUSKY</i>).
CAPABLE LOGISTICIAN	Exercício de treino dos standards e interoperabilidade logística, tendo por base um cenário de assistência humanitário no âmbito das operações de resposta a crises (CRO).
CIRCAETE (Iniciativa 5+5)	Exercício <i>AirDefense</i> no âmbito da Iniciativa 5+5.
CMX	Exercício do tipo CPX (<i>Command Post Exercise</i>) decorre ao nível estratégico político-militar, no âmbito da NATO, sob o patrocínio do Secretário-geral da OTAN. Tem por finalidade praticar, testar e validar a gestão, as medidas e os mecanismos relacionados com o processo de consulta e de decisão coletiva na resposta a crises, de maneira a manter e melhorar a capacidade da Aliança na resolução de crises.
COMBINED ENDEAVOUR	Exercício internacional de interoperabilidade ao nível dos Sistemas de Informação e Comunicação (SIC) patrocinado pelo Comando Europeu dos EUA (USEUCOM)
CRUZEX	Exercício CPX conduzido pelo Comando da Força Aérea do Brasil.

FELINO	Exercício conjunto e combinado no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e tem por finalidade exercitar uma Força Tarefa conjunta e combinada no quadro desta organização, no sentido de incrementar a interoperabilidade e o treino das Forças Armadas dos estados membros, com vista ao seu emprego em operações de apoio à paz e ajuda humanitária, sob a égide das Nações Unidas.
FLEETEX	Exercício Naval e Anfíbio.
HOT BLADE	Exercício coordenado pela Força Aérea e pela EDA, para treino de operações com Helicópteros.
IRON GUARD	Exercício NATO EW conduzido em simultâneo com o exercício REAL THAW.
LONE PARATROOPER	Exercício multinacional, que contou com a presença de 15 elementos do Batalhão Operacional Aeroterrestre (BOAT) da Brigada de Reação Rápida e visou treinar os saltos em paraquedas assistidos com oxigénio a altitudes não fisiológicas. Decorreu em Espanha, na Base Aérea de Leon.
LONG PRECISION	O exercício caracteriza-se por ser de natureza técnico-tática e incide na troca de experiências e no treino de técnicas, táticas e procedimentos na vertente de atirador <i>sniper</i> (Calibre 0.5)
MORSA 01	Exercício de âmbito SAR em ambiente terrestre.
MORSA 02	Exercício de âmbito SAR em ambiente marítimo.
NATO TIGER MEET	O Exercício <i>TigerMeet</i> é um encontro multinacional anual em que participam Esquadras de Voo, membros da NATO, que compartilham como simbologia ou heráldica a cabeça de um tigre. O exercício abrange um largo espectro de operações militares e tem como objetivo a partilha de conhecimentos e melhoria das áreas operacionais das Esquadras de Voo participantes, bem como a criação de um espírito de corpo entre as Esquadras da comunidade " <i>Tiger</i> ".
NCDEX	Exercício NATO no âmbito da <i>Cyber Defence</i> .
NOBLE MARINER	Exercício NATO no âmbito da certificação dos meios navais nacionais para a NRF.
O.T.E.	O <i>Operational Testing & Evaluation (O.T.E)</i> insere-se no programa de teste e desenvolvimento da <i>Operational Functional Program (OFP)</i> M6.1 do F16.
REAL THAW	Exercício realizado pela Força Aérea, da responsabilidade primária do Comando Aéreo no âmbito da defesa aérea, transporte aéreo tático e apoio aéreo próximo, com participação do Batalhão de Comandos, dos Batalhões de Paraquedistas, dos destacamentos de Precursores e de Operações Especiais, da Artilharia de Campanha e Antiaérea e do Esquadrão de Reconhecimento.
SEABORDER (Iniciativa 5+5)	Exercício no âmbito da Iniciativa 5+5 para treino de operações de segurança marítima (MSO).
STEADFAST ILLUSION/ UNIFIED BLADE	Exercício cujo objetivo principal é o treino de uma força multinacional, de escalão Batalhão, com especialistas nas áreas da recolha de informação com base em fontes humanas (HUMINT) e de Contrainformação (CI), visando atuar num cenário de conflito de baixa intensidade numa operação de resposta a crises (CRO).

STEADFAST INDICATOR

Exercício organizado anualmente pelo SHAPE no âmbito do HUMINT tendo por finalidade uniformizar táticas, técnicas e procedimentos HUMINT, aproveitando a oportunidade para colocar em prática a doutrina e normalizando os seus procedimentos de acordo com o que de mais recente se pratica nos actuais Teatros de Operações.

5.1 - EXERCÍCIOS CONJUNTOS E COMBINADOS – EMGFA, MARINHA, EXÉRCITO E FORÇA AÉREA

5.1.1 - Exercícios Conjuntos – Exercícios Realizados

Ano: 2012

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	Observações
AÇOR 121	LIVEX	25MAI-01JUN	PORTUGAL (S. MIGUEL)	CEMGFA	COA	COA, CZMiIA, CZMarA, CZAA	
AÇOR 122	CPX/LIVEX	26-27SET	PORTUGAL (S. MIGUEL)	CEMGFA	COA	COA, CZMiIA, CZMarA, CZAA	
APOLO 12	LIVEX	04-18JUL	PORTUGAL (CONTINENTE)	CFT	BRR	COMARERFAP	
ARMAGEDDON 12	LIVEX	10-21SET	PORTUGAL (CONTINENTE)	CEMGFA	CEMGFA	CEMGFA COMNAV COMAERFAP COMFORTERRA	CGER CIMIC
CANARIO 121	LIVEX	29MAI-01JUN	PORTUGAL (TERCEIRA/S. MIGUEL/TERCEIRA)	COA	CZMiIA	COA, CZMiIA, CZAA	
EFICÁCIA 12	CPX	22-24MAI	PORTUGAL (IESM-LISBOA)	CEME	CFT	CFT; GAC/BRIGMEC	
FOCA 121	CPX JOINTEX LIVEX	12-13MAR	PORTUGAL (S. MIGUEL)	CEMGFA	COA	COA, CZMiIA, CZMarA, CZAA	
FOCA 122	LIVEX	18JUL	PORTUGAL (TERCEIRA)	CEMGFA	COA	COA, CZMiIA, CZMarA, CZAA	
FOCA 123	LIVEX	19NOV	PORTUGAL (TERCEIRA)	CEMGFA	COA	COA, CZMiIA, CZMarA, CZAA	
FOCA 124	LIVEX	10DEC	PORTUGAL (S. MIGUEL)	CEMGFA	COA	COA, CZMiIA, CZMarA, CZAA	
INSTREX 12	LIVEX	19-23MAR	PORTUGAL (Áreas nacionais de exercícios)	COMNAV	COMNAV	COMNAV, CA	
LUSÍADA 12	CPX	20-30NOV12	PORTUGAL (CONTINENTE)	CEMGFA	CEMGFA	EMGFA; CFT; COMNAV; CA; QGEOE	FRI e QGOE

PARDAL 121	LIVEX SIGEX	21NOV12	PORTUGAL (AÇORES)	CEMGFA	COA	COA, CZMilA, CZMarA, CZAA
PARDAL 122	LIVEX SIGEX	04DEZ12	PORTUGAL (AÇORES)	CEMGFA	COA	COA, CZMilA, CZMarA, CZAA
PARDAL 123	LIVEX SIGEX	13DEZ12	PORTUGAL (AÇORES)	CEMGFA	COA	COA, CZMilA, CZMarA, CZAA
PEDRA VIVA 12	LIVEX	13-15MAR	PORTUGAL (MADEIRA)	CEMGFA	COM	COM
PRIOLO 122	LIVEX	26SET	PORTUGAL (AÇORES)	CZMILA	CZMILA	COA CZMarA CZMilA CZAA
SWIMMEX 12	LIVEX	13-16FEV	PORTUGAL (PENINSULA DE TROIA)	MAR	MAR	CFT, CA, COMNAV
ZARCO 12	LIVEX/JOIN TEX	05-09NOV	PORTUGAL (MADEIRA)	CEMGFA	COM	COC/EMGFA, CN, CA, COA, COM, CZMarM, CZMM, CDAM, Estação de radar nº 4

5.1.2 - Exercícios Conjuntos – Meios

Ano: 2012

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios			Pessoal/Viaturas			Custos Acrescidos (euros)			Observações
	Marinha	Exército	Força Aérea	Marinha	Exército	Força Aérea	Pessoal	Operação	Total	
AÇOR 121	1 FS	Cmd ZMA, RG1, RG2 e UnAp	C295 EH1 01	75	285/38	9	1.215,00	3.274,91	4.489,91	(a)
AÇOR 122	1 FS	EM/Cmd ZMA, RG2 e UnAp		75	74/5				-	(a)
APOLO 12						5			-	(i)
ARMAGED DON 12				13 (CGer CIMIC)		11	275,10 (f) + 7.515,00	614,39 (d)	8.404,49	
CANARIO 121		RG1			21/9			1.005,95	1.005,95	
EFICACIA									-	
FOCA 121	1 FS	RG2		75	57/4			3.281,48	3.281,48	(a)

FOCA 122	1 FS	RG1		75	42/3			-	(a)
FOCA 123	1 FS	RG1		75	52/3			-	(a)
FOCA 124	1 FS	RG2		75	51/3			-	(a)
INSTREX 12	3 FFGH, 1 AOR, 2FS, 1 SSG, 2 LFR, 1 LCU, 1 AGS, 1 AGSC, 1SSG, BLD, DAE, DMS 2		F16 P3C	1.015	45	48.240,17 (e)	258.116,66 (d)	306.356,83	(g)
LUSÍADA 12		UnAp+CCS+BAS/BRI GMEC; LCC FRI	PCM	6 (EM FRI)	30	48	5.768,00	14.153,65	19.921,65 (c)
PARDAL 121		RG2 e UnAp			10				
PARDAL 122		RG2 e UnAp			10		1.995,00	1.995,00	
PARDAL 123		RG2 e UnAp			10				
PEDRA VIVA 12	1 PB			35				-	(a)
PRIOLO 122	1 PB			35				-	(a)
SWIMMEX		BOAT			15/4		322,50	322,50	
ZARCO 12	1 PB, 9 MILITAR ES FZ (CAF), 1 OF. STAFF	BOAT	C295 EH1 01 C130 (apoi o)	45	7/27	114	22.463,82	4.226,76	26.690,58 (b) (h)

Legenda:

- (a) Custos Foca, Açor, Pedra Viva e Priolo englobados no Dispositivo Naval Padrão (ZMA/ZMM);
(b) Custos PB no Zarco 12 englobados no Dispositivo Naval Padrão (ZMM),
(c) Custos no âmbito da ativação do Estado-maior da FRI (EMGFA);
(d) Valores apresentados apenas refletem custos diretos com a Operação (combustíveis e óleos);
(e) Custos com o suplemento de embarque;
(f) Custos com ajudas de custo em território nacional
(g) 06:30de HV de F16 (32.026,00 €); 12:50 de HV de P3C (68.795,00 €);
(h) 04:50de HV de C295 (9.879,00 €); 01:35 de HV de EH101 (7.534,00 €); 11:05 de HV de C130 (51.574,00 €). Os custos inerentes às horas de voo efetuadas em cada um dos exercícios, apesar de identificados/apresentados são encarados/considerados pela FA como parte integrante do Regime de Esforço atribuído às Esquadras de Voo (treino e qualificação de tripulações), deste modo não são somados ao total de custos dos exercícios;
(i) Decorreu em simultâneo com o Hot Blade 12.

5.1.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2012

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	Observações
ARRCADE CAESAR 12	STAFF RIDE	21 -25MAI	ITALIA (SICILIA)	HQ ARRC	HQ ARRC	BrigRR	
CAPABLE LOGISTICIAN 13	MPC	11 -15JUN	ESLOVÁQUIA	JFC RC	MLCC	CFT	
CIRCAETE 12	CPX LIVEX	29-31OUT	MEDITERÂNEO	CHOD's 5+5	MARROCOS		INICIATIVA 5+5
CMX 12	CPX	12-16NOV	PORTUGAL	SEC GEN NATO	SEC GEN NATO	EMGFA & MDN	
COMBINED ENDEAVOR 12	SIGEX	06 -21SET	ALEMANHA	SACEUR	-	CFT	
CRUZEX 12	CPX	05-16NOV	BRASIL	COM FA BRASIL	COM OP FA BRASIL	CA	
FELINO	CPX	08-16DEZ	MOÇAMBIQUE	CEMGFA	CEMGFA	EMGFA(EMCOC)	Em 2102 realizaram-se apenas reuniões preparação do Felino. Parte activa adiada para 2013.
FLEETEX	LIVEX	23-27JUN	USA (COSTA LESTE)	CTF 20	CTF 28	CSFTL (USA)	OPERAÇÕES NAVAIS
HOT BLADE 12	LIVEX	04-18JUL	PORTUGAL	EDA	CA	CA, CFT, COMNAV	Realizado com o exercício APOLO 12
IRON GUARD 1	LIVEX	30JAN-02FEV	PORTUGAL	CC AIR IZMIR	CAOC10	CA	Decorreu em simultâneo com o exercício Real Thaw 12 NATO EW
LONE PARATROOPER	LIVEX	14-25MAI	ESPANHA (LEON)	SP LIGHT FORCES COMMANDER	SP AIRBORNE BRIGADE COMMANDER	BRIGRR; BRIGPAC	
LONG PRECISION 12	LIVEX	15-26OUT	ESPANHA (MADRID)			CTOE	

MORSA 12-01 (SATER)	LIVEX	13MAR	ESPAÑA	JEFATURA SAR / CA	RCC MADRID	CA	
MORSA 12-02 (SAMAR)	LIVEX	09-10OUT	PORTUGAL	JEFATURA SAR / CA	RCC LISBOA	CA	
NATO TIGER MEET 12	LIVEX	09-20MAI	NORUEGA	NTA	NTA	CA	
NCDEX	LIVEX	02-04MAI 17-20SET 23-24FEV	BELGICA (BRUXELAS)	NATO HQ	-	EMGFA(DICSI)	
NOBLE MARINER 12	LIVEX	24SET- 07OUT	FRANÇA (TOULON) /(MED)	MC NORTHWO OD	JFC NAPLES	COMNAV COMFRMARFOR	NRF MCC
O.T.E.	LIVEX	13ABR- 04MAI	NORUEGA	EPAF	EPAF	CA	
REAL THAW 12	LIVEX	23JAN- 03FEV	PORTUGAL	CA	DOA/CA	CFT, CA, COMNAV	
SEABORDER 12	CPX/LIVE X	24-28SET	ARGÉLIA / ESPANHA	CEMGFA CHOD PO CHOD SP CHOD MOR	COMNAV ALMART	ALMART COMNAV COMAERFAP	INICIATIVA 5+5
STEADFAST ILLUSION 12	CPX	29ABR- 04MAI	FRANÇA (LUXEUIL)	SACEUR	SACEUR J2	EMGFA(CISMIL)	
STEADFAST INDICATOR 12	CPX	08-25OUT	ROMÉLIA (ORADEA)	SACEUR	SACEUR J2	EMGFA(CISMIL)/ CSMIE	

5.1.4 - Exercícios Combinados – Meios

Ano: 2012

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios			Pessoal/Viaturas			Custos Acrescidos (euros)			Observações
	Marinha	Exército	Força Aérea	Marinha	Exército	Força Aérea	Pessoal	Operação	Total	
ARRCADE CAESAR 12		BrigRR			1				2.095,22	
CAPABLE LOGISTICIAN 13		CFT			1				1.677,43	
CIRCAETE 12			F16			5				(d)
CMX 12		EMGFA				1				

COMBINED ENDEAVOR 12	DCSI		13			27.573,01	
CRUZEX 12				1	3.488,00	3.488,00	
FELINO	EMGFA		1	1	7.861,00	7.861,00	
FLEETEX	1SSG		33		2.227,00 (b)	14.296,00 (a)	16.523,00
HOT BLADE 12	DAE	BRIGR R; BRIGM EC	F16 EH101 C295 C130 (Apoio) FA50 (Apoio)	15	239	3.317,82 (c)	3.317,82 (e)
IRON GUARD 1							(l)
LONE PARATROOPER		BOAT/ BRIGR R;		12/2		11.445,46	
LONG PRECISION 12	CTOE			5/1		4.364,52	
MORSA 12-01 (SATER)		C295		5			(f)
MORSA 12-02 (SAMAR)		C295 EH101		10	584,00	584,00	(g)

NATO TIGER MEET 12		F16		2	477,00		477,00		(h)				
NCDEX		EMGFA		1	1	1	6.984,00						
NOBLE MARINER 12		1 SSG		33		7.727,00 (b)		54.069,00 (a)	61.796,00				
O.T.E.		F16 C130 (Apoio) C295 (Apoio)		76		61.488,00		61.488,00	(i)				
REAL THAW 12		DAE		1BIPar a; 2BIPAR A; BCmds; FOE; BOAT; ERec; GAC; BAAA; CTm		F16 C130 C295 ALIII EH101 P3C		10	653/60	244	2.119,55 (c) + 54.892,00 (j)	14.749,64	71.761,19
SEABORDER 12		1 FS		P3C C295		75	22		2.653,00 (b)	14.380,00 (a)	17.033,00	(k)	
STEADFAST ILLUSION		EMGFA		1		1.750,00		1.750,00					
STEADFAST INDICATOR 12		EMGFA (CISMI L)/CSM IE		3+1		853,00		8.868,65	9.721,65				

Legenda:

- (a) Valores apresentados apenas refletem custos diretos com a Operação (combustíveis e óleos)
(b) Custos com o suplemento de embarque
(c) Custos com ajudas de custo em território nacional
(d) Despesas com pessoal suportadas pela DGPDN do MDN; 03:40 de HV de F16 (18.066,00 €)
(e) Despesas com pessoal suportadas pela *European Defence Agency* e Luxemburgo; 95:35 de HV de F16 (470.947,00 €); 68:00 de HV de EH101 (323.544,00 €); 02:50 de HV de C295 (5.791,00 €); 03:30 de HV de C130 (16.287,00 €); 01:15 de HV de FA50 (3.563,00 €); Num total de HV 171:10 (820.132,00 €);
(f) 03:10de HV de C295 (8.826,00 €);
(g) 09:10de HV de C295 (18.735,00 €); 03:00 de HV de EH101 (14.274,00 €);
(h) 08:50de HV de F16 (43.523,00 €);
(i) 84:35de HV de F16 (416.749,00 €); 38:30 de HV de C130 (179.152,00 €); 14:25 de HV de C295 (29.465,00 €); num total de HV 137:30 (625.366,00 €);
(j) 190:05 de HV de F16 (936.556,00 €); 14:45 de HV de C130 (68.636,00 €); 16:55 de HV de C295 (34.575,00 €); 37:05 de HV de ALIII (60.465,00 €); 33:55 de HV de EH101 (161.376,00 €); 12:15 de HV de P3C (65.668,00 €); Num total de HV 305:00 (1.327.276,00 €);
(k) Despesas com pessoal suportadas pela DGPDN do MDN;04:05 de HV de P3C (21.889,00 €); 06:15 de HV de C295 (12.774,00 €);Num total de HV 10:20 (34.663,00 €); Os custos inerentes às horas de voo efetuadas em cada um dos exercícios, apesar de identificados/apresentados são encarados/considerados pela FA como parte integrante do Regime de Esforço atribuído às Esquadras de Voo (treino e qualificação de tripulações), deste modo não são somados ao total de custos dos exercícios.
(l) Decorreu em simultâneo com o Real Thaw 12.

5.2 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA MARINHA

5.2.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios Realizados

Ano: 2012

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
TROIA BF2	Apontamento da Unidade	30JAN-3FEV	PINHEIRO DA CRUZ	CCF	CMDT DAE		
TREINO TATICO	Seriado	1-2FEV	EF / RIO COINA/TEJO	CCF	CMDT DAE		
FTX BF1 0112	Treino Próprio	6-14FEV	PANTROIA / PINHEIRO DA CRUZ	CCF	CMDT BF1		
SWIMMEX 12	Seriado	13-17FEV	PANTROIA / PINHEIRO DA CRUZ	CCF	CMDT DAE		
TROIA CAF 2012	Apontamento da Unidade	14-17FEV	PANTROIA / PINHEIRO DA CRUZ	CCF	CMDT CAF		
FTX CATT 0112	Treino Próprio	31MAR-5ABR	PINHEIRO DA CRUZ	CCF	CMDT CATT		
LOGEX ALFA	Apontamento da Elemento Apoio Serviços BLD	12-13ABR	MATA DA BNL	CCF	CMDT CATT		EASC/BLD
FTX CAF	Apontamento da Unidade	21-25MAI	PINHEIRO DA CRUZ	CCF	CMDT CAF		
TIREX - UMD	Apontamento da Unidade	18JUN	PINHEIRO DA CRUZ	CCF	CMDT UMD		
TIREX- CAE - BF2	Apontamento da Unidade	18-20JUN	PANTROIA / PINHEIRO DA CRUZ	CCF	CMDT BF2		
TIREX 02 - DAE	Apontamento da Unidade	24-27SET	CTALC	CCF	CMDT DAE		
TIREX - CAE - BF2 - CAF	Apontamento da Unidade	24-28SET	CTALC	CCF	CMDT BF2		
TIREX CAF	Apontamento da Unidade	01-04OUT	CTALC	CCF	CMDT CAF		
EXERCICIO EXPLOSIVOS- DAE	Apontamento da Unidade	08-12OUT	PINHEIRO DA CRUZ	CCF	CMDT DAE		
FTX UMD	Apontamento da Unidade	08-12OUT	PANTROIA / PINHEIRO DA CRUZ	CCF	CMDT UMD		
FTX BF2	Apontamento da Unidade	22-29OUT	PINHEIRO DA CRUZ	CCF	CMDT BF2		
FTX - BF1/UPN	Apontamento da Unidade	14-22NOV	PANTROIA / PINHEIRO DA CRUZ	CCF	CMDT BF1		
TACEX -02 - 2012	Apontamento da Unidade	12-23NOV	MATA DA MACHADA	CCF	CMDT DAE		
TALO/MOBILIDADE	Apontamento da Unidade	03-07DEZ	BNL / EF / BA6 / BEJA / Q.CONDE / SESIMBRA / CABO ESPICHEL	CCF	CMDT DAE		
BROWNING - 1201	LIVEX / Formação	26JAN	PINHEIRO DA CRUZ	CMDT EF	DTP/EF		
PNL -1201	LIVEX / Formação	31JAN-1FEV	MATA DA MACHADA	CMDT EF	DTP/EF		
PNL -1202	LIVEX / Formação	07-08FEV	MATA DA MACHADA	CMDT EF	DTP/EF		

BROWNING - 1202	LIVEX / Formação	16FEV	PINHEIRO DA CRUZ	CMDT EF	DTP/EF
PNL -1203	LIVEX / Formação	01-02MAR	MATA DA MACHADA	CMDT EF	DTP/EF
ANTARES - 1201	LIVEX / Formação	27-29MAR	PINHEIRO DA CRUZ	CMDT EF	DTP/EF
BROWNING - 1203	LIVEX / Formação	29MAR	PINHEIRO DA CRUZ	CMDT EF	DTP/EF
ATIVIDADE COMPLEMENTAR CFS FZ	LIVEX / Formação	13-15ABR	CABO ESPICHEL	CMDT EF	DTP/EF
MILHAFRE-1201	LIVEX / Formação	18-19ABR	MATA DA MACHADA	CMDT EF	DTP/EF
PNL -1204	LIVEX / Formação	26-27ABR	MATA DA MACHADA	CMDT EF	DTP/EF
PNL -1205	LIVEX / Formação	03-04MAI	MATA DA MACHADA	CMDT EF	DTP/EF
TORT- 1201	LIVEX / Formação	16-17MAI	CABO ESPICHEL	CMDT EF	DTP/EF
INSTRUÇÃO PRÁTICA CADETES FZ - EXERCÍCIO VARANO	LIVEX / Formação	11-12MAI	MATA DA MACHADA / RIO COINA / EF	CMDT EF	DTP/EF
SOL NASCENTE/LIPOCH E 1101	LIVEX / Formação	21-25MAI	PINHEIRO DA CRUZ	CMDT EF	DTP/EF
TIRO COMBATE MERGULHADORES	LIVEX / Formação	30MAI	CTALC	CMDT EF	DTP/EF
CONTRA PONTO 1201	LIVEX / Formação	11MAI	MATA DA MACHADA	CMDT EF	DTP/EF
GUIDAJE 1201	LIVEX / Formação	18-19JUN	MATA DA MACHADA	CMDT EF	DTP/EF
BROWNING - 1204	LIVEX / Formação	21JUN	PINHEIRO DA CRUZ	CMDT EF	DTP/EF
SOCINCO-TRIDENTE 1201	LIVEX / Formação	25-28JUN	PINHEIRO DA CRUZ	CMDT EF	DTP/EF
TORPEDO/CHALUPA	LIVEX / Formação	09-13JUL	ESTUÁRIO DO SADO / PANTROIA	CMDT EF	DTP/EF
PNL -1206	LIVEX / Formação	10-11JUL	MATA DA MACHADA	CMDT EF	DTP/EF
PNL -1207	LIVEX / Formação	17-18JUL	MATA DA MACHADA	CMDT EF	DTP/EF
BUJARRONA/FINAL MENTE 1201	LIVEX / Formação	19-20JUL	MELIDES	CMDT EF	DTP/EF
ESCORPIÃO 1201	LIVEX / Formação	16-17AGO	Q. DO MUXITO / CABO ESPICHEL	CMDT EF	DTP/EF
GATA BRAVA 1201	LIVEX / Formação	20-22AGO	RIO SADO / PANTROIA / TROIA	CMDT EF	DTP/EF
PNL -1208	LIVEX / Formação	19-20SET	MATA DA MACHADA	CMDT EF	DTP/EF
MAR VERDE 1201	LIVEX / Formação	10-19SET	ALCACER DO SAL / RIO SADO / PENINSULA DE TROIA	CMDT EF	DTP/EF
TIRO DE COMBATE	LIVEX / Formação	24-27SET	CTALC	CMDT EF	DTP/EF
PNL – 1209	LIVEX / Formação	23-24OUT	MATA DA MACHADA	CMDT EF	DTP/EF
ALFANGE 12 01	LIVEX / Formação	29-30OUT	CABO ESPICHEL	CMDT EF	DTP/EF
PNL – 1210	LIVEX / Formação	8-9NOV	MATA DA MACHADA	CMDT EF	DTP/EF

TODO TERRENO	LIVEX / Formação	21-22NOV	PINHEIRO DA CRUZ	CMDT EF	DTP/EF
CAAP 1201	LIVEX / Formação	6DEZ	STA. MARGARIDA	CMDT EF	DTP/EF
CAAP 1202	LIVEX / Formação	10DEZ	CTALC	CMDT EF	DTP/EF
PNL – 1211	LIVEX / Formação	13-14DEZ	MATA DA MACHADA	CMDT EF	DTP/EF
PNL – 1212	LIVEX / Formação	18-19DEZ	MATA DA MACHADA	CMDT EF	DTP/EF

5.2.2 - Exercícios sectoriais – Meios Envolvidos

Ano: 2012

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efetivo	Custos Acrescidos (euros)			Unidades Orgânicas/ Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
TROIA BF2	BF2	20		14.011,07	14.011,07			
TREINO TATICO	DAE	17		500,48	500,48			
FTX BF1 0112	BF1	198		14.722,34	14.722,34			
SWIMMEX 12	DAE	77		41.390,01	41.390,01			
TROIA CAF 2012	CAF	117		24.311,02	24.311,02			
FTX CATT 0112	CATT	84		8.924,68	8.924,68			
LOGEX ALFA	EASC	67		243,26	243,26			
FTX CAF	CAF	64		98.705,65	98.705,65			
TIREX - UMD	UMD	116		1.065,19	1.065,19			
TIREX- CAE - BF2	BF2	164		7.866,64	7.866,64			
DAE 02	DAE	44		5.812,26	5.812,26			
TIREX - CAE - BF2 / CAF	BF2/CAF	251		59.769,35	59.769,35			
TIREX CAF	CAF	78		61.304,04	61.304,04			
EXERCICIO EXPLOSIVOS- DAE	DAE	31		1.903,40	1.903,40			
TIREX UMD	UMD	20		9.506,71	9.506,71			
FTX BF2	BF2	247		17.219,41	17.219,41			
FTX BF1/UPN	BF1/UPN	151		15.121,66	15.121,66			
TACEX -02 - 2012	DAE	47		1.664,81	1.664,81			
TALO / MOBILIDADE	DAE	16		327,16	327,16			
BROWNING - 1201	B.I.	21		1.075,08	1.075,08			
PNL -1201	B.I.	30		2,54	2,54			
PNL -1202	B.I.	30		2,54	2,54			
BROWNING - 1202	B.I.	11		1.033,61	1.033,61			
PNL -1203	B.I.	30		5,24	5,24			

ANTARES - 1201	B.I.	29	2.251,44	2.251,44
BROWNING - 1203	B.I.	18	1.129,72	1.129,72
ATIVIDADE COMPLEMENTAR IC CFS FZ	B.I.	15	212,46	212,46
MILHAFRE-1201	B.I.	26	399,43	399,43
PNL -1204	B.I.	21	6,55	6,55
PNL -1205	B.I.	19	3,93	3,93
TORT- 1201	B.I.		118,16	118,16
INSTRUÇÃO PRÁTICAS CADETES FZ EXERCICIO VARANO	B.I.			-
SOL NASCENTE / LIPOCHE 1101	B.I.	41	12.992,88	12.992,88
TIRO COMBATE MERGULHADORES	B.I.	30	1.599,69	1.599,69
CONTRA PONTO 1201	B.I.			-
GUIDAJE 1201	B.I.	15	86,87	86,87
BROWNING - 1204	B.I.	21	1.231,90	1.231,90
SOCINCO- TRIDENTE 1201	B.I.	36	6.085,45	6.085,45
TORPEDO / CHALUPA	B.I.		2.717,90	2.717,90
PNL -1206	B.I.	31	2,62	2,62
PNL -1207	B.I.	17	5,24	5,24
BUJARRONA / FINALMENTE 1201	B.I.	41	4.735,56	4.735,56
ESCORPIÃO 1201	B.I.	30	376,78	376,78
GATA BRAVA 1201	B.I.	30	619,25	619,25
PNL -1208	B.I.	30	5,24	5,24
MAR VERDE 1201	B.I.	121	24.228,55	24.228,55
TIRO DE COMBATE 1201	B.I.	29	1.469,68	1.469,68
PNL - 1209	B.I.	25	5,24	5,24
ALFANGE 12 01	B.I.	17	65,50	65,50
PNL - 1210	B.I.	23	5,80	5,80
TODO TERRENO	B.I.	21	751,23	751,23
CAAP 1201	B.I.	30	27.188,18	27.188,18
CAAP 1202	B.I.	28	348,16	348,16
PNL - 1211	B.I.	31	7,25	7,25
PNL - 1212	B.I.	30	8,70	8,70

5.2.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2012

Nome de Código do Exercício	Forma/ Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
HOT BLADE 12	LIVEX	04-18JUL	NORTE PORTUGAL CONTINENTAL	COMAERFAP	COMAERF AP	COMNAV COMAERFAP	
NOBLE MARINER 12	LIVEX	24SET-7OUT	TOULON (MED)	MCC NORTHWOOD	JFC NAPLES	COMNAV COMFRMARFOR	
REAL THAW 12	LIVEX	23JAN-3FEV	ATLANTICO	COMAERFAP	COMAERF AP	COMNAV COMAERFAP	
FLEETEX	LIVEX	23-27JUN	COSTA LESTE USA	CTF 20	CTF 28	CSFTL (USA)	
SEABORDER 12	CPX/LIVEX	24-28SET	CADIZ AREAS	CEMGFA CHOD ESP CHOD MOR	COMNAV ALMART	ALMART COMNAV COMAERFAP	

5.2.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos

Ano: 2012

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efetivo	Custos Acrescidos (euros)		OBS.
			Pessoal	Operação	
HOT BLADE 12	DAE	15	1.125,00		1.125,00
NOBLE MARINER 12	1 SSG	33	12.444,00		12.444,00
REAL THAW 12	DAE	10	743,25		743,25
FLEETEX	1SSG	33	8.915,32		8.915,32
SEABORDER 12	1 FS	75	18.827,11		18.827,11

5.3 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DO EXÉRCITO

5.3.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios Realizados

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
APOLO	LIVEX/FTX	04JUL-18JUL	Território Nacional	CFT	BRIGRR	CFT; CA	Simultâneo com HOTBLADE12 (FA)
ARES (FASE I)	SIGEX/FTX	19MAR-23MAR	S.Jacinto	Cmdt BrigRR	Cmdt RI10		
ARES (FASE II)	LIVEX	24MAI-28MAI	CT ALCOCHETE	Cmdt BrigRR	Cmdt RI10		
BELEROFONTE	LIVEX/FTX	04JUL-18JUL	CMSM/BRIGMEC	Cmdt BrigRR	CHEFE G7/BRIGRR	BRIGRR; BRIGINT	
CABUL 121	LIVEX	26MAR-30MAR	CMSM/BRIGMEC	TGEN CFT	MGEN BRIGMEC	CFT	

CELULEX	LIVEX/FTX	02MAI-04MAI12	TANCOS/CMSM	CEME	CFT	CFT; CMDLOG; CID
CENTAURO 12	LIVEX/FTX	28-31MAI	ESTREMOZ	Cmdt BrigRR	Cmdt RC3	CID; BRIGRR
CIBER PERSEU 12	LIVEX	09JUL-10JUL	Território Nacional	CEME	CFT	CFT; DCSI
DRAGÃO/ARMAGEDON	LIVEX/FTX	10SET-21SET	WISEU	TGEN CFT	CMDT BRIGINT	CFT; BRIGINT
EFICACIA 12	LFX/FTX	13MAI-18MAI	CMSM	CEME	CFT	CFT; BRIGMEC; BRIGINT; BRIGRR; CID; ZMA; ZMM
EFICÁCIA 12	CPX	22MAI-24MAI	IESM-LISBOA	CEME	CFT	CFT; GAC/BRIGMEC
ESTIO (FASE I)	LIVEX/FTX	18MAI-27MAI	CMSM	Cmdt BrigRR	Cmdt CTC	BRIGRR
ESTIO (FASE I)	LIVEX/FTX	28OUT-02NOV	CMSM	Cmdt BrigRR	Cmdt CTC	BRIGRR
ESTRELA 12/VÊNUS 12	CPX/FTX	16MAI-17MAI	ESPINHO	Cmdt BrigInt	Cmdt RE3	CFT
GOLFINHO 12	LIVEX/FTX	18JUN-22JUN	ILHA DA MADEIRA	CMDT ZMM	2º CMDT ZMM	COM; ZMM
GRIFO	LIVEX/FTX	16ABR-20ABR	TANCOS	Cmdt BrigRR	Cmdt ETP	CFT; CA
HAKEA/ROSA BRAVA	CPX/LIVEX	05NOV-09NOV	CMSM/BRIGMEC	TGEN CFT	Cmdt/BrigMe _c	CFT; BRIGMEC
HERCULES	LIVEX/FTX	14MAI-18MAI	TANCOS	Cmdt BrigRR	Cmdt EPE	CFT; CA
HIENA 121	FTX	17-19ABR	CMSM/BRIGMEC	TGEN CFT	MGEN BRIGMEC	CFT
JÚPITER 12	FTX	04-05JUN	FRAGA DA AUMOTOLIA - VILA REAL	Cmdt RI13	Cmdt 1BI	CFT
KABUL 121	LIVEX/STX	26MAR-30MAR	CMSM/BRIGMEC	Cmdt BrigMec	Cmdt BrigMec	BrigMec
KABUL 122	LIVEX/STX	24SET-28SET	BEJA	Cmdt BrigRR	2º Cmdt BrigRR	CFT; CA; COMNAV
LINCE/RINO	FTX/LFX	16ABR-19ABR	CMSM/BRIGMEC	CMDT 1ºBIMEC	2º CMDT 1º BIMEC	CFT
MARTE 12	CPX/FTX	18JUN A 22JUN	WISEU	Cmdt BrigInt	Cmdt RI14	CFT
MEDULA 121	Nivelamento	13-17FEV	RI19	Cmdt BrigInt	Cmdt RI19	CFT
MEDULA 122	Nivelamento	05- 09MAR	RI19	Cmdt BrigInt	Cmdt RI19	CFT
MERCURIO 12	LIVEX/SIGEX	10-12ABR	TANCOS	Cmdt UALE	2º Cmdt UALE	CFT
MERCURIO 12	CPX/FTX	14-17MAI	RC6	Cmdt BrigInt	Cmdt RC6	CFT

METEROSIDERO 121	LIVEX	31JAN-01FEV	TERCEIRA	Cmdt ZMA	Cmdt RG1	CZMA
METEROSIDERO 122	LIVEX	13-15NOV	TERCEIRA	Cmdt ZMA	Cmdt RG2	CZMA
NEPTUNO	LFX	06-08NOV	VEIRA DE LEIRIA	Cmdt BrigInt	Cmdt RAAA1	
ONÇA 122	LIVEX	12-16NOV	CMSM/BRIGMEC	TGEN CFT	MGEN BRIGMEC	CFT
PANTERA 122	FTX	17-19ABR	CMSM	TGEN CFT	MGEN BRIGMEC	CFT
PEDRA VIVA 12 (GARAIAU 122)	LIVEX	13MAR	ILHA DA MADEIRA - Ponta do Pargo	CMDT ZMM	CMDT RG3	BAAA/RG3 ; BI/RG3; PEL PE/Unap/Cmd ZMM
PRIOLO 121	LIVEX	26-30MAR	S. MIGUEL	Cmdt ZMA	Cmdt RG2	CZMA
PRIOLO 122	LIVEX	25-26SET	S. MIGUEL	Cmdt ZMA	Cmdt RG2	CZMA
PRISTINA 121	LIVEX/FTX	22FEV-01MAR	SABROSA/VILA REAL - RI13	Cmdt BrigInt	2º Cmdt BrigInt	CFT
PRISTINA 122	CPX/LIVEX	23JUL-02AGO	Santa Margarida- Tancos	Cmdt FT	Cmdt BrigMec	CFT
RAIO 12	LIVEX/SIGEX	21-25MAI	REGIÃO DE VISEU	Cmdt BrigInt	Cmdt EPT	CFT
RAPACES 12	Staff Ride	20NOV	Fronteira	Cmdt/BrigMe c	Cmdt/BrigMe c	Cmd BrigMec
RELÂMPAGO 12	LFX	12-15MAR	FONTE DOS MORANGOS - VIEIRA DE LEIRIA	Gen CEME	TGEN CFT	COMNAV/CFT/ CA
S GABRIEL	LIVEX/SIGEX	09-11OUT	CMSM/BRIGMEC	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	G6+UnBrigMec
SATURNO 12	SEMINÁRIO e CPX/LOGEX	25-28JUN	RI19	Cmdt BrigInt	Cmdt RI19	CFT
TAMPELLA 121	LFX	19-20MAR	CMSM	Cmdt BrigRR	Cmdt RA4	
TROVÃO 121	LIVEX/FTX	09-11ABR	CMSM	Cmdt BrigRR	Cmdt RA4	
TROVÃO 122	LIVEX/FTX	12-16NOV	CMSM	Cmdt BrigRR	Cmdt RA4	
URANO 12	LFX	12-16NOV	CMSM	Cmdt BrigInt	Cmdt RA5	
VÉNUS 12	CPX	14-18MAI	RE3	Cmdt BrigInt	Cmdt RE3	
VIRIATO12	LIVEX/FTX	11-22JUN	LAMEGO, CASTRO D'AIRE, RESENDE	Cmdt BrigRR	Cmdt CTOE	CFT, CA
VULCANO 12	LFX	02- 04MAI	CMSM	Cmdt BrigInt	2º Cmdt BrigInt	CFT

5.3.2 - Exercícios sectoriais – Meios Envolvidos

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efetivo	Custos Acrescidos (euros)			Unidades Orgânicas/ Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
APOLO	1BIPara; 2BIPara; BCmds; FOE; BOAT; GAC; Erec; Ceng; BtrAAA; CTm; CCS;	1.261		51.442,85	51.442,85			
ARES (FASE I)	RI 10; BOAT; CTM/UALE	170		9.441,88	9.441,88			
ARES (FASE II)	RI 10; BOAT; CTM/UALE	164						
BELEROFONTE	RAAA1; BtrAAA	24		1.992,25	1.992,25	a)		
CABUL 121	4º CN/FND/ISAF	126			35.270,82			
CELULEX	CMD EIDefBQR; RL2; Laboratorio Bromatologia e Defesa B; HMP; EPE				1.000,00			
CENTAURO	EREC/RC3	95		5.044,13	5.044,13			
CIBER PERSEU	G6+CTm/BrigMec;D CSI	5		3.000,00	3.000,00			
DRAGÃO/ARMA GEDDON	CMD BRIGINT; AGR 2BI/BRIGINT; EREC; GAC; BATAAA; CENG; CTM; BAPSV; CMD e EM BENG; CDefNBQR; UnModApSan; CGerCIMIC; EM BrigRR,CTm, RI 10	1506		50.000,00	50.000,00			
EFICACIA 12	GAC/BrigInt; GAC/BrigMec; GAC/BrigRR; BAO/EPA; PelMortPes/RG1; PelMortPes/RG2; PelMortPes/RG3	749		11.046,70	11.046,70			
ESTIO (FASE I)	EM BCmds; 1/BCmds; 2/BCmds; CCA	175		8.970,00	8.970,00			
ESTIO (FASE II)	EM BCmds; 1/BCmds; 2/BCmds; CCA	175						
ESTRELA 12/VÊNUS 12	Cmd Beng; Cmd e CCS/BEngA/G; CEng/BrigInt; 2ª CEng A/G	72		2.000,00	2.000,00			
GOLFINHO 12	BI/ZMM; BAAA/ZMM	196		9.893,56	9.893,56			
GRIFO	ETP	6		390,96	390,96			
HAKEA/ROSA BRAVA	1BIMec; Cat/2BIMec; Pel CC; GAC; BCS(-); BBF; EAF/BrigMec; Pel Eng(-); CTM	520		27.596,50	27.596,50			
HERCULES	Ceng/EPE	27		814,33	814,33			
HIENA 121	CTm/BrigMec	62			699,30			
JÚPITER 12	RI13	150		3.000,00	3.000,00			
KABUL 121	4 CN/ISAF	132		46.230,11	46.230,11			
KABUL 122	RI3; RL2	82						

LINCE/RINO	1BIMEC/GCC	269		13.998,76
MARTE 12	RI13/RI14/GAC	362	10.000,00	10.000,00
MEDULA 121	RI13/ RI14/ RI19/ RC6/ RAAA1/RE3/ RA5/ EPT	57		
MEDULA 122	RI13/ RI14/ RI19/ RC6/ RAAA1/RE3/ RA5/ EPT	45	2.000,00	2.000,00
MERCURIO 12	CTM; CCS/BRIGRR	72	5.392,76	5.392,76
MERCURIO 12	ERec/BrigInt/RC6	116	4.000,00	4.000,00
METEROSIDER O 121	RG1	151		
METEROSIDER O 122	RG1	114	8.449,72	8.449,72
NEPTUNO	GAAA/BRIGINT	106	4.000,00	4.000,00
ONÇA 122	GAC	160		4.500,11
PANTERA 122	BAPSvc	164		2.495,19
PEDRA VIVA 12 (GARAIAU 122)	BAAA/RG3 ; BI/RG3; PEL PE/Unap/CmdZMM	96	1.404,12	1.404,12
PRIOLO 121	RG2	185		
PRIOLO 122	RG2	119	5.668,58	5.668,58
PRISTINA 121	RI13/EPT/RI14	311		
PRISTINA122	Agr INDIA/FND/KFOR;U nAp/BrigMec	157	38.332,29	38.332,29
RAIO 12	CTm/BrigInt; EPT	33	2.000,00	2.000,00
RAPACES	Cmd BrigMec	51	500,00	500,00
RELÂMPAGO 12	RAAA1; GAAA/RAAA1; EM GAAA/RAAA1; BAAA/BRIGINT; BAAA/BRIGMEC; BAAA/BRGRR; RG2; BAAA/RG3; BAAA/ZMM	505	16.729,37	16.729,37
S GABRIEL	G 6 + Subunidades da BrigMec	60	26,00	26,00
SATURNO 12	BAPSvc/BRIGINT/RI 19	24	1.000,00	1.000,00
TAMPELLA 121	GAC/BRR; RA4	164	2.567,50	2.567,50
TROVÃO 121	GAC	108		
TROVÃO 122	GAC	197	10.533,36	10.533,36
URANO	GAC/BrigInt	208	6.000,00	6.000,00
VÊNUS 12	Ceng/BrigInt; RE3		1.000,00	1.000,00
VIRIATO	CTOE; ETP; EM/BRIGRR	205	8.695,03	8.695,03
VULCANO 12	RI13; RI14; RI19; RAAAA1; RE3; RC6; UnAp/BrigInt; GAC/BrigInt; CTM/BrigInt	182	7.000,00	7.000,00

(a) Integrado no exercício Apolo13

5.3.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2012

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
ARRCADE CAESAR 12	STAFF RIDE	21-25MAI	SICILIA-ITALIA	HQ ARRC	HQ ARRC	BRIGRR	
COMBINED ENDEAVOR 12	SIGEX	06-21SET	ALEMANHA	SACEUR	TBD	CFT	
CAPABLE LOGISTICIAN 13	MPC	11-15JUN	ESLOVÁQUIA	JFC RC	MLCC	CFT	
HOT BLADE	AIR/LIVEX	04-18JUL	OVAR-PRT	EDA	CA	CA; CFT	Exercício da FAP realizado com o exercício APOLO 12
LONE PARATROOPER	LIVEX	14-25MAI	LEON-ESPANHA	SP LIGHT FORCES COMMANDE	SP AIRBORNE BRIGADE COMMANDER	BRIGRR; BRIGPAC	
LONG PRECISION 12	LIVEX	15-26OUT	MADRID-ESPANHA				
REAL THAW 12	LIVEX/FTX	23JAN-03FEV	PRT	CA	DOA CA	CFT - CA	
STEADFAST INDICATOR 12	CPX	08-25OUT	ORADEA-ROMÉNIA	SACEUR	SACEUR J2	EMGFA (CISMIL)/CSMIE	

5.3.4 - Exercícios e Treino – Exercícios Combinados – Meios envolvidos

Ano: 2012

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efetivo	Pessoal	Custos Acrescidos (euros) Operação	Total	OBS.
ARRCADE CAESAR 12	BrigRR	1			2.095,22€	
COMBINED ENDEAVOR 12	DCSI	13			27.573,01€	
CAPABLE LOGISTICIAN 13	CFT	1			1.677,43€	
HOT BLADE	BRIGRR; BRIGMEC					
LONE PARATROOPER	BOAT/BRIGRR;	12			11.445,46€	
LONG PRECISION 12	CTOE	5			4.364,52€	
REAL THAW 12	1BIPara; 2BIPARA; BCmds; FOE; BOAT; ERec; GAC; BAAA; CTm	653			14.749,64 €	
STEADFAST INDICATOR 12	EMGFA (CISMIL)/CSMIE	3			8.868,65€	

5.4 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA FORÇA AÉREA

5.4.1 - Participação em Exercícios sectoriais de Outros Ramos – Exercícios Realizados

Ano: 2012

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
-----------------------------	------------	---------	------	-----	-----	----------------------------------	------

5.4.2 - Participação em Exercícios sectoriais de Outros Ramos – Meios Envolvidos

Ano: 2012

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efetivo	Custos Acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	

5.4.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2012

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	Observações
ARRCADE CAESAR 12	STAFF RIDE	21 a 25MAI	SICILIA-ITALIA	HQ ARRC	HQ ARRC	BrigRR	
COMBINED ENDEAVOR 12	SIGEX	06 a 21SET	ALEMANHA	SACEUR	TBD	CFT	
CAPABLE LOGISTICIAN 13	MPC	11 a 15JUN	ESLOVÁQUIA	JFC RC	MLCC	CFT	
HOT BLADE	AIR/LIVE X	04JUL-18JUL	OVAR-PRT	EDA	CA	CA; CFT	Exercício da FAP realizado com o exercício APOLO 12
LONE PARATROOPER	LIVEX	14MAI-25MAI	LEON-ESPANHA	SP LIGHT FORCES COMMANDER	SP AIRBORNE BRIGADE COMMANDER	BRIGRR; BRIGPAC	
LONG PRECISION 12	LIVEX	15OUT-26OUT	MADRID-ESPANHA				
REAL THAW 12	LIVEX/F TX	23JAN-03FEV	PRT	CA	DOA CA	CFT - CA	
STEADFAST INDICATOR 12	CPX	08 a 25OUT	ORADEA-ROMÉNIA	SACEUR	SACEUR J2	EMGFA (CISMIL)/CS MIE	

5.4.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos

Ano: 2012

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios			Pessoal/Viaturas			Custos Acrescidos (euros)			Observações
	Marinha	Exército	Força Aérea	Marinha	Exército	Força Aérea	Pessoal	Operação	Total	
ARRCADE CAESAR 12		BRIGRR			1				2.095,22€	
COMBINED ENDEAVOR 12		DCSI			13				27.573,01€	
CAPABLE LOGISTICIAN 13		CFT			1				1.677,43€	
HOT BLADE		BRIGRR; BRIGMEC								
LONE PARATROOPER		BOAT/BRIGRR;			12/2				11.445,46€	
LONG PRECISION 12		CTOE			5/1				4.364,52€	
REAL THAW 12		1BIPara; 2BIPARA; BCmds; FOE; BOAT; ERec; GAC; BAAA; CTm			653/60				14.749,64 €	
STEADFAST INDICATOR 12		EMGFA (CISMIL)/CSMIE			3				8,868,65€	



Armamento e Equipamentos de Defesa



NOTA EXPLICATIVA

O capítulo 6.º, da responsabilidade da Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa (DGAIED), cuja orgânica foi aprovada pelo Decreto-Regulamentar n.º 23/2009, que definiu a sua missão e atribuições, órgãos e serviços e respetivas competências, inclui dados estatísticos referentes a:

Exportações e Importações de Material, Equipamentos e Tecnologias de Defesa;

Equipamentos de Defesa e Lei de Programação Militar (LPM);

Logística;

Investigação e Desenvolvimento (I&D) na área da Defesa;

Indústrias e Empresas Nacionais com Atividades no Âmbito do Setor da Defesa;

Qualidade, Normalização e Catalogação dos Bens Militares.

Os valores apurados respeitantes a 2012 e indicados nos quadros seguintes, resultaram de contributos do EMGFA, dos Ramos das Forças Armadas, do IASFA, dos SC/MDN e da consulta efetuada às indústrias nacionais de armamento e afins, sendo os restantes elementos provenientes das atividades normais da DGAIED.

CONCEITOS

Carro de Combate

Viatura de combate blindada e de autopropulsão, com forte poder de fogo, munida fundamentalmente com uma peça principal de alta velocidade inicial, capaz de fazer tiro direto para alvos blindados e outros, com elevada mobilidade em todo o terreno, com um elevado nível de autoproteção e que não está vocacionada nem equipada para transporte de tropas de combate.

Avião de Combate

Avião de asa fixa ou asa de geometria variável, armado e equipado para defrontar alvos, utilizando mísseis guiados, foguetes não guiados, bombas, metralhadoras, canhões ou outras armas de destruição, assim como qualquer modelo ou versão de avião que desempenhe outras funções militares, tais como avião de transporte não armado, reconhecimento ou guerra eletrónica.

Helicóptero de Combate

Aparelho de asa rotativa, armado e equipado para defrontar alvos ou equipado para desempenhar outras funções militares.

Fragata

Navio de 1.500 a 3.500 toneladas de deslocamento e comprimento entre 75 e 150 metros, com armamento anti superfície, antiaéreo e antissubmarino e cuja missão principal é a escolta e a luta antissubmarina.

Corveta

Navio de menor deslocamento que as fragatas, comprimento entre 60 e 100 metros, com armamento semelhante mas de menor calibre, que desempenha o mesmo tipo de missões embora com menores capacidades oceânicas.

Patrulha

Navio de pequeno a médio deslocamento (200 a 400 toneladas) e comprimento inferior a 45 metros, destinado a operar junto a zonas costeiras em missões de vigilância, patrulha e defesa.

Lancha de Desembarque

Grande

Navio de 120 a 500 toneladas de deslocamento e comprimento entre os 25 e os 55 metros, capaz de transportar e desembarcar 2 a 3 carros de combate ou 300 a 450 combatentes.

Média

Navio com comprimento entre os 15 e os 25 metros, capaz de transportar e desembarcar 1 carro de combate ou 50 a 200 combatentes.

Pequena

Navio com comprimento entre os 7,5 e os 30 metros, destinado exclusivamente ao transporte e desembarque de pessoal.

Lancha de Fiscalização

Navio de pequeno deslocamento (inferior a 150 toneladas) e com comprimento inferior a 30 metros, com fraco armamento e destinado à fiscalização das águas ribeirinhas e interiores.

Navio

Hidrográfico

Navio especialmente construído ou equipado para a execução de trabalhos hidrográficos ou oceanográficos.

Balizador

Navio especialmente construído ou equipado para a execução de trabalhos relacionados com a manutenção e conservação dos meios de assinalamento marítimo.

Escola

Navio especificamente construído ou equipado para fins de instrução.

Reabastecedor

Navio com deslocamento entre 5.000 e 10.000 toneladas e com comprimento entre 40 e 140 metros, destinado a prover o reabastecimento no mar de outros navios, quer em combustíveis quer em outros produtos, tais como alimentos, sobressalentes, etc..

Submarino

Navio de guerra cuja especificidade reside na capacidade de efetuar operações navais em imersão.

Unidade Auxiliar de Marinha

Navio e embarcação que pelas suas características ou natureza do serviço a que se destinam não deva ser considerada como unidade naval.

6.1 – EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE MATERIAL DE DEFESA

Os dados inseridos nos quadros 6.1.1 e 6.1.2 foram obtidos a partir das exportações efetuadas pelas indústrias de Defesa nacionais e outras empresas legalmente autorizadas. Os elementos indicados referem-se a produtos relacionados com a defesa, que, nos termos da Lei n.º 37/2011, de 22 de junho, são licenciados pelo MDN (DGAIED).

Os dados relativos ao quadro 6.1.3 foram obtidos a partir das importações efetuadas pelas empresas comerciais autorizadas, indústrias nacionais, Forças Armadas e Forças de Segurança, sendo apurados de acordo com a Lei 37/2011, de 22 de junho, nomeadamente o seu Anexo I, que define os bens cujas operações de importação/exportação carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAIED.

O quadro 6.1.6 indica-nos a relação das empresas inscritas na DGAIED que, nos termos da Lei 49/2009, de 5 de agosto, se encontram autorizadas a exercer a atividade de comércio de bens e tecnologias militares previstos no Anexo I do capítulo VII da Lei 37/2011, de 22 de junho, incluindo a sua importação e exportação.

6.1.1 - Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais

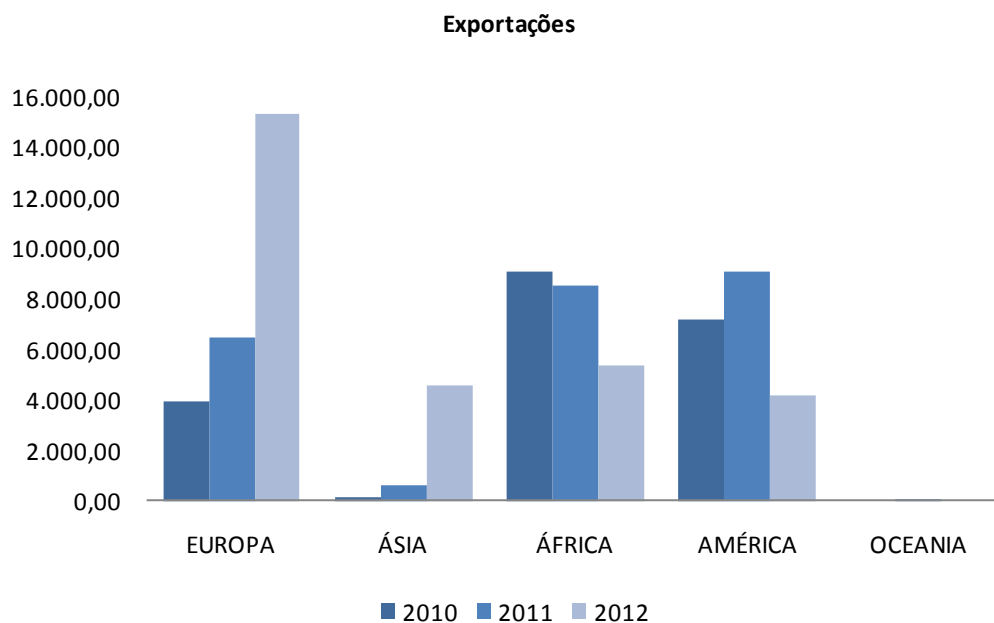
(Apenas as exportações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAIED)

Ano	Valor (milhares de euros)
2012	29.433,30
2011	24.633,33
2010	20.364,50

6.1.2 - Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais por Áreas do Globo

(Apenas as exportações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAIED)

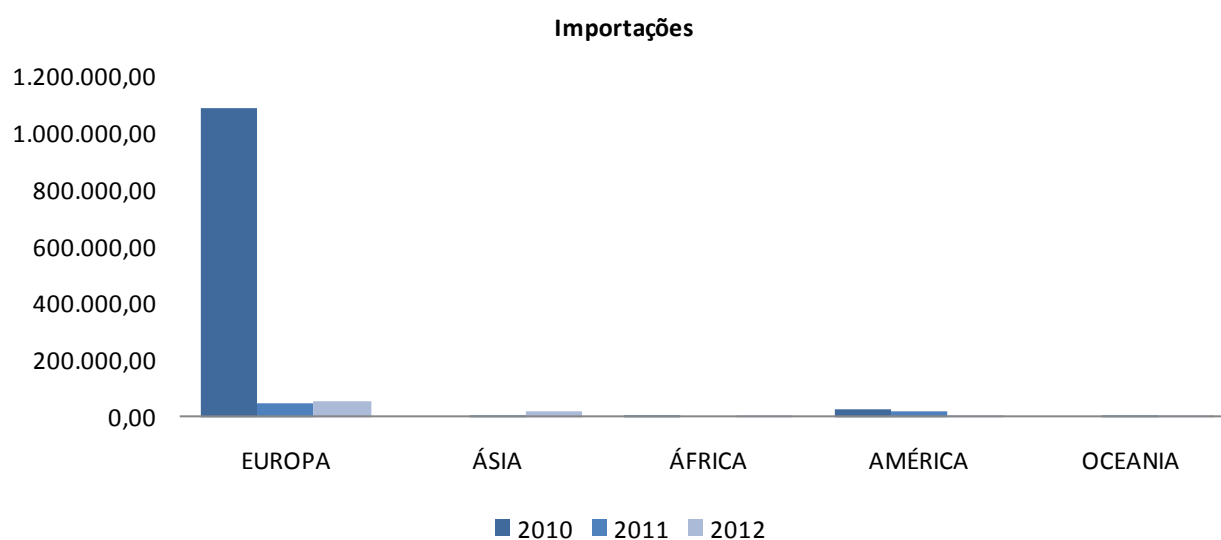
Continente	2010		2011		2012	
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%
EUROPA	3.959,00	19,44	6.448,73	26,18	15.328,60	52,08
ÁSIA	156,00	0,77	615,50	2,50	4.586,72	15,58
ÁFRICA	9.106,00	44,72	8.503,94	34,52	5.316,61	18,06
AMÉRICA	7.143,00	35,08	9.064,47	36,80	4.201,36	14,27
OCEANIA			0,69			-
TOTAL	20.364,50	100,00	24.633,33	100,00	29.433,30	100,00



6.1.3 - Importações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais por Áreas do Globo

(Apenas as importações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAIED)

Conteúdo	2010		2011		2012	
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%
EUROPA	1.085.980,00	97,60	48.628,26	70,45	53.510,20	69,20
ÁSIA			772,64	1,12	21.502,52	27,81
ÁFRICA	1.017,00	0,09			2.213,80	2,86
AMÉRICA	25.681,00	2,31	19.439,57	28,16	9,62	0,01
OCEANIA			188,01	0,27	96,08	0,12
TOTAL	1.112.677,94	100,00	69.028,48	100,00	77.332,22	100,00



6.1.4 - Comparação entre os Valores das Importações e Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Por Áreas do Globo

(Apenas as exportações e importações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

Ano: 2012

Continente	Importação		Exportação		Saldo (Exp. - (milhares de euros)
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	
EUROPA	53.510,20	69,20	15.328,60	52,08	-38.181,60
ÁSIA	21.502,52	27,81	4.586,72	15,58	-16.915,80
ÁFRICA	2.213,80	2,86	5.316,61	18,06	3.102,82
AMÉRICA	9,62	0,01	4.201,36	14,27	4.191,74
OCEANIA	96,08	0,12			-96,08
TOTAL	77.332,22	100,0	29.433,30	100,0	-47.898,92

6.1.5 - Comparação entre os Valores das Importações e Exportações de Bens e Tecnologias Militares – por Países Agregados em Organizações Internacionais a que Portugal Pertence

Ano: 2012

Organização	Importação (milhares de euros)	Exportação (milhares de euros)	Saldo	
			Exportação- Importação (milhares de euros)	Exp/Import * 100 (%)
NATO	73.628,57	18.197,17	-55.431	24,7
UE	53.084,27	15.328,60	-37.756	28,9

6.1.6 - Empresas Autorizadas a Exercer Legalmente a Atividade de Comércio de Bens e Tecnologias Militares (*)

(euros)			
Empresa	Sede	Objeto da Atividade	Capital Social
Advanced Resources, Lda.	Carnaxide	Geral - Bens e tecnologias militares	200.000,00
A. Montez, S.A.	Lisboa	Armas, Geral. Comércio de bens e tecnologias militares	450.000,00
AFN, Lda.	S. João Madeira	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	250.000,00
AHM, Lda.	Vialonga	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
A. Silva Leal, Lda.	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	50.000,00
Aeroequipo, Soc P. E. A. Lda.	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	40.000,00
Aerohélice, Lda.	Alenquer	Acessórios aeronáuticos. Comércio de bens e tecnologias militares	25.000,00
Aeropart, Unipessoal Lda.	Loures	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
Agusta Westland Port S.A.	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	100.000,00
Antero Lopes, Lda.	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	160.000,00
Apcol, Lda.	Prior Velho	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	9.976,00
Arsenal do Alfeite	Alfeite	Geral – Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	32.400.000,00
Aviuiquo de Portugal, Lda.	Oeiras	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	150.000,00
A.V.P. Aero Voo de Portugal	S. João Estoril	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
Browning Viana	Viana do Castelo	Fabrico e comércio de armas	4.400.000,00
Caetano Coatings	Carregado	Comércio de bens e tecnologias militares	3.000.000,00
Cacicambra, Lda.	Sta.Maria Feira	Comércio de bens e tecnologias militares	750.000,00
Cinave, Nav Aeronáut, Lda.	Camarate	Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	2.000.000,00
Critical Software	Coimbra	Redes e telecomunicações. Indústria de bens e tecnologias militares	1.000.000,00
Croker Delaforce, S.A.	Lisboa	Geral – Comércio e indústria de bens e tecnologias militares	473.858,00
Cruzair, Lda.	Sintra	Peças e componentes. Comércio de bens e tecnologias militares	10.000,00
DEFAERLOC, S.A.	Lisboa	Comércio e locação de aeronaves militares e prestação de serviços	50.000,00
DEFLOC, S. A.	Lisboa	Geral. Comércio de bens e tecnologias militares	125.000,00
DEFMAT	Lisboa	Comércio de bens e tecnologias militares	21.000,00
E. Dias Serras, Lda.	Lisboa	Eletrónica, produtos náuticos. Comércio de bens e tecnologias militares	280.000,00
Edisoft, S.A.	Lisboa	Informática, prestação de serviços de consultadoria, assistência	500.000,00
EID, S.A.	Caparica	Eletrónica – Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	11.000.000,00
EMPORDEF	Lisboa	Software e equipamentos informáticos – Comércio e indústria de bens e tecnologias militares	100.000,00
Espaçomar, Lda.	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
Espingardaria Belga, Lda.	Lisboa	Comércio de armamento	165.417,67
Est Nav de Viana do Castelo	Viana do Castelo	Construção e reparação navais. Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	29.875.000,00
Extincêndios, Lda	Torres Vedras	Comércio de bens e tecnologias militares	76.000,00
Exide Technologies	V. F. Xira	Baterias, componentes e acessór p/ automóv. Indústria de bens e tecnologias militares	23.126.795,00
Fabitrade, Imp e Exp, Lda	Unhos Loures	Geral – Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	50.000,00
Fralibra, Lda.	Amadora	Geral – comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
GLOBALEDA, S. A.	Ponta Delgada	Comércio e indústria de bens e tecnologias militares	483.125,00
Head Solutions, Lda.	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	6.000,00
Hydraplan	Lisboa	Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	650.000,00
Holos, S. A.	Caparica	Desenvolvimento e comercialização de software e hardware. Comércio de bens e tecnologias militares	383.250,00
Honos, Lda.	Algés	Material aeronáutico e armamento	100.000,00
IDD, S.A.	Alcochete	Geral – Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	50.000,00
IEMA, Lda.	Lisboa	Aeronáutica, material de deteção física e química	5.000,00
INDRA SISTEMAS PORTUGAL, S.A.	Amadora	Geral. Comércio de bens e tecnologias militares	8.624.661,00
INTERDEF TRADING S.A.	Lisboa	Geral – Comércio e Industria de bens e tecnologias militares	50.000,00
INVENTARIUM SR&D	Lisboa	Pesquisa e desenvolv. Comercio e Industria de bens e tecnologias militares	5.000,00
J. GARRAIO	Lisboa	Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	149.639,37

J. Nicolau, Lda.	Alfragide	Geral – Comércio de bens e e tecnologias militares	5.000,00
Lasi Eletrónica, Lda.	Barcarena	Eletrónica, Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	24.940,00
Latino Confeções, Lda.	Braga	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	150.000,00
LAUAK – Ind Aeronautica Lda.	Setúbal	Indústria de bens e tecnologias militares	150.000,00
LISSA, Lda.	Amadora	Transitário de mercadorias – Comércio de bens e tecnologias militares	50.000,00
Lostical	Oeiras	Gestão de projetos. Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
LUSIS, Lda.	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	500.000,00
Lusodef, Lda.	Amadora	Equipamentos de defesa e proteção. Comércio de bens e tecnologias militares	6.000,00
Mardef, Lda.	Mem Martins	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
Melco, Lda.	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	50.000,00
Micotec, Lda.	Lisboa	Eletrónica, aparelhos elétricos – Manutenção e comércio de armamento	50.000,00
Mil-Parts	Foros de Amora	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
Montitec Mont Eletro Eletro Lda.	Montijo	Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	498.789,04

6.1.6 - Empresas Autorizadas a Exercer Legalmente a Atividade de Comércio de Bens e Tecnologias Militares (*) (Continuação)

Empresa	Sede	Objeto da Atividade	Capital Social (euros)
Navaltrading, Lda.	Paio Pires	Equipamentos e produtos para indústria naval	5.000,00
Novonorte–Peças e Motores Lda.	Penafiel	Comércio de bens e tecnologias militares	20.000,00
OGMA, S.A.	Alverca	Aeronáutica, Geral – Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	34.000.000,00
Omnitécnica, S.A.	Amadora	Eletrónica - Materiais e equipamentos - Prestação de serviços	750.000,00
Orey – Técnica Naval e Ind, Lda.	Forte da Casa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	350.000,00
Palbit, S. A.	Albergaria-a-Velha	Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	1.200,00
Para-Equipa-Para-Quedas Equip	Lisboa	Equipamentos. Comércio de bens e tecnologias militares	7.500,00
Pinhol Defense, Lda.	Évora	Indústria de bens e tecnologias militares	25.000,00
Pinhol, Gomes & Gomes, Lda.	Carnaxide	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	4.040.263,00
Pinto Basto, Elet Máquinas, Lda.	Lisboa	Máquinas, Geral – comércio de bens e tecnologias militares	375.000,00
POAVIATION	Alverca Ribatejo	Componentes aeronáuticos, manutenção de aeronaves. Comércio de bens e tecnologias militares	25.000,00
PROHERAL Exp Imp Art Her Lda.	Almada	Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
PROTILIS Portugal, Lda.	Sintra	Comércio e Industria de bens e tecnologias militares	50.000,00
Quadri, Lda.	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	124.700,00
Qualifire, Lda.	Póvoa da Galega	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
RANGEL	Porto	Geral – comércio de bens e tecnologias militares	500.000,00
Rhode & Schwarz	Linda-a-Velha	Manutenção de produtos e equipamentos eletrónicos. Comércio de bens e tecnologias militares	500.000,00
RFS Telecomunicações, Lda.	Cascais	Material de telecomunicações – Comércio de bens e tecnologias militares	100.000,00
Salemo & Merca	Palmela	Geral – comércio de bens e tecnologias militares	1.500.000,00
Scope, Lda.	Mem Martins	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	119.711,49
SDT Eletrónica, S.A.	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	300.000,00
Setronix, Lda.	Carcavelos	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	100.000,00
Sipamar, Lda.	Algés	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
Socimarpe	Mem Martins	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
Sodarca, Lda.	Lisboa	Armas, cartuchos. Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	404.525,00
SPIN WORKS, Lda.	Porto	Inv Cient Proj. Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	65.004,00
STE – Serv Telec e Eletron, S.A.	Prior Velho	Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	500.000,00
Studia I, Lda.	Oeiras	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	42.000,00
Sunviauto	V. N. Gaia	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	8.400.000,00
Thalles Portugal, S.A.	Paço Arcos	Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	362.250,00
Transfral Trading	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	50.000,00
Vianas, S.A.	Gondomar	Geral - Comércio de bens e tecnologias militares	200.000,00

(*) Nos termos do Decreto-Lei nº 397/98, de 17 de dezembro.

6.2 – EQUIPAMENTOS DE DEFESA E LPM

6.2.1 - Missões e Meios Disponíveis – Marinha

Ano: 2012

MEIOS		TOTAL	DEFESA MILITAR E APOIO À POLÍTICA EXTERNA							SEGURANÇA E AUTORIDADE DO ESTADO							DESENVOLVIMENTO S ECONÓMICO, CIENTÍFICO E CULTURAL													
			Defesa militar própria e autónoma	Proteção dos interesses nacionais e diplomacia naval			Defesa coletiva e expedicionária				Segurança marítima e salvamento da vida humana no mar				Vigilância, fiscalização e policiamento			Estados de exceção e proteçã o civil		Estados de exceçã o e proteçã o civil		Fomento Económico								
				Proteção e evacuação de cidadãos nacionais	Diplomacia naval	Cooperação Técnico-Militar	Relações Internacionais	NATO	EU	ONU	EUROMARFOR	Busca e salvamento marítimo	Assistência a banhistas	Assinalamento Marítimo	Prevenção e combate à poluição do mar	Atividades de reparação marítima e conservatória de registo patrimonial	Fiscalização dos espaços marítimos e proteção dos recursos	Repressão de ilícitos marítimos			Estado de sítio e de emergência	Atividades de proteção civil	Estado de sítio e de emergência	Atividades de proteção civil	Apoio logístico naval	Formação	Parcerias em projetos	Investigação Científica	Cultura	
																		Narcotráfico	Imigração ilegal	Outros										
UNIDADES NAVAIS	Fragatas "Vasco da Gama" com helicóptero orgânico	3																												
	Fragatas " Bartolomeu Dias" com helicóptero orgânico	2																												
	Helicóptero orgânico "Lynx"	5																												
	Corvetas "Batista de Andrade"	3																												
	Corvetas "João Coutinho"	3																												
	Submarinos "Tridente"	2																												
	Reabastecedor de esquadra "Bérrio"	1																												
	Patrulhas "Viana do Castelo"	1																												
	Patrulhas "Cacine"	3																												
	Lanchas de Fiscalização "Argos" e "Centauro"	9																												
	Lanchas de Fiscalização "Albatroz" e "Rio Minho"	3																												
	Lancha desembarque "Bacamarte"	1																												
	Navios hidrográficos "D. Carlos I"	2																												
	Lanchas hidrográficas "Andrómeda"	2																												
	Navio balizador "Schultz Xavier"	1																												
	Navios escola "Sagres" e "Polar"	2																												
UNIDADES FUZILEIROS	BF1	200																												
	BF2	283																												
	UPN	137																												
	DAE	35																												
	UMD	94																												
	CAF	119																												
	CATT	117																												
UNIDADES MERGULHADORAS	DMS 1	11																												
	DMS 2	46																												
	DMS 3 - Guerra Minas	5																												
DESTACAMENTOS OU UNIDADES	UAM's IH	3																												
	Brigadas hidrográficas	2																												
	UAM's DGAM	41																												
	NTM "Creoula"	1																												
	UAM Albacora	1																												
	Fragata D. Fernando e Glória	1																												
Outros Meios	Biblioteca Central de Marinha	1																												
	Museu de Marinha	1																												
	Aquário Vasco da Gama	1																												
	Planetário de Calouste Gulbenkian	1																												
TOTAL		1.143																												

Empenhamento operacional muito provável.

Empenhamento operacional provável.



Empenhamento operacional muito provável.



Empenhamento operacional provável.

6.2.2 - Missões e Meios Disponíveis – Exército

Ano: 2012

Armamento/Equipamento		OCAD		FOPE						Total	Obs.
				Grandes Unidades			ZM A	ZM M	FAp G		
		CLog	CID	Brig Mec	Brig RR	Brig Int					
Carros de Combate	M48A5									-	
	M60A3			67						67	
	Leopard			37						37	
Viaturas Blindadas de Lagartas	M113A1 e A2	37	5	226						268	
	M113A2 TOW	6		13						19	
	M577A2	2	1	48						51	
	M125A1 e A2 c/ Mort 81 mm	4	1	16						21	
	M106A1 e A2 c/ Mort 107 mm	6	1	13						20	
	M901A1 ITV			4						4	
	M578	7	1	14						22	
	M74	1		1						2	
	M548 e A1	1		23						24	
	M728 VC Engenharia			3						3	
	M88A1 e A2		1	7						8	
Viaturas Blindadas de Rodas	Chaimite V-200	44	2			17				63	
	Commando V-150	1	2			12				15	
	Panhard M-11	18	2		12					32	
	Pandur	26	3			137				166	
Obuses	105 mm M101A1 e A1L	45	1	4						50	
	105 mm Oto Melara									-	
	105 mm Light Gun	16	2							18	
	155 mm Reb M114	15	20							35	
	155 mm AP M109A2			6						6	
	155 mm AP M109A5	1		17						18	
Sistemas de Mísseis AC	MILAN	11	6		36	16				69	
	M220A1 TOW	20	3							23	
	M220A2 TOW									-	
Sistemas de Mísseis AA	Stinger	16								16	
	Chaparral M90			4		1				5	
	Chaparral M98	4		8		12				24	
Material AA	Met Bitubo AA 20 mm	1				4	12	9		26	
	Peça AA 40 mm									-	
Morteiros	60 mm + Morteiretes	338	12		160	48				558	
	61 mm LA									-	
	81 mm	39	6	11	36	30	3			125	
	81 mm L16A2	5	3		19					27	
	107 mm M24 e A1	35	6	20						61	
	120 mm B e St	60	15			14	7	5		101	
Pontes (a)	VBLP			4						4	
	Apoios fixos		6							6	
	Apoios flutuantes		1							1	
Outro Armamento/Equipamento	LGA 40mm SB-M1	10			1					11	
	DISP. LG HK 79 40 mm	23	34	81	20	9	8	7		182	
	Can SR 106mm M40A1 e A2	25	3			7	4	5		44	
	Can SR 84mm Carl Gustaf	19	24		91	15				149	
	Can SR 90 mm M67	15			-	10	4	4		33	

6.2.3 - Missões e Meios Disponíveis – Força Aérea

Ano: 2012

	Meios	Missões																TOTAL	
		Defesa Aérea		Ataque Convencional			Reconhecimento Aéreo Tático	Apoio ao Combate	Vigilância	Patrulhamento Marítimo	Interesse Público				Transporte Aéreo				Instrução e Treino
		Patrulhamento e Intercepção Escolta Aérea	Interdição Aérea	TASMO	Apoio Aéreo	Busca e Salvamento					Vigilância Marítima	Evacuação Sanitária	Intra Teatro	Inter Teatros	VIP				
AVIÕES	F-16	X	X	X	X	X	X			X									30
	P3-P			X				X	X		X	X					X		5
	C-295							X	X		X	X	X	X		X		12	
	FALCON 50												X	X	X	X		3	
	C130						X				X		X	X	X	X		6	
	AJET			X		X											X	9	
	EPSIL																X	16	
	Ligeiros																X	10	
	EH101						X				X	X	X	X		X		12	
	AL III										X		X	X			X	12	

Nota: Total de meios disponíveis para as missões referenciadas.

√ - Capacidade dos meios

6.2.4 - Lei de Programação Militar (LPM)

Principais Programas de Reequipamento das Forças Armadas

A LPM tem por objeto a programação do investimento público das Forças Armadas relativo a forças, equipamento, armamento, investigação e desenvolvimento e infraestruturas com impacto direto na modernização e na operacionalização do Sistema de Forças Nacionais, concretizado através das medidas e capacidades fixadas em planos plurianuais.

Os principais procedimentos executados em 2012, tendo em vista a realização de programas de aquisição, foram os seguintes:

- Programas concluídos em 2012 –

Tipo de Armamento/Equipamento Contratado	Empresa/Entidade Contratada	País de Origem
Óculos Visão Noturna C-295M	ITT Exelis	EUA
Marcas de fumo KC-25	IEMA	Portugal

- Programas de aquisição com contratos assinados em 2012 –

Tipo de Armamento/Equipamento Contratado	Empresa/Entidade Contratada	País de Origem
Ground Support Equipments	VÁRIAS	PT
Ferramenta para os Sistemas de Armas	VÁRIAS	PT
Óculos Visão Noturna C-295M	ITT EXELIS	USA
Marcas de fumo KC-25	IEMA	PT
Inspeção DIMPLE P-3C N/C 14811	OGMA	PT
Material para a sustentação da frota F-16	VÁRIAS	VÁRIAS

6.3 – LOGÍSTICA

No intuito de disponibilizar uma informação mais alargada e melhorada, são englobados os quadros com dados da área da Logística que foram fornecidos pelo EMGFA, Ramos das Forças Armadas, SCS/MDN e IASFA.

Os elementos estatísticos do quadro 6.3.2 referem-se exclusivamente à aquisição de equipamento hospitalar, meios de diagnóstico e curativos e à manutenção do equipamento hospitalar.

A assistência na doença e outras participações aos militares das Forças Armadas são incluídas no Capítulo 4.

CONCEITOS

Escalões de Manutenção

1º Escalão

Manutenção preventiva e corretiva executada pela unidade (utilizador).

2º Escalão

Manutenção preventiva e corretiva executada pela unidade, com o apoio de equipamento oficial e de meios humanos especializados.

3º Escalão

Manutenção corretiva por avaria de um ou mais dos conjuntos ou subconjuntos de um sistema. A execução desta categoria de manutenção é feita em instalações oficiais (Oficinas Gerais ou Arsenal) ou ainda por recurso ao mercado civil.

4º Escalão

Manutenção que compreende a reparação geral de artigos principais e a recuperação de grandes conjuntos. Os artigos principais e os conjuntos que beneficiam desta categoria de manutenção, após recuperados, são normalmente destinados a alimentar o canal de reabastecimento.

6.3.1 - Despesas com Manutenção de Meios e Sistemas Operacionais

(euros)

Ano	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2012	82.350,00	18.838.383,27	12.345.660,73	17.188.669,00	48.455.063,00
2011	72.143,00	28.317.220,00	5.748.176,49	22.831.365,00	56.896.761,49
2010	92.147,00	35.876.275,00	4.001.748,51	32.341.283,00	72.311.454,00
2009	146.300,00	50.896.037,00	2.477.630,00	37.557.793,00	91.077.760,00

6.3.2 - Despesas com Equipamentos e Material de Saúde, em 2012

(euros)

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Aquisição de:				
- Equipamento hospitalar	5.488,26	161.783,51		167.271,77
- Meios auxiliares de diagnóstico	146.727,27	413.560,47		560.287,74
- Meios curativos	646.539,43	879.740,33		1.526.279,76
Manutenção de equipamento hospitalar	202.019,72	172.047,12		374.066,84
TOTAL	1.000.775,68	1.627.131,43	-	2.627.906,11

6.3.3 - Despesas com Transportes – Aquisição de Veículos – em 2012

(euros)

Equipamento	SC/MDN		IASFA		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Transporte de pessoal							2	39.129,00					2	39.129,00
Transporte geral							1	61.439,00	3	548.503,00			4	609.942,00
Todo-o-terreno							3	89.290,00					3	89.290,00
Serviços especiais							1	18.450,00	1	102.825,54			2	121.275,54
Motociclos, ciclomotores e velocípedes													-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-	7	208.308,00	4	651.328,54	-	-	11	859.636,54

6.3.4 - Despesas com Transportes – Funcionamento – em 2012

(euros)

Equipamento	SC/MDN	IASFA	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Manutenção	112.079,43	58677,68	34.183,00	348.529,00	735.682,82	771.110,65	2.060.262,58
Combustíveis e lubrificantes	191.955,75	72023,33	214.388,00	204.939,00	236.419,46	2.835.589,00	3.755.314,54
Aquisição de serviços	1.314.729,92		63.105,00	59.500,00	40.086,60	373.880,53	1.851.302,05
TOTAL	1.618.765,10	130.701,01	311.676,00	612.968,00	1.012.188,88	3.980.580,18	7.666.879,17

6.4 – INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O MDN, tendo como instrumento financeiro a Lei de Programação Militar, promove, dinamiza e coordena, através da Direção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa, o investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) de Defesa, mediante participação em programas e projetos cooperativos internacionais de I&D no quadro das alianças militares em que Portugal participa, assim como em projetos de âmbito nacional de tecnologias de Defesa.

Entende-se por I&D de Defesa, o conjunto de iniciativas e atividades de índole científica e/ou tecnológicas ligadas à geração e aplicação de competências, conhecimentos e saber em áreas e domínios que direta ou indiretamente concorrem para a satisfação de lacunas ou objetivos de capacidades de Defesa, para o reforço da base tecnológica e industrial de Defesa (nacional e europeia) e ainda para o apoio e informação ao processo de tomada de decisão em matéria de opção e aquisição de novos equipamentos e sistemas de armas.

6.4.1 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – MARINHA

(euros)						
Programa/Projeto	Entidade Responsável	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento			
			ODN-M	PIDDAC	LPM	Outras Fontes
Icarus	CINAV	Robótica Móvel				55.210,75
RSEM	CINAV	Materiais Energéticos				-
Mission Planning	CINAV	Robótica Móvel				-
Archimaria	CINAV	História Marítima				-
Patacho Pedro Díaz	CINAV	História Marítima				-
BlueEye	CINAV	Sist. de Apoio à Decisão				-
Safeport	CINAV	Sist. de Apoio à Decisão				-
Intermar	CINAV	Línguas				-
FPNEM	CINAV	Química				-
Sentinel	CINAV	Química				-
ERM	CINAV	Materiais Energéticos				-
MECPAB	CINAV	Gestão da Manutenção				-
e-Ventos	CINAV	Robótica Móvel				-
Award	CINAV	Sist. de Apoio à Decisão				-
SADAP	CINAV	Sist. de Apoio à Decisão				-
NAPIS	Marinha	Sist. de Apoio à Decisão				-
Automatização dos levantamentos hidrográficos	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	40.219,00	35.041,00		75.260,00
IDAMAR - Sistema de informação e dados técnico-científicos	IH	Ciências da Informação	52.189,00			52.189,00
Automatização dos sistemas de cartografia náutica	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	24.131,00	11.568,00		35.699,00
Vigilância da qualidade do meio marinho	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	112.557,00	7.848,00	20.000,00	140.405,00
SEPLAT - Cartas sedimentológicas da plataforma continental	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	62.160,00	9.412,00		71.572,00
Estudo das tecnologias das ajudas e segurança da navegação	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	16.089,00	2.853,00		18.942,00

Cooperação com Universidades e outros organismos	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	22.922,00			22.922,00
Geologia Marinha	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	100.524,00			100.524,00
Previsão operacional	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	3.792,00			3.792,00
Inovação e desenvolvimento de técnicas de análise	IH	Engenharia Química	42.495,00	3.500,00		45.995,00
Dinâmica sedimentar (projetos BeachSandCODE, Cd-ToxCon, B2C, SURGE)	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	221.717,00		11.243,00	232.960,00
Marés - RMN	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	21.736,00	2.300,00		24.036,00
Agitação Marítima - RBO	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	41.647,00	59.712,00		101.359,00
Meteorologia - RMC	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	1.189,00	10.625,00		11.814,00
SIMOC	IH/DGAIED	Ciências da Terra e do Ambiente	32.721,00		100.731,00	133.452,00
TRADE	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	10.251,00		102.716,00	112.967,00
HERMIONE	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	15.652,00			15.652,00
SeaDataNet	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	14.889,00		16.435,00	31.324,00
BlueEye	IH	Ciências da Informação	14.868,00		91.706,00	106.574,00
MONICAN	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	40.090,00		34.388,00	74.478,00
RAIA	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	10.729,00		17.463,00	28.192,00
RAIAco	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	33.092,00			33.092,00
TOTAL			935.659,00	142.859,00	120.731,00	329.161,75
						1.548.410,75

Fonte: Marinha e DGAIED

6.4.2 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – EXÉRCITO

Programa/Projeto	Entidade Responsável	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento			TOTAL
			PIDDAC (*)	MDN (I&D)	OMDN-EX	
CEDS – Combat Equipment for Dismounted Soldier	MDN	Observação, Energia, Fatores Humanos e Sobrevivência				-
CORASMA – Cognitive Radio for Dynamic Spectrum Management	MDN	Comunicações				-
SPP – Development of a Mucosal Anthrax Vaccine	MDN	Comunicações				-

Fonte: DGAIED

6.4.3 -Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – FORÇA AÉREA

Programas	Entidade	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento				TOTAL
			PI DD AC	MDN (I&D)	OMDN-EX	Outras Fontes	
Adaptabilidade ao Ensino Superior Universitário Militar: Implicações para o Sucesso Académico e Militar	Academia Militar	Fatores Humanos			7.700,00		7.700,00
Laboratório de Investigação Forense Digital	Academia Militar	CiberDefesa - Tecnologias de apoio à Defesa e à Segurança			5.614,00		5.614,00
Demolições de Emergência pelo uso Controlado de Explosivos – FASE II	Academia Militar	Tecnologias de apoio à Defesa e à Segurança			5.400,00		5.400,00
A Influência da Diabetes Mellitus tipo 2 no grau de destruição periodontal - Efeito do controlo glicémico e dislipidémia	Hospital Militar Principal	Medicina Operacional			14.350,00		14.350,00
Aquisição de Dados Tridimensionais para Sistemas de Informação Geográfica (SIG 3D)	Instituto Geográfico do Exército	Gestão de Crises e Tecnologias de apoio à Defesa e à Segurança			13.300,00		13.300,00
ROVIM - Robot de Vigilância de Instalações Militares	Academia Militar	Tecnologias de apoio à Defesa e à Segurança			10.000,00		10.000,00
PANDORA - Plataforma Aérea Não Tripulada para Detecção e Operações de Reconhecimento Aéreo NBQR	Laboratório de Bromatologia e Defesa Biológica	Ambiente Operacional e Tecnologias de apoio à Defesa e à Segurança			49.250,00		49.250,00
SHERLOC	AFA	Estruturas em Compósitos				129.000,00 (a)	129.000,00
PITVANT – Projeto de Investigação e Tecnologia em Veículos Aéreos Não-Tripulados	AFA	Robôs e Veículos não		100.091,42			100.091,42
NECSAVE – European Maritime Systems for MMCM and other naval applications (UMS)							-
Representação nacional em painéis ID da EDA							-
Representação nacional no painel de I&T da NATO-AVT							-
TOTAL				100.091,42	105.614,00	129.000,00	334.705,42

Fontes: Força Aérea e DGAIED

(a) QREN

6.4.4 – Pessoal empregue em atividades de investigação e desenvolvimento

Pessoal			
Ramos	2012		
	Militar	Civil	TOTAL FORÇAS ARMADAS
Marinha			
Exército	24	9	
Força Aérea	6		
TOTAL POR CLASSE	30	9	39
Entidades Ensino Superior			
	Militar	Civil	TOTAL UNIVERSITÁRIO
Escola Naval			
Academia Força Aérea	2		
FEUP			
FCUL			
LNEG			
TOTAL POR CLASSE	2	-	2
TOTAL DE PESSOAL	32	9	41

6.4.5- Investigação e Desenvolvimento com Financiamento LPM e Respetivas Áreas Tecnológicas – Âmbito Nacional e Internacional - Sob Coordenação da DGAIED – 2012

				(euros)
Programa/Projeto	Entidades Envolvidas	Área Tecnológica	Montantes 2012	
Projetos Cooperativos Internacionais - EDA e Outros Mecanismos de Cooperação Europeia				
<i>Combat Equipment for Dismounted Soldier (CEDS)</i>		Proteção Individual		-
<i>European Unmanned Maritime Systems for MMCN and other naval applications (UMS)</i>	CINAV (Marinha), CIAFA (Força Aérea), UP, APDL, INESC-Porto, OCEANSCAN-MST	Robôs e Veículos não-tripulados		100.000,00
<i>Formulation & Production of New Energetic Materials (FPNEM)</i>	LEDAP	Materiais Energéticos		52.800,00
<i>Cognitive Radio for Dynamic Spectrum Management (CORASMA)</i>	TEKEVER	Tecnologias de Informação e Comunicações		139.839,60
<i>Chemical and Biological Single Molecule Detection Roaming Robot (land, sea, air) (SENTINEL)</i>	ITQB, Nanopore Solutions	Tecnologias de Defesa QBRN		-
Subtotal Cooperação Europeia				292.639,60
Subtotal NATO				-
Total INTERNACIONAL				292.639,60
Projetos de Âmbito Nacional (Ramos, Institutos e Universidades)				
Total NACIONAL				-
TOTAL				292.639,60

Fonte: DGAIED

6.5 – INDÚSTRIAS DE DEFESA

Nos quadros seguintes apresentam-se de forma sucinta os elementos estatísticos relativos às empresas portuguesas com atividades no âmbito da Defesa, incluindo os Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFA), respeitantes a 2011 e 2012.

6.5.1 - Indústrias Nacionais do Setor das Indústrias de Defesa – 2011 e 2012

(euros)

Áreas de Atuação	Situação	Volume de Vendas Anual - Global		Volume de Vendas em AETD	Despesas de I&D em AETD	Número de Efetivos		Exportação					
		2011	2012			2012	2012	2011	2012	TOTAL 2011	2012		
											Países UE	Países 3ºs	TOTAL
ENVC, S.A	CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL	15.109.863	30.829.443	26.581.568		657	620	7.857.395	1.881.953	442.562	2.324.515		
IDD Ind. de Desmilitarização e Defesa, SA	Desmilitarização de munições e explosivos	1.259.383	1.012.938	997.752	49.577	20	19				-		
LMPQF Laboratório Militar Produtos Químicos e Farmacêuticos	SAÚDE	15.215.340	14.741.716			82	85				-		
OGFE Oficinas Gerais de Fardamento Equipamento	Produção e comercialização de Equipamentos Militares	24.210.722	17.759.709	14.092.287	47.954	329	308	114.025		62.275	62.275		
Empordef - TI Tecnologias de Informação, S.A.	Engenharia	1.907.150	1.938.934	229.403	91.983	27	25	1.665.720	1.707.034	72.560	1.779.594		

AETD = Armamento, Equipamento e Tecnologias de Defesa (bens e serviços)

6.5.2 - Indústrias Nacionais com Atividades Ligadas a Áreas da Defesa – 2011 e 2012

(euros)

Áreas de Atuação	Situação	Volume de Vendas Anual - Global		Volume de Vendas em AETD	Despesa s de I&D em AETD	Número de Efetivos		Exportação			
		2011	2012	2012	2012	201 1	201 2	TOTAL 2011	2012		
									Países UE	Países 3ºs	TOTAL
NAVALRIA – Docas, Construções e Reparações Navais, SA	Construção e Reparação Naval	7.595.213	14.365.360			98	112				-
SETRONIX, SA	Telecomunicações	5.033.820	5.436.571	112.130		54	61				-

INDUMA - Máquinas Industriais, Lda	Máquinas e Equipamentos	4.550.785	3.018.282	2.187.308		20	20	100.044	124.057	35.876	159.933
AEROHELIC E, Lda	Manutenção e Reparação de hélices e afins	1.213.403	1.366.588	336.811		11	10	743.376	547.038	351.871	898.909
ACTIVE SPACE Technologies	Aeroespacial	379.334	465.062			10	16	346.323	445.017		445.017
A PENTEADOR A, SA	Produção de tecidos de lanifícios	21.268.730	18.878.014	2.477.737	147.038	378	362	17.950.625	13.633.658	1.744.732	15.378.390
SPINWorks, Lda	Aeroespacial e Defesa	343.958	111.938	27.500	181.986	8	8	197.500	95.250		95.250
CRITICAL Software, SA	Desenvolvimento de Software	13.992.694	14.269.157	1.211.700	886.678	243	222	7.488.439	9.696.886	4.543.640	14.240.526
CRITICAL Software Technologies Limited (Reino Unido)	Desenvolvimento de Software	2.246.531	2.790.860	536.661	240.084	26	27				-
INTROSYS Integração de sistemas Robóticos, SA	Atividades de engenharia e técnicas afins	6.101.324	8.744.995		239.886	39	59	5.735.244	8.156.790	311.511	8.468.301

AETD - Armamento, Equipamento e Tecnologias de Defesa.

6.5.3 - Empresas Autorizadas a Exercer Legalmente a Atividade de Indústria de Armamento e Tecnologias de Defesa (*)

(euros)

Empresa	Sede	Objeto da Atividade	Capital Social	Efetivos	Volume de Negócios
---------	------	---------------------	----------------	----------	--------------------

(*) Nos termos da Lei 49/2009, de 5 de agosto

Nota: Já existe esta lista no 6.1.6. – Empresas autorizadas a exercer legalmente a atividade de Indústria e/ou Comércio de Bens e Tecnologias Militares

6.5.4 - EMPORDEF (SGPS), S.A. e Associações do Setor

6.5.4.1 - A EMPORDEF (SGPS), S.A. é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais públicos que agrupa as participações do Estado nas seguintes empresas da área da Defesa:

Arsenal do Alfeite S.A.	
EDISOFT	Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A.
EID	Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Eletrónica, S.A.
Empordef-TI	Tecnologias de Informação, S.A.
ENVC	Estaleiros Navais de Viana Do Castelo, S.A.
IDD	Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A.
NAVALROCHA	Sociedade de Construção e Reparações Navais, S.A.
OGMA	Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.
DEFAERLOC	Locação de Aeronaves de Portugal, S.A.
DEFLOC	Locação de Equipamentos, S.A.
OGMA-Imobiliária	Imobiliária
Ribeira D'Atalaia	

6.5.4.2 - A DANOTEC - Associação das Empresas de Defesa, Armamento e Novas Tecnologias, agrupa as seguintes empresas e instituições com atividades de interesse na área da Defesa:

AEROHÉLICE	Sociedade de Manutenção e Revisão Geral de Hélices, Lda
ARSENAL DO ALFEITE, SA	Manutenção e construção de navios
C3P	Centro Para a Prevenção da Poluição
CRITICAL	Software, S.A.
EDISOFT	Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A.
EID	Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Eletrónica, S.A.
EMPORDEF	Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS) SA
EMPORDEF	Tecnologias de Informação, SA
ENVC	Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.

ESRI PORTUGAL	Sistemas e Informação Geográfica, SA
FEUP	Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
GMVIS SKYSOFT, SA	Engenharia de Software
HOLOS	Soluções Avançadas em Tecnologias de Informação, SA
IDD	Indústria de Desmilitarização e Defesa, SA
INEGI	Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores
INESC PORTO	Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto
INETI	Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I.P
INOV INESC	Inovação - Instituto de Novas Tecnologias
INTELI	Inteligência e Inovação, Centro de Inovação
ISQ	Instituto de Soldadura e Qualidade
MADAN PARQUE	Parque de Ciência e Tecnologia Almada/Setúbal
NAVALROCHA, S.A.	Sociedade de Construção e Reparações Navais, S.A.
OGMA	Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.
PARADIGMAXIS	Arquitetura e Engenharia de Software, SA
SATA AIR AÇORES, SA	Transportes Aéreos dos Açores
TAP AIR PORTUGAL, SA	Transportes Aéreos
TEKEVER	Tecnologias de Informação, SA

6.6 – QUALIDADE, NORMALIZAÇÃO E CATALOGAÇÃO

Dentro das competências da DGAED, foram exercidas no ano de 2012 as seguintes atividades no domínio da Qualidade, Normalização e Catalogação de bens militares:

6.6.1 - Qualidade

Compete à DGAED “emitir ou promover a emissão de certificados de qualidade do armamento, equipamento e serviços de defesa produzidos ou prestados pela indústria nacional”.

6.6.1.1 - Emissão de Certificados de Conformidade

	2011	2012
Número de Certificados de Conformidade emitidos por Portugal na sequência de pedidos de “Seguimento de Garantia da Qualidade Governamental” de contratos de Defesa, efetuados por países ou agências NATO	189	156

6.6.2 - Normalização

Os Acordos de Normalização ou STANAG's – acrónimo que deriva da expressão ***Standard Agreements*** – são instrumentos usados na NATO para estabelecer normas militares comuns a todos os países da Organização nos domínios das políticas, das regras e procedimentos que abrangem variados domínios: operacionais, científicos, técnicos, logísticos, qualidade, etc.

6.6.2.1 - Acordos de Normalização NATO

	2011 (a)	2012
Número de processos elaborados	129	145
Número de Pedidos de Parecer aos Ramos das Forças Armadas	49	55
Número de respostas aos Pedidos de Parecer solicitados aos Ramos das Forças Armadas	80	81
Número de acordos de normalização (STANAG's) ratificados por Portugal	27	78
Número de registos que constam na Base de Dados Nacional	1.458	1.171

(a) As diferenças surgidas entre 2011 e os anos anteriores resultam da saída do responsável pela elaboração do processo de Ratificação dos STANAG e do processo de reestruturação do MDN.

6.6.3 - Catalogação

O Centro Nacional de Catalogação, cumprindo o definido nos STANAG's 3150 e 3151, ratificados e implementados por Portugal, é a entidade nacional responsável pela:

Catalogação de artigos de produção nacional utilizados quer pelas Forças Armadas nacionais, quer pelas Forças Armadas de outros países que usam o Sistema de Catalogação NATO;

Catalogação de artigos utilizados pelas Forças Armadas nacionais que são produzidos em países não-NATO, mas que fazem parte do Sistema de Catalogação NATO (países participantes no Comité de Diretores Nacionais de Catalogação - AC/135);

Atribuição de Código de Organização (CORG) às organizações sedeadas em Portugal que são fornecedoras das Forças Armadas nacionais e estrangeiras.

A catalogação destes artigos é efetuada através da atribuição de um “Número NATO de Abastecimento” (NNA) que identifica de forma inequívoca o artigo em causa para todos os países que utilizam o Sistema de Catalogação NATO.

Atualmente, com o desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão do Ministério da Defesa Nacional (SIGDN), o Centro Nacional de Catalogação passou a gerir e a atribuir os Números de Abastecimento Provisório (NAP-MD).

6.6.3.1 - Pedidos de Catalogação de Artigos - 2012

Solicitações	Origem	Ao CNC Nacional	
		Pedidos de Catalogação	Catalogados
Internacional	Alemanha	4	4
	Espanha	25	25
	Dinamarca	3	3
	França	1	1
	Hungria	2	2
	NAMSA	2	2
	Reino Unido	1	1
	Turquia	38	38
	TOTAL	174	174

Nacional	Marinha	886*	846
	Exército	2	2
	Força Aérea	5	5
	TOTAL	1.067	1.027

Observações:

Para além da satisfação dos 1.027 pedidos de catalogação válidos (*40 pedidos não válidos) respeitantes ao ano de 2012, verificou-se igualmente a catalogação de artigos de abastecimento relativos a anos anteriores e sendo designadamente: 2009 (243) e 2008 (92). Em resumo e no decorrer de 2012 foram catalogados um total de 1362 artigos.

6.6.3.2 - Pedidos de Atribuição de Códigos de Organização (CORG) – 2012

Solicitações	Origem	Ao CNC Nacional	A CNC Estrangeiros
		Organizações Nacionais	Organizações Estrangeiras
Internacional	Alemanha		5
	Bélgica		3
	Canadá		1
	Espanha		18
	E.U.A.		3
	França	1	3
	Holanda		1
	Hungria		1
	Itália		9
	Noruega		1
	Reino Unido		5
	Turquia		1
	Países Não OTAN		20
	TOTAL	1	71
Nacional	Marinha	14	
	Exército	53	
	Força Aérea	19	
	Empresas	34	
	TOTAL	120	-

6.6.3.3 - Propostas de Cancelamento de Números de Abastecimento NATO (NNA) - 2012

Pospostas de Cancelamento	Quantidade
Recebidas	194
Respostas efetuadas	154

6.6.3.4 - Situação da Base de Dados de Catalogação (SPCAT II*) em 31 de dezembro de 2012

Registos	Quantidade
Artigos catalogados por Portugal	11.475
Referências nacionais	//
Artigos internacionais – PRT é Utente	440.348
Artigos Nacionais com Utente estrangeiros	1.217
Organizações nacionais	4.514

* SPCAT - Sistema Português de Catalogação – versão 2

6.6.3.5 - Articulação do Centro Nacional de Catalogação com o Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional - SIG-DN (Área Logística) - 2012

	Atribuição de Número de Abastecimento Provisório (NAP/MD)	Alterações Efetuadas em SIG-DN (a)	Inserções de Dados (NAP e NNA) no Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional (SIGDN/SAP)(b)
Marinha	7.468	11.346	15.846
Exército	1.400	6.531	4.185
Força Aérea	1.903	2.739	3.368
SC/MDN	214	4	255
EMGFA	1.611	27	206
IASFA			
Total	12.596	20.647	23.860

(a) Compreendendo operações de: Evolução (NAP para NNA ou NNA para NNA); Eliminação (NAP e NNA); Adição/Eliminação de Utente; Adição/Eliminação de referências.

(b) Total de números de gestão (NAP-MD e NNA) inseridos em SIG-DN.

6.6.3.6 - Curso Geral de Catalogação

No ano de 2012 não foi ministrado qualquer Curso Geral de Catalogação [Gestores de Catalogação (CGC) ou Curso de Operadores do Sistema Nacional de Catalogação (COSNC)]:

Ramo / Entidade	Formandos
DGAIED (Centro Nacional de Catalogação)	
EMGFA	
Marinha	
Exército	
Força Aérea	
TOTAL	-



Infra-Estruturas

NOTA EXPLICATIVA

O capítulo 7º, da responsabilidade da Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa (DGAIED), cuja orgânica foi aprovada pelo Decreto-Regulamentar n.º 23/2009, que define a sua missão e atribuições, órgãos e serviços e respetivas competências, inclui dados estatísticos referentes ao património imobiliário afeto à Defesa Nacional.

Os dados apurados e indicados resultam da contribuição dos Órgãos e Serviços Centrais, do EMGFA, dos Ramos das Forças Armadas e do Instituto de Ação Social das Forças Armadas.

CONCEITOS

Desamortização de Unidades Imobiliárias

Desafetação de unidades imobiliárias do MDN, mediante a reafetação a outras entidades do Estado, e alienação por venda ou cessão a título definitivo e oneroso a pessoas coletivas de direito público ou instituições particulares de interesse público.

Alojamento Clássico

Locais distintos e independentes, constituídos por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural) que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina à habitação, na condição de no momento de referência não estar a ser utilizado totalmente para outros fins.

Distinto

Significa que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, que é coberto e permite que um indivíduo ou grupo de indivíduos possa dormir, preparar refeições e abrigar-se das intempéries, separados de outros membros da coletividade.

Independente

Significa que os seus ocupantes não têm que atravessar outras unidades de alojamento para entrar ou sair da unidade de alojamento onde habitam.

Área Bruta de Construção

É o resultado do somatório da área bruta dos pisos, medida pelo perímetro exterior das paredes e eixo das paredes separadoras, incluindo as varandas privativas.

Área do Terreno

Área bruta do terreno delimitado pelo seu perímetro.

Capacidade de Alimentação

Número de refeições servidas por hora em cada unidade, considerando condições normais de utilização.

Capacidade de Alojamento

Número máximo de camas instaladas em cada unidade, em condições normais de utilização.

Classificação de Imóveis

A classificação dos edifícios como Monumentos Nacionais e Imóveis de Interesse Público encontra-se definida na Lei nº 107/2001, de 9 de agosto.

Imóvel de Interesse Municipal

Consideram-se de interesse municipal os bens cuja proteção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município.

Imóvel de Interesse Público

Imóvel que, sem merecer a classificação de monumento nacional, ofereça, todavia, considerável interesse público, sob o ponto de vista artístico, histórico ou turístico.

Monumento Nacional

Imóvel cuja conservação e defesa, no todo ou em parte, represente interesse nacional, pelo seu valor artístico, histórico ou arqueológico.

Construção Nova

Edificação inteiramente nova, ainda que no terreno sobre o qual foi erguida já tenha sido efetuada outra construção, incluindo-se ampliações de edifícios existentes.

Grandes Reparações de Unidades Imobiliárias

Trabalhos através dos quais as construções são melhoradas ou renovadas, prolongando materialmente a sua duração de tempo útil.

Natureza das Unidades Imobiliárias

Qualificação dos prédios em rústicos, urbanos ou mistos, tendo em conta a sua descrição na matriz predial.

Servidões das Unidades Imobiliárias

Restrições aos direitos de propriedade, público e privado, relativos a zonas confinantes com organizações militares ou de interesse para a Defesa Nacional, de caráter permanente ou temporário. Estas servidões são criadas por decreto.

TIPOS DE UTILIZAÇÃO

Operacional

Unidades imobiliárias utilizadas para o desenvolvimento das atividades (missões), da componente operacional do Sistema de Forças Nacional. São exemplos de unidades imobiliárias classificadas nesta categoria quartéis, bases aéreas e bases de fuzileiros.

Logístico-Administrativo

Unidades imobiliárias cuja utilização é dirigida para o apoio logístico e administrativo da estrutura orgânica da Defesa Nacional, tais como os Centros de Finanças, os Centros de Recrutamento e o Comando Logístico e Administrativo da Força Aérea.

Formação/Instrução

Unidades imobiliárias destinadas a ministrar formação militar, instrução, instrução básica e treino (academias, institutos, escolas, centros de instrução, campos de tiro, etc.), bem como ensino civil, tais como o Instituto de Odivelas, o Colégio Militar e o Instituto Militar dos Pupilos do Exército.

Cultural

Unidades imobiliárias cuja utilização se relaciona com a divulgação cultural (museus, bibliotecas, etc.).

Ciência e Tecnologia

Unidades imobiliárias onde se desenvolvem atividades científicas e tecnológicas – conjunto de atividades sistemáticas, estreitamente ligadas à produção, promoção, difusão e aplicação de conhecimentos científicos e técnicos em todos os domínios da ciência e tecnologia. Incluem-se nesta categoria os serviços hidrográficos, cartográficos, laboratórios de investigação de produtos químicos e farmacêuticos, etc.

Saúde

Unidades imobiliárias cuja função é de apoio à saúde (hospitais militares, casas de saúde, farmácias, laboratórios militares de análises clínicas, etc.).

Justiça

Unidades imobiliárias cuja utilização se relaciona com questões de justiça militar (tribunais, casas de reclusão, etc.).

Apoio Social

Unidades imobiliárias destinadas ao apoio social dos militares (messes, habitações, lares e outros equipamentos de carácter social).

Mistos

Unidades imobiliárias em que existem mais do que uma das utilizações referidas, não sendo nenhuma delas prioritárias em termos de ocupação de espaço.

Outros

Unidades imobiliárias cuja utilização não se integra em nenhuma das definições anteriores, nomeadamente faróis, farolins, estradas militares, etc.

Unidade Imobiliária

Todo o imóvel ou agrupamento imobiliário que seja fisicamente autónomo e independente e que apresente, em si mesmo, continuidade, qualquer que seja o número de freguesias em que se situe e o número de entidades afetárias ou utentes.

Imóvel

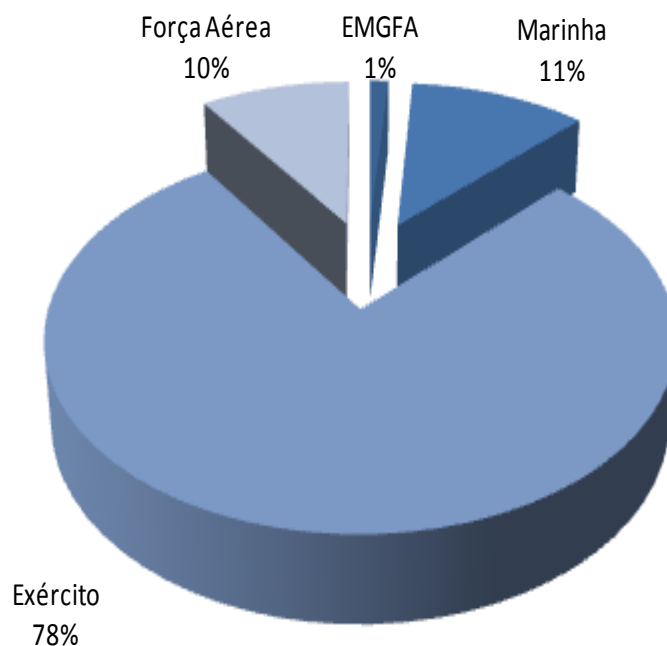
Prédio rústico ou urbano afeto ao MDN, localizado no país ou no estrangeiro, incluindo edifícios ou construções de carácter provisório que se encontrem assentes no mesmo local por um período superior a 6 meses.

Agrupamento imobiliário

Conjunto de várias edificações separadas entre si, mas constituindo um todo, por se encontrarem interligadas por um espaço exterior comum, em regra, vedado.

Unidades Imobiliárias Adquiridas

Imóveis que passaram a integrarem o património afeto ao MDN, independentemente da forma como se processou a afetação (compra, permuta, arrendamento ou expropriação), sendo excluídas as novas construções.



7.3 – TIPOS DE UTILIZAÇÃO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

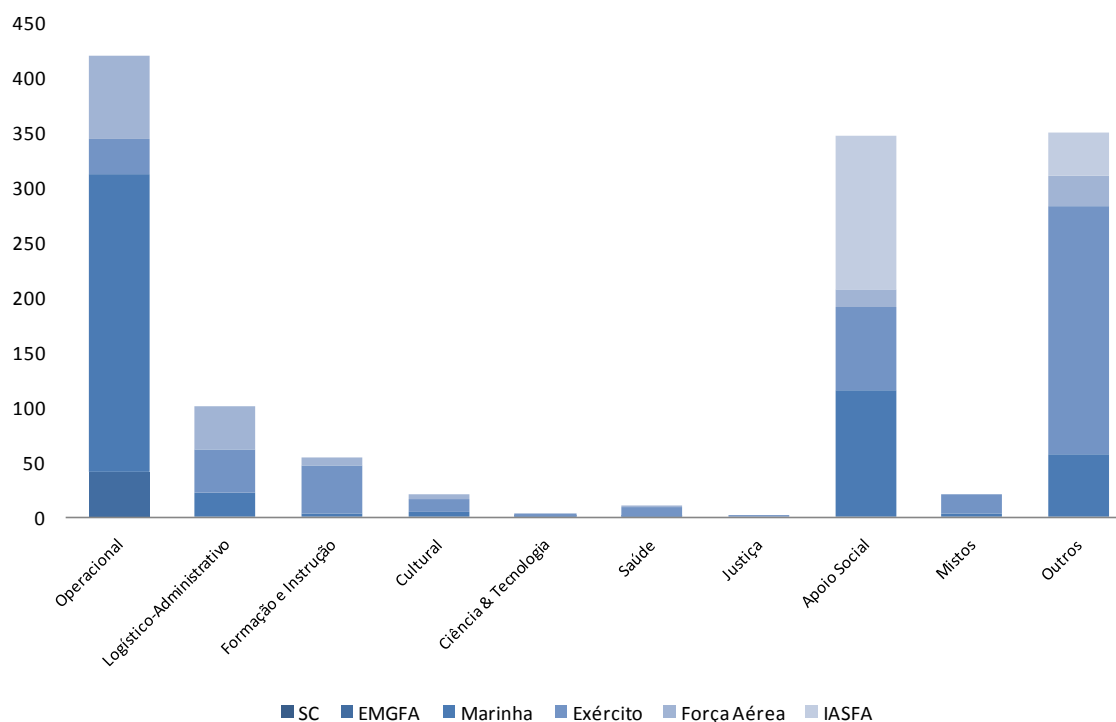
Ano: 2012

Afetação		Tipos de Utilização										TOTAL
		Operacional	Logístico-Administrativo	Formação e Instrução	Cultural	Ciência & Tecnologia	Saúde	Justiça	Apoio Social	Mistos	Outros	
SC	Continente		2								1(b)	3
	Açores											-
EMGFA	Continente	1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	1
	Açores	24	X	X	X	X	X	X	X	X	X	24
	Madeira	16	X	X	X	X	X	X	X	X	X	16
Marinha	Continente	182	10	3	5	1	1	0	44	3	52	301
	Açores	73	11						40		5	129
	Madeira	17	1						32			50
Exército	Continente	25	38	41	11	2	8	1	64	18	213	421
	Açores	4	1	2					7		12	26
	Madeira	3	1	1	1				5		1	12
Força Aérea (a)	Continente	41	19	7	4		1		8		10	90
	Açores	27	20						7		16	70
	Madeira	8							1		2	11
	USA								3			3
IASFA	Continente								134	X	40	174
	Açores								4	X	X	4
	Madeira								1	X	X	1
TOTAL		421	103	54	21	3	10	1	350	21	352	1.336

X - Não aplicável.

(a) As Unidades Imobiliárias do complexo de Sintra e do complexo do Lumiar para efeitos do tipo de utilização são divididas em duas Unidades Imobiliárias, sendo respetivamente BA1+AFA e BALUM+HFA;

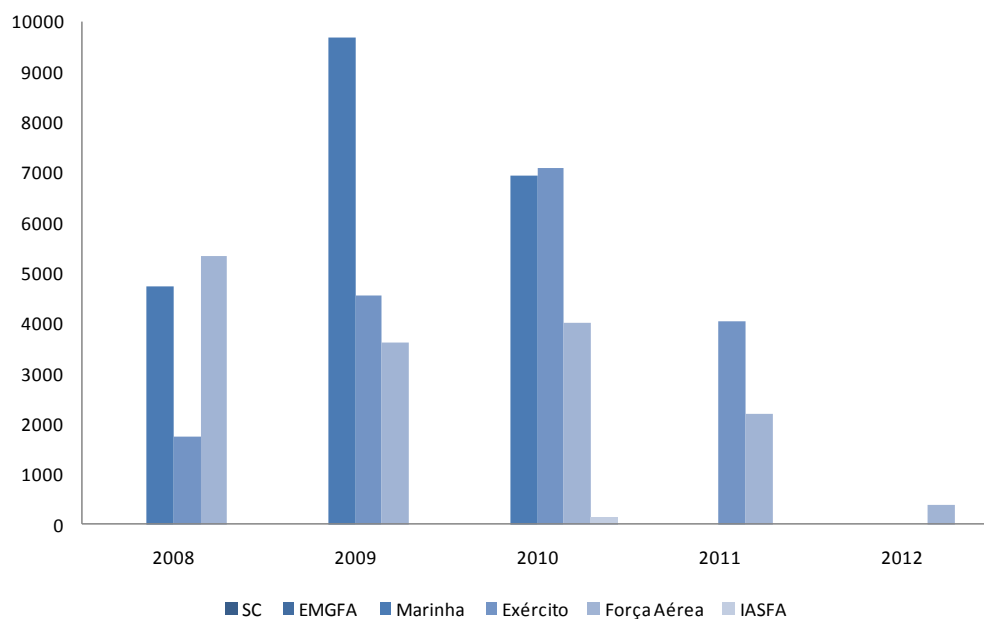
(b) Forte de São Julião da Barra.



7.4 – VERBAS GASTAS COM CONSTRUÇÕES NOVAS

Organismo	2008		2009		2010		2011		2012		TOTAL
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
SC											-
EMGFA											-
Marinha	4.729,00	40,1	9.687,80	54,2	6.927,30	38,1					21.344,10
Exército	1.740,50	14,8	4.564,80	25,6	7.088,60	39,0	4.045,20	64,9	(a)		17.439,10
Força Aérea	5.326,50	45,1	3.610,90	20,2	4.017,90	22,1	2.183,20	35,1	384,80	100,0	15.523,30
IASFA					124,50	0,7					124,50
TOTAL	11.796,00	100,0	17.863,50	100,0	18.158,3	100,0	6.228,40	100,0	384,80	100,0	54.431,00

(a) Segundo dados da DIE, durante o ano de 2012 o Exército não efetuou gastos com novas construções.

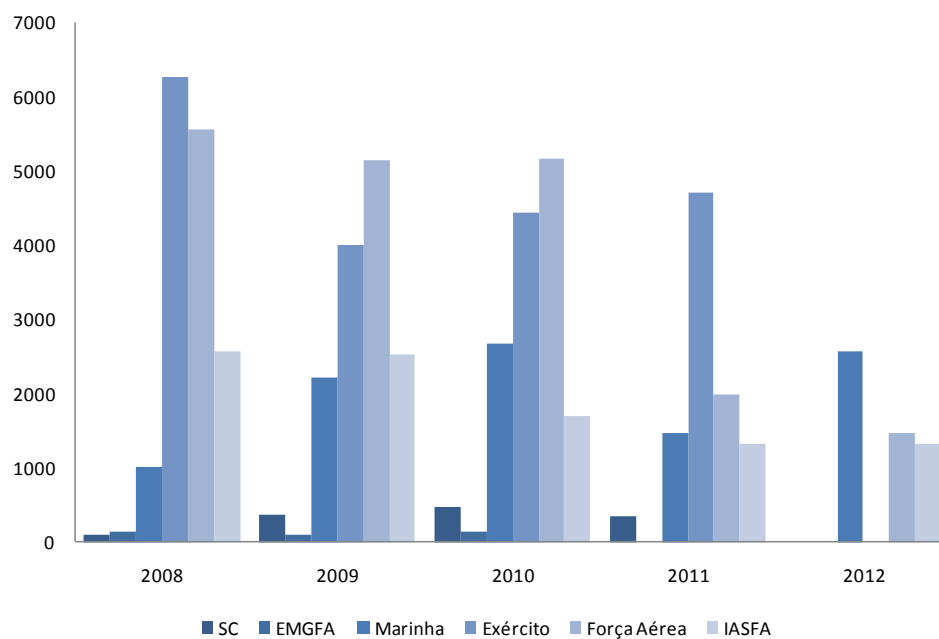


7.5 – VERBAS GASTAS COM GRANDES REPARAÇÕES DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS

(milhares de euros)

Organismo	2008		2009		2010		2011		2012		TOTAL
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
SC	97,3	0,6	358,5	2,5	465,0	3,2	335,00	3,42			1.255,80
EMGFA	138,9	0,9	101,9	0,7	130,0	0,9					370,80
Marinha	1.010,9	6,5	2.215,5	15,4	2.671,3	18,4	1.461,90	14,91	2.576,36	47,9	9.935,96
Exército	6.259,3	40	4.003,8	27,9	4.435,7	30,5	4.707,50	48,02	0,00 (a)	00,0	19.406,30
Força Aérea	5.569,5	35,6	5.144,0	35,8	5.162,3	35,5	1.979,80	20,19	1.477,00	27,4	19.332,60
IASFA	2.570,1	16,4	2.532,2	17,6	1.691,8	11,6	1.319,60	13,46	1.328,35	24,7	9.442,05
TOTAL	15.646,0	100,0	14.355,9	100,0	14.556,06	100,0	9.803,80	100,00	5.381,71	100,0	59.743,51

(a) Segundo dados da DIE, durante o ano de 2012 o Exército não efetuou gastos com novas construções.



7.6 – CLASSIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS AFETOS À DEFESA NACIONAL

Ano: 2012

Afetação	Localização	Edifícios Classificados		Edifícios em Vias de Classificação		TOTAL
		Monumento Nacional	Imóvel de Interesse Público	Monumento Nacional	Imóvel de Interesse Público	
SC	Continente		1 (a)			1
	Açores					-
EMGFA	Continente		1			1
	Açores		1			1
	Madeira					-
Marinha	Continente	4	15			19
	Açores		2			2
	Madeira		2			2
Exército	Continente	31	10		68 (b)	109
	Açores		3			3
	Madeira	1				1
Força Aérea	Continente				2	2
	Açores					-
	Madeira					-
IASFA	Continente		3			3
	Açores					-
	Madeira					-
TOTAL		36	38	-	70	144

(a) Forte de São Julião da Barra.

(b) Os dados referentes aos edifícios em vias de classificação são indiferenciados.

7.7 – ÁREAS ATRIBUÍDAS

Localização	SC		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea (a)		IASFA		TOTAL	
	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC
Continente			14.744	36.283	8.462.214	649.830	102.297.236,22	1.616.701,60	111.053,30	4190,2	81.550,58	220.919,37	110.966.798,10	2.527.924,17
Açores			X	11.497	414.152	512.13	944.101,00	38.763,99	7.210,70	436,9	489,60	2.448,00	1.365.463,70	53.145,89
Madeira			X	6.846	155.406	12.116	234.830,78	41.191,41	690,1	8,6	726	1.939,00	391.652,88	62.101,01
USA			X	X					5,6	0,8	X	X	5,6	0,8
TOTAL	-	-	14.744	54.626	9.031.773	661.946	103.476.168,00	1.696.657,00	118.959,70	4637	82.766,18	225.306,37	112.709.176,28	2.643.171,87

X - Não aplicável.

AT – Área do terreno

ABC – Área bruta de construção

(a) Dados tratados no 1º Trimestre de 2012

7.8 – UNIDADES IMOBILIÁRIAS ADQUIRIDAS

Ano	SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força	IASFA	TOTAL
2012						X	-
2011							-
2010						X	X
2009						X	X
2008						X	X
TOTAL	-	-	-	-	-	X	-

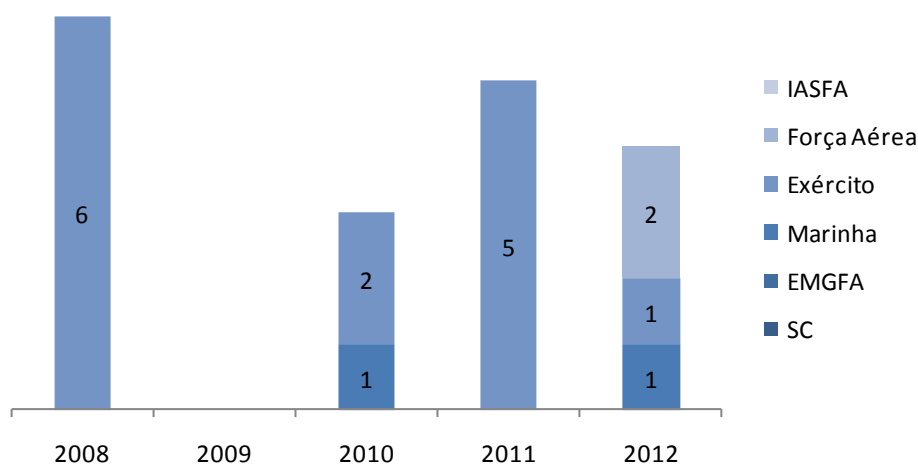
X - Não aplicável.

7.9 – ALIENAÇÃO DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFETAS À DEFESA NACIONAL

Afetação	Localização	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
SC	Continente						-
	Açores						-
EMGFA	Continente						-
	Açores						-
	Madeira						-
Marinha	Continente			1		1	2
	Açores						-
	Madeira						-
Exército	Continente	6		2	3	1	12
	Açores				2		-
	Madeira						-
Força Aérea	Continente					2 (a)	2
	Açores						-
	Madeira						-
	USA						-
IASFA	Continente	X	X	X	X	X	X
	Açores	X	X	X	X	X	X
	Madeira	X	X	X	X	X	X
TOTAL		6	-	3	5	4	16

(a) Alienação de duas UI através do Despacho nº 16063/2012 dos Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional, (publicado no Diário da República, 2ª série – N.º 244 de 18 de Dezembro de 2012).

X - Não aplicável.



7.10 – ALOJAMENTOS CLÁSSICOS ATRIBUÍDOS

Ano: 2012

Localização	SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades
Continente			X	1.029	562	1.783	3.374
Açores		28	X		196	30	254
Madeira		2	X	39	2	X	43
USA		X			3	X	3
TOTAL	-	30	-	1.068	763	1.813	3.674

X - Não aplicável.

7.11 – CAPACIDADE DOS QUARTÉIS E BASES

Ano: 2012

Afetação	Localização	N.º de Unidades	Capacidade de Alojamento	Capacidade de Alimentação
		N.º de quartéis e bases	N.º de camas	N.º de refeições servidas/hora
Marinha	Continente	X	X	X
	ZMN	X	X	X
	ZMC	X	X	X
	ZMS	X	X	X
	Açores	X	X	X
	Madeira	X	X	X
Exército	Continente	55	27.740	25.525
	Açores	3	655	879
	Madeira	2	1067	566
Força Aérea	Continente	18	7132	3.161.045
	Açores	1	353	209.522
	Madeira	1		-
	USA			-
TOTAL		- 80	- 36.947	3.370.567 30.677

X – Não disponível.

Nota: O n.º de unidades é auferido pelo n.º de quartéis e bases; a capacidade de alojamento é auferida pelo n.º de camas e a capacidade de alimentação é auferida pelo n.º de refeições servidas/hora.

7.12 – NATUREZA DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS (a)

Ano: 2012

Organismo	Rústica	Urbana	Mista	Omissa na Matriz Predial	TOTAL
SC		3			3
EMGFA	X	41	X	X	41
Marinha	62	225	19	12	318 (b)
Exército	89	314	56	0	459
Força Aérea	123	23	26	0	172
IASFA	2	176	1	0	179
TOTAL	276	782	102	12	1.154

(a) UIE + UIA

(b) Recontagem com base em Cadernetas Prediais, estando ainda 162 UI por apurar.

Sistemas e Tecnologias da Informação



SISTEMAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

CONCEITOS

1. *Hardware*

Minicomputador (Departamental)

Sistema de médio porte, multiutilizador, desenhado para suprir as necessidades de um departamento de uma grande organização, permitindo a exploração de aplicações que exijam recursos de máquina médios, possibilitando a sua portabilidade e geralmente utilizando sistemas operativos do tipo *UNIX*, *OS/400* ou *Windows NT*, etc.

Microcomputador (PC's)

Sistema de pequeno porte, normalmente monoposto e de uso pessoal, com capacidade de processamento e comunicações próprias, orientados para o tratamento de aplicações de uso geral.

Inclui a unidade de processamento, o monitor, o teclado e o rato. O equipamento deverá ser considerado enquanto solução autónoma, bem como quando utilizado em rede.

Periférico

Dispositivo ligado e controlado por um computador e suscetível de com ele comunicar (ex.: impressoras, *drives* de disco, *scanners*, etc.).

Inclui os terminais não inteligentes dos computadores de grande porte e dos minicomputadores.

Comunicações

Engloba os equipamentos de rede (ex.: *routers*, *bridges*, *switches*, *gateways*, repetidores, concentradores, etc.) e o respetivo suporte físico (ex.: fibra ótica, cabo coaxial, par entrançado, UTP, *wireless*, etc.).

2. *Software*

SGBD – Sistema de gestão de base de dados

Programa ou conjunto coordenado de programas que têm como função assegurar a gestão automatizada de uma base de dados e o controlo e gestão dos utilizadores que lhe acedem (ex.: *ORACLE*, *DB2*, *SQL Server*, etc.).

Ferramenta de desenvolvimento

Programa ou conjunto coordenado de programas cujo objetivo é o desenvolvimento de aplicações. Tipicamente inclui um editor, a linguagem de programação com compilador, *linker* e *debugger* e uma livreria de módulos e funções prontas a usar (ex.: *C*, *Pascal*, *Visual Basic*, *Java*, etc.).

Ferramenta de produtividade individual

Programa ou conjunto coordenado de programas, normalmente orientado para computadores pessoais, cujo objetivo é potenciar facilidades que contribuam para o aumento significativo da produtividade pessoal

num sistema informático (ex.: folhas de cálculo, bases de dados, processadores de texto, SW de apresentação e edição gráfica, etc.).

SW de transferência de dados

Programa ou conjunto coordenado de programas cuja principal função é a transferência de dados entre sistemas, a emulação e o controlo de comunicações (ex.: *mail*, *EDI*, *PC3270*, *FTP*, *TCP-IP*, *SNA*, etc.).

SW de segurança

Programa ou conjunto coordenado de programas cuja principal função é a de garantir a segurança da informação num sistema informático (ex.: *Firewall*, SW de autenticação e encriptação, antivírus, etc.).

SW aplicacional

Programa ou conjunto coordenado de programas que se destinam a fazer face a tarefas concretas e específicas do organismo.

3. Serviços

Desenvolvimento de SW

Atividades que englobam a aquisição de serviços de programação e/ou de aplicações desenvolvidas à medida, contratadas a um fornecedor externo à organização.

Manutenção de HW e SW

Atividade que tem por fim conservar ou repor uma unidade funcional num estado que lhe permita desempenhar a sua função.

Comunicações

Serviços na área das comunicações prestados por operadores de comunicações.

Inclui os custos de assinatura e de utilização.

Consultoria

Serviços prestados por um fornecedor externo em funções de estudo, análise, aconselhamento e orientação na área dos SI/TI.

Outro Outsourcing

Entrega da execução de uma função da organização, na área dos SI/TI, a um fornecedor externo, não incluída em rubrica anterior.

8.1 - Despesas com a aquisição e locação de bens e serviços

(euros)

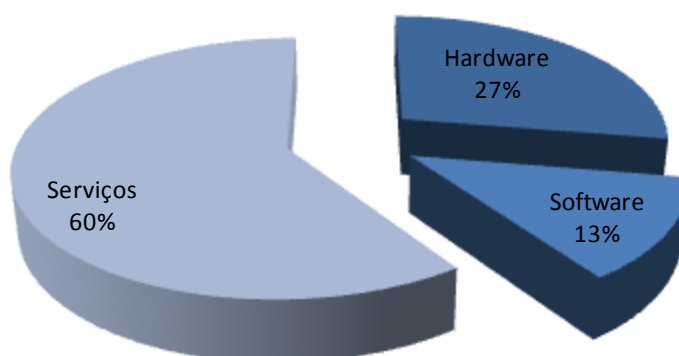
Bens e Serviços			MDN (*)		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL			
			Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor		
Equipamento Informático Hardware	Computadores de Grande Porte	A											-	-		
		L											-	-		
	Minicomputadores	A	66	58.982,40			2	5.854,00	1	550,00	10	319.131,00	79	384.517,40		
		L	1	1.771,20									1	1.771,20		
	Microcomputadores e Computadores Pessoais	A	190	114.085,30	98	59.394,61	882	451.138,00			232	161.379,00	1.402	785.996,91		
		L	4	694,95									4	694,95		
	Periféricos	A	363	63.063,180,00			878	94.889,00			140	121.670,00	1.381	279.622,18		
		L											-	-		
	Comunicações	A	22	7.564,10					13	588.689,47	122	125.919,00	157	722.172,57		
		L	1	1.086,29									1	1.086,29		
Subtotal			A	641	243.695,0	98	59.394,6	1.762	551.881,0	14	589.239,5	504	728.099,0			
			L	6	3.552,4	-	-	-	-	-	-	-	30196	2.172.309,13.552,4		
Suporte Lógico Software	Sistemas Operativos	A	258	251.989,64	100	12.615,89							358	264.605,53		
		L	100	753,99									100	753,99		
	SGBD - Sistemas de Gestão Base de Dados	A											-	-		
		L	75	806,27									75	806,27		
	Ferramentas de Desenvolvimento	A	19	7.279,95			3	43.123,80		0,00	1	116.505,00	23	166.908,75		
		L											-	-		
	Ferramentas de Produtividade Individual	A	50	17.269,51	16	10.015,14			32	12.641,20	92	20.517,00	190	60.442,85		
		L	106	3.777,93									106	3.777,93		
	SW de Transferência de Dados	A											-	-		
		L	5	64,45									5	64,45		
	SW de Segurança	A			506	30.088,43			2	24.817,00	4.650	11.070,00	5.158	65.975,43		
		L	102	974,70	1.000	3.936,00							1.102	4.910,70		
	SW Aplicacional	A	3	3.845,51	21	10.015,14	3.005	308.947,00	2	77.472,20	66	39.827,00	3.097	440.106,85		
		L											-	-		
Subtotal			A	330	280.384,6	643	62.735	3.008	352.070,8	36	114.930,4	4.809	187.919,0	8.826	998.039,40	
			L	388	6.377,3	1.000	3.936	-	-	-	-	-	1.388	10.313,30		
Serviços	Desenvolvimento de Software	A	4	2.326,56			3	130.470,00	1	7.200,00			8	139.996,56		
		L	2	2.513,86									2	2.513,86		
	Manutenção de Hardware e Software	A	30	48.257,76	10	34.630,48	10	296.685,95	5	78.969,30	34	691.170,00	89	1.149.713,49		
		L	28	62.550,64									28	62.550,64		
	Formação	A	7	2.888,190,00									7	2.888,19		
		L											-	-		
	Comunicações	A	14	51.537,59							9	42.929,00	23	94.466,59		
		L	79	344.969,87	2	114.596,64							81	459.566,51		
	Consultoria	A					1	24.600,00					1	24.600,00		
		L											-	-		
	Outro Outsourcing	A	3	55.166,73			1	59.962,00			1	8.118,00	5	123.246,73		
		L											-	-		
	Subtotal			A	58	160.176,8	10	34.630,5	15	511.718,0	6	86.169,3	44	742.217,0	133	1.534.911,6
				L	109	410.034,4	2	114.596,6	-	-	-	-	-	111	524.631,0	
TOTAL			A	1.029	684.256,4	751	156.759,7	4.785	1.415.669,8	56	790.339,2	5.357	1.658.235,0	11.978	4.705.260,0	
			L	503	419.964,2	1.002	118.532,6	-	-	-	-	-	1.505	538.496,8		

(*) Inclui SC/MDN, DGAIED, DGPDN, DGPRM, IDN, PJM, IGDN, IESM, IASFA, LC, CPHM e CVP. A CNPCE foi extinta.

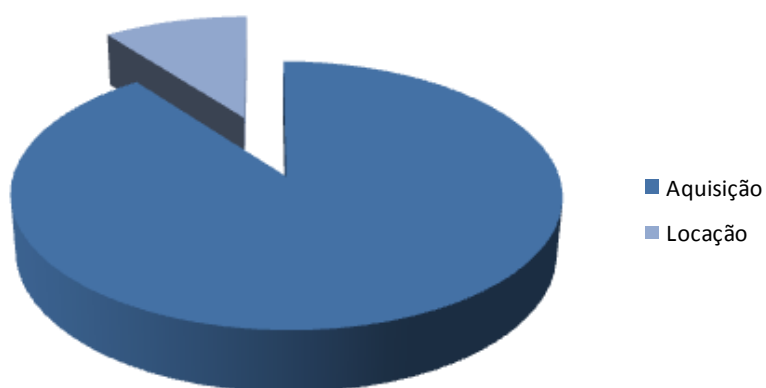
A – Aquisição

L – Locação

Despesa com aquisição de bens e serviços



Aquisição versus Locação



8.2 - Existências referidas a 31 de dezembro de 2012

													(euros)
Bens e Serviços		MDN (*)		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		Total	
		Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor
Computadores de Grande Porte	A											-	-
Equipamento	L											-	-
Informático													
Hardware													
Minicomputadores	A	116	143.439,84	21	47.166,34	300	373.189,00	83	2.064.604,14	151	824.329,12	671	3.452.728,44
	L											-	-
Microcomputadores	e A	1.735	616.642,03	859	384.236,71	7.573	1.077.719,00	7.051	6.911.446,64	4.389	1.089.931,32	21.607	10.079.975,00
Computadores Pessoais													
	L	4	694,95									4	694,95
Periféricos	A	1.191	338.483,98	267	57.197,34	6.908	317.270,00	6.909	2.710.471,38	2.711	246.712,25	17.986	3.670.134,95
	L											-	-
Comunicações	A	432	167.386,64	7	940.000,00	3.195	285.019,00	659	1.379.005,82	122	1.656.359,43	4.415	4.427.770,89
	L	1	1.086,29									1	1.086,29
Subtotal	A	3.474	1.265.952,49	1.154	1.428.600,39	17.976	2.053.197,00	14.702	13.065.527,98	7.373	3.817.332,12	44.679	21.630.609,98
	L	5	1.781,24	-	-	-	-	-	-	-	-	5	1.781,24
Sistemas Operativos	A	613	262.606,54	283	22.240,89	8.030		(a) 4.727	800.984,75	4.540	143.554,20	18.193	1.229.386,38
	L	100	753,99	514	74.101,56							614	74.855,55
Suporte Lógico Software													
SGBD - Sistemas de Gestão Base A de Dados	A	9	40.796,67			28	40.097,22	172	676.293,94	34	87.323,92	243	844.511,75
	L	75	806,27	6	1.288,84							81	2.095,11
Ferramentas	A	11	1.969,11	18	10.272,80	20	61.837,00	123	318.027,25	15	134.570,20	187	526.676,36
de Desenvolvimento	L											-	-
Ferramentas de	A	509	55.374,08	16	10.015,14	5.239	112.366,00	612	613.412,57	6.802	180.085,03	13.178	971.252,82
Produtividade Individual	L	106	3777,93	486	56.410,03							592	60.187,96
SW de Transferência de Dados	A					288		X 358	182.101,70			646	182.101,70
	L	5	64,45	7	2.514,16							12	2.578,61
SW de Segurança	A	66	1.228,28	506	30.088,43	4.500		X 5.231	199.537,27	4.650	28.361,84	14.953	259.215,82
	L	102	974,70	1.000	3.936,00							1.102	4.910,70
SW Apicacional	A	37	27.534,66	21	10.015,14	3.005	545.535,00	86	561.779,52	116	253.466,14	3.265	1.398.330,46
	L	14	31.596,54									14	31.596,54
Subtotal	A	1.245	389.509,34	844	82.632,40	21.110	759.808,22	11.309	3.352.137,00	16.157	827.361,33	50.665	5.411.881,29
	L	402	37.973,88	2.013	138.250,59	-	-	-	-	-	-	2.415	176.224,47
TOTAL	A	4.719	1.655.461,83	1.998	1.511.232,79	39.086	2.813.032,22	26.011	16.417.664,98	23.530	4.644.693,45	95.344	27.042.085,27
	L	407	39.755,12	2.013	138.250,59	-	-	-	-	-	-	2.417	178.005,71

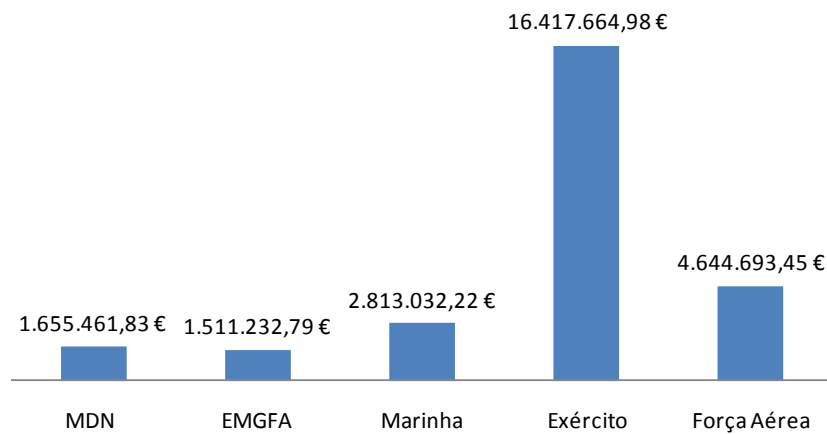
(*) Inclui SC/MDN, DGAIED, DGPDN, DGPRM, IDN, PJM, IGDN, IESM, IASFA, LC, CPHM e CVP.

A – Aquisição

L – Locação

(a) Valor incluído na aquisição de computadores.

Existências de Hardware a 31 de dezembro



8.3 - Áreas informatizadas – Percentagem

Áreas Comuns	DGAIED	DGPDN	DGPRM	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN	LC
1. Gestão de Recursos Financeiros	□	100	□	100	90	100	90	50	100
1.1. Contabilidade	100	100	□	100	90	100	100	50	100
1.2. Process. e Cálculo Vencimentos	□	□	□	100	90	100	100	□	100
2. Gestão de Recursos Humanos	50	70	100	100	80	100	90	80	□
2.1. Formação de Pessoal	□	□	□	100	□	100	20	80	□
3. Gestão de Recursos Materiais	□	50	100	100	75	50	85	80	□
3.1. Gestão de Stocks	50	60	□	100	75	50	85	80	□
4. Planeam. e Calendarização Atividades	25	70	□	50	90	100	60	□	100
5. Conceção e Gestão de Projetos	25	□	□	30	60	100	60	50	□
6. Apoio à Decisão	25	55	50	10	80	100	70	60	□
7. Gestão Documental / Cent. Document.	100	85	100	100	25	50	80	□	100
8. Gestão de Correspondência	100	80	100	100	□	100	95	50	100
9. Gestão de Processos Administrativos	50	□	100	50	50	100	30	□	100
10. Recolha / Receção de Informação	100	50	100	25	50		60	100	100
11. Registo de Informação	100	50	100	24	80		85	100	100
12. Organiz. Informação em Base de Dados	75	40	100		80	80	90	100	100
13. Process. e Tratamento da Informação	75	85	50		30		70	100	100
14. Difusão da Informação	75	85	50	50	90	100	60	50	100
Outras									
15. Gestão Operacional	□	□	□		□	□			□
16. Gestão da Manut. Aeronaves e Viaturas	□	□			□				□
17. Gestão de Compras e Vendas	□	□			□				□
18. Organiz. Informação em Base de Dados	□	□			□				100
19. Fornecimento de Alimentação (Rancho)		□	□		□	100			□
20. Recrutamento		□	□		□	100			□
21. Biblioteca		□	□		□	80			100

□ Não aplicável

8.3 - Áreas informatizadas – Percentagem (Continuação)

Áreas Comuns	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	CPHM	IESM	CVP
1. Gestão de Recursos Financeiros	100	96.55	100	100	□	100	50
1.1. Contabilidade	100	96.55	100	100	80	100	95
1.2. Process. e Cálculo Vencimentos	100	42.22	100	100	□	100	100
2. Gestão de Recursos Humanos	100	58.36	100	100	□	100	40
2.1. Formação de Pessoal	50	46.50	100	100	□	100	0
3. Gestão de Recursos Materiais	50	78.82	80	50	□	100	40
3.1. Gestão de Stocks	80	73.36	100	50	100	50	40
4. Planeam. e Calendarização Atividades	50	90.5	80	100	100	□	10
5. Conceção e Gestão de Projetos	20	77.73	10	100	□	100	10
6. Apoio à Decisão	50	70	40	100	□	100	10
7. Gestão Documental / Cent. Document.	20	85	40	50	100	100	20
8. Gestão de Correspondência	100	89.92	70	100	100	100	60
9. Gestão de Processos Administrativos	20	84.09	10	100	□	100	20
10. Recolha / Receção de Informação	□	69.08	70	□	□	70	30
11. Registo de Informação	□	85.50	70	□	100	70	20
12. Organiz. Informação em Base de Dados	□	84.25	80	80	100	80	40
13. Process. e Tratamento da Informação	□	82.08	70	□	□	80	40
14. Difusão da Informação	□	84.67	98	100	□	100	40
15. Gestão Operacional			100				□
16. Gestão da Manut. Aeronaves e Viaturas			□			50	10
17. Gestão de Compras e Vendas			□				□
18. Organiz. Informação em Base de Dados			□				□
19. Fornecimento de Alimentação (Rancho)			100				50
20. Recrutamento			□				□
21. Biblioteca			80				70

□ Não aplicável

8.4 - Pessoal afeto exclusivamente às Tecnologias de Informação e Comunicação (pessoal TIC)

Área	MDN (*)	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Direção	12	1	15	19	3	50
Sistemas / Planificação	20	4	22	46	20	112
Desenvolvimento	34	3	45	29	26	137
Exploração	15	14	12	411	39	491
Comunicações	7	40	66	411	18	542
Formação	1		17	128	10	156
Suporte a Utilizadores	26	6	60	25	98	215
Outras						
Logística	4		6	51	5	66
Apoio	6		25		5	36
TOTAL	125	68	268	1.120	224	1.805

(*) Inclui SC/MDN, DGAIED, DGPDN, DGPRM, IDN, PJM, IGDN, IESM, IASFA, LC, CPHM e CVP.

8.5 - Utilização da Internet. Disponibilização de informação na Internet

Área	DGAIED	DGPDN	DGPRM	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN	LC
Meio de Ligação à Internet (Mais Utilizado)									
Computadores ou postos com ligação individual						•			
Computadores ou postos partilhando uma ligação	•	•	•	•	•		•	•	•
Acesso à Internet									
Número de computadores ligados à Internet	100	58	179	313	94	83	518	37	28
Número de trabalhadores com acesso à Internet	100	54	179	313	56	69	518	37	28
Correio eletrónico									
Número de trabalhadores com endereço de correio externo	100	54	179	291	56	69	230	37	28
Número de trabalhadores com endereço de correio interno	100	54	179	291	56	69	230	37	28
Atividades Prosseguidas pelo Organismo									
Procura e recolha de informação / documentação	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Acesso a bases de dados	•		•	•	•	•	•	•	•
Troca eletrónica de ficheiros	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Correio eletrónico	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Aquisição de bens e serviços <i>on-line</i>	•	•	•	•	•	•			
Consulta de catálogos de aprovisionamento	•	•		•	•	•	•		
Formação de recursos humanos	•		•	•			•		
Comunicação interna entre os diversos departamentos	•	•	•	•	•	•	•		
Comunicação externa com outros organismos AP	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Realização atividades de I&D em cooperação	•		•	•			•		
Interação com outros órgãos ... (guichet único)	•		•	•			•	•	

• Disponível

8.5 - Utilização da *Internet*. Disponibilização de informação na *Internet* (Continuação)

Área	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	CPHM	IESM	CVP
Meio de Ligação à <i>Internet</i> (Mais Utilizado)							
Computadores ou postos com ligação individual					•		
Computadores ou postos partilhando uma ligação	•	•	•	•		•	•
Acesso à <i>Internet</i>							
Número de computadores ligados à <i>Internet</i>	475	1.843	2.000	2.987	5		
Número de trabalhadores com acesso à <i>Internet</i>	475	10.185	6.400	2.987	6		
Correio Eletrónico							
Número de trabalhadores com endereço de correio externo	560	10.895	9.500	2.987	5		
Número de trabalhadores com endereço de correio interno	560	3.972	9.500	2.987	5		
Atividades Prosseguidas pelo Organismo na Utilização da <i>Internet</i>							
Procura e recolha de informação / documentação	•	•	•	•	•	•	•
Acesso a bases de dados		•	•	•		•	•
Troca eletrónica de ficheiros	•	•	•	•	•	•	•
Correio eletrónico	•	•	•	•	•	•	•
Aquisição de bens e serviços <i>on-line</i>	•	•		•		•	•
Consulta de catálogos de aprovisionamento	•	•	•	•	•	•	•
Formação de recursos humanos	•	•	•	•		•	•
Comunicação interna entre os diversos departamentos	•	•	•			•	•
Comunicação externa com outros organismos AP	•	•	•	•	•	•	•
Realização atividades de I&D em cooperação			•			•	•
Interação com outros órgãos... (guichet único)						•	•

• Disponível

8.6 - Presença do organismo na Internet

Área	DGAIED	DGPDN	DGPRM	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN
Informação institucional acerca organismo	•	□	•	•	•	•	•	□
Informação acerca serviços prestados	•	□	□	•	•	•	•	•
Endereço eletrónico para receção ou pedidos de informação	•	•	•	•	•	•	•	•
Disponibilizado acesso a bases de dados	□	□	•	•	•	□	•	□
Disponibilizados formulários preenchimento <i>on-line</i>	□	□	•	•	□	□	•	□
Informação acerca oportunidade de recrutamento	•	□	•	•	•	□	•	□
Distribuição gratuita de serviços ou produtos em formato digital <i>on-line</i>	□	□	□	□	X	□	•	□
Venda de serviços ou produtos em formato digital <i>on-line</i>	□	□	•	□	X	□	□	□
Disponibilizados formulários para <i>download</i>	□	□		•	•	□	•	□
Recebimentos <i>on-line</i>	□	□	•	□	□	□	X	□
Fornecimento de serviços <i>on-line</i> recorrendo a informação e funcionalidades em bases de dados de outros organismos	□	□	□	•	X	□	□	□

Área	LC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	CNPCE	CPHM	IESM	CVP
Informação institucional acerca organismo	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Informação acerca serviços prestados	•		•	•	•	•	•	•	•
Endereço eletrónico para receção ou pedidos de informação	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Disponibilizado acesso a bases de dados	•		X	X	•			•	X
Disponibilizados formulários preenchimento <i>on-line</i>	•		•	•	•			•	•
Informação acerca oportunidade de recrutamento	□	□	•	•	•			•	X
Distribuição gratuita de serviços ou produtos em formato digital <i>on-line</i>	•		•	•	•			X	•
Venda de serviços ou produtos em formato digital <i>on-line</i>	•		•		•			X	X
Disponibilizados formulários para <i>download</i>	•		•	•	•				•
Recebimentos <i>on-line</i>			X		X				X
Fornecimento de serviços <i>on-line</i> recorrendo a informação e funcionalidades em bases de dados de outros organismos			•	X	X			•	X

• Disponível
X Não disponível
□ Não aplicável

8.7 - Orientação do organismo relativamente à distribuição do acesso à Internet e correio eletrónico

Área	DGAIED		DGPDN		DGPRM		SG/MDN		IDN		PJM		IASFA		IGDN	
	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio
Para a estrutura superior							x	x	x	x			x	x	x	x
Para o secretariado da estrutura superior							x	x	x	x			x	x	x	x
Para o comando/direção/chefia niv. inter.							x	x	x	x			x	x	x	x
Para os quadros técnicos							x	x	x	x			x	x	x	x
Para outros setores em que a activ. justif.							x	x	x	x			x	x	x	x
Utilização generalizada	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			x	x

Área	LC		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		CNPCE		CPHM		IESM		CVP	
	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio
Para a estrutura superior	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x					x	x	x	x
Para o secretariado da estrutura superior	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x					x	x	x	x
Para o comando/direção/chefia niv. inter.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x					x	x	x	x
Para os quadros técnicos	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x					x	x	x	x
Para outros setores em que a activ. justif.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x					x	x	x	x
Utilização generalizada	x	x	x	x									x	x	x	x	x	x



Ambiente

9

NOTA EXPLICATIVA

Este capítulo, da responsabilidade da Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa (DGAIED), é dedicado às questões ambientais.

São inúmeras as atividades de carácter ambientais desenvolvidas no seio da defesa nacional, designadamente os diagnósticos ambientais, a implementação de sistemas de gestão ambiental, a gestão de recursos naturais e energéticos, a gestão de resíduos, a conservação e promoção da biodiversidade, a formação ambiental e ainda o Prémio Defesa Nacional e Ambiente.

CONCEITOS

Ambiente

Envolvente na qual uma organização opera, incluindo o ar, a água, o solo, os recursos naturais, a flora, a fauna, os seres humanos, e as suas inter-relações.

Auditoria Energética

Exame detalhado das condições de utilização de energia numa instalação, permitindo conhecer onde, quando e como a energia é utilizada, qual a eficiência dos equipamentos e onde se verificam desperdícios de energia, indicando soluções para as anomalias detetadas.

Certificação Energética

Classificação atribuída e comprovada através de um documento que quantifica o desempenho energético num edifício após ter sido sujeito a uma auditoria energética.

Diagnóstico Ambiental

Levantamento sistemático e objetivo de todos os fatores ambientais relacionados com a atividade de uma organização, permitindo aferir o seu ponto da situação no que diz respeito à performance ambiental.

Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

Parte do sistema de gestão de uma organização utilizada para desenvolver e implementar a sua política ambiental e gerir os seus aspetos ambientais.

Formação Ambiental

Conjunto de atividades que visam a aquisição de conhecimentos, perícias, atitudes e formas de comportamento ambientalmente corretos e que são exigidos para o exercício de um cargo ou função.

9.1 – DIAGNÓSTICOS AMBIENTAIS

Ano	MDN /SC	EMGF A	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
2008							-
2009							-
2010					1		1
2011			6	5	1		12
2012				5		X	5
TOTAL	-	-	6	10	2	X	18

9.2 - PROCESSOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL (SGA)

Ano	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
2008							-
2009					1		1
2010					1		1
2011			6	6	1		13
2012			6 a)	9		X	15
TOTAL	-	-	12	15	3	X	30

- (a) O IH tem vindo a implementar um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) de acordo com a Norma ISO 14001. Na implementação do SGA foram considerados 6 novos processos (Aspetos Ambientais; Análise de indicadores; Prevenção e Capacidade de Resposta; Identificação e Análise de Requisitos Legais; Gestão de Resíduos e Monitorização e Medição Ambiental que em conjunto com os processos já implementados no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) do IH vão dar resposta aos requisitos do referencial normativo. O IH tem o seu Sistema de Gestão da Qualidade certificado desde dezembro de 2007 (2007/CEP.3062), assim como, dispõe da acreditação laboratorial dos ensaios físico-químicos obtida em janeiro de 2011 (L0490) e calibração de sensores de equipamentos Hidro-oceanográficos – área de pressão (M0091) desde outubro de 2012.

9.3 - CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL

Ano	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
2008	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	2	-	-	2
2012	0	0	a)	6	-	X	6
TOTAL	0	0	-	8	-	X	8

- (b) O IH é um órgão da Marinha que se encontra envolvido no projeto PMEmas - Implementação faseada do EMAS nos Organismos da Defesa Nacional. O Sistema Comunitário de Eco-Gestão e Auditoria ("Eco-Management and Audit Scheme" – EMAS) tem como objetivo, enquanto instrumento importante do Plano de Ação para o consumo e Produção Sustentáveis, promover a melhoria contínua do desempenho ambiental das organizações mediante o estabelecimento e a implementação de sistemas de gestão ambiental, avaliação sistemática, objetiva e periódica do desempenho do sistema, a comunicação de informações sobre o desempenho ambiental e um diálogo aberto ao público e com outras partes interessadas, assim como a participação ativa do pessoal das organizações e a sua formação adequada. Encontram-se já desenvolvidas as atividades relativas às fases 1 – Situação de Referência; fase 2 – Identificação de requisitos legais e outros requisitos; fase 3 – Desenvolvimento de objetivos, metas e programas e fase 4 - Recursos, Atribuições, Responsabilidades e Autoridade.

9.4 - AUDITORIAS/CERTIFICAÇÕES ENERGÉTICAS

Ano	MDN /SC		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea (c)		IASFA		TOTAL	
	A	C	A	C	A	C	A	C	A	C	A	C	A	C
Até 2011							2		4		X	X	6	-
2012								1	1 (a)		X	X	1	1
TOTAL	-	-	-	-	-	-	2	1	5	-	X	X	7	1

A – Auditoria; C – Certificação

(a) Foi realizada uma auditoria global ao Sistema de Gestão Ambiental do Campo de Tiro, por parte da IGFA.

9.5 – CONTROLO DE CONSUMOS

									(euros)
Tipo de Consumo	Un	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL	
Água	m ³	X	17.686,00	307.082,00	750.483,111	1.167.490,00	X	2.242.741,11	
Eletricidade	kW/h	X	2.782.393,00	28.660.304,00	24.209.388,721	34.657.585,94	X	90.309.671,66	
Gás	m ³	X	9.638,00	4.304.243,00	2.171.521,863	2.212.315,00	X	8.697.717,86	
	Kg	X		18.767,00		4.590,00	X	23.357,00	
Gasolina	l	4.001,46	39.739,00	72.412,00	3.2764,06	29.856,88	X	178.773,40	
Gasóleo	l	40.795,77	52.419,00	15.966.395,85	1.480024,599	2.778.806,46	X	20.318.441,68	

9.6 - PRODUÇÃO DE RESÍDUOS

Tipo de Resíduo	Un	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
Óleos usados	l	//	500,00	2.696,00	57.985,00	92.300,00	X	153.481,00
Óleos alimentares usados	l	//	160,00	11.105,00	19.510,00	7.400,00	X	38.175,00
Pilhas e acumuladores	Kg	X	300,00	1.562,00	2.145,65	1.200,00	X	5.207,65
Tinteiros e Tonners	Kg	X	93,70	731,00	1.854,84	1.010,00	X	3.689,54
Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos	Kg	X	X	6.156,00	3.0887,60	12.200,00	X	49.243,60
Resíduos Hospitalares a)	Kg	//	Grupo III – 720,00 Grupo IV - 36,00	9.662,00	1.638,47	32.400,00	X	44.456,47

(a) Contabilizar o somatório dos Grupos III e IV;

(b) O contrato com a empresa de recolha (Ambimed) tem como unidade de referência “litros”.

9.7 - ATIVIDADES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

(euros)							
Atividade	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
Promoção da biodiversidade		//	g)	21	1 (e)	X	(i)
Vigilância e limpeza das florestas, das praias, etc		//	h)	42	6 (a)	X	(i)
Gestão eficiente da água		Sim		22	1 (b) 13 032.86€	X	(i)
Gestão eficiente da energia	14	Sim		20	(c)	X	(i)
Gestão de resíduos		Sim		43	(d) (f) 39 864.97€	X	(i)
Outras				3	1	X	(i)

(a) Contratação de empresas para limpeza de matas e florestas, corte e poda de árvores, com vista à protecção contra incêndios e proliferação excessiva de plantas no AM1 – Ovar, Campo de Tiro – Alcochete, BA5 – Monte Real, BA4 – Açores, CFMTFA – Ota e BA11;

(b) Sensibilização para a racionalização dos consumos no CT;

(c) Sensibilização e controlo dos consumos energéticos com alteração de procedimentos de utilização no CT;

(d) Melhoramento das condições de acondicionamento e aumento da segregação dos RSU's e limpeza da praia efectuada pelos filhos de militares que frequentaram o OTL/BA6/2011;

(e) Acompanhamento da visita do ISPA - Unidade de Investigação em Eco-Etologia e da Rádio Renascença (sobre o estudo do xarroco que é efectuado pelo ISPA todos os anos na BA6);

(f) Foram realizados trabalhos na BA11e no CT em termos da gestão de resíduos;

(g) O UAM/NTM Creoula efectuou uma campanha oceanográfica sob a égide da Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar (EMAM), a qual incluiu o levantamento da biodiversidade em diversas áreas de interesse, nomeadamente nos Ilhéus das Berlengas, tendo decorrido no período de 17 a 30 de Setembro;

(h) Em colaboração com a Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), o Comando do Corpo de Fuzileiros (CCF) efectuou patrulhas na Serra da Arrábida, Mata da Machada e Mata dos Medos, no âmbito das operações de defesa da floresta contra incêndios, no período de 15 de Maio a 31 de Outubro;

(i) Não foi possível obter custos associados às atividades.

NOTA: Os valores em euros obtidos da Força Aérea dizem respeito à BA6.

9.8 – FORMAÇÃO AMBIENTAL

Formação	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
Cursos			10(g)	19	1(a) + 4(b)	X	34
Palestras	2		3 (h)	37	4(c)+ 12(d)	X	58
Seminários/Workshops			3 (i)	2	3 + 1(e)	X	9
Outras atividades			1 (j)	33	1+ 1(f)	X	36

X – Não disponíveis

(a) Curso de Gestão Ambiental da FA;

(b) Cursos ministrados no Campo de tiro, com os temas: Uso Eficiente da Água; Eficiência Energética; Gestão de Resíduos; Funcionamento da ETAR;

(c) Todos os cursos ministrados na Força Aérea, possuem uma componente ambiental, com vista a garantir a formação e sensibilização do seu pessoal, contribuindo para a motivação e para a promoção de iniciativas de protecção ambiental. Permite inclusive, dotar os formandos de ferramentas e conhecimentos para o desempenho de funções na área da gestão ambiental, nos seus locais de colocação, com especial destaque para a problemática da identificação de Aspetos Ambientais

- e minimização dos impactes associados. Atividades diversas de sensibilização ambiental junto à população civil, bem como à população militar da Força Aérea;
- (d) Palestras efetuadas em várias Unidades, com temáticas desde eficiência energética, política ambiental, gestão de resíduos, etc;
- (e) II jornadas de ambiente;
- (f) Simulacro incêndio florestal;
- (g) Sob a égide da DCPM, ETNA e IH;
- (h) Sob a égide da DCPM e IGM;
- (i) Sob a égide da DCPM e IGM;
- (j) Sob a égide do IH.

9.9 – REUNIÕES DAS COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

9.9.1 - Nacionais

Comissão / Grupo de trabalho	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
ECAA	1	1		5	1	X	8
Grupo de trabalho para a elaboração dos Manuais do Sistema de Gestão Ambiental da FA					11	X	11
Grupo de trabalho para a organização das II Jornadas de Ambiente					11	X	11
Instituto Portuário e Transportes Marítimos			1 a)				1
Direção de Combate à Poluição do Mar (Da Direção Geral da Autoridade Marítima Nacional)			3 b)				3
Instituto da Água			1 c)				1
Associação de Portos			1 d)				1
Conselho Nacional da Água	1						1

X – Não disponíveis

a) Realizada em janeiro;

b) Realizadas em maio, outubro e novembro;

c) Realizada em junho;

d) Realizada em dezembro.

9.9.2 Internacionais

Comissão / Grupo de trabalho	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	Total
<i>European Maritime Agency</i>			4 a)				4
<i>The Atlantic Regions Coastal Pollution Response</i>			1 b)				1
5+5 Initiative - Cooperação entre Portugal, Espanha, França, Itália e Malta, Algéria, Mauritânia, Marrocos e Túnisia.			1 c)				1
<i>Environmental Pollution Exercise</i>			2 d)				2
<i>European Group of Experts on Satellite monitoring of Sea</i>			1 e)				1
<i>Direção de Combate à Poluição do Mar (Da Direção Geral da Autoridade Marítima Nacional)</i>			1 f)				1

North Atlantic Coast Guard Forum	1 g)	1
Marine Chemistry Working Group do ICES	1	1
Working Group on Marine Sediments in Relation to Pollution do ICES	1	1
Environmental Protection Working Group	1	1
DEFNET- Defence Network	1	1

- a) Realizadas em Portugal, 1 reunião em março e 3 em outubro;
b) Realizada em Portugal, em setembro;
c) Realizada em Espanha, em março;
d) Realizada 1 reunião em França, em novembro e 1 reunião no Reino Unido em dezembro;
e) Realizada em Espanha, em março;
f) Realizada no Reino Unido, em março;
g) Realizada no Reino Unido, em abril.

9.10 - PROTOCOLOS E COOPERAÇÃO COM OUTROS ORGANISMOS

Comissão / Grupo de trabalho	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	Total
Outros Ministérios						X	-
Autarquias				23	0	X	23
Universidades				0	0	X	-
Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA)				0	0	X	--
Outras organizações e entidades			1 a)	29	0	X	30

X – Não disponíveis

a) Firma *Biological* (recolha óleos alimentares).

9.11 PRÉMIO DEFESA NACIONAL E AMBIENTE

O Prémio Defesa Nacional e Ambiente, criado em 1993, por Despacho Conjunto dos Ministros da Defesa Nacional e do Ambiente e dos Recursos Naturais, tem por objetivo incentivar as boas práticas ambientais nas Forças Armadas Portuguesas, vincando as suas preocupações na preservação dos recursos naturais do nosso país.

Este Prémio destina-se a galardoar a unidade, estabelecimento ou órgão das Forças Armadas que, de acordo com os princípios da Defesa Nacional, melhor contributo preste, em Portugal, para a qualidade do ambiente, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, através da utilização eficiente dos recursos naturais, da promoção de boas práticas de gestão de ordenamento do território e da proteção e valorização do património natural e paisagístico e da biodiversidade.

O regulamento do Prémio (Despacho Conjunto n.º 8383/2007 dos Ministros da Defesa Nacional e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional) encontra-se publicado no Diário da República, 2ª série Nº 90, de 10 de maio de 2007.

Desde 1993, concorreram ao Prémio 90 candidaturas de unidades, estabelecimentos e órgãos dos três Ramos das Forças Armadas (Exército: 42; Marinha: 25; Força Aérea: 23), evidenciando assim o seu empenho, preocupação e contributo para a qualidade do ambiente em Portugal, através da salvaguarda dos recursos naturais, na perspetiva da Defesa Nacional.

9.11.1 Candidaturas ao Prémio Defesa Nacional e Ambiente

Ramo das FA	2008	2009	2010	2011	2012
Marinha	1	2		1	
Exército	1	1	2	1	1
Força Aérea	2	1	2	1 (a)	3
Total	4	4	4	3	4

a) Campo de Tiros e a Estação Radar nº2.

9.11.2 Atribuição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente

Ramo das FA	2008	2009	2010	2011	2012
Marinha	Marinha - NRP Sagres – “Um Compromisso Natural com o Ambiente”				
Exército	Ação da Zona Militar dos Açores na Bacia Hidrográfica da Lagoa das Furnas				b)
Força Aérea				Força Aérea – Campo de Tiro – “Investimento no Futuro” (a)	Estação Radar n.º2 – “...meio ambiente preservando o presente garantindo o futuro...”

a) Estação Radar nº 2 recebeu uma menção honrosa com o tema: “Boas Práticas, melhor Ambiente...”.

b) Comando da Logística recebeu uma menção honrosa com o tema: “Edifício Ceuta...Edifício Verde”.

The background is a collage of four images: a camera on a tripod, a person taking a photo, a fighter jet, and a group of sailors. These images are overlaid with a pattern of semi-transparent blue and white triangles.

Recursos Humanos

NOTA EXPLICATIVA

Os dados apresentados no presente capítulo, da responsabilidade da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM), visam analisar quantitativamente os recursos humanos (pessoal militar, militarizado e civil) que servem diretamente no âmbito da Defesa Nacional. Tal como no ano transato, fixa-se o dia 31 de dezembro como data de referência para a contabilização de todos os efetivos.

Apresentam-se igualmente os conceitos considerados essenciais, não só para a interpretação da informação que é tratada sob forma de quadros e gráficos, mas também para a familiarização do público em geral com a realidade subjacente às Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar e dos diversos diplomas que o corporizam, bem como com o ordenamento jurídico e de carreiras do pessoal civil.

Contemplam-se uma parte das alterações determinadas pelos despachos n.º 126/MDN/2005, de 21 de junho e 143/MDN/2006, de 14 de julho, designadamente o tratamento dos dados relativos a encargos financeiros com os vencimentos dos militares em regime de voluntariado e em regime de contrato (quadro 10.1.1.12) e as despesas decorrentes da aplicação da Lei do Serviço Militar (quadro 10.1.1.13). No que concerne aos encargos com a assistência na doença aos militares das Forças Armadas por tipologia de beneficiário, matéria igualmente prevista nos referidos despachos, ainda não foi possível o tratamento de tais dados na presente edição.

CONCEITOS

Pessoal Militar

Enquadramento Legal

Na sequência da 4.^a Revisão Constitucional (Lei n.º 1/97, de 20 de setembro), a atual Lei do Serviço Militar, aprovada pela Lei n.º 174/99, de 21 de setembro, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2008, de 6 de maio, criou um novo modelo de serviço militar que, em tempo de paz, assenta no voluntariado e cujo regime jurídico entrou em vigor com a publicação do Regulamento da Lei do Serviço Militar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de novembro, por seu turno alterado pelo Decreto-Lei n.º 52/2009 de 2 de março. Relembra-se que, com a publicação deste diploma iniciou-se um período transitório para se extinguir o Serviço Efetivo Normal (SEN), período cujo final não poderia exceder quatro anos. Assim, em setembro de 2004, passaram à situação de reserva de disponibilidade os últimos militares que foram incorporados com destino ao SEN (vide quadro 10.1.1.2.2). Tendo em vista facilitar o recrutamento dos recursos humanos necessários, foi publicado o Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de dezembro, que aprova um conjunto de incentivos à prestação de serviço militar nos regimes de contrato (RC) e de voluntariado (RV). Este conjunto de incentivos foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 320/2007, de 27 de setembro. e pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro.

Em complemento, o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações e retificações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 10-BI/99, de 31 de julho, pela Lei n.º 25/2000, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 70/2005, de 17 de março, pelo Decreto-Lei n.º 166/2005, de 23 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 310/2007, de 11 de setembro, procurou adaptar-se ao novo modelo de serviço militar e tornar compatíveis alguns aspetos do Estatuto da Condição Militar com outras alterações, entretanto ocorridas, no âmbito da macroestrutura das Forças Armadas e da racionalização dos efetivos militares.

Formas de prestação de Serviço Militar

Assim, com a entrada em vigor do novo quadro legal, o militar pode encontrar-se numa das seguintes formas de prestação de serviço:

- Nos Quadros Permanentes (QP)

É o militar que, tendo ingressado voluntariamente na carreira militar, se encontra vinculado às Forças Armadas com carácter de permanência.

O militar dos QP pode encontrar-se numa das seguintes situações:

. Ativo

Considera-se no ativo o militar dos QP que se encontre afeto a serviço efetivo ou em condições de ser chamado ao seu desempenho e que não tenha sido abrangido pelas situações de reserva ou de reforma.

. Reserva

É a situação para que transita o militar dos QP no ativo, desde que verificadas as condições estabelecidas no EMFAR, mantendo-se, no entanto, disponível para o serviço.

. Reforma

É a situação para que transita o militar dos QP no ativo ou na reserva, desde que verificadas as condições estabelecidas no EMFAR.

- Em Regime de Contrato (RC)

É o militar que, voluntariamente, presta serviço por um período de tempo limitado (duração mínima de 2 e máxima de 6 anos), com vista à satisfação das necessidades das Forças Armadas ou ao seu eventual ingresso nos QP.

- Em Regime de Voluntariado (RV)

É o militar que, voluntariamente, presta serviço por um período de 12 meses, incluindo o período de instrução, findo o qual pode ingressar no serviço efetivo em regime de contrato.

Pessoal Militarizado

Na Marinha e no Exército existem quadros de pessoal militarizado, os quais foram originados pela necessidade de satisfação de um conjunto de tarefas próprias desses Ramos num âmbito não especificamente militar. Decreto-Lei nº 282/76, de 20 de abril (Quadro de Pessoal Militarizado da Marinha), Decreto-Lei nº 550-R/76, de 12 de julho (Quadro de Pessoal Militarizado do Exército) e Decreto-Lei nº 248/95, de 21 de setembro (cria a Polícia Marítima, autonomizando os grupos 1 – Corpo de Polícia Marítima e 3 – Cabos de Mar, anteriormente integrados no QPMM).

Pessoal Civil

Ao abrigo das modalidades de contratação previstas na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (contrato de trabalho para exercício de funções públicas por tempo indeterminado, determinado ou determinável).

Pessoal Civil dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFA)

Pessoal que integra os estabelecimentos fabris, na dependência direta dos Ramos das FA, que foram criados com vista ao desempenho da função "Arsenal", imprescindível na época para o adequado desempenho das missões atribuídas às Forças Armadas.

10.1 – Pessoal Militar

10.1.1 – Pessoal Militar, Segundo Regime e Situação, em 31DEZ

Ano: 2012

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
QPa	Quadro Permanente (Ativo)	7.065	5.833	3.849	16.747
RC	Regime de Contrato	1.571	10.184	2.609	14.364
RV	Regime de Voluntariado				
	SUBTOTAL	8.636	16.017	6.458	31.111
QPrs	Quadro Permanente (Reserva)	1.533	1.151	855	3.539
QPrf	Quadro Permanente (Reforma)	7.516	8.709	3.916	20.141
	SUBTOTAL	9.049	9.860	4.771	23.680
	TOTAL	17.685	25.877	11229	54.791

10.1.1.2 – Dados Retrospectivos dos Últimos Cinco Anos

10.1.1.2.1 – Militares do Quadro Permanente

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
QPa - Quadro Permanente (Ativo)	2011	7.177	6.021	3.933	17.131
	2010	7.294	6.231	3.977	17.502
	2009	7.382	6.273	4.050	17.705
	2008	7.460	6.372	3.891	17.723
	2007	7.443	6.423	3.744	17.610
QPrs - Quadro Permanente (Reserva)	2011	1.326	1.462	789	3.577
	2010	1.236	1.662	703	3.601
	2009	1.701	1.674	658	4.033
	2008	1.816	315	680	2.811
	2007	2.031	271	917	3.219
QPrf - Quadro Permanente (Reforma)	2011	7.565	9.023	3.874	20.462
	2010	7.426	8.676	3.818	19.920
	2009	6.857	8.681	3.697	19.235
	2008	6.685	8.735	3.670	19.090
	2007	6.404	8.696	3.632	18.732

MAR - Marinha; EXE - Exército; FAP - Força Aérea Portuguesa

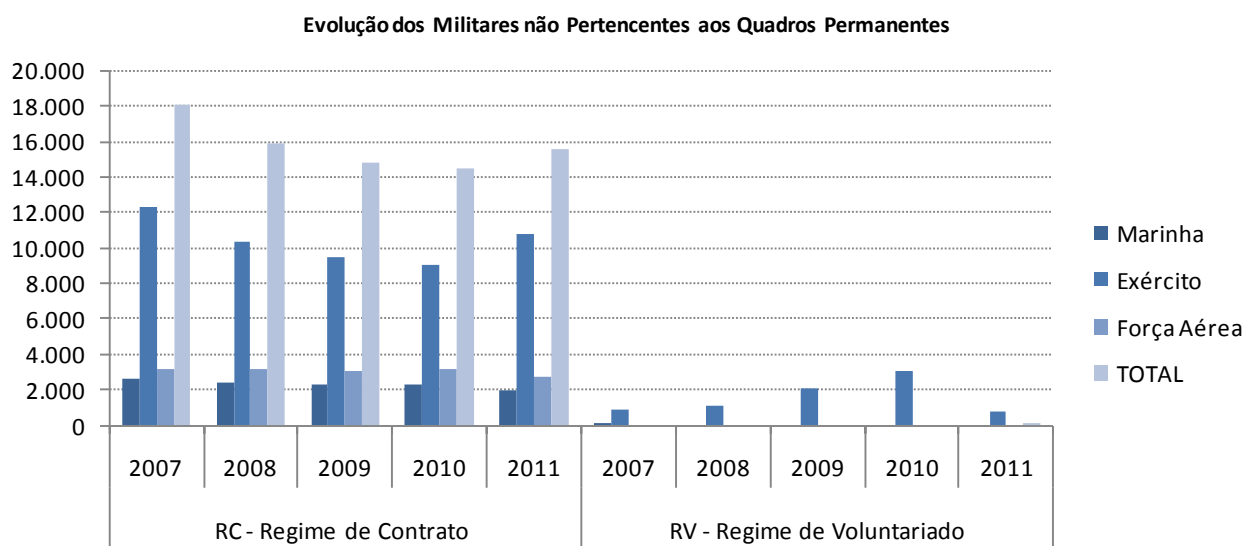
RC - Regime de Contrato; RV - Regime de Voluntariado

10.1.1.2.2 – Militares não Pertencentes ao Quadro Permanente

Ramo das FA		Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Situação					
RC - Regime de Contrato	2011	2.016	10.837	2.714	15.567
	2010	2.290	9.041	3.145	14.476
	2009	2.312	9.473	3.040	14.825
	2008	2.392	10.359	3.189	15.940
	2007	2.601	12.332	3.189	18.122
RV - Regime de Voluntariado	2011		732		-
	2010		3.079		-
	2009		2.035		-
	2008		1.093		-
	2007	2	867		869

MAR - Marinha; EXE - Exército; FAP - Força Aérea Portuguesa

RC - Regime de Contrato; RV - Regime de Voluntariado



10.1.1.3 – Militares do QP, Ativo, Quanto à Efetividade de Serviço (a)

Ano: 2012

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Comissão normal		6.952	5.805	3.839	16.596
Comissão especial		4	2	4	10
Inatividade temporária		96	2		98
Licença sem vencimento		13	24	6	43
TOTAL		7.065	5.833	3.849	16.747

(a) Artigo 145.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR).

10.1.1.4 – Distribuição Hierárquica do Pessoal Militar (a)

Ano: 2012

Situação	Ramo das FA	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Oficiais Generais	Almirante da Armada; Marechal										-	-	-
	Almirante; General	1			1			2			4	-	-
	Vice Almirante; Tenente-General	9			12			5			26	-	-
	Contra-Almirante; Major-General	19			51			20			90	-	-
	Comodoro; Brigadeiro-General							1			1	-	-
	SUBTOTAL	29	-	-	64	-	-	28	-	-	121	-	-
Oficiais	Capitão de mar e guerra; Coronel	102			213			88			403	-	-
	Capitão de fragata; Tenente-Coronel	214			514			209			937	-	-
	Capitão-Tenente; Major	299			503			272			1.074	-	-
	1º Tenente; Capitão	365			602			347			1.314	-	-
	2º Tenente; Tenente	242	51		310	104		360	168		912	323	
	Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	75	126		100	443		42	263		217	832	
	Aspirante a Oficial		1			4			1		-	6	
Sargentos	SUBTOTAL	1.297	178	-	2.242	551	-	1.318	432	-	4.857	1.161	-
	Sargento-Mor	20			143			32			195	-	-
	Sargento-Chefe	82			280			146			508	-	-
	Sargento-Ajudante	396			1.214			1.014			2.624	-	-
	1º Sargento	1.372			1.392	3		815			3.579	3	-
	2º Sargento	553	28		498	29		496			1.547	57	-
	Subsargento; Furriel		22			671					-	693	-
Praças	2º Subsargento; 2º Furriel					94		//			-	94	-
	SUBTOTAL	2.423	50	-	3.527	797	-	2.503	-	-	8.453	847	-
	Cabo; Cabo de Secção	2.166						//			2.166	-	-
	1º Marinheiro; Cabo Adjunto	1.150	141			20		398			1.150	559	-
	2º Marinheiro; 1º Cabo		755			1.010		1.030				2.795	-
	1º Grumete; 2º Cabo		447			684		168				1.299	-
	2º Grumete; Soldado; Sold. Cadete					7.122	695	581				7.703	695
TOTAL	SUBTOTAL	3.316	1.343	-	-	8.836	695	-	2.177	-	3.316	12.356	695
	TOTAL	7.065	1.571	-	5.833	10.184	695	3.849	2.609	-	16.747	14.364	695

(a) De acordo com o quadro Anexo I ao artigo 28º do EMFAR, aprovado pelo DL n.º 236/99, de 25 de junho.

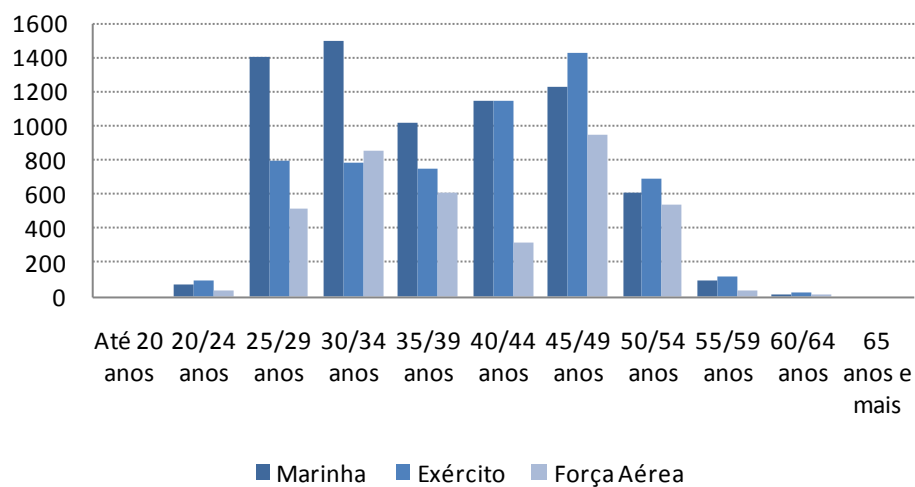
QPa - Quadro Permanente (Ativo)

10.1.1.5 – Estrutura Etária do Pessoal Militar

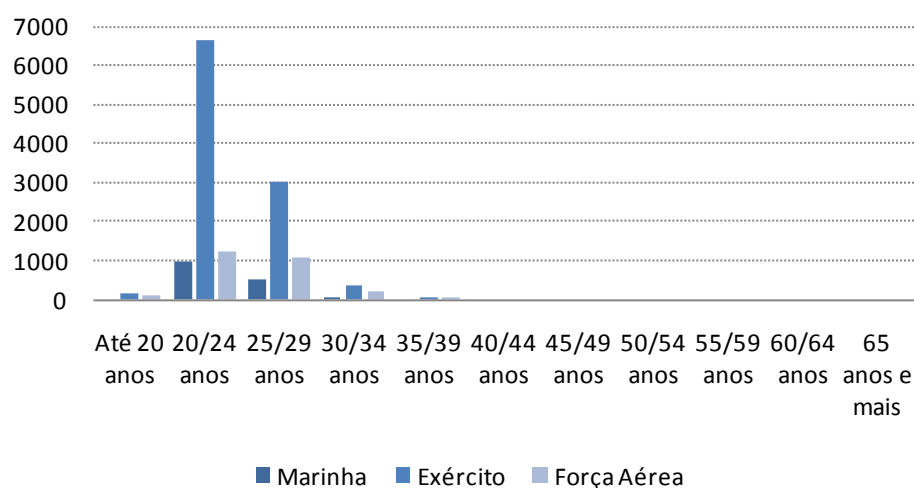
Ano: 2012

Situação	Ramo das FA	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
	Até 20 anos				134	161		84			-	218	161
	20/24 anos	73	990		99	6.640	494	33	1245		205	8.875	494
	25/29 anos	1.402	521		790	3.042	40	512	1051		2.704	4.614	40
	30/34 anos	1.494	60		781	363		859	227		3.134	650	-
	35/39 anos	1.011			749	5		605	2		2.365	7	-
	40/44 anos	1.149			1.143			310			2.602	-	-
	45/49 anos	1.230			1.430			949			3.609	-	-
	50/54 anos	603			695			539			1.837	-	-
	55/59 anos	96			118			40			254	-	-
	60/64 anos	7			28			2			37	-	-
	65 anos e mais										-	-	-
	TOTAL	7.065	1.571	-	5.833	10.184	695	3.849	2.609	-	16.747	14.364	695

Distribuição Etária por Ramo - Quadro Permanente



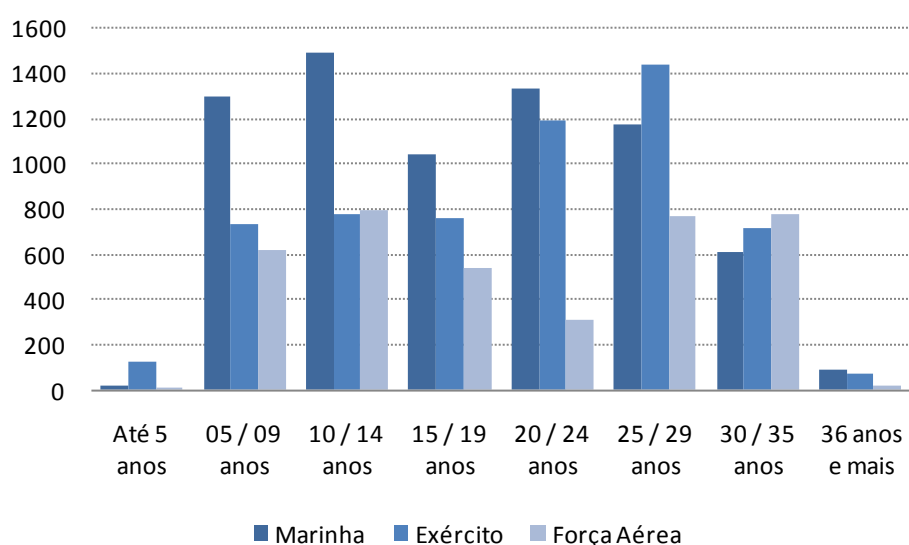
Distribuição Etária por Ramo - Regime Contrato



10.1.1.6 – Estrutura de Tempo de Serviço dos Militares do QP, no Ativo

Ano: 2012

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Situação				
Até 5 anos	18	125	14	157
05 / 09 anos	1.298	737	618	2.653
10 / 14 anos	1.492	780	793	3.065
15 / 19 anos	1.044	762	540	2.346
20 / 24 anos	1.331	1.196	314	2.841
25 / 29 anos	1.178	1.443	767	3.388
30 / 35 anos	609	719	780	2.108
36 anos e mais	95	71	23	189
TOTAL	7.065	5.833	3.849	16.747



10.1.1.7 – Origem Geográfica dos Militares

Ano: 2012

Ramo das FA	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
Situação	QPa	RC	R V	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Aveiro	137	39		245	545	43	115	170		497	754	43
Beja	232	50		44	84	7	69	53		345	187	7
Braga	123	44		236	1.060	77	94	105		453	1.209	77
Bragança	176	17		26	147	8	67	26		269	190	8
Castelo Branco	222	47		55	172	13	95	53		372	272	13
Coimbra	223	39		233	328	24	158	93		614	460	24
Évora	256	38		199	245	24	112	59		567	342	24
Faro	201	62		50	206	23	63	57		314	325	23
Guarda	128	11		44	205	14	65	28		237	244	14
Leiria	191	64		277	329	21	183	141		651	534	21
Lisboa	2.161	498		1.571	1.443	119	1218	746		4.950	2.687	119
Portalegre	234	60		75	161	16	98	54		407	275	16
Porto	240	83		560	1.775	92	230	307		1.030	2.165	92
Santarém	420	80		977	445	35	292	169		1.689	694	35
Setúbal	982	259		483	447	55	242	180		1.707	886	55
Viana do Castelo	119	14		54	209	11	33	44		206	267	11

Vila Real	127	14		153	363	23	69	31		349	408	23
Viseu	203	29		276	597	41	130	65		609	691	41
Açores	52	12		117	627	31	54	41		223	680	31
Madeira	38	15		145	380	18	25	21		208	416	18
Outras origens	600	96		13	416		437	166		1.050	678	
TOTAL	7.065	1.571	-	5.833	10.184	695	3.849	2.609	-	16.747	14.364	695

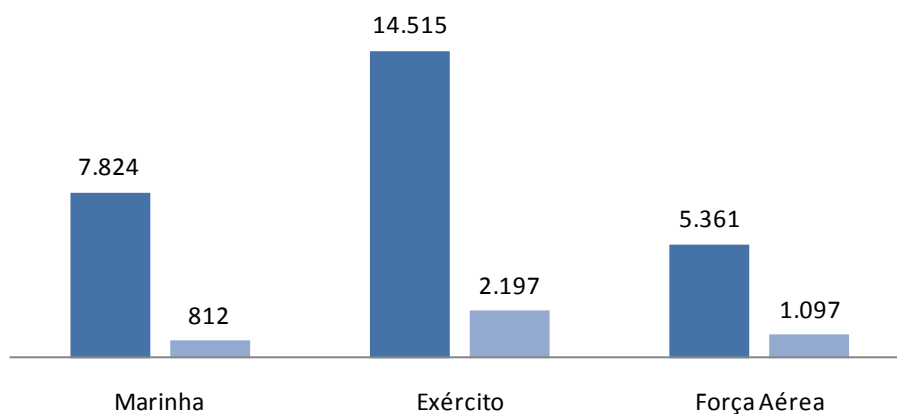
10.1.1.8 – Distribuição por Sexo de Pessoal Militar

Ano: 2012

Situação	Ramo das FA			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	RV	Qpa	RC	RV	Qpa	RC	RV	Qpa	RC	RV
Masculino	6.545	1.279		5.562	8.311	642	3.396	1.965		15.503	11.555	642
Feminino	520	292		271	1.873	53	453	644		1.244	2.809	53
TOTAL	7.065	1.571	-	5.833	10.184	695	3.849	2.609	-	16.747	14.364	695

Distribuição por Sexo

■ Masculino ■ Feminino



10.1.1.9 – Promoção de Militares do QP

Ano: 2012

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Oficiais Generais	Almirante da Armada; Marechal				-
	Almirante; General				-
	Vice-Almirante; Tenente-General		4	5	9
	Contra-Almirante; Major-General	2	10	11	23
	Comodoro; Brigadeiro-General				-
	SUBTOTAL	2	14	16	32
Oficiais	Capitão de mar e guerra; Coronel	3	5	16	24
	Capitão de fragata; Tenente-Coronel	11	11	32	54
	Capitão-Tenente; Major	28	9	21	58
	1º Tenente; Capitão	55	83	70	208
	2º Tenente; Tenente	81	62	83	226
	Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	30	49	1	80
	SUBTOTAL	208	219	223	650
Sargentos	Sargento-Mor	12	3	22	37
	Sargento-Chefe	22	15	65	102
	Sargento-Ajudante	1	36	54	91
	1º Sargento	177	125	125	427
	2º Sargento	30	146	73	249
	Subsargento; Furriel				-
	SUBTOTAL	242	325	339	906
Praças	Cabo; Cabo de Secção				
	1º Marinheiro; Cabo Adjunto	143			143
	SUBTOTAL	143			143
TOTAL		595	558	578	1.731

10.1.1.10 – Pessoal Militar, Ingressos e Saídas por Categorias e Formas de Prestação de Serviço

Ano: 2012

Situação	Ramo das FA	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Ingressos	Oficiais	34	1		67			67	1		168	2	-
	Sargentos	25			146			76			247	-	-
	Praças	197	2		667	732		34			197	703	732
	TOTAL										612	705	732
Saídas	Oficiais	59	37		181	60		70	90		310	187	-
	Sargentos	189	5		515	284		160			864	289	-
	Praças	117	395		1.783	156		364			117	2.542	156
	TOTAL	365	437	-	696	2.127	156	230	454	-	1.291	3.018	156

10.1.1.11 – Evolução do número de baixas de pessoal

Ano: 2012

Ramo	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Oficiais										-	-	-
Sargentos	3			9	1					12	1	-
Praças	3	3			4					3	7	-
TOTAL	6	3	-	9	5	-	-	-	-	15	8	-

10.1.1.12 – Encargos Financeiros com os Vencimentos dos Militares em Regime de Voluntariado (RV) e Regime de Contrato (RC) (a)

(milhares de euros) Ano: 2012

Ramo das FA		Marinha		Exército			Força Aérea		TOTAL		
Situação		RC	RV	RC	RV	IB/IC (b)	RC	RV	RC	RV	IB/IC (b)
Oficiais	2º Tenente; Tenente	1.149,02		3.228.504,84			4.267,00		3.233.920,86	-	-
	Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	2.279,02		8.488.162,00			4.790,00		8.495.231,02	-	-
	Aspirante a Oficial	19,62		458.488,06	128,1		6		458.513,68	128,1	-
	SUBTOTAL	3.447,66		12.175.154,90	128,1		9.063,00		12.187.665,56	128,1	-
Sargentos	1º Sargento			750.821,33					750.821,33	-	-
	2º Sargento	846,77		2.774.055,42			1.028,00		2.775.930,19	-	-
	Subsargento; Furriel	312,67		12.142.641,32					12.142.953,99	-	-
	2º Subsargento; 2º Furriel			1.526.063,77	20.843,73				1.526.063,77	20.843,73	-
	SUBTOTAL	1.159,44		17.193.581,84	20.843,73		1.028,00		17.195.769,28	20.843,73	-
Praças	Cabo; Cabo de Secção									-	-
	1º Marinheiro; Cabo Adjunto	4.201,64		853.280,90			6.509,00		863.991,54	-	-
	2º Marinheiro; 1º Cabo	9.307,61		18.652.082,55			11.907,00		18.673.297,16	-	-
	1º Grumete; 2º Cabo	5.369,87		4.308.097,35			1.836,00		4.315.303,22	-	-
	2º Grumete; Soldado	29,43		84.283.555,93	10.756.066,61	1.314.897,58	2.757,00		84.286.342,36	10.756.066,61	1.314.897,58
	SUBTOTAL	18.908,55	-	108.097.016,73	10.756.066,61	1.314.897,58	23.009,00		108.138.934,28	10.756.066,61	1.314.897,58
TOTAL		23.515,65	-	137.465.753,47	10.777.038,44	1.314.897,58	33.100,00		137.522.369,12	10.777.038,44	1.314.897,58

(a) Art.º 20º, n.º 3 do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado (RI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21/05.

Portaria n.º 149/2003, de 13/02, que aprova, em desenvolvimento daquele artigo, a estrutura remuneratória dos militares em RC e RV.

(b) Pessoal que só recebeu pelo período de instrução (básica/complementar ou cujo vencimento em 2011 corresponde a esta situação);

10.1.1.13 – Despesas decorrentes da Aplicação da Lei do Serviço Militar

(milhares de euros) Ano: 2012

Parâmetro	Ramo das FA	Situação	Marinha	Exército (a)	Força Aérea	TOTAL
Vencimentos (1)	RV	Abrangido		3.369		3.369
		Encargos		12.093,00		12.093,00
	RC	Abrangido	2.041	12.298	2.855	17.194
		Encargos	23.515,65	137.465,0	33.100,00	194.080,6
Formação e Certificação Profissional (2)	RV	Abrangido				-
		Encargos				-
	RC	Abrangido				-
		Encargos				-
Programa de Apoio ao Estudo (3)	RV	Abrangido				-
		Encargos				-
	RC	Abrangido				-
		Encargos				-
Compensação Financeira (4)	RV	Abrangido		68		68
		Encargos		56,00		56,00
	RC	Abrangido	162	1.859	543	2.564
		Encargos	1.505,68	9.353,00	2.525,00	13.383,68
Encargos Financeiros (5)	RV	Abrangido		458		458
		Encargos		297,00		297,00
	RC	Abrangido		3.589	2.598	6.187
		Encargos		2.500,00	2.165,00	4.665,00
Prestações Familiares (6)	RV	Abrangido		4		4
		Encargos		2,00		2,00
	RC	Abrangido	22	166	210	398
		Encargos	19,48	63,00	151,00	233,48
Subsistema da Proteção Familiar (7)	RV	Abrangido				-
		Encargos				-
	RC	Abrangido				-
		Encargos				-
Proteção à Maternidade, Paternidade e adoção (7)	RV	Abrangido		4		4
		Encargos		12,00		12,00
	RC	Abrangido	1	88	369	458
		Encargos	0,40	275,00	93,00	368,40
Outros (8)	RV	Abrangido				-
		Encargos				-
	RC	Abrangido	637		678	1.315
		Encargos	826,21		1.121,00	1.947,21
TOTAL	RV	Abrangido	-	3.903	-	3.903
		Encargos	-	12.460,00	-	12.460,00
	RC	Abrangido	2.863	18.000	7.253	28.116
		Encargos	25.867,42	149.656,0	39.155,00	214.678,4

(a) Vencimentos não incluem período de instrução (básica/complementar) - 1.708,31 milhares de euros (ver nota b. do quadro 10.1.1.12);

(1) Encargos financeiros com os vencimentos dos militares nos regimes de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV);

- Art.º 20º, n.º 3 do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado (RI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 118/2004, de 21/05;

- Portaria n.º 149/2003, de 13/02, que aprova, em desenvolvimento daquele artigo, a estrutura remuneratória dos militares em RC e RV.

(2) Encargos financeiros com a formação e certificação profissional ministrada aos militares em RC e RV pelas Forças Armadas e instituições especializadas;

- Art.ºs 9º a 19º do RI.

(3) Encargos financeiros de acordo com o Art.º 7º do RI.

(4) Encargos financeiros com o pagamento da compensação financeira pela prestação de serviço em RC e RV.

- Art.º 21º do RI.

(5) Encargos financeiros com os direitos a fardamento, alojamento, alimentação e transporte dos militares em RC e RV.

- Art.º 22º do RI.

(6) Encargos financeiros com as prestações familiares, designadamente, no que respeita ao subsídio de maternidade e subsídio de apoio a crianças e jovens (abono de família), a que têm direito os militares em RC e RV. Art.º 39º, n.º 1 do RI.

(7) Encargos financeiros de acordo com o n.º 1, do Art.º 39º do RI.

(8) Encargos financeiros que não possam ser agregados nas rubricas anteriores.

10.1.1.14 - Evolução dos vencimentos dos militares

(milhares de euros) Ano: 2012

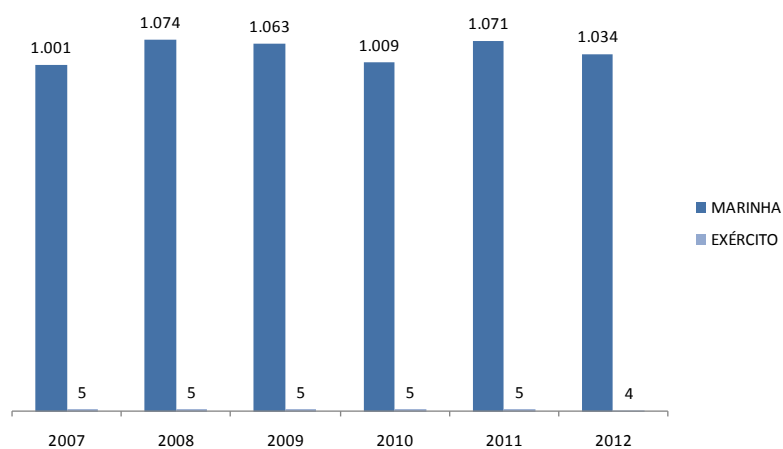
Situação	Ramo das FAs	Marinha	Exército	Força Aérea	Total
Oficiais		37.914,50	115.812.902,27	66.761,00	115.917.577,77
Sargentos		52.374,94	92.030.143,00	70.886,00	92.153.403,94
Praças		51.275,30	102.695.135,00	10.837,00	102.757.247,30
	TOTAL	141.564,74	310.538.180,27	148.484,00	310.828.229,01

10.1.2 – Pessoal Militarizado

10.1.2.1 – Pessoal Militarizado da Defesa Nacional

MARINHA	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Polícia Marítima	525	609	591	535	591	578
Polícia dos Estabelecimentos de Marinha	118	115	115	112	125	116
Troço de Mar	209	204	212	219	210	204
Práticos/Costa Algarve	2	2	2	2	2	2
Faroleiros	147	144	143	141	143	134
TOTAL	1.001	1.074	1.063	1.009	1.071	1.034

EXÉRCITO	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Técnico-Profissional e Administrativo						
Auxiliar de Serviços						
Motorista						
Tratador	5	5	5	5	5	4
Vigilante						
TOTAL	5	5	5	5	5	4

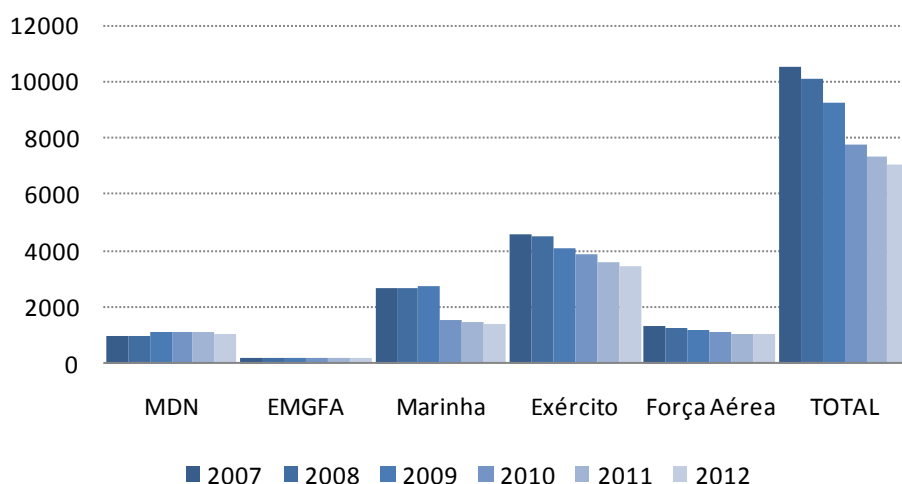


10.1.3 – Pessoal Civil

10.1.3.1 – Efetivos Globais

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2012	1.051	163	1.361	3.432	1.021	7.028
Dados retrospectivos dos últimos 5 anos						
2011	1.078	167	1.447	3.610	1.046	7.348
2010	1.110	165	1.543	3.853	1.102	7.773
2009	1.071	181	2.762	4.049	1.196	9.259
2008	986	182	2.655	4.490	1.241	10.066
2007	988	178	2.690	4.548	1.303	10.550

Evolução dos Efetivos Globais do Pessoal Civil



10.1.3.2 – Pessoal Civil por Grupos Profissionais (a)

						Ano: 2012
Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Dirigente e Chefia	31				19	50
Técnico superior	180	7	84	67	190	528
Docente / Investigador (b)	10	1	6	229	699	945
Médico / Enfermagem (b)	38		14	301	28	381
Informático (b)	45	10	9	58	10	132
Assistente técnico	245	86	36	1.143	14	1.524
Assistente operacional	502	59	460	1.630	33	2.684
Outro Pessoal (e)			672	4	28	704
Pessoal embarcação salva-vidas (c)			80			80
TOTAL	1.051	163	1.361	3.432	28	7.028

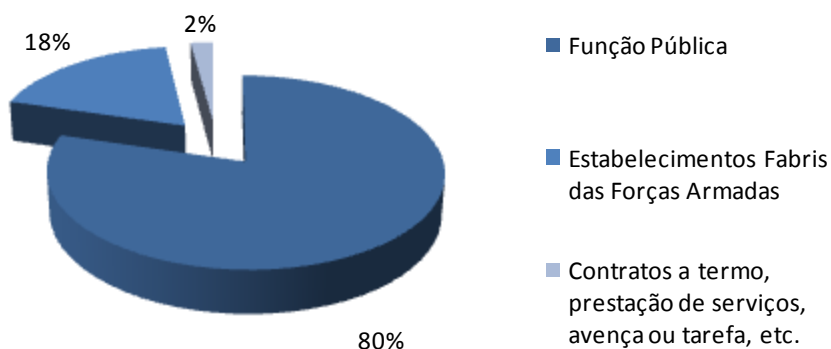
- (a) Mapa de acordo com a estrutura prevista no nº 1 do art.º 41º e nº 1 do artº 49º, ambos da Lei n.º 12A/2008, de 27 de Fevereiro.
- (b) Carreiras de regime especial a que refere o nº 2 do artº 41º da citada lei.
- (d) Inclui Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica.
- (e) Inclui categorias subsistentes, Pessoal do QPCISN e outros não enquadráveis nas carreiras supra.

10.1.3.3 – Pessoal Civil por Estatuto Jurídico

Ano: 2012

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Função Pública	1.045	163	1.346	2.030	1.008	5.592
Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas	1			1.286		1.287
Contratos a termo, prestação de serviços, avença ou tarefa, etc.	5		15	116	13	149
TOTAL	1.051	163	1.361	3.432	1.021	7.028

Pessoal Civil por Estatuto Jurídico



10.1.3.4 – Pessoal Civil por Habilitações Académicas

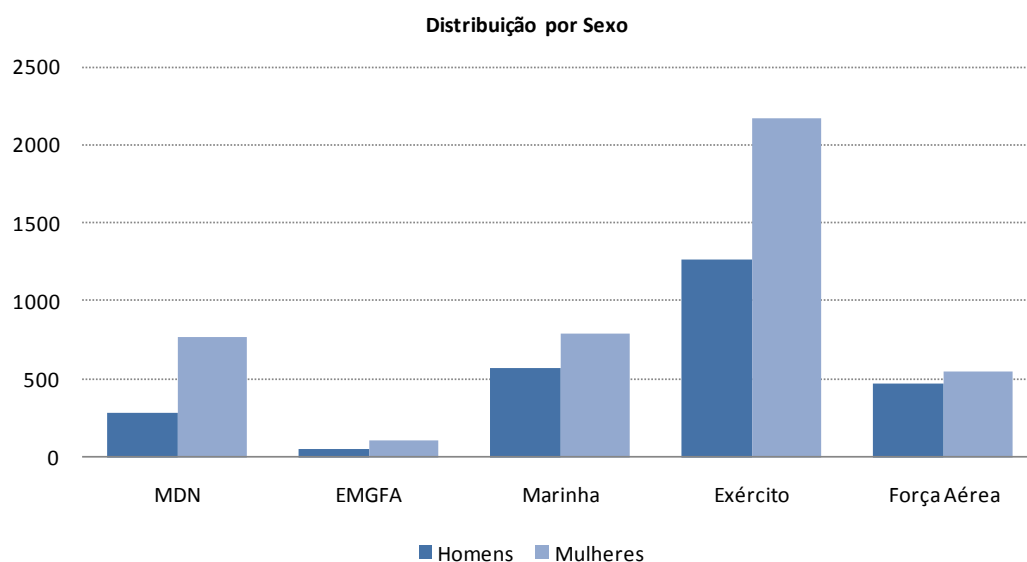
Ano: 2012

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Doutoramento e mestrado	29	2	18	65	6	120
Licenciatura	255	10	108	485	90	948
Bacharelato	12		20	91	15	138
- 12 Anos	252	62	288	691	122	1.415
- 11 Anos	41	15	99	144	41	340
- 9 Anos	206	34	283	710	214	1.447
- 6 Anos	117	16	192	469	187	981
- 4 Anos	139	23	344	740	345	1.591
- Menos de 4 Anos		1	2	10	1	14
Desconhecidas			7	27		34
TOTAL	1.051	163	1.361	3.432	1.021	7.028

10.1.3.5 – Pessoal Civil por Sexo

Ano: 2012

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Homens	282	52	569	1.267	472	2.642
Mulheres	769	111	792	2.165	549	4.386
TOTAL	1.051	163	1.361	3.432	1.021	7.028



10.1.3.6 – Estrutura Etária do Pessoal Civil

Ano: 2012

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 20 anos						
20/24 anos	1		4	5		10
25/29 anos	26	1	20	10	1	58
30/34 anos	109	4	63	74	20	270
35/39 anos	137	13	147	280	45	622
40/44 anos	151	9	172	402	87	821
45/49 anos	158	24	260	562	192	1.196
50/54 anos	190	38	255	804	272	1.559
55/59 anos	177	45	263	871	243	1.599
60/64 anos	91	25	142	366	145	769
65 anos e mais	11	4	35	58	16	124
TOTAL	1.051	163	1.361	3.432	1.021	7.028

10.1.3.7 – Tempo de Serviço do Pessoal Civil

Ano: 2012

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 5 anos	58	4	320	125	16	523
05/09 anos	62	1	134	83	2	282
10/14 anos	267	5	171	238	26	707
15/19 anos	226	32	169	755	178	1.360
20/24 anos	149	33	197	461	139	979
25/29 anos	103	39	184	530	277	1.133
30/35 anos	81	27	120	621	226	1.075
36 anos e mais	105	22	66	619	157	969
TOTAL	1.051	163	1.361	3.432	1.021	7.028

10.1.3.8 – Promoções do Pessoal Civil por Grupo Profissional

Ano: 2012

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Dirigente e Chefia						-
Téc. Superior / Técnico Licenciado	2					2
Técnico / Técnico Bacharel						-
Docente						-
Médico / Enfermagem						-
Informático						-
Técnico Profissional	3					3
Administrativo	1					1
Operário						-
Auxiliar						-
TOTAL	6	-	-	-	-	6

10.1.3.9 – Ingressos e Saídas de Pessoal Civil

Ano: 2012

Entidade		MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Função Pública	Entradas	86	6	4	20	5	121
	Saídas	102	11	58	151	30	352
Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas	Entradas	1			6		7
	Saídas	1			63		64
Contratos a termo, prestação de serviços, avença ou tarefa, etc.	Entradas			5	50		55
	Saídas	2		33	1		36
TOTAL	Entradas	87	6	9	76	5	183
	Saídas	105	11	91	215	30	452

10.1.4 – Comparações internacionais

10.1.4.1 – Efetivos de países membros da NATO

(milhares)	
Efetivos Militares dos Ramos das FA's	Qt
Albânia	8
Alemanha	184
Bélgica	31
Bulgária	26
Canadá	70
Croácia	16
Dinamarca	19
Eslováquia	15
Eslovênia	7
Espanha	122
Estados Unidos da América	1.370
Estônia	6
França	213
Grécia	109
Hungria	18
Itália	186
Latvia	5
Lituânia	9
Luxemburgo	0.9
Noruega	21
Países Baixos	43
Polónia	100
Portugal	35
Reino Unido	174
República Checa	21
Roménia	66
Turquia	494
Total	3.368,9

Fonte: Site da NATO

10.2 – JUSTIÇA E DISCIPLINA

10.2.1 – Condecorações Atribuídas

Ano: 2012

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Serviços distintos	52	72		124
Mérito militar	79	98	40	217
Comportamento exemplar	639	3.785	169	4.593
Mérito do Ramo	327	266	512	1.105
Ordens honoríficas nacionais	8	12	58	78
Outras	26	6	7	39
TOTAL	1.131	4.239	786	6.156

10.2.2 – Processos Iniciados

Ano: 2012

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Averiguações	115	884	21	1.020
Disciplinares	100	234	96	430
TOTAL	215	1.118	117	1.450

10.2.3 – Punições Aplicadas

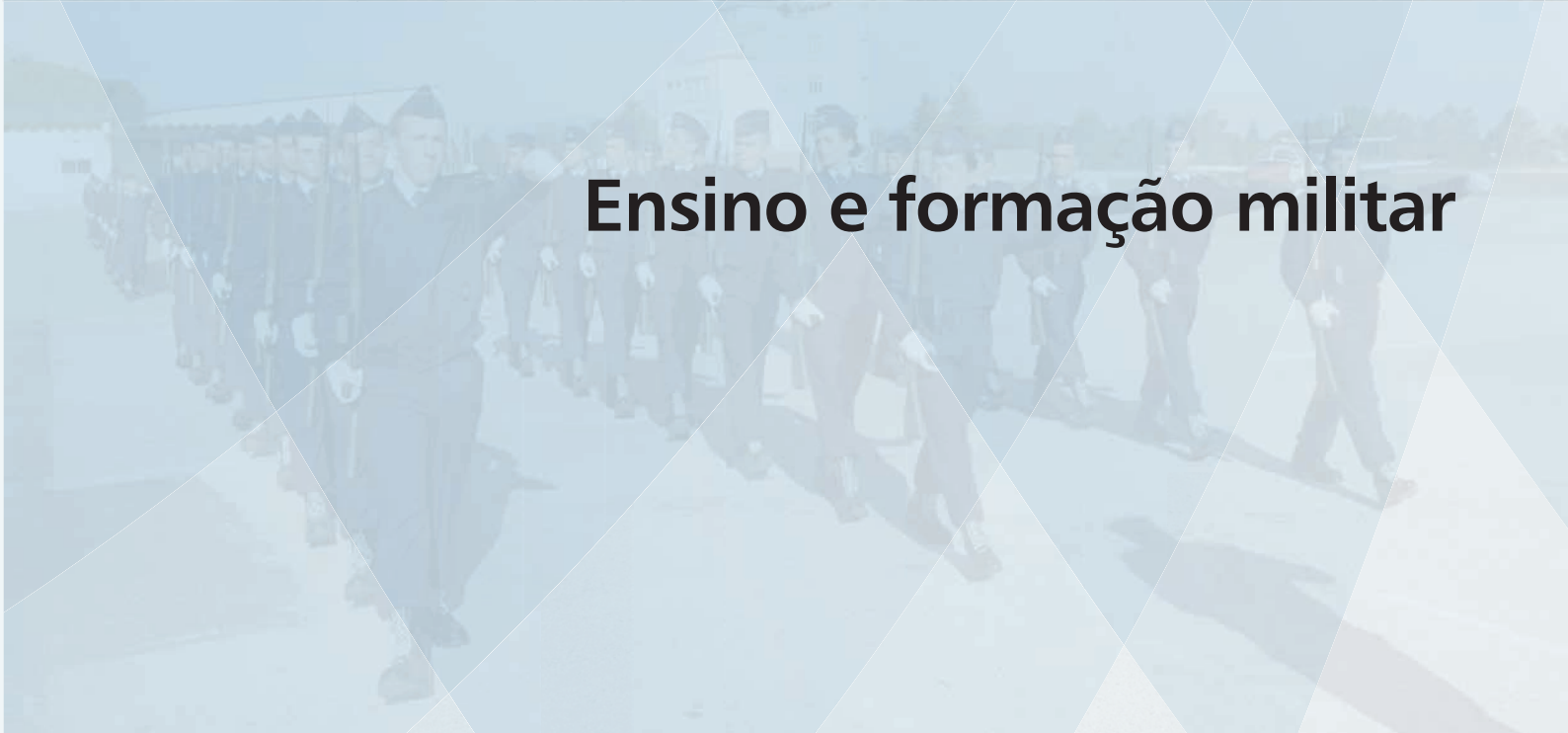
Ano: 2012

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Repreensão simples	14	29	13	56
Repreensão agravada	9	28	18	55
Detenção			27	27
Prisão disciplinar	4	8	6	18
Prisão disciplinar agravada			16	16
TOTAL	27	65	80	172

10.2.4 – Processos Instruídos por Indícios de Prática de Crimes

Ano: 2012

Ramo das FAs	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Abandono de posto				-
Abuso de autoridade		3		3
Abuso de confiança				-
Ameaça	1	1		2
Assédio sexual				-
Ausência ilegítima				-
Burla				-
Comércio ilícito de material de guerra				-
Corrupção		1		1
Crime contra o direito de autor				-
Crime contra a segurança nas comunicações				-
Crime cometido no exerc. de f. publicas	2			2
Crime contra o dever militar				-
Crimes contra a circulação e segurança	1	5	9	15
Crime contra realização da justiça				-
Crimes respeitantes a estupefacientes			1	1
Dano em bens militares		2	2	4
Danos (outros)				-
Deserção	2	23		25
Devassa da vida privada				-
Difamação/calúnia/injúria				-
Extravio de material de guerra		1		1
Falsificação	1	2	3	6
Furto de material de guerra	1	7	2	10
Furtos (outros)	16	29	19	64
Homicídio por negligência				-
Incumprimento dos deveres de serviço				-
Infidelidade				-
Insubordinação		1		1
Ofensas à integridade física	1			1
Ofensas a sentinela				-
Outras infrações de natureza militar				-
Outros crimes contra a vida	2	2	1	5
Outros crimes contra o património				-
Outros crimes contra a propriedade				-
Outros crimes de perigo comum				-
Peculato				-
Violação de segredo/espionagem				-
Outros crimes	2		1	3
TOTAL	29	77	38	144



Ensino e formação militar

NOTA EXPLICATIVA

O ensino militar tem por finalidade a habilitação profissional do militar, a aprendizagem de conhecimentos adequados à evolução da ciência e da tecnologia e o seu desenvolvimento cultural.

A formação militar, instrução e treino, visam continuar a preparação do militar para o exercício das respetivas funções e abrangem componentes de natureza técnico-militar, cultural e de aptidão física. A formação militar envolve ações de investimento, de evolução e de ajustamento e materializa-se através de cursos, tirocínios, estágios, instrução e treino operacional e técnico, consoante a categoria, posto, classe, arma, serviço ou especialidade a que o militar pertence.

O ensino e formação ministrados em estabelecimentos militares garante a continuidade do processo educativo e integra-se sempre que possível nos sistemas educativo e formativo nacionais.

Decorrente das orientações constantes da Resolução de Conselho de Ministros n.º 39/2008, de 28 de fevereiro, realizou-se a reforma do ensino superior público militar, procurando harmonizar e adaptar o modelo de formação de oficiais das Forças Armadas, incorporando as orientações do “Processo de Bolonha”, assumindo o ciclo de estudos integrados conducentes ao grau de mestre (2.º ciclo de Bolonha) como habilitação mínima exigida para início da carreira de oficiais oriundos do ensino superior universitário militar.

Ao nível das estruturas, o sistema de ensino superior público militar está baseado no Instituto de Estudos Superiores Militares, Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea.

Relativamente ao Instituto de Estudos Superiores Militares, o mesmo visa ministrar formação nos planos científico, doutrinário e técnico das ciências militares aos Oficiais dos Quadros Permanentes das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana (GNR), necessário ao desempenho das funções de Comando, Direção e Estado-Maior nos Ramos e GNR, bem como ao exercício de cargos em Organizações Internacionais.

De referir ainda o Conselho do Ensino Superior Militar que visa a coordenação do ensino superior público militar através de uma visão integrada, assegurando a conceção e o acompanhamento das políticas que, neste domínio, cabem ao Ministério da Defesa Nacional.

Por outro lado, no âmbito do ensino superior público politécnico militar, a Escola do Serviço de Saúde Militar propõe-se assegurar, no âmbito da saúde militar, as necessidades de pessoal específicas das Forças Armadas e da GNR. Paralelamente a integração do ensino superior politécnico na Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea, tenta garantir um contexto de igual dignidade e exigência, mas de vocação diferente do ensino superior universitário militar.

No mesmo âmbito cabe à Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM) conceber, harmonizar e apoiar tecnicamente a definição e execução das políticas de recursos humanos necessários à defesa nacional.

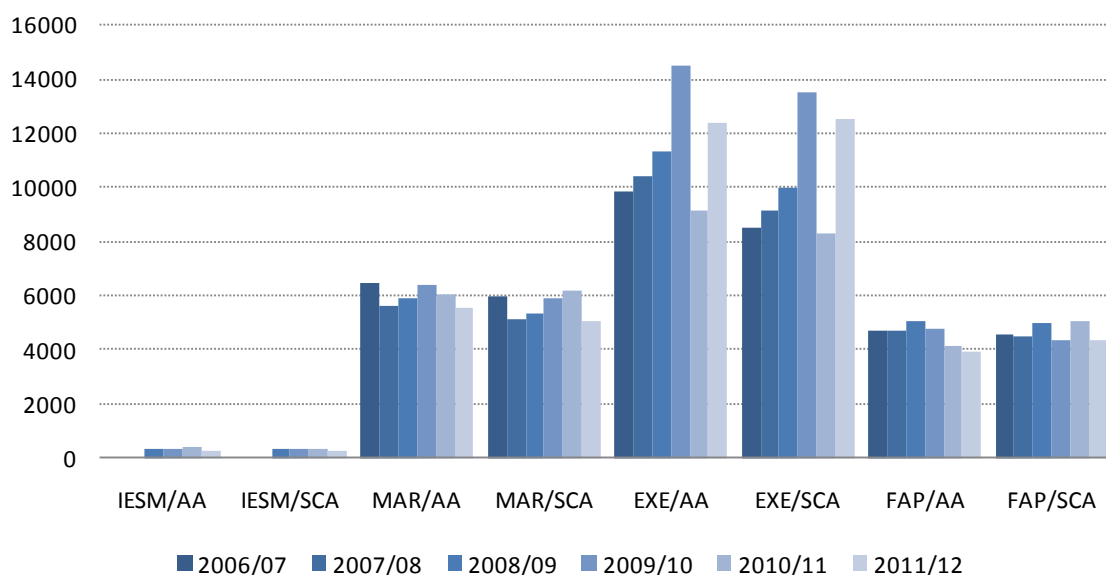
No campo concreto do ensino e formação militares, a DGPRM propõe e avalia a política nos domínios do ensino, formação e desenvolvimento profissional e participa na definição da política de ensino superior militar, em articulação com o Conselho de Ensino Superior Militar.

De forma mais específica, deve a DGPRM estudar e propor a definição sobre a qualificação e o desenvolvimento de competências para as Forças Armadas e exercer, nos termos da lei, as competências relativas ao processo de certificação das entidades formadoras dos ramos, em especial através da colaboração com as entidades competentes em matéria de reconhecimento e certificação de qualificações profissionais.

11.1 – Institutos, Academias, Escolas e Centros de Instrução das FA

(Pessoal Militar, Militarizado e Civil das Forças Armadas)

Ramo das FA		IESM	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Alunos admitidos nos Estabelecimentos de Ensino das Forças Armadas	2011/12	266	5.532	12.361	3.937	22.096
	Dados retrospectivos					
	2010/11	363	6.004	9.172	4.111	19.650
	2009/10	345	6.360	14.529	4.733	26.987
	2008/09	313	5.891	11.357	5.021	22.582
	2007/08	X	5.582	10.437	4.731	20.750
	2006/07	X	6.474	9.847	4.724	21.045
Saídas com aproveitamento	2011/12	255	5.074	12.555	4.377	22.261
	Dados retrospectivos					
	2010/11	352	6.213	8.313	5.036	19.914
	2009/10	341	5.896	13.517	4.352	10.589
	2008/09	311	5.366	10.010	5.001	20.688
	2007/08	X	5.123	9.136	4.465	18.724
	2006/07	X	5.957	8.494	4.575	19.026



11.2 – Pessoal Militar na Efetividade de Serviço que Frequentou Cursos Internos

Ano: 2012

Ramo das FA	IESM	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Cursos de Formação	-	148	3.155	560	3.863
Cursos de Promoção	207	388	1.085	188	1.868
Cursos de Especialização ou Qualificação	59	4.928	5.568	2.470	13.025
Cursos de Atualização	-	68		250	318
TOTAL	266	5.532	9.808	3.468	19.074

11.3 – Pessoal Militar que Frequentou Cursos no Estrangeiro

Ano: 2012

Ramo das FA	IESM	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Curta (até um mês)	18	26	15	118	177
Média (de um a três meses)	1	4		5	10
Longa (mais de três meses)	1	5	4	8	18
TOTAL	20	35	19	131	205

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DAS FORÇAS ARMADAS (a) (Principais Institutos, Academias, Escolas e Centros de Instrução)

MDN	
Instituto de Estudos Superiores Militares	
Marinha	
Escola Naval (Alfeite)	Escola de Fuzileiros (Vale do Zebro)
Escola Superior de Tecnologias Navais (Alfeite)	Escola de Submarinos (Alfeite)
Escola de Tecnologias Navais	Escola de Mergulhadores (Alfeite)
Departamento de Operações	Escola de Hidrografia e Oceanografia (Lisboa)
Departamento de Armas e Eletrónica	Escola de Faroleiros (Paço de Arcos)
Departamento de Propulsão e Energia	Centro de Educação Física da Armada (Alfeite)
Departamento de Limitação de Avarias	Centro de Instrução de Tática Naval (Alfeite)
Departamento de Administração e Logística	Centro de Instrução de Helicópteros (Montijo)
Departamento de Comunicações e Sistemas de Informação	Centro de Instrução da Polícia dos Estabelecimentos de Marinha (Alfeite)
Departamento de Formação em Tecnologias de Educação	Centro Naval de Ensino à Distância (Lisboa)
Departamento de Formação Geral	Escola de Autoridade Marítima (Lisboa) (b)
Exército	
Academia Militar (Lisboa)	Escola Militar de Eletromecânica (Paço de Arcos)
Escola Superior Politécnica do Exército (Amadora)	Escola de Tropas Aerotransportadas (Tancos)
Escola do Serviço de Saúde Militar (Lisboa) (c)	Centro de Psicologia Aplicada do Exército (Lisboa)
Escola de Sargentos do Exército (Caldas da Rainha)	Centro de Informática do Exército (Lisboa)
Escola Prática de Infantaria (Mafra)	Centro Militar de Educação Física e Desportos (Mafra)
Escola Prática de Artilharia (Vendas Novas)	Centros de Instrução de Praças:
Escola Prática de Cavalaria (Santarém)	(Região Militar do Norte, Governo Militar de Lisboa,
Escola Prática de Engenharia (Tancos)	Campo Militar de St.ª Margarida, Região Militar Sul,
Escola Prática de Transmissões (Porto)	Zonas Militares dos Açores e Madeira)
Escola Prática do Serviço de Material (Entroncamento)	Instituto Geográfico do Exército (Lisboa)
Escola Prática de Administração Militar (Póvoa de Varzim)	Banda do Exército (Queluz)
Escola Prática do Serviço de Transportes (Figueira da Foz)	
Força Aérea	
Academia da Força Aérea (Sintra)	Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea (Ota) que inclui:
Escola Sup. de Tecnologias Militares Aeronáuticas (Sintra)	Escola de Língua Inglesa (ELI)
Esquadra 101/ Epsilon (Beja)	Escola de Formação Pedagógica de Formadores
Esquadra 103 / Alfa Jet (Beja)	Escola de Formação de Condutores
Esquadra 552 / AL III (Beja)	Banda de Música da Força Aérea (Lisboa)
Esquadra 502 / Aviocar (Sintra)	Centro de Treino e Sobrevivência da Força Aérea (BA 6 - Montijo)
	Centro de Instrução Cinófila (AM 2 - Ovar)
	Centro de Medicina Aeronáutica – Secção de Treino Fisiológico (Lisboa)
	Direção de Instrução (Lisboa)

(a) Não inclui o Colégio Militar, Instituto Militar dos Pupilos do Exército e Instituto de Odivelas;

(b) Integrado na estrutura do Sistema de Autoridade Marítima;

(c) Estabelecimento do ensino superior politécnico. Órgão de apoio aos 3 Ramos, inserido na estrutura orgânica do Exército.

11.4 – Cursos ministrados e número de alunos, por estabelecimento de ensino

11.4.1 – Caracterização da atividade formativa

Ano: 2012

		IESM		EN		AM		AFA		ESSM	
		Nº de ciclos de estudo/ cursos ministrados	Nº de alunos	Nº de ciclos de estudo/ cursos ministrados	Nº de alunos	Nº de ciclos de estudo/ cursos ministrados	Nº de alunos	Nº de ciclos de estudo/ cursos ministrados	Nº de alunos	Nº de ciclos de estudo/ cursos ministrados	Nº de alunos
Cursos conferentes de grau	Ensino Universitário	1	43	6	201	14	121	7	194		
	Ensino Politécnico			3	18			9	43		
Curso não conferentes de grau		7	223	2	7			1	23	1	15
TOTAL		8	266	11	226	14	121	17	260	1	15

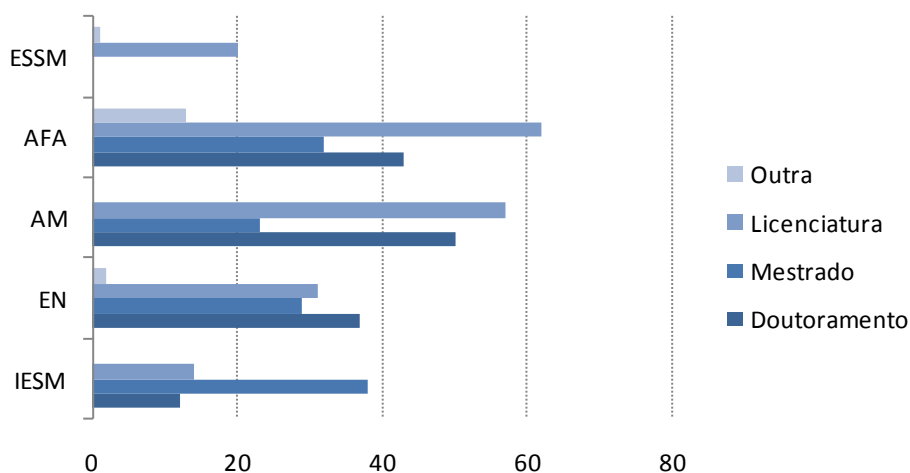
11.5 – Docentes, por estabelecimento de ensino e por categoria (militares/ civis, doutorados/ mestres/ licenciados)

Ano: 2012

CATEGORIA		IESM	EN	AM	AFA	ESSM	TOTAL
Militares	Oficiais	55	58	70	80	11	274
	Sargentos				3	9	12
	Praças						-
	Subtotal	55	58	70	83	20	286
Civis		9	41	60	67	1	169
TOTAL		64	99	130	150	21	455

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS	IESM	EN	AM	AFA	ESSM	TOTAL
Doutoramento	12	37	50	43		142
Mestrado	38	29	23	32		122
Licenciatura	14	31	57	62	20	184
Outra		2		13	1	16
TOTAL	64	99	130	150	21	464

Grau Acadêmico versus Estabelecimento de Ensino



11.6 – Pessoal de apoio por estabelecimentos de ensino (militares/ civis)

Ano: 2012

CATEGORIA		IESM	EN	AM	AFA	ESSM	TOTAL
Militares	Oficiais	86		112	53	16	267
	Sargentos	19		55	34	22	130
	Praças	22		103	33	29	187
	Subtotal	127	-	270	120	67	584
Civis		22	49	63	16	18	168
TOTAL		149	49	333	136	85	752

11.7 – Projetos de investigação iniciados, em curso e concluídos

Ano: 2012

ATIVIDADES/SITUAÇÃO		IESM	EN	AM	AFA	ESSM	TOTAL
Projetos de investigação	Iniciados	7	5	7		1	20
	Em curso	7	10	9	2	1	29
	Concluídos		1	4			5
	Subtotal	14	16	20	2	2	54
Publicações/Artigos Científicos	Iniciados			64	6		70
	Em curso						-
	Concluídos		89	64	12		165
	Subtotal	-	89	128	18	-	235
TOTAL		14	105	148	20	2	289

11.8 - Cursos ministrados por centros de instrução

11.8.1 – Estabelecimentos de Ensino e Formação não Superior

11.8.1.1 – Caracterização de Ação Formativa

Ano: 2012

Estabelecimentos de Ensino e Formação		Nº de Cursos/Ações de Formação Ministrados	Nº Alunos
Marinha	CNED	//	//
	CEFA	12	249
	CIH	40	354
	CITAN	36	297
	CIPQPEM	147	2.682
	EAM	1	8
	EHO	12	145
	EMERG	7	27
	ESUB	417	3.788
	ETNA	51	672
	EFUZ		-
	Subtotal	723	8.222
Exército	CM	5	58
	IO	4	46
	IMPE	12	176
	ESE	7	406

	EPA	33	505
	EPE	78	3.051
	EPS	76	814
	EPI	36	1.298
	EPC	38	1.213
	EPT	73	1.156
	ETP	27	891
	CTOE	8	161
	CTC	6	238
	CMEFD	2	16
	Subtotal	426	10.029
Força Aérea	CFMT	54	595
	Subtotal	54	595
	TOTAL	1.203	18.846

11.9 – Instrutores e pessoal de apoio, por centros de instrução

11.9.1 – Caracterização dos Docentes/ Formadores/ Instrutores por Categoria

Ano: 2012

Estabelecimentos de		Militares				Militarizados				TOTAL	
Ensino e Formação		Oficiais	Sargentos	Praças	TOTAL	Inspetores	Chefes	Guardas	TOTAL	Civis	
Marinha	CNED	//	//	//	//						//
	CEFA	6	3	3	12						12
	CIH	3	5	1	9						9
	CITAN	5	6		11						11
	CIPQPEM	6	4		10						10
	EAM	23			23						23
	EHO	3	12	8	23					17	40
	EMERG	3	6		9						9
	ESUB	59	203		262						262
	ETNA	17	50		67						67
EFUZ										-	
TOTAL		125	289	12	426	-	-	-	-	-	443

Estabelecimentos de Ensino e Formação	Militares				Civis	TOTAL
	Oficiais	Sargentos	Praças	TOTAL		
Exército	CM	9	4			13
	IO	1				1
	IMPE	8	7			15
	ESE	14	26			40
	EPA	36	45	21		102
	EPE	16	30	6		52
	EPS	31	56			87
	EPI	33	40	2		75
	EPC	28	32			60

EPT	18	22	4	44		44
ETP	20	47	10	77		77
CTOE	34	33	9	76		76
CTC	11	18	28	57		57
CMEFD	10	8		18		18
TOTAL	269	368	80	717	--	717

Estabelecimentos de Ensino e Formação		Oficiais	Militares Sargentos	Praças	TOTAL	Civis	TOTAL
Força Aérea	CFMT	47	78		125		125
TOTAL		47	78		125	-	125

11.9.2 – Caracterização dos Docentes/ Formadores/ Instrutores por Habilitações

Ano: 2012

Estabelecimentos de Ensino e Formação		Habilitações Académicas				TOTAL
		Doutoramento	Mestrado	Licenciatura	Outra	
Marinha	CNED	//	//	//	//	//
	CEFA			4	8	12
	CIH			2	7	9
	CITAN		5		6	11
	CIPQPEM		4	24	25	53
	EAM	3	11	19	7	40
	EHO			2	21	23
	EMERG			3	6	9
	ESUB		14	44	204	262
	ETNA		1	17	49	67
	EFUZ					-
	Subtotal	3	35	115	333	486
Exército	CM		5	64		69
	IO		2	60	3	65
	IMPE	3	9	49	10	71
	ESE		1	13	26	40
	EPA			36	66	102
	EPE		2	14	36	52
	EPS		7	27	53	87
	EPI	1	9	23		33
	EPC		8	18	34	60
	EPT			16	28	44
	ETP		18	2	56	76
	CTOE		4	30		34
	CTC	1	16	26		43
	CMEFD			6	10	16
	Subtotal	5	81	384	322	792
Força Aérea	CFMT	24	47	61	132	56
	Subtotal	24	47	61	132	56
TOTAL		32	163	560	787	1.334

11.9.3 – Caracterização do Pessoal de Apoio

Ano: 2012

Estabelecimentos de Ensino e Formação	Militares				Militarizados				Civis	TOTAL
	Oficiais	Sargentos	Praças	TOTAL	Inspetores	Chefes	Guardas	TOTAL		
CNED	//	//	//							-
CEFA	2	2	3	7						7
CIH										-
CITAN		4	5	9						9
CIPQPEM	6	4		10						10
Marinha EAM	1			1	2					3
EHO	1	3	1	5	4					9
EMERG	1	1		2						2
ESUB	23	63	150	236	49					285
ETNA	3	10	16	29						29
EFUZ										-
TOTAL	37	87	175	299	55	-	-	-	-	354

Estabelecimentos de Ensino e Formação	Militares				Civis	TOTAL
	Oficiais	Sargentos	Praças	TOTAL		
CM	25	15	38	78		78
IO	17	13	19	49	62	111
IMPE	26	23	32	81	41	122
ESE	7	3	5	15	1	16
EPA	8	5	4	17		17
EPE	4	8	6	18		18
Exército EPS	14	18	5	37	1	38
EPI	13	24	132	169		169
EPC	4	10	17	31		31
EPT		1	3	4	2	6
ETP	1	2	21	24		24
CTOE	47	45	19	111		111
CTC	3	7	10	20		20
CMEFD		1	3	4	1	5
TOTAL	169	175	314	658	108	766

Estabelecimentos de Ensino e Formação	Militares				Civis	TOTAL
	Oficiais	Sargentos	Praças	Total		
Força Aérea CFMT				-		-
TOTAL	-	-	-	-	-	-



Sistema de Saúde Militar

NOTA EXPLICATIVA

O Sistema de Saúde Militar tem por missão garantir o apoio sanitário à componente operacional e, simultaneamente, assegurar a assistência médica aos efetivos militares e às suas famílias, procedendo a uma avaliação permanente dos recursos humanos que servem a força militar, desde a sua admissão ao serviço até à sua saída.

Nas Forças Armadas portuguesas, cada ramo possui os seus próprios serviços de saúde, por razões de especificidade da missão e da particularidade dos meios com que atuam. Os três Serviços de Saúde Militar são dependentes, hierárquica, funcional e administrativamente das chefias do respetivo ramo, sendo que, em cada um, o Serviço de Saúde planeia, coordena, supervisiona e executa as missões que lhe são atribuídas.

A maioria dos recursos humanos da saúde - Médicos, Enfermeiros, Técnicos de Diagnóstico e de Terapêutica, Técnicos Superiores de Saúde, Auxiliares de Ação Médica e Socorristas, encontram-se adstritos às unidades hospitalares militares estando, no entanto, alguns destes militares, dispersos nas restantes unidades de saúde dos ramos. Trata-se dum efetivo maioritariamente militar, apesar de ser complementado pelo recurso a efetivos civis de forma a responder às diferentes especificidades e necessidades.

As informações necessárias para a elaboração da estatística da saúde aqui apresentada, no que se refere ao pessoal de saúde ao serviço nas Forças Armadas e ao pessoal de saúde adstrito especificamente às unidades hospitalares militares, bem como toda a informação relativa à atividade hospitalar e aos equipamentos de saúde, tem origem em informação fornecida pelos Ramos.

12.1 – Médicos Militares e Cíveis
12.1.1 – Infraestruturas hospitalares
12.1.1.1 – Localização

Ano: 2012

Ramo das FA Hospitais	Marinha HMAR	HMP	Exército HMB	HMR1	HMR2	Força Aérea HFA	Total
	Campo de Santa Clara	Lg da Estrela	Lg Boa Hora	Av. Boavista	R.Vendelli	Azinhaga Ulmeiros	6
	Lisboa	Lisboa	Lisboa	Porto	Coimbra	Lisboa	

12.1.1.2 – Camas, segundo o fim a que se destinam

Ano: 2012

Ramo das FA Hospitais	Marinha HMAR	HMP	Exército HMB(b)	HMR1	HMR2	Força Aérea HFA	Total
Internamento geral							
- Lotação oficial	81	177	//	105	30	94	487
- Lotação praticada	94	151	//	105	30	109	489
Enfermarias	81	27	//	45		64	217
Quartos		101	//	54		30	185
Cuidados Intensivos	6	6	//				12
Cuidados Intermédios		7	//			4	11
Salas de Recobro	3		//	7		4	14
Serviço de Observação (Urg.)	1	10	//	6			17
Hospital de dia	2		//	22		1	25
Outras camas	1		//			6	7
TOTAL (a)	94	151	//	134	60	218	977

(a) Considerada a «lotação oficial» das camas de «internamento geral»

(b) Não existem dados pois as camas não estão disponíveis por especialidade.

12.1.1.3 – Camas por Especialidade

Ano: 2012

Ramo das FA Hospitais	Marinha HMAR(b)	HMP	Exército HMB HMR1	HMR2(a)	Força Aérea HFA	Total
a. Especialidades cirúrgicas		34	28			62
Cirurgia geral	//		//		//	-
Cirurgia plástica reconstrutiva	//		//		//	-
Cirurgia vascular/Angiologia	//		//		//	-
Estomatologia	//		//		//	-
Ginecologia	//		//		//	-
Neurocirurgia	//		//		//	-
Obstetrícia	//		//		//	-
Oftalmologia	//		//		//	-
Oncologia cirúrgica	//	12	//	46	//	58
Ortopedia	//		//		//	-
Otorrinolaringologia	//	17	//		//	17
Urologia	//		//	5	//	5
Outras esp. cirúrgicas	//		//		//	-
Subtotal	//	63	//	79	//	142
b. Especialidades médicas						
Cardiologia	//		//		//	-
Dermatologia	//		//		//	-
Endocrinologia	//	12	//		//	12
Fisiatria	//		//		//	-
Gastroenterologia	//		//		//	-
Hematologia	//		//		//	-
Infeciologia	//	25	//	25	//	50
Medicina interna	//		//		//	-
Nefrologia	//		//		//	-
Neurologia	//	13	//	8	//	21
Oncologia médica	//		//		//	-
Pediatria médica	//		//		//	-
Pneumologia	//	15	//		//	15
Psiquiatria	//		//		//	-
Reumatologia	//	23	//	9	//	32
Outras esp. médicas	//		//		//	-
Subtotal	//	88	//	42	//	130
TOTAL	//	151	//	121	//	272

(a) As camas do HMR2 não se destinam a uma especialidade específica, são utilizadas pelas diversas especialidades médicas e cirúrgicas do hospital em regime de ambulatorio, ou de internamento de curta duração.

(b) As camas do HMAR não se destinam a uma especialidade específica.

12.1.1.4 – Capacidade Funcional

Ano: 2012

Ramo das FA Hospitais	Marinha HMAR	HMP	Exército HMB	HMR1	HMR2	Força Aérea HFA	Total
a. Salas operatórias (*)	4	6		5	2	6	23
b. Gab. de cons. Externa	45	77		57	20	54	253
c. Equipamentos diagnóstico e terapêutica							
Endoscopia	3	9		5	2	12	31
Hemodialise (nº. dialisadores)		12		9			21
Imagiologia							
- Ecografia	2	14		1	2	6	28
- Imag. convencional (RX)	3	17		3	1	2	30
- Mamografia	1	1		1	1	1	7
- Osteodesiometria		1			1		3
- Tomografia comput. (TC)	1	1		1		1	5
- Outros		1		1		4	7
Laboratórios anatomia patológica e tanatologia	2	1					3
Laboratórios de patologia clínica	3	1		1	1	12	19
Medicina nuclear	1					9	10
Raios laser						8	8
Serviços de imuno- hemoterapia	1	1		1			3
Serviços farmacêuticos		1		1	1		4
Outros	2					357	359
TOTAL	68	143	-	86	31	472	800

12.1.2 – Pessoal de Saúde

12.1.2.1 – Médicos militares e civis

Ano: 2012

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Contra-Almirante; Major-General	3	2	8	13
Capitão-de-mar-e-guerra; Coronel	12	1	10	23
Capitão-de-fragata; Tenente-Coronel	9	18	15	42
Capitão-Tenente; Major	3	13	15	31
1º Tenente; Capitão	52	47	17	116
2º Tenente; Tenente	9	43	9	61
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes				-
Aspirante a Oficial				-
Civis RCTFP		88	22	110
Civis RCPS	13	87	8	108
TOTAL	101	299	104	504

(a) Civis em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

(b) Civis em Regime de Contrato de Prestação de Serviços.

12.1.2.2 – Enfermeiros militares e civis

Ano: 2012

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
1º Tenente; Capitão		9	3	12
2º Tenente; Tenente			2	2
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes				-
Sargento-Mor				-
Sargento-Chefe	3	6	1	10
Sargento-Ajudante	3	5	13	21
1º Sargento	61	31	29	121
2º Sargento	98	68	1	167
Subsargento; Furriel	18	5		23
Civis RCTFP (a)	9	28	31	68
Civis RCPS (b)		76		76
TOTAL	9	90	-	99

(a) Civis em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

(b) Civis em Regime de Contrato de Prestação de Serviços.

12.1.2.3 – Técnicos de Superiores de Saúde – Ramo de Farmácia

Ano: 2012

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Capitão de mar e guerra; Coronel	2			2
Capitão de fragata; Tenente-Coronel	3	2		5
Capitão-Tenente; Major	4	6		10
1º Tenente; Capitão	1	5		6
2º Tenente; Tenente		1		1
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	2			2
Aspirante a Oficial			1	1
Civis RCTFP (a)		1	1	2
Civis RCPS (b)		1		1
TOTAL	12	16	2	30

(a) Civis em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

(b) Civis em Regime de Contrato de Prestação de Serviços.

12.1.2.4 – Técnicos Superiores de Saúde – Ramo de Psicologia Clínica

Ano: 2012

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Capitão-de-mar-e-guerra; Coronel			2	2
Capitão-de-fragata; Tenente-Coronel				-
Capitão-Tenente; Major				-
1º Tenente; Capitão	1		4	5
2º Tenente; Tenente	2			2
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	1			1
Aspirante a Oficial				-
Civis RCTFP (a)		4	1	5
Civis RCPS (b)		9		9
TOTAL	4	13	7	24

(a) Civis em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

(b) Civis em Regime de Contrato de Prestação de Serviços.

12.1.2.5 – Médicos Dentistas

Ano: 2012

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Contra-Almirante; Major-General				-
Capitão-de-mar-e-guerra; Coronel				-
Capitão-de-fragata; Tenente-Coronel		1	2	3
Capitão-Tenente; Major		6	-	6
1º Tenente; Capitão	1	3	-	4
2º Tenente; Tenente	3	3	2	8
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	4	3	3	10
Aspirante a Oficial				-
Civis RCTFP	3	1	1	5
Civis RCPS		3	1	4
TOTAL	11	20	9	40

(a) Civis em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

(b) Civis em Regime de Contrato de Prestação de Serviços.

12.1.2.6 – Médicos veterinários militares e civis

Ano: 2012

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Capitão-de-mar-e-guerra; Coronel				-
Capitão-de-fragata; Tenente-Coronel		2		2
Capitão-Tenente; Major		1		1
1º Tenente; Capitão		1		1
2º Tenente; Tenente		2	1	3
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes				-
Aspirante a Oficial				-
Civis RCTFP (a)				-
Civis RCPS (b)				-
TOTAL	-	6	1	7

(a) Civis em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

(b) Civis em Regime de Contrato de Prestação de Serviços.

12.1.2.7 – Enfermeiros veterinários militares e civis

Ano: 2012

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Sargento-Mor				-
Sargento-Chefe				-
Sargento-Ajudante		3		3
1º Sargento				-
2º Sargento				-
Civis RCTFP (a)				-
TOTAL	-	3	-	3

(a) Civis em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

12.1.2.8 – Técnicos de Diagnóstico e de Terapêutica

Ano: 2012

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Sargento-Mor		11		11
Sargento-Chefe		1		1
Sargento-Ajudante	2			2
1º Sargento	12	4		16
2º Sargento	10	9		19
Civis RCTFP (a)	1	1		2
Civis RCPS (b)		22		22
TOTAL	32	113	27	172

12.1.2.9 – Pessoal ao serviço nos hospitais militares

12.1.2.9.1 – Quadro Geral

Ano: 2012

Ramo das FA Hospitais	Marinha HMAR	HMP	Exército HMB	HMR1	HMR2	Força Aérea HFA	TOTAL
Pessoal dirigente (a)	2						2
Pessoal médico (b)							
- Médicos especialistas e chefes de clínica	10	110		68	4		192
- Médicos internos				26	7		33
- Outro pessoal médico	18			16	2		36
Subtotal	30	110	//	110	13	-	263
Outro pess. Téc.Superior (c)	10						10
Pessoal de enfermagem							
- Enfermeiros especialistas (b)	1				8		9
- Enfermeiros não especialistas	98				92		190
- Outro pessoal enfermagem	3						3
Subtotal	112	-	//	-	100	-	212
Pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica	28	41		37	19		125
Pessoal assistente técnico (d)	29	82		29	15		155
Pessoal auxiliar de ação médica	51			39	10		100
Pessoal dos serviços gerais	131			42	6		179
Socorristas				41	18		59
Outro pessoal		141		54	41		236
Subtotal	239	264	//	242	109	-	854
TOTAL	381	374	//	352	222	-	1.329

- (a) Se o Diretor exercer no hospital outro tipo de atividade (especialidade médica, etc.) deverá ser apenas incluído no quesito de pessoal ao serviço respeitante a essa outra atividade.
- (b) Os médicos/enfermeiros devem ser contados uma única vez, segundo a especialidade que exercem. No caso de exercerem mais de uma hospitalidade no hospital, deverão ser indicados naquela a que dedicam um maior número de horas de trabalho.
- (c) Inclui a carreira de técnico superior de saúde (1321) e a carreira de técnico superior (2062).
- (d) Inclui, também, o pessoal técnico não superior de informática.
- (e) O HMB cessou a atividade.

12.1.2.9.3 – Técnicos Superiores

Ano: 2012

Ramo das FA Hospitais	Marinha HMAR	HMP	Exército HMB(a)	HMR1	HMR2	Força Aérea HFA	TOTAL
Técnico superior de saúde	2	1		4	2	3	12
Ramo de farmácia		2					2
Ramo de laboratório	1	3		1			5
Ramo de nutrição	2	10		2	1	7	22
Ramo de psicologia clínica				2		1	3
Ramo de veterinária		1					1
Outros ramos							-
Técnico superior	2			1			3
De serviço social				1			1
De instalações e equipam. de serviços de saúde				2			2
Outros ramos	7	17		13	3	11	51
TOTAL	2	1	//	4	2	3	12

(a) O HMB cessou a atividade.

12.1.2.9.4 – Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica

Ano: 2012

Ramo das FA Hospitais	Marinha HMAR	HMP	Exército HMB(a)	HMR1	HMR2	Força Aérea HFA	TOTAL
Dietistas	1					1	2
Higienistas orais							-
Ramo laboratorial							-
Patologia clínica	7	5		8	1	12	33
Anatomia patológica		5					5
Farmácia	3	1		3			7
Outros		4		6			10
Ramo radionuclear							
Radiologia	6	7		9	4	6	32
Outros		7				2	9
Ramo cinesiológico							
Fisioterapia	7	6		11	5	6	35
Outros		3				-	3
Terapeutas da fala		1				1	2
Terapeutas ocupacionais		2				2	4
Outro pessoal técnico de diagnóstico e de terapêutica	4					12	16
TOTAL	28	41	//	37	10	42	158

(a) O HMB cessou a atividade.

12.2 – Atividade hospitalar

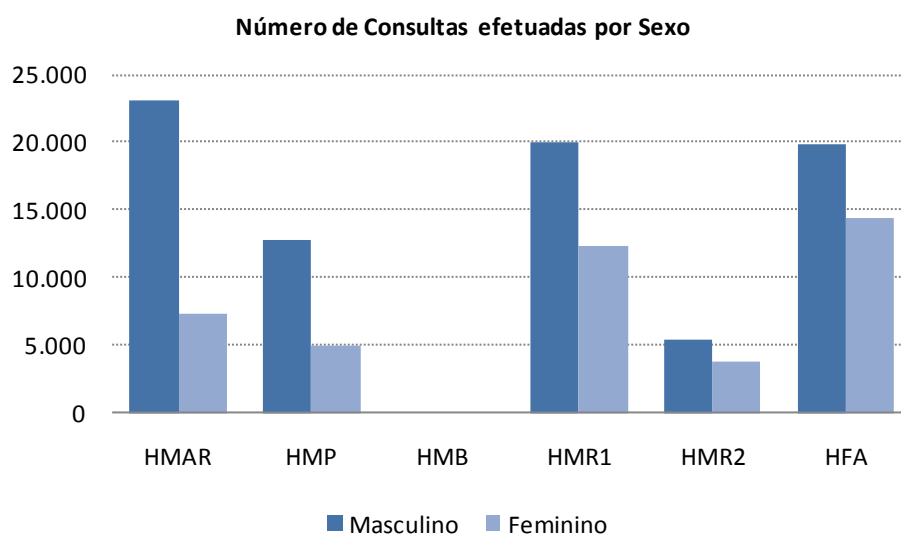
12.2.1 – Consultas efetuadas, por especialidade, nos hospitais militares

Ano: 2012

Ramo das FA		Marinha				Exército				Força Aérea				TOTAL	
Hospitais		HMAR		HMP		HMB (a)		HMR1		HMR2		HFA			
Sexo		H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
a. Especialidades cirúrgicas															
Cirurgia geral		1.713	186	1.400	556			900	387	689	304	1.169	767	5.871	2.200
Cirurgia pediátrica															
Cirurgia plástica reconstrutiva								572	619			1.336	1.255	1.908	1.874
Cirurgia vascular/Angiologia		136	48	304	141			141	108					581	297
Estomatologia		8.563	2.405	3.369	1.407			3.269	1.900	647	428	4.949	2.192	20.797	8.332
Ginecologia		2	981						1.715		972		3.227	2	6.895
Neurocirurgia				701	366			253	110					954	476
Obstetrícia			472						69				676		1.217
Oftalmologia		3.929	1.613					2.842	2.002	1.029	536	6.831	4.150	14.631	8.301
Oncologia cirúrgica															
Ortopedia		3.078	847	3.687	2.051			4.313	2.484	1.239	875			12.317	6.257
Otorrinolaringologia		2.308	475					1.956	1.094	598	323	5.588	2.178	10.450	4.070
Urologia		2.919	89	3.236	380			2.608	262	1.138	340			9.901	1.071
Outras esp. cirurgicas		427	131					3.205	1.577					3.632	1.708
Subtotal		23.075	7.247	12.697	4.901	//	//	20.059	12.327	5.340	3.778	19.873	14.445	81.044	42.698
b. Especialidades médicas															
Cardiologia		1.743	228	2.707	1.139			891	342	1.098	821	3.185	1.157	9.624	3.687
Dermatologia		1.670	649					1.823	962	986	598	2.853	1.776	7.332	3.985
Endocrinologia		1.137	373	1.744	1.551			660	1.015					3.541	2.939
Fisiatria		568	210	1.101	441			1.119	456	498	312	1.831	657	5.117	2.076
Gastroenterologia		1.832	337					958	529	19	22	3.372	2.022	6.181	2.910
Hematologia		10	2	309	176									319	178
Imunoalergologia				20	4			1.773	783					1.793	787
Infecilogia				438	93							1.171	1.129	1.609	1.222
Medicina interna		1.270	430	636	556			809	420	787	689			3.502	2.095
Nefrologia				310	146			204	117			857	847	1.371	1.110
Neurologia		1.340	200	464	256			675	640	721	586			3.200	1.682
Oncologia médica		195	120	1.030	715			713	452					1.938	1.287
Pediatria médica												2.098	1.430	2.098	1.430
Pneumologia		774	203					856	487	398	289	374	221	2.402	1.200
Psiquiatra		1.589	191	1.344	912			1.081	1.170	798	486			4.812	2.759

Reumatologia							218	272			10.756	7.584	10.974	7.856
Outras esp. médicas	3.592	1.996	2.438	1.403			1.112	1.152	4.256	3.425			11.398	7.976
Subtotal	15.720	4.939	12.541	7.392	//	//	12.892	8.797	9.561	7.228	26.497	16.823	77.211	45.179
Total	38.795	12.186	25.238	12.293	//	//	32.951	21.124	14.901	11.006	46.370	31.268	158.255	87.877

(a) O HMB cessou a atividade.



12.2.2 – Evolução do total de consultas nos hospitais militares

Ano: 2012

Ramo das FA	Marinha				Exército						Força Aérea		Total	
	HMAR		HMP		HMB(a)		HMR1		HMR2		HFA			
	Sexo	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
2012	38.795	12.186	25.238	12.293	//	//	32.951	21.124	14.901	11.006	46.370	31.268	158.255	87.877

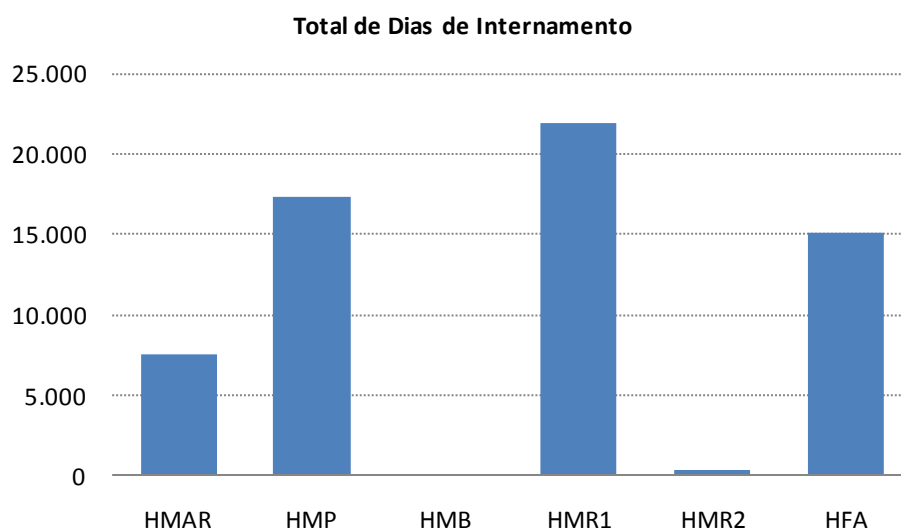
(a) O HMB cessou a atividade.

12.2.3 – Movimentos de internados nos hospitais militares

Ano: 2012

Movimentos	Marinha						F. Aérea	Total
	Exército							
	HMAR	HMP	HMB	HMR1	HMR2	Subtotal	HFA	
Vindos do ano anterior	42	61		55		116	28	186
Entrados (total)	898	1.727		1.888	341	3.956	1.501	6.355
Transferidos						-		-
De outra valência / especialidade		1.372		224		1.596		1.596
De outro Hospital								-
TOTAL ENTRADOS	898	3.099		2.112	341	5.552		7.951
Saídos (total)	892	1.661		1.851	341	3.853	1.489	6.234
Falecidos	19	79		39		118	36	173
Transferidos						-		-
Para outra valência/especialidade		1.372		187		1.559		1.559
Para outro Hospital	12					-		12
TOTAL SAÍDOS	923	3.112		2.077	341	5.530		7.978
Transitados para ano seguinte	17	48		90	X	138	4	159
Total de dias de Internamento	7.549	17.383	//	21.957	368	39.708	15.117	102.082

(a) O HMB cessou a atividade.



12.2.4 – Atos de terapêutica efetuados nos hospitais militares

Ano: 2012																									
Ramos das FA		Marinha(d)				Exército														Força Aérea				Total	
Atos (a)	No int.	Nas CE(b)	No SU	S.Total	No Internamento				Nas consultas externas (b)				Nos serviços de urgência				SubTotal				No Int	Nas CE(b)	Nos SU	S.Total	Ramos
	-1	-2	-3		-1				-2				-3								-1	-2	-3		
Hospitais			HM		HMP	HMB	HMR1	HMR2	HMP	HMB	HMR1	HMR2	HMP	HMB	HMR1	HMR2	HMP	HMB	HMR1	HMR2	HFA				
Braquiterapia				-	1.301		384										1.301	//	384	-	224		//	224	2.010
Imuno-hemoterapia				-	164		9										164	//	9	-	18		//	18	191
- Transfusões de sangue total	101			101	8												8	//	-	-	4		//	4	12
- Transfusões plasma humano				-		25.399			43.036	63.551	36.234						43.036	//	88.950	36.234	74	77.774	//	77.848	291.163
- Transfusões outros componentes de sangue				-														//	-	-	988	//		988	988
Fisioterapia		45.095		45.095		1.219			2.048								2.048	//	1.219				//		3.267
Medicina nuclear (tratamento com isótopos)				-		376											-	//	376	-	30	//		30	406
Hemodialise				-		1.468												//	1.468	-	38	//		38	1.506
Ortóteses				-		1.202			486								486	//	1.202	-	309	//		309	2.775
Próteses				-					493		823						493	//	-	823			//		3.534
Quimioterapia		778		778	25.174	23.532		33.399		6.557	1.837						60.410	//	23.532	6.557	139	12.398	//	12.537	184.606
Sessões de psicoterapia		2.218		2.218	26.647	53.589		79.462		63.551	43.614	1.837					107.946	//	117.140	43.614	459	91.537		91.996	490.458
Outros tratamentos (c)		81.570		81.570	1.301	384											1.301	//	384	-	224		//	224	2.010
TOTAL	101	129.661	-	129.762	164	//	9	-	-	//	-	-	-	//	-	-	164	//	9	-	18	-	//	18	191

(1) No Int. (no Internamento)

(2) Nas CE (nas consultas externas)

(3) No SU (nos serviços de urgência)

(a) Número de atos realizados durante o ano e não o de atos prescritos mas cuja realização só será concretizada no ano seguinte.

(b) Inclui também os atos prescritos em hospital de dia, bloco operatório e demais serviços não especificados.

(c) Inclui os atos dos dietistas, nutricionistas e outros terapeutas. (d) Não há dados parciais em relação à Marinha. (e) O HMB cessou a atividade.

12.2.5 – Atos de diagnóstico efetuados nos hospitais militares

Ano: 2012

Ramos das FA		Marinha (e)				Exército																
Atos (a)	Hospitais	No int.	Nas CE(b)	No SU	Subtotal	No Internamento				Nas consultas externas (b)				Nos serviços de urgência				Subtotal				
		(1)	(2)	(3)		(1)				(2)				(3)								
		HM				HMP	HMB	HMR1	HMR2	HMP	HMB	HMR1	HMR2	HMP	HMB	HMR1	HMR2	HMP	HMB	HMR1	HMR2	
Anatomia patológica																						
- Anatomopatológicos (exames)						367				1.229				7				1.603	//	-	-	
- Autópsias						3												3	//	-	-	
- Outros																		-	//	-	-	
Imagiologia																						
- Angiografia digital (c)								228										-	//	228	-	
- Ecografia (c)			2.747		2.747			4.283		5.517			3.857					5.517	//	4.283	3.857	
- Imagiologia convencional (RX)			5.812		5.812			9.224		11.120			4.765	3.043				14.163	//	9.224	4.765	
- Mamografia (c)			794		794			470		307			107					307	//	470	107	
- Osteodensimetria								8					117					-	//	8	117	
- Ressonância magnética								373										-	//	373	-	
- Tomografia computadorizada (TC)			2.604		2.604			1.512		3.476			334					3.810	//	1.512	-	
- Outra			2.335		2.335													-	//	-	-	
Subtotal			14.292		14.292	370		16.098		21.649			8.846	3.384				25.403	//	16.098	8.846	
Ecocardiogramas			498		498			644		1.105			494	1				1.106	//	644	494	
Eletrocardiogramas			4.616		4.616			3.558		6.041			1.645	513				6.554	//	3.558	1.645	
Eletroencefalogramas			152		152			148		123			203	5				128	//	148	203	
Endoscopia																						
- Brônquica								111										-	//	111	-	
- Digestiva			623		623			1.486					70					-	//	1.486	70	
- Ginecológica								612										-	//	612	-	
- Urológica								9										-	//	9	-	
- Outras			113		113													-	//	-	-	

Exames mio-elétricos			1		515						515	//	1	-
Exames hemodinâmicos			37								-	//	37	-
Holters	235	235	159		303		254				303	//	159	254
Provas de esforço	241	241	251		337		354				337	//	251	354
Provas de função respiratória	174	174	313				31				-	//	313	31
Psicologia (d)	238	238	654		493		323				493	//	654	323
Outros atos complementares de diagnóstico	241.119	241.119	52.926		5.282		128.128		117.191		181.054	//	5.282	117.191
TOTAL	-	262.301	-	262.301	53.296	-	29.363	-	158.694	-	-	129.411	3.903	-

(1) No Int. (no Internamento)

(2) Nas CE (nas consultas externas)

(3) No SU (nos serviços de urgência)

(a) Número de atos realizados durante o ano e não o de atos prescritos mas cuja realização só será concretizada no ano seguinte

(b) Inclui também os atos prescritos em hospital de dia, bloco operatório e demais serviços não especificados.

(c) Não inclui exames de intervenção.

(d) Inclui aplicação de testes, etc.

(e) Não há dados parciais em relação à Marinha.

(f) O HMB cessou a atividade.

12.2.6 – Causas de recurso ao serviço de urgência

Ano: 2012

Ramo das FA Hospitais	Marinha HMAR	HMP	Exército		HMR2	Força Aérea HFA(a)	TOTAL
			HMB	HMR1			
Acidente							
- Viação	9			4		//	13
- Serviço	100			3		//	103
- Doméstico e de lazer	155					//	155
- Outro tipo de acidente						//	
Doença	1679	9505		456		//	11.640
Outras causas				7891		//	7.891
TOTAL	1.943	9.505	//	8.354	-	//	19.802

(a)Força Aérea não tem urgências. (b) O HMB cessou a atividade.

12.2.7 – Média de dias de internamento, por serviço

Ano: 2012

Ramo das FA Hospitais	Marinha HMAR	HMP	Exército		HMR2	Força Aérea HFA	TOTAL
			HMB	HMR1			
a. Especialidades cirúrgicas	364	3.254		5	1	6,77	3.631
Cirurgia geral	114					7,34	121
Cirurgia plástica reconstrutiva							-
Cirurgia vascular/Angiologia							-
Estomatologia	5					5,00	10
Ginecologia	148					3,56	152
Neurocirurgia							-
Obstetrícia							-
Oftalmologia	495					4,03	499
Oncologia cirúrgica		1.751					1.751
Ortopedia	478	1.510		19	1		2.008
Otorrinolaringologia	111				1	3,28	115
Urologia	124	1.767					1.891
Outras esp. cirurgicas							-
Subtotal	1.839	8.282	//	24	3	29,98	10.178
							-
b. Especialidades médicas							-
Cardiologia	9						9
Dermatologia	5				1		6
Endocrinologia	3						3
Fisiatria		415					415
Gastroenterologia	348						348
Hematologia							-
Infeciologia							-
Medicina interna	3.252	4.356		17			7.625
Nefrologia							-
Neurologia	404						404
Oncologia médica							-
Pediatria médica							-
Pneumologia	124						124

Psiquiatra	1.553						1.553
Reumatologia							-
Outras esp. médicas	12	4.330		2			4.344
Subtotal	5.710	9.101	//	19	1	//	14.831
TOTAL	7.549	17.383	//	43	4	29,98	25.009

12.2.8 – Intervenções cirúrgicas realizadas, por serviço

Ano: 2012

Ramo das FA Hospitais	Marinha HMAR	HMP	Exército HMB	HMR1	HMR2	Força Aérea HFA	TOTAL
Especialidades cirúrgicas		392		261	139		792
Cirurgia geral							-
Cirurgia plástica reconstrutiva				173			173
Cirurgia vascular/Angiologia		48		6			54
Estomatologia		6		1			7
Ginecologia				105	7		112
Neurocirurgia		55		26			81
Obstetrícia							-
Oftalmologia				283	15		298
Oncologia cirúrgica							-
Ortopedia		383		454	195		1.032
Otorrinolaringologia		1		103			104
Urologia		154		166			320
Outras esp. cirúrgicas		15			20		35
TOTAL	-	1.054	//	1.578	376	-	3.008

12.2.9 – Taxa mensal de ocupação das camas, por hospital

Ano: 2012 (%)

Ramo das FA Hospitais	Marinha HMAR	HMP	Exército HMB	HMR1	HMR2	Força Aérea HFA	Média
Janeiro	39,20	48,00		63,00		48,94	49,79
Fevereiro	44,00	48,00		62,00		48,94	50,74
Março	40,90	53,00		62,00		53,71	52,40
Abril	37,10	49,00		59,00		46,00	47,78
Maio	29,70	53,00		62,00		30,63	43,83
Junho	21,90	53,00		59,00		43,33	44,31
Julho	24,30	50,00		55,00		49,07	44,59
Agosto	23,40	46,00		46,00		31,02	36,61
Setembro	23,40			51,00		24,40	32,93
Outubro	21,70			57,00		37,27	38,66
Novembro	14,60			63,00		77,48	51,69
Dezembro	12,60			48,00		37,29	32,63
MÉDIA	27,73	50,00	//	57,25	-	44,01	43,83

ENFERMARIA

Assistência na Doença



NOTA EXPLICATIVA

O Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, veio estabelecer o regime jurídico da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM), resultante da unificação dos três subsistemas de saúde específicos de cada um dos Ramos (Assistência na Doença aos Militares da Marinha - ADMA, Assistência na Doença aos Militares do Exército - ADME e Assistência na Doença aos Militares da Força Aérea - ADMFA) num único subsistema sujeito a um regime paralelo ao da Assistência na Doença aos Servidores Cíveis do Estado (ADSE).

Aquele diploma estabeleceu que a gestão deste novo subsistema da saúde incumbe ao Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I.P. (IASFA, I.P.). A regulamentação do funcionamento foi definida pela Portaria n.º 284/2007, de 12 de março.

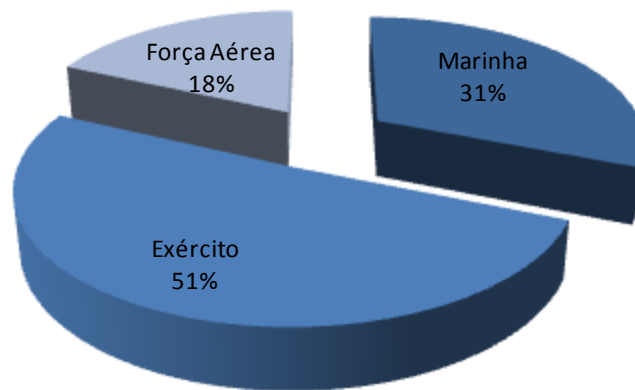
BENEFICIÁRIOS

A qualidade de beneficiário, de acordo com o Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, adquire-se com a prévia inscrição na ADM, podendo esta assumir um caráter obrigatório ou facultativo. Os beneficiários integram as categorias de beneficiários titulares e de beneficiários familiares ou equiparados.

13.1 - Beneficiários ADM – distribuição por Ramos das Forças Armadas e por tipologia

Sistema de Apoio	Ano:2012			
	ADM			
	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Ativo	8.051	6.984	3.947	18.982
Reserva	1.578	1.937	842	4.357
Reforma	7.768	17.242	4209	29.219
Regime de voluntariado (RV)		11.501		1.151
Regime de contrato (RC)	1.501	7.487	2546	11534
Familiares	22.068	32.227	12479	66.774
Outros		3		3
TOTAL	40.966	67.031	24.023	132.020

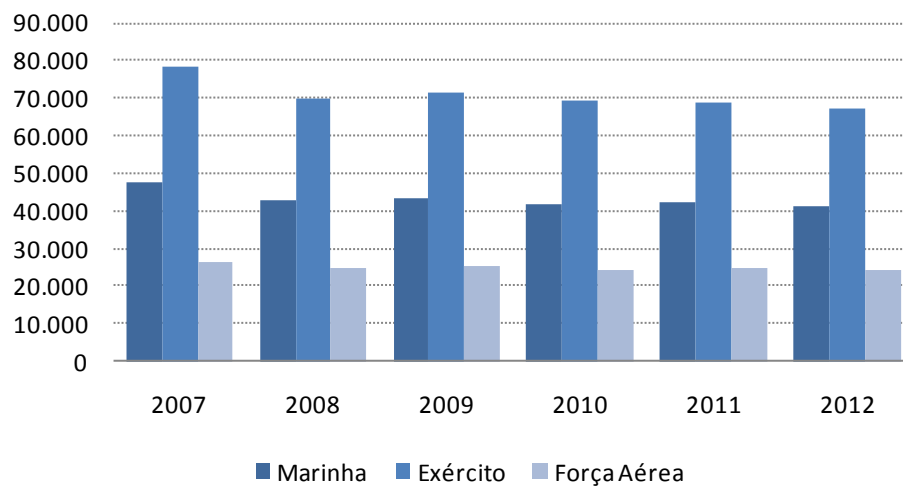
Beneficiários da ADM - Distribuição por Ramos



13.2 Evolução do número de beneficiários

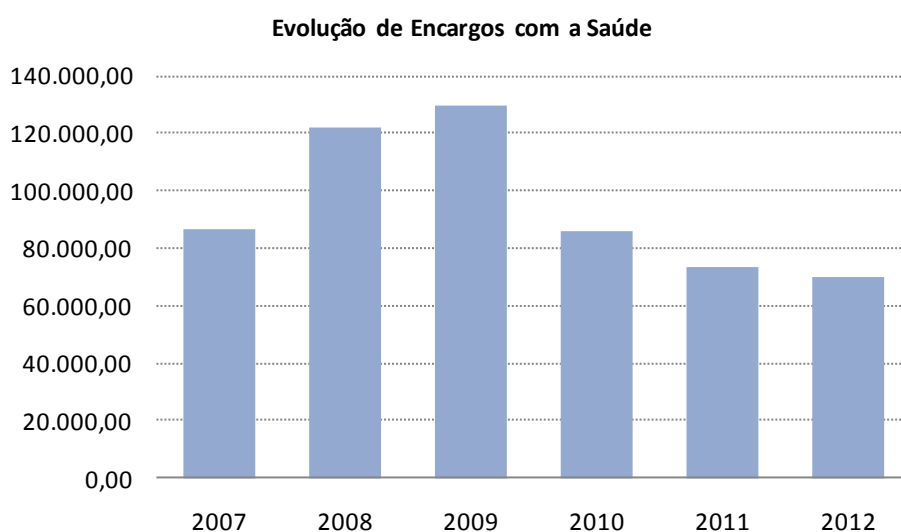
Sistema de Apoio	ADM			TOTAL
	Marinha	Exército	Força Aérea	
2012	40.966	67.031	24.023	132.020
Dados retrospectivos				
2011	42.016	68.862	24.637	135.515
2010	41.513	69.303	24.212	135.028
2009	43.409	71.223	25.231	139.863
2008	42.787	69.855	24.992	137.634
2007	47.339	78.119	26.461	151.919

Evolução do Número de Beneficiários por Ramo



13.3 Evolução dos encargos com a saúde

Sistema de Apoio	ADM			TOTAL
	Marinha	Exército	Força Aérea	
2012	X	X	X	69.632,90
Dados retrospectivos				
2011	X	X	X	73.706,30
2010	X	X	X	85.654,90
2009	X	X	X	129.684,20
2008	X	X	X	121.842,90
2007	X	X	X	86.375,80

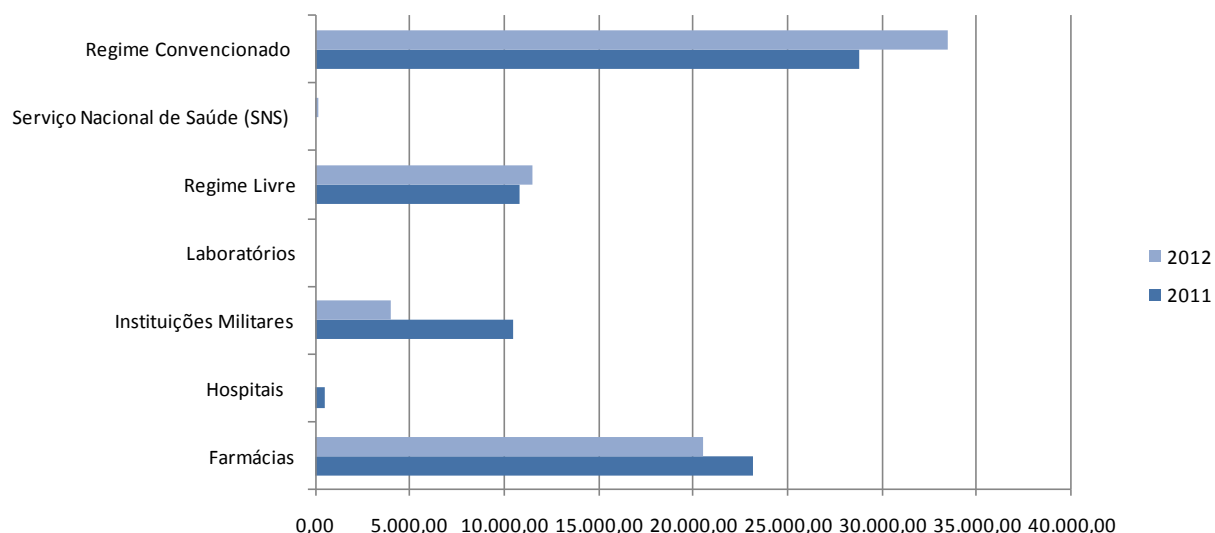


13.4 Evolução dos encargos com a saúde por modalidade de assistência

Sistema de Apoio	ADM		
	2011	2012	Variação
Farmácias	23.130,20	20.532,90	-2.597,30
Hospitais	519,8		-519,8
Instituições Militares	10.449,20	4.003,90	-6.445,30
Laboratórios			-
Regime Livre	10.805,90	11.506,50	700,6
Serviço Nacional de Saúde (SNS) (*)		145,8	145,8
Regime Convencionado (**)	28.801,20	33.443,80	4.642,60
TOTAL	73.706,30	69.632,90	-4.073,40

(*)Segurança Social

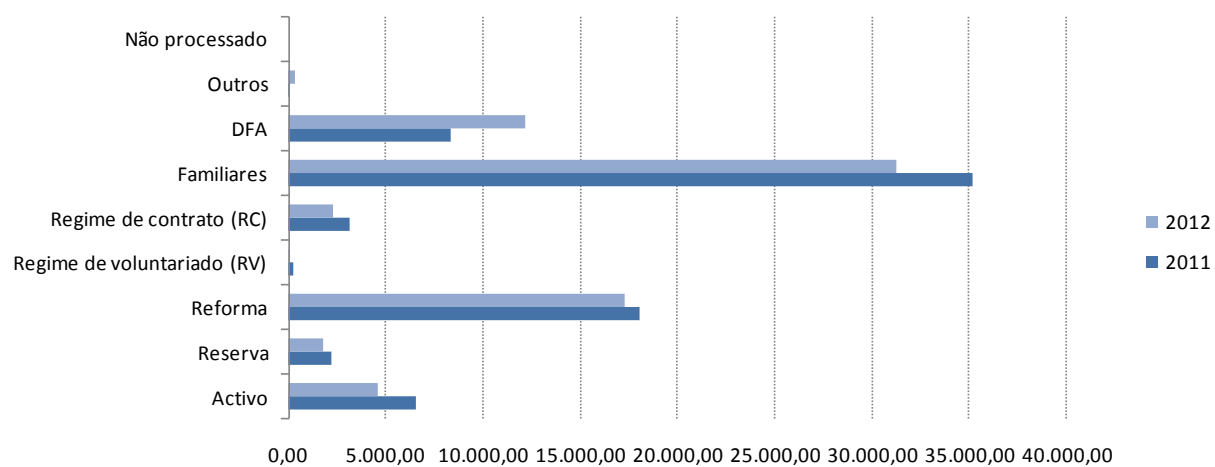
(**)Entidades Convencionadas + CAS



13.5 Evolução dos encargos com a saúde por tipologia de beneficiários

	2011	2012	Varição
Activo	6.502,90	4.613,30	-1.889,60
Reserva	2.194,50	1.803,80	-390,7
Reforma	18.027,00	17.241,40	-785,6
Regime de voluntariado (RV)	235,9	9,9	-226
Regime de contrato (RC)	3.147,20	2.284,40	-862,8
Familiares	35.142,20	31.229,20	-3.913,00
DFA	8.368,20	12.165,50	3.797,30
Outros	88,4	285,3	196,9
Não processado (*)			
TOTAL	73.706,30	69.632,90	-4.073,40

(*) Pago pelo valor total da fatura, não por ato a ato médico, imputável a cada beneficiária



The background is a collage of three images related to humanitarian aid, overlaid with a geometric pattern of semi-transparent triangles. The top image shows soldiers in camouflage uniforms and helmets moving towards a white ambulance with a red cross on its side. The middle image shows a person in a white protective suit and helmet working with a large roll of material. The bottom image shows a large yellow ship, likely a naval vessel, on the water.

Protecção Social

14

NOTA EXPLICATIVA

Os dados a seguir apresentados foram coligidos pelo Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA, I.P.)

as prestações familiares e sociais despendidas com o pessoal militar e civil pelos órgãos e serviços centrais do MDN (SC/MDN), EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, Instituto da Defesa Nacional e IASFA, a que aludem os Decretos-Leis n.ºs 223/95, de 8 de setembro e 133-B/97, de 30 de maio, este último revogado, na parte relativa ao subsídio familiar a crianças e jovens e ao subsídio de funeral, pelo Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, alterado pelo Decreto-lei n.º 133/2012 de 27 de Junho;

os subsídios concedidos, pelo IASFA, I.P., aos seus beneficiários, previstos no Decreto-Lei n.º 193/2012 de 23 Agosto..

Tais prestações pecuniárias (abonos, subsídios e prestações complementares) estão agrupadas nas Funções de Proteção Social, consideradas pelo Instituto Nacional de Estatística na sua publicação *“Estatísticas de Proteção Social Associações Sindicais Patronais”*.

O IASFA, I.P., intervém junto dos seus beneficiários no campo da ação social complementar, nomeadamente na atribuição de subsídios e de outros benefícios sociais.

FUNÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL - SUBSÍDIOS

Função Invalidez

Subsídio especial de apoio de 3ª pessoa (SEAP), concedido pelo IASFA, I.P., a beneficiários, em função da sua situação socioeconómica, que se encontrem em situação de necessidade de apoio de terceira pessoa, sem que se torne necessário o seu internamento em estabelecimento hospitalar, ou não seja aconselhável, ou possível, o seu internamento em lar.

Função Carência Económica e Velhice

Subsídio complementar normal de pensões (SCNP), concedido aos beneficiários que auferem rendimentos inferiores a um determinado valor (mínimo vital) presentemente fixado pelo IASFA, pelo valor equiparado à remuneração mínima garantida. Em 2012, o Subsídio Complementar de Apoio Familiar (SCAF) foi integrado no SCNP, sendo o valor do mínimo vital acrescido de um montante a fixar anualmente pelo Conselho Diretivo, por cada elemento dependente do agregado familiar. No anuário da Defesa o SCAF estava agrupado na função família.

Subsídio especial de lar (SEL), para auxiliar o internamento em lares (públicos ou privados, não fazendo parte do IASFA, I.P.), dos beneficiários que, comprovadamente, não possam manter-se no agregado familiar;

Subsídio especial de residente (SER), para permitir aos beneficiários mais carenciados o seu internamento nas Residenciais para Idosos (RI) e Centros de Recuperação (CR) dos equipamentos sociais do IASFA, I.P.

Função Sobrevivência

Subsídios por morte e de funeral previstos, respetivamente, nos Decretos-Leis n.ºs 223/95, de 8 de setembro e 176/2003, de 2 de agosto.

Função Família

Abono de família para crianças e jovens que visa compensar os encargos decorrentes de situações geradoras de despesas para as famílias, especialmente previstas no Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 201/2009, de 28 de agosto;

Bonificação por deficiência, prevista no Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de maio, acrescendo ao abono de família para crianças e jovens, concedido nos termos do Decreto-Lei n.º 176/2003, de agosto;

Subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial, subsídio mensal vitalício e subsídio por assistência de 3ª pessoa, regulados pelo Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de maio;

Comparticipações concedidas pelo IASFA, I.P.:

Escolar (CE), aos agregados com mais fracos recursos económicos e em todos os graus de ensino;

Especial para o apoio na deficiência (CEAD), aos beneficiários titulares ou beneficiários familiares cujos descendentes ou equiparados sejam portadores de deficiência, independentemente da idade, e frequentem estabelecimentos de ensino especial na valência de apoio técnico precoce, valência sócio-educativa ou valência de atividades ocupacionais. A comparticipação poderá ainda ser atribuída pela frequência de ensino regular, nomeadamente em creche e jardim de infância, desde que esta frequência seja considerada essencial para superar ou minimizar a deficiência, contribuindo para um melhor desenvolvimento pessoal e integração social.

OUTRAS FUNÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL

Assistência a Idosos

As Residenciais de Idosos do IASFA, I.P. constituem um alojamento coletivo para beneficiários idosos em situação de maior risco de perda de independência ou de autonomia, que se encontrem com dificuldades em residir no meio familiar normal.

Os Centros de Recuperação do IASFA, I.P. constituem um alojamento coletivo para beneficiários idosos em regime de internamento temporário ou definitivo, quer para convalescença quer para situações de dependência moderada ou severa.

Assistência Médica e Sanitária

O apoio nos cuidados primários de saúde em regime ambulatorio, como complemento de outros sistemas de saúde, a beneficiários titulares e familiares constitui outra missão de proteção social exercida pelo IASFA, I.P. Esta ação é concretizada através dos Centros Médicos, onde se efetuam

consultas das diversas especialidades, exames auxiliares de diagnóstico, ações terapêuticas e pelo apoio prestado pelos Postos Clínicos.

Centros de Recuperação e Residenciais de Idosos, aos utentes das consultas externas e aos beneficiários em geral.

Assistência a Jovens Estudantes e Crianças

O apoio a jovens estudantes é prestado pelas Residenciais Universitárias do IASFA, cujo objetivo é proporcionar, de acordo com as disponibilidades, alojamentos aos filhos dos beneficiários titulares matriculados em estabelecimentos de ensino superior na área da Grande Lisboa.

O apoio sócio-educativo aos filhos dos beneficiários titulares do IASFA, I.P. é disponibilizado por alguns equipamentos ligados à educação, nomeadamente uma Creche, um jardim de infância/Pré-Escolar e a Escola de Ensino Básico nº 1 do Alfeite (o ensino básico é ministrado sob a responsabilidade do Ministério da Educação). As Atividades de Tempos Livres, extintas em 2006, deram lugar ao Centro de Recursos (CERE) que continuou a apoiar os alunos que frequentam aquele estabelecimento de ensino.

Assistência Financeira

A assistência financeira prestada pelo IASFA, I.P., aprovado a 2 de Dezembro 2010 aos beneficiários envolve a concessão de empréstimos, liquidação de subsídios pecuniários por morte (CPFA), que permitem resolver situações gravosas, urgentes e imprevistas.

Assistência Habitacional

Um dos objetivos a atingir pelo IASFA, I.P., na sua prestação de apoio à habitação, é a disponibilização de fogos aos seus beneficiários em condições favoráveis.

Assistência no Lazer

O IASFA, I.P., como representante de Portugal no Comité de Ligação dos Organismos Sociais Militares (CLIMS), desenvolve a cooperação entre os organismos responsáveis pela ação social militar, tanto no âmbito da doutrina e metodologias do apoio social como no intercâmbio de jovens e de residências de férias, em apoio da família militar.

Proporciona aos seus beneficiários, a preços sociais, períodos de férias e de repouso nos Centros de Apoio Social de Oeiras e de Runa e no Centro de Repouso de Porto Santo (CEREPOSA), organizando turnos de frequência de acordo com o calendário e o normativo da época.

14.1 - Beneficiários do IASFA,I.P. – Distribuição por Ramos das FA

Ano: 2012

Ramo das FA		Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Número de beneficiários (a)		17.344	17.795	8.481	43.620
Variação face ao ano de 2011	Em valor absoluto	-45	-78	-50	-173
	Em percentagem (%)	-0,26	-0,44	-0,59	-0,39

(a) Considerados apenas os beneficiários titulares;

14.2 - Funções de Proteção Social – Invalidez – SUBSÍDIO

(euros)

SEAP		
	N.º (a)	Montante Despendido (b)
IASFA,I.P.	293	27.115

(a) N.º de beneficiários contemplados;

(b) Prestações mensais – valor atribuído em média.

14.3 - Função de Proteção Social – Velhice – SUBSÍDIOS

(euros)

(euros)								
	SCNP		SEL		SER		TOTAL	
	N.º (a)	Montante Despendido (b)	N.º (a)	Montante Despendido (b)	N.º (a)	Montante Despendido (b) (b)	N.º (a)	Montante Despendido (b)
IASFA,I.P	104	14.473	118	25.175	61	14.520	283	54.168

(a) N.º de beneficiários contemplados;

(b) Prestações mensais – valor atribuído em média.

14.4 - Função de Proteção Social – Sobrevivência – SUBSÍDIOS

(euros)

Organismo/Ramo	Por Morte		De Funeral	
	N.º	Montante Despendido	N.º	Montante Despendido
SC/MDN				
EMGFA				
Marinha	22	88.347,00	5	1.069,00
Exército	30	101.302,48	2	427,72
Força Aérea	12	43.162,00	2	427,72
IASFA,I.P.				
TOTAL	64	232.811,48	9	1.924,44

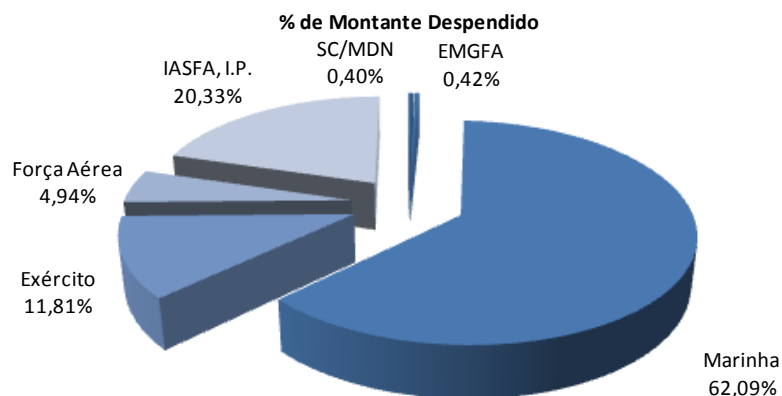
14.5 - Função de Proteção Social – Família – SUBSÍDIOS

(euros)																
Organismo/ Ramo	Familiar		Educação				Mensal		Por		Bonificação por Deficiência		SCAF		CE e CEAD	
	N.º	MD	N.º	MD	Parental (b)		Vitalício		Assistência de 3ª Pessoa		N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD
SC/MDN	19	12.826,69					2	4.242,24			3	2.324,24				
EMGFA	16	7547					2	5657	3	2386	8	5026				
Marinha	426	329.032	3	1696	1016	1.957.344	30	57.294	52	50.392	183	153.156	.			
Exército (a)	4.007	276.335,05	1	2.160,00			20	32.347,08	42	42.240,86	137	124.176,58				
Força Aérea	153	99.713,50					13	25.205,80	20	18.999,60	63	54812,8				
IASFA,,I.P.	27	16867,44							1	2032,51	1	2105,28			1.392	298.173
TOTAL	4.648	742.321,68	4	3.856	1.016	1.957.344	67	124.746,12	118	116.050,97	395	341.600,90	-	-	1.392	298.173

(a) Inclui os valores referentes aos subsídios de casamento, nascimento, aleitação e abono de família que foram substituídos ou extintos pelo DL n.º 133-B/97, de 30Mai.

14.6 - Total Anual de Subsídios e Montantes Despendidos por Função

(euros)							
Função	SC/MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA, I.P.	TOTAL
Invalidez							
Subsídios			110	156		293	559
Montante Despendido			118.087,00	200.924,52		325.382,00	644.393,52
Carência Económica e Velhice							
Subsídios			114			283	397
Montante Despendido			286.812,00			650.017,00	936.829,00
Sobrevivência							
Subsídios			27	32	14		73
Montante Despendido			89.416,00	101.730,20	43.598,68		234.744,88
Família							
Subsídios	24	29	1.710	4.007	249	3	6.022
Montante Despendido	19.393,17	20616	2.548.914,00	276.335,05	198.731,73	21.005,23	3.084.995,20
TOTAL/Subsídios	24	29	1.961	4.195	263	579	7.051
Montante Despendido	19.393,17	20.616,00	3.043.229,00	578.989,77	242.321,41	996.404,23	4.900.953,60



14.7 - Outras Funções de Proteção Social

Nº de Beneficiários	2010	2011	2012
Assistência a Idosos			
▪ Residenciais de Idosos	262	215	213
▪ Centros de Recuperação	200	200	201
Subtotal	462	415	414
Assistência Médica			
▪ Consultas	41.216	52.215	38.055
▪ Consultas Med. Dentária e Tratamentos de Estomatologia	11.595	20.405	14.848
▪ Exames Auxiliares de Diagnóstico		12.538	11.080
▪ Exames e Tratamentos de Enfermagem	85.157	55.309	76.565
▪ Fisioterapia		80.081	72.357
▪ Terapia Ocupacional		11.665	4.189
▪ Terapia da fala			1.448
Subtotal	137.968	232.213	218.542
Assistência a Jovens e Crianças			
▪ Residenciais Universitárias	8	15	12
▪ Creche	122	105	115
▪ Jardim de Infância/Pré-Escolar	201	219	217
▪ Escola de Ensino Básico/Centro de Recursos (CERE)	252	251	255
Subtotal	583	590	599
Assistência Financeira			
▪ Empréstimos	537	370	370
▪ Subsídios pecuniários por morte (ex-CPFA)	(2.103.500€)	(1.774.924€)	(1774924€)
			434
			(139058,23€)
Assistência Habitacional			
▪ Habitação Económica	1.790	1.410	1.410
Assistência no Lazer			
▪ CLIMS	2.004	693	1.826
▪ Colónias de Férias e Centro de Repouso de Porto Santo	453	427	264
Subtotal	2.457	1.120	2.090
TOTAL	143.797	236.118	223.859

The background is a collage of three images: a military helicopter on a tarmac with personnel, a close-up of a ship's hull with a red cross emblem, and the rigging of a sailing ship. These images are overlaid with a geometric pattern of semi-transparent triangles in shades of blue and grey.

Actividade Inspectiva

NOTA EXPLICATIVA

Da análise da atividade inspetiva desenvolvida durante o ano de 2012, verifica-se que foram inspecionados 254 U/E/O pelos Ramos, dos quais 131 foram efetuadas pela inspeção da Marinha, 51 pela do Exército e 72 pela da Força Aérea. Foram ainda efetuadas 33 ações de auditoria e inspeção pela IGDN.

Em 2012, para além do cumprimento dos compromissos estabelecidos no respetivo Plano Anual de Atividades, a atuação da IGDN decorreu na linha de continuidade do modelo de gestão e de estratégica seguida, nomeadamente ao nível:

Da constituição de equipas de projeto temporárias, de natureza multidisciplinar, tendo em vista uma maior flexibilidade orgânica;

Do desenvolvimento do Manual de Procedimentos de Auditoria e Inspeção da IGDN e de bases de dados de conhecimento, destinadas a organizar, explorar e melhorar a qualidade do capital humano existente;

Do desenvolvimento do Sistema de Informação de Gestão Estratégica da IGDN (SIGE), nomeadamente do Sistema de Informação de Monitorização de Projetos e de Organização do Conhecimento (SIMPOC);

Do controlo e gestão dos riscos dos processos internos da IGDN, através da implementação e atualização do Plano de Gestão de Riscos (PGR), tendo em vista uma melhoria contínua do desempenho organizacional;

Da assunção das responsabilidades decorrentes do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado (SCI).

O indicador “N.º projetos (área inspetiva) executados” envolveu a realização das seguintes ações inspetivas:

Auditorias de 2012: Sistemas de Informação e Tecnologias de Informação e Comunicação (SI/TIC), Estruturas de Missão (EM), Instituto de Defesa Nacional (IDN), Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRIC) e Colégio Militar;

Inquérito Empordef/Defloc.

No âmbito de ações desenvolvidas a nível interno, procedeu-se à:

Elaboração, atualização e implementação do PGR;

Elaboração do Relatório Anual para remessa ao Conselho de Prevenção da Corrupção;

Prestação de apoio jurídico à Direção Superior, através de estudos, pareceres e assessoria;

Acompanhamento da evolução dos conceitos em Auditoria Interna através da participação em eventos diversos de formação e divulgação;

Ações de troca de experiências e divulgação das melhores práticas de auditoria, com a participação na Iniciativa 5+5+ e com a Escola Naval.

No que se refere à execução material dos 35 projetos fixados para 2012, verifica-se que das 361 ações planeadas, 308 foram concluídas, o que corresponde a 86% de realização desse universo. Assim, comparando estes últimos dados com os relativos à utilização de recursos, pode concluir-se que, de uma forma geral, os projetos obtiveram um resultado atingido ou tolerável, apresentando-se como causa fundamental do maior impedimento do mesmo a insuficiência de recursos humanos.

CONCEITOS

Auditoria – Exame metodológico com a finalidade de exprimir uma opinião sobre a conformidade global entre o seu objeto e as disposições legais ou normas aplicáveis.

Auditoria Ordinária (A) – Auditoria prevista e programada no Plano de atividades.

Auditoria Extraordinária (A/E) – Auditoria não prevista no Plano de Atividades e determinada por determinação da tutela.

Equipas Multidisciplinares (E/M) – Equipas multidisciplinares.

15.1 / 15.2 – AUDITORIAS EXECUTADAS PELA IGDN

Área	Tipo	Tema	Estrutura	N.º de entidades	N.º de Inspectores	Dias de atividade		Relatório
						Planeamento	Execução	
E/M	A	Artigo 62.º LEO	Estruturas de Missão	2	2	9	33	22
E/M	A	Artigo 62.º LEO	IDN	1	2	10	23	19
E/M	A	PGRGIC	SG/MDN	1	5	13	28	19
E/M	A		DGPDN	1	5	13	28	19
E/M	A		DGPRM	1	5	13	28	19
E/M	A		DGAIED	1	5	13	28	19
E/M	A		IDN	1	5	13	28	19
E/M	A		PJM	1	5	13	28	19
E/M	A		IASFA	1	5	13	28	19
E/M	A		EMGFA	1	5	13	28	19
E/M	A		Marinha	1	5	13	28	19
E/M	A		Exército	1	5	13	28	19
E/M	A		Força Aérea	1	5	13	28	19
E/M	A		IH	1	5	13	28	19
E/M	A		LMPQF	1	5	13	28	19
E/M	A		OGFE	1	5	13	28	19
E/M	A		OGME	1	5	13	28	19
E/M	A		Empordef, SA	1	5	13	28	19
E/M	A		Colégio Militar	1	5	29	23	22
E/M	A	SI/TIC	DGPDN	1	4 +1a)+ 1b)+ 1c)	25	40	20
E/M	A		DGPRM	1	4 +1a)+ 1b)+ 1c)	25	40	20
E/M	A		DGAIED	1	4 +1a)+ 1b)+ 1c)	25	40	20
E/M	A		IDN	1	4 +1a)+ 1b)+ 1c)	25	40	20
E/M	A		PJM	1	4 +1a)+ 1b)+ 1c)	25	40	20
E/M	A		IASFA	1	4 +1a)+ 1b)+ 1c)	25	40	20
E/M	A		EMGFA	1	4 +1a)+ 1b)+ 1c)	25	40	20
E/M	A		Marinha	1	4 +1a)+ 1b)+ 1c)	25	40	20
E/M	A		Exército	1	4 +1a)+ 1b)+ 1c)	25	40	20
E/M	A		Força Aérea	1	4 +1a)+ 1b)+ 1c)	25	40	20
E/M	E	Inquérito	Empordef / Defloc	2	3	1	45	10

Observações: SCS - Serviços centrais de suporte.

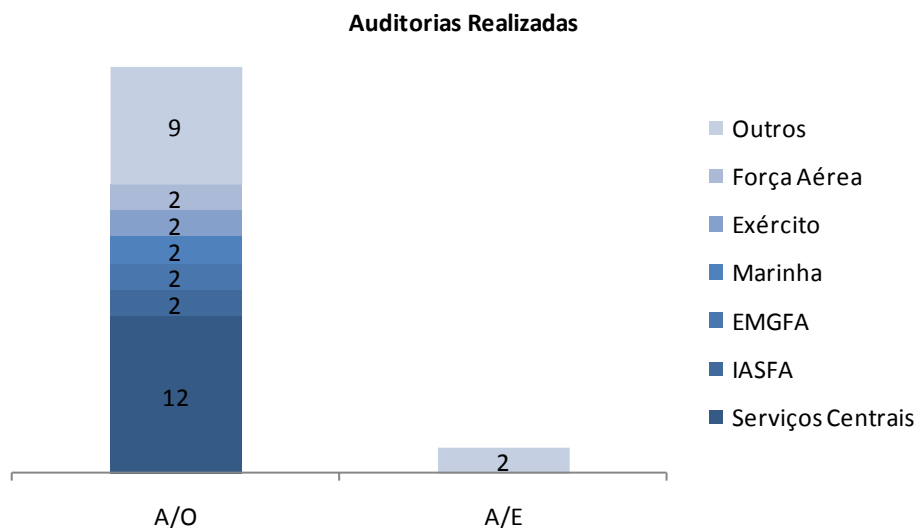
a) Militar requisitado à Marinha.

b) Militar requisitado ao Exército.

c) Militar requisitado à Força Aérea

15.3 – AUDITORIAS REALIZADAS PELA IGDN EM 2012

Tipo	Serviços Centrais	IASFA	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	Outros	Total
A/O	12	2	2	2	2	2	9	31
A/E							2	2
Total	12	2	2	2	2	2	11	33

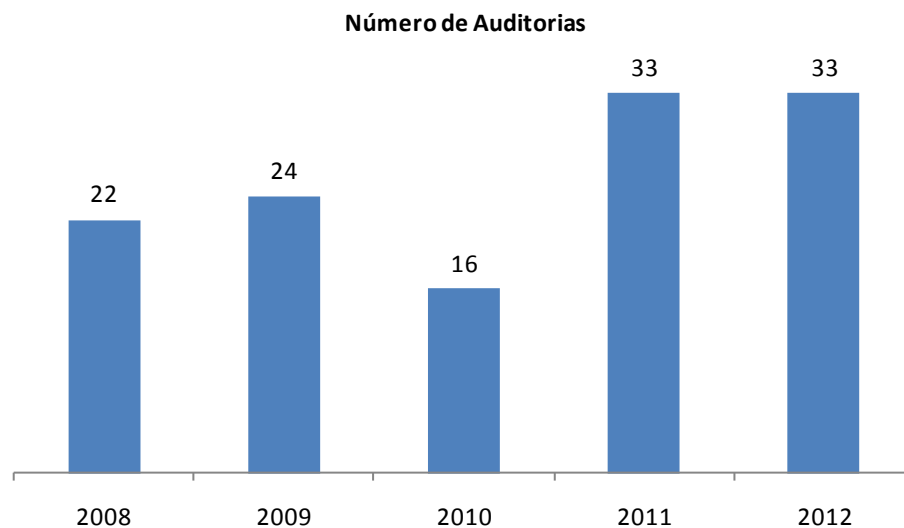


15.4 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE AUDITORIAS

Estrutura	2008	2009	2010	2011	2012
MDN	2	5	7	17	12
IASFA			1	3	2
EMGFA		4	1	2	2
Marinha	6	5	1	3	2
Exército	11	5	3	2	2
Força Aérea	3	5	2	2	2
Outros			1	4	11
TOTAL	22	24	16	33	33

15.5 – NÚMERO DE AUDITORIAS REALIZADAS NOS ÚLTIMOS ANOS

Área	2008	2009	2010	2011	2012
Meios Humanos	4				
Meios Materiais	7				
Meios Financeiros	4	3			
Programas e Sistemas	5				
E/M	2	21	16	33	33
Total	22	24	16	33	33



15.6 – INSPEÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO DOS MEIOS EXECUTADAS PELOS RAMOS

Ramo	Tipo	Planeamento	U/E/O Inspeccionadas					Nº de Inspetores (a)					U/E/O		Dias de Execução (b)	
			EM	OCAD(d)	CmdOp	DS/DT	U/E/O		IG	EM	OCAD	CmdOp				DS/DT
							OIT	SFN								
EXÉRCITO	IG	IO														
	IG	IE					1		2	1					2	
	IAO	IO						5	5		35	5			10	
	IAO	IE						4	4		28	4			8	
	IT	IO														
	IT	IE					41		78		16	28			41	
FORÇA AÉREA	IG	IO			2		8		106	20	22	11	57	5		494
	IPS	IO														
	IT	IO	5	3	1		39	5		23	9	57	94	13	2	261
	VA(c)	IO					8	1	101	2	1	3		4	1	292

NOTA: Na sequência da promulgação da nova Lei Orgânica da Marinha (DL n.º 233/2009, 15SET), foi alterada a estrutura orgânica que vigorou até essa data, a qual passou a compreender os órgãos identificados no Artigo 6.º, não sendo por este motivo possível efetuar a caracterização das atividades inspetivas conforme preconizado na anterior tabela. A Marinha adotou a seguinte tabela:

Tipo	Planeamento	UU/EE/OO Inspeccionadas						Equipas de Inspeção						Dias de Execução
		EM/ Órg. Cons./ Órg. Insp.	OCAD	Cmd Comp Naval	Órg. de Base	Elem. COSF	Outros Órgãos	EM/ Órg. Cons./ Órg. Insp.	OCAD	Cmd Comp Naval	Órg. de Base	Elem. COSF	Outros Órgãos	
IG	IP		1		1			30						15
IO	IP					21		522						33
IT	IP	3	41			21			185					175
IPS	IP													
IS	IP					43						270		54

Os conceitos dos tipos de inspeção constam de Regulamentos dos respetivos Ramos

(a) Número de inspetores empenhados;

(b) Na Força Aérea estão contabilizados em "Homem/Dia";

(c) Visita de Acompanhamento - Inspeções destinadas a regularizar/normatizar anomalias corrigidas e por corrigir decorrentes de IG e IPS anteriores;

(d) Inclui 16 Inspetores no âmbito da atividade desenvolvida pela DGAM.

The background is a collage of three photographs. The top photo shows a person in a blue shirt performing a handstand on a wooden structure in a park-like setting. The middle photo shows a group of students in white shirts sitting on the ground in a circle, possibly during a lesson or activity. The bottom photo shows a student in a white shirt and tie painting on a canvas. The entire collage is overlaid with a geometric pattern of large, semi-transparent triangles in shades of blue and grey.

Actividades Culturais e Desportivas



NOTA EXPLICATIVA

O Capítulo 16, “Atividades Culturais e Desportivas”, da responsabilidade o Gabinete de Comunicação e Relações Públicas, inclui dados estatísticos referentes a:

- Desporto Militar;
- Museus Militares;
- Bibliotecas Militares;
- Arquivos Militares;
- Música.

A prática da educação física e do desporto tem tradição enraizada na Instituição Militar, sendo estimulada como forma de manter a preparação física dos militares, fomentando o seu bem-estar e criando espírito de equipa e disciplina. Assim sendo, o Desporto Militar é uma referência como atividade fundamental na formação do carácter das Forças Armadas.

Os Museus, as Bibliotecas e os Arquivos Militares, dado o património artístico, os fundos documentais e o espólio arquivístico que os caracterizam, assumem um papel fundamental no âmbito da cultura militar em particular e da Nação em geral.

Com efeito, o património móvel que se encontra à guarda dos vários Museus e Núcleos Museológicos Militares espalhados por todo o País, representa um valioso acervo artístico, histórico, técnico e científico, sendo considerado por este facto um espaço privilegiado da memória coletiva portuguesa.

As Bibliotecas Militares afetas ao Exército, Marinha e Força Aérea, recolhem, nas suas áreas especializadas, um importante património bibliográfico nacional, que disponibilizam a um público interno e externo, maioritariamente militar, mas também a investigadores nacionais e estrangeiros.

Por seu turno os Arquivos Militares nas suas vertentes de corrente, intermédio e histórico, constituem um acervo e um património documentais imprescindíveis para a Instituição Militar e para o conhecimento da História de Portugal, cuja preservação se afigura essencial.

Finalmente, a Música Militar assumiu, ao longo dos séculos, um papel preponderante junto das populações, como agente da cultura, pelo que se considera esta atividade lúdica inspirada e representada em Bandas e Orquestras Militares, primordial para a compreensão da História e Cultura Portuguesas.

CONCEITOS

DESPORTO MILITAR

Desporto Militar é uma atividade desportiva essencialmente praticada por militares, presente em competições nacionais e internacionais, cujo objetivo se prende com o treino físico militar para um melhor desempenho profissional, tendo por base os diferentes domínios da sua atuação: terra, mar e ar.

Além das competições internas realizadas anualmente pelas Forças Armadas, o MDN, através da Comissão de Educação Física e Desporto Militar (CEFDM), órgão afeto à DGPRM, organiza, em várias modalidades, campeonatos nacionais militares disputados entre seleções dos Ramos das Forças Armadas e das Forças de Segurança.

A nível internacional, Portugal participa nos campeonatos mundiais militares, organizados pelo *Conseil International du Sport Militaire* (CISM), com seleções nacionais militares que integram atletas do Exército, Marinha, Força Aérea, PSP e GNR selecionados entre os elementos que mais se distinguiram nos Campeonatos Nacionais Militares.

MUSEUS MILITARES

Os Museus Militares, como centros de conhecimento inesgotável do passado e memória dos feitos militares, são locais de educação e cultura ao serviço da comunidade. Além da salvaguarda e exposição de coleções, conservam atualmente a memória coletiva de forma mais alargada, através da mostra da evolução das ciências e técnicas associadas à História Militar.

Verdadeiros polos culturais alargados, referenciam-se, além dos Museus Militares do Exército em Lisboa, Porto, Chaves, Elvas, Coimbra, Batalha, Bragança e Buçaco, os Museus da Marinha, o Aquário Vasco da Gama, a Fragata D. Fernando II e Glória e o Museu do Ar, entre outros.

BIBLIOTECAS MILITARES

As Bibliotecas Militares caracterizam-se por um espólio valiosíssimo constituído por livros, revistas, jornais, cartas e mapas, entre outras fontes de informação. Os fundos específicos prendem-se com áreas transversais e comuns a todas as bibliotecas, tais como história militar, estratégia e tática militares, relações internacionais, geopolítica, e geoestratégia.

Consideram-se, para este efeito, as Bibliotecas Centrais de cada um dos Ramos, as Bibliotecas dos Estabelecimentos de Ensino Superior, a Biblioteca do IESM, a Biblioteca da Secretaria-geral do MDN e a Biblioteca do IDN.

ARQUIVOS MILITARES

Os Arquivos Militares, cujo património faz a ligação com sucessivas gerações que serviram nos três ramos das Forças Armadas, possuem um espólio de valor histórico incalculável para conhecimento do passado e compreensão do presente. A tipologia dos arquivos corresponde às três fases do valor dos documentos e respetiva frequência de utilização: de uso diário (corrente) de uso esporádico (intermédio) e de conservação permanente (histórico).

Os Arquivos mais importantes são, no Exército, o Arquivo Geral e o Arquivo Histórico, na Marinha o Arquivo Geral, na Força Aérea o Arquivo Histórico e ainda, na dependência do MDN, o Arquivo da Defesa Nacional (ADN).

MÚSICA

A Música Militar é composta por elementos dos três Ramos das Forças Armadas com formação na área e que integram Bandas Militares, Orquestras Ligeiras ou Fanfarras. Visam dar o necessário enquadramento musical a cerimónias e atos militares, assim como atuar em eventos a convite de organizações nacionais ou estrangeiras.

Atualmente no País atuam com regularidade a Banda Sinfónica e a Orquestra Ligeira do Exército, a Banda da Armada e a Banda da Força Aérea.

16.1 – Desporto Militar

16.1.1 – Instalações desportivas, por Ramo

Ano: 2012				
Infraestruturas	Exército	Marinha	Força Aérea	TOTAL
Polidesportivo (ar livre)	19	6	25	50
Polidesportivo (coberto)	12	2	4	18
Sala de Musculação	11	3	14	28
Pista de Atletismo (400m)	4	2	3	9
Pista de obstáculos	12	5	3	20
Piscinas	6 a)			6
Campo de squash	1	3	2	6
Campo de Voleibol Praia			2	2
Campo Ténis			15	15
TOTAL	65	21	68	154

a) Piscinas cobertas:3
Piscinas descobertas:3

16.1.2 – Pessoal especializado em educação física, por Ramo

Ano: 2012

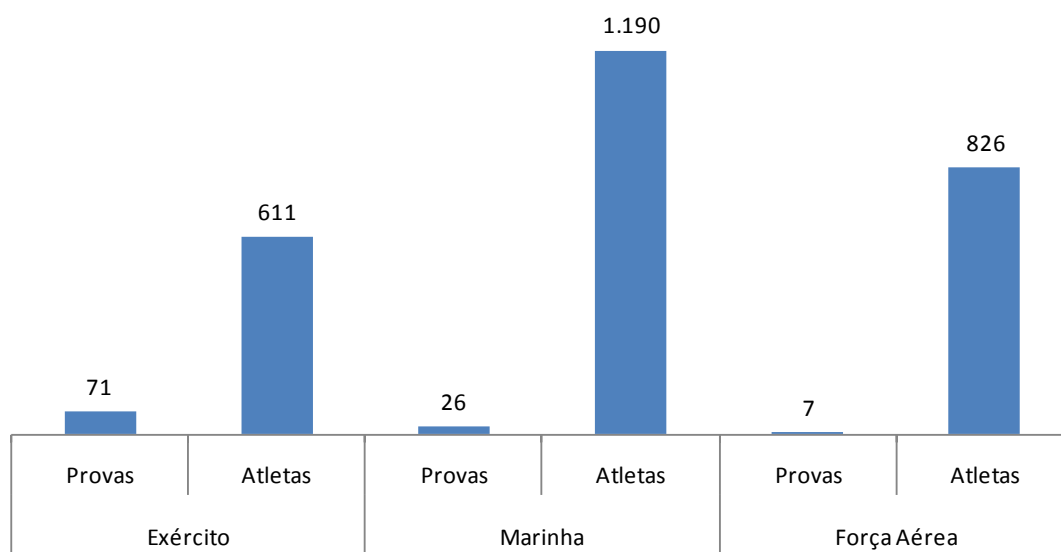
Ramo das FA Classe	Exército		Marinha		Força Aérea	
	Lic. EF	C. Monitor	Lic. EF	C. Monitor	Lic.EF	C.Monitor
Oficiais	20	19	3	18	16	
Sargentos		34	1	109	2	21
Praças				99		
Civis	9					
TOTAL	29	53	4	226	18	21

16.1.3 – Competições desportivas por Ramo das FA

Ano: 2012

Ramo das FA Modalidade	Exército		Marinha		Força Aérea	
	Provas	Atletas	Provas	Atletas	Provas	Atletas
Andebol			1	94		
Atletismo (de pista)						
Atletismo (provas de estrada)			2	108	1	104
Badminton						
Basquetebol			2	102		
Corta-Mato	1	120	1	60	1	101
Esgrima	3	34				
Futebol de 11						
Futsal			2	98	1	426
Judo						
Natação			2	60		
Orientação	1	97	3	232	1	84
Para-quedismo Desportivo	1	44				
Pentatlo Militar						
Prova "D. Nuno Álvares"						
Tiro de Espingarda	1	58				
Tiro de Pistola			4	93		
Triatlo			1	13		
Vela						
Voleibol			6	228		
BTT	1	46	2	102	1	58

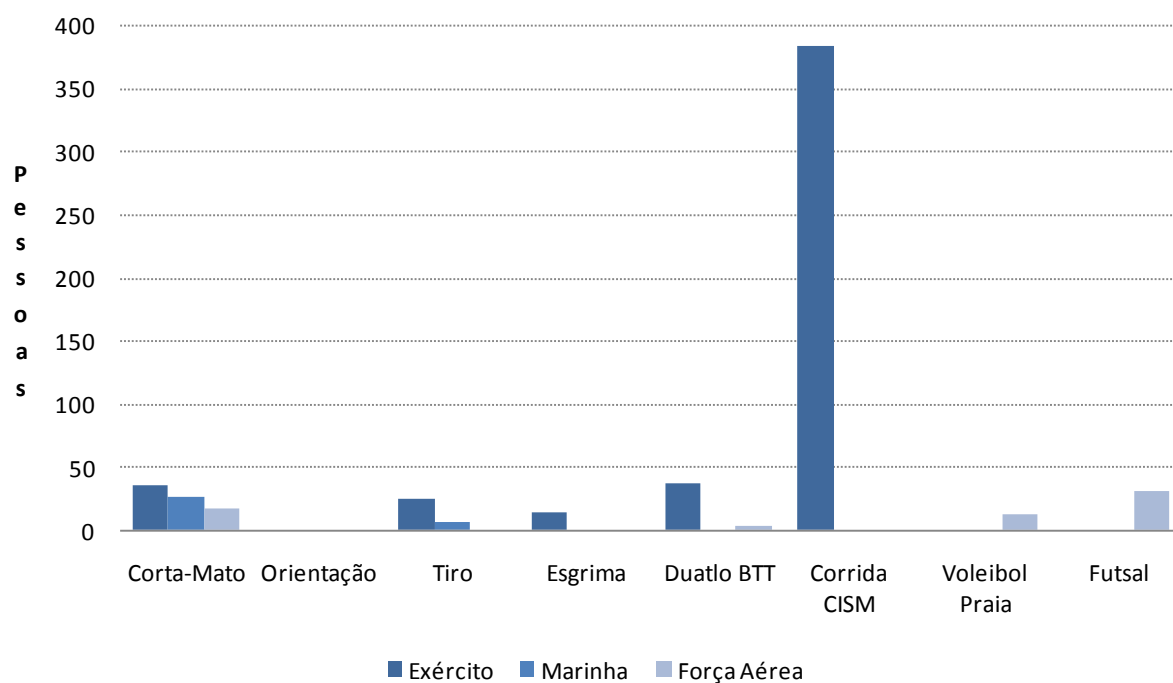
Challenge Aventura						
Provas Equestres Militares	3	196				
Provas Equestres Cívicas	60	16				
Duathlon BTT					1	19
Voleibol Praia					1	34
TOTAL	71	611	26	1.190	7	826



16.1.4 – Pessoal militar que participou em campeonatos nacionais das FA

Ano: 2012

Ramos das FA Modalidades	Exército	Marinha	Força Aérea	TOTAL
Corta-Mato	36	26	18	80
Orientação				-
Tiro	25	6		31
Esgrima	15			15
Duatlo BTT	38		4	42
Corrida CISM	385			385
Voleibol Praia			12	12
Futsal			31	31
TOTAL	499	32	65	596



16.1.5 – Pessoal militar que participou em provas internacionais militares.

Ano: 2012

Ramos das FA Modalidades	Exército	Marinha	Força Aérea	TOTAL
Corta-Mato				-
Orientação				-
Tiro				-
Provas Equestres Cívicas	2			2
TOTAL	2	-	-	2

16.2 – Museus militares

16.2.1 – Números de salas, por museu

Ano: 2012

Museu	Ramo	NºSalas	Obs.
Museu Militar de Lisboa	Exército	29	
Museu Militar do Porto	Exército	13	
Museu Militar de Coimbra	Exército		
Museu Militar de Bragança	Exército	16	
Museu Militar de Elvas	Exército	17	
Museu Militar de Chaves	Exército		
Museu da Marinha	Marinha	24	
Museu Militar do Buçaco	Exército	3	
Museu da Escola Prática de Artilharia	Exército	9	
Museu Marítimo Alm. Ramalho Ortigão	Marinha	3	
Museu do Ar	Força Aérea	14	Sintra - (Pólo principal); Ovar – 4; Alverca -3.
Museu da Escola Prática dos Serviços	Exército	3	
Museu das Transmissões	Exército	3	
Museu Militar da Madeira	Exército	4	
Museu Militar dos Açores	Exército	10	existe mais três espaços ao ar livre.
Museu de Infantaria de Mafra	Exército	6	
Museu da Escola de Sargentos do Exército	Exército	1	
Museu da Escola Prática de Cavalaria	Exército	1	
Museu do Regimento de Cavalaria N.º 3	Exército	2	
Sala Museu do Fuzileiro	Marinha	4	
Fragata D. Fernando II e Glória	Marinha	14	
Pólo Museológico do Farol de Santa Marta	Marinha	3	
Pólo Museológico do Farol de São Vicente	Marinha	5	
Pólo Museológico do Hospital da Marinha	Marinha	4	
Pólos Museológicos do Instituto Hidrográfico	Marinha	9	

16.2.2 – Número médio de horas semanais de abertura ao público, por museu

Ano: 2012

Museu	Nº horas semanais de Abertura ao Público	Obs.
Museu Militar de Lisboa	42	
Museu Militar do Porto	30,5	
Museu Militar de Coimbra		
Museu Militar de Bragança	38,23	
Museu Militar de Elvas	42	
Museu Militar de Chaves		
Museu da Marinha	42	
Museu Militar do Buçaco	36	
Museu da Escola Prática de Artilharia	32	
Museu Marítimo Alm. Ramalho Ortigão	28	
Museu do Ar	42	
Museu da Escola Prática dos Serviços	10	
Museu das Transmissões	32	
Museu Militar da Madeira	40	
Museu Militar dos Açores	36	
Museu de Infantaria de Mafra	30	
Museu da Escola de Sargentos do Exército		
Museu da Escola Prática de Cavalaria	56	
Museu do Regimento de Cavalaria N.º 3	25	
Sala Museu do Fuzileiro	30	Fim-de-semana e feriados carecem de marcação prévia.
Fragata D. Fernando II e Glória	42	
Pólo Museológico do Farol de Santa Marta	51	
Pólo Museológico do Farol de São Vicente	102	54 verão; 48 inverno.
Pólo Museológico do Hospital da Marinha	40	
Pólos Museológicos do Instituto Hidrográfico		Visitável por marcação prévia.

16.2.3 – Pessoal dos museus, segundo o seu emprego

Ano: 2012

Carreiras	Conserv.	CR	TCR	TFRpC	TPM	TPCR	VR
Museus							
Museu Militar de Lisboa							5
Museu Militar do Porto	1						2
Museu Militar de Coimbra							
Museu Militar de Bragança			1				2
Museu Militar de Elvas	1 a)				1 a)	1 a)	1
Museu Militar de Chaves							
Museu de Marinha	1	2		1	2	2	5
Museu Militar do Buçaco							3
Museu da Escola Prática de Artilharia							
Museu Marítimo Alm. Ramalho Ortigão							

Museu do Ar	1			
Museu da Escola Prática dos Serviços				
Museu das Transmissões				
Museu Militar da Madeira				1
Museu Militar dos Açores				
Museu de Infantaria de Mafra				
Museu da Escola de Sargentos do Exército				
Museu da Escola Prática de Cavalaria				
Museu do Regimento de Cavalaria N.º 3				
Sala Museu do Fuzileiro	1	1		
Fragata D. Fernando II e Glória			2	2 b)
Pólo Museológico do Farol de Santa Marta	// c)			
Pólo Museológico do Farol de São Vicente			2	
Pólo Museológico do Hospital da Marinha			2	
Pólos Museológicos do Instituto Hidrográfico				

a) Em acumulação.

b) Pessoal Militar (escala diária de serviço).

c) O pessoal é da CM Cascais.

16.2.4 – Visitas, por museu

Ano: 2012

Museu	Visitas	Obs.
Museu Militar de Lisboa	19.389	
Museu Militar do Porto	5.093	
Museu Militar de Coimbra		
Museu Militar de Bragança	34.344	
Museu Militar de Elvas	4.327	
Museu Militar de Chaves		
Museu da Marinha	146.604	
Museu Militar do Buçaco	6.139	
Museu da Escola Prática de Artilharia	1.572	
Museu Marítimo Alm. Ramalho Ortigão	3.280	
Museu Militar da Batalha		
Museu do Ar	19.011	Sintra – 12.806 (Por motivo de obra, aberto ao público apenas de Julho a Dezembro); Ovar – 5.211; Alverca – 994.
Museu da Escola Prática dos Serviços	400	
Museu das Transmissões	132	
Museu Militar da Madeira	6.512	
Museu Militar dos Açores	8.849	
Museu de Infantaria de Mafra	77	
Museu da Escola de Sargentos do Exército	21	
Museu da Escola Prática de Cavalaria	52	
Museu do Regimento de Cavalaria N.º 3	500	
Sala Museu do Fuzileiro	3.225	
Fragata D. Fernando II e Glória	16.104	
Pólo Museológico do Farol de Santa Marta	34.430	

Pólo Museológico do Farol de São Vicente	11.095
Pólo Museológico do Hospital da Marinha	76
Pólos Museológicos do Instituto Hidrográfico	27

16.2.5 – Eventos organizados

o: 2012

Museu	Eventos Organizados	Obs.
Museu Militar de Lisboa	8	
Museu Militar do Porto	14	
Museu Militar de Coimbra		
Museu Militar de Bragança	4	
Museu Militar de Elvas	3	
Museu Militar de Chaves		
Museu da Marinha	39	
Museu Militar do Buçaco	1	
Museu da Escola Prática de Artilharia	1	
Museu Marítimo Alm.Ramalho Ortigão	49	
Museu Militar da Batalha		
Museu do Ar	2	1 – Dia da Unidade (21 de fevereiro). 2 – Reabertura ao Público do Museu do Ar de Sintra (29 de junho de 2012). Nota: Sintra, aberto ao público apenas de julho a dezembro de 2012.
Museu da Escola Prática dos Serviços		
Museu das Transmissões		
Museu Militar da Madeira	1	
Museu Militar dos Açores	5	
Museu de Infantaria de Mafra	33	
Museu da Escola de Sargentos do Exército	1	
Museu da Escola Prática de Cavalaria		
Museu do Regimento de Cavalaria N.º 3		
Sala Museu do Fuzileiro	100	
Fragata D. Fernando II e Glória	54	
Pólo Museológico do Farol de Santa Marta		
Pólo Museológico do Farol de São Vicente		
Pólo Museológico do Hospital da Marinha	34	
Pólos Museológicos do Instituto Hidrográfico	1	

16.2.6 – Publicações editadas, por museu

Ano: 2012

Museu	Publicações editadas
Museu Militar de Lisboa	
Museu Militar do Porto	
Museu Militar de Coimbra	
Museu Militar de Bragança	
Museu Militar de Elvas	
Museu Militar de Chaves	
Museu da Marinha	
Museu Militar do Buçaco	1
Museu da Escola Prática de Artilharia	1
Museu Marítimo Alm. Ramalho Ortigão	
Museu Militar da Batalha	
Museu do Ar	
Museu da Escola Prática dos Serviços	
Museu das Transmissões	
Museu Militar da Madeira	
Museu Militar dos Açores	
Museu de Infantaria de Mafra	
Museu da Escola de Sargentos do Exército	
Museu da Escola Prática de Cavalaria	1
Museu do Regimento de Cavalaria N.º 3	
Sala Museu do Fuzileiro	
Fragata D. Fernando II e Glória	
Pólo Museológico do Farol de Santa Marta	
Pólo Museológico do Farol de São Vicente	
Pólo Museológico do Hospital da Marinha	
Pólos Museológicos do Instituto Hidrográfico	

16.3 – Bibliotecas militares

16.3.1 – Dados gerais das bibliotecas (número médio de horas semanais de abertura ao público, automatização, equipamento)

Ano: 2012

Bibliotecas	Ramo	Horas Abertura (Nº médio semanal)	Obs
Biblioteca da Academia Militar	Exército	7,3	
Biblioteca da Escola Naval	Marinha	38	
Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas da AFA	Força Aérea	40* 64**	A BCMA é composta por vários espaços biblioteca, nomeadamente, a Biblioteca Principal (Bib)* e o Centro de Apoio ao Estudo (CAE)**. Este último mantém horário

extracurricular, nos períodos com atividade acadêmica.

Biblioteca da Escola do Serviço de Saúde Militar	Exército	35	
Biblioteca do IESM	EMGFA	35	(não faz parte da rede bibliotecas do Exército)
Biblioteca do Exército	Exército	30	
Biblioteca Central de Marinha	Marinha	30	
Biblioteca da Força Aérea	Força Aérea	X	
Biblioteca do IDN	MDN	37	
Biblioteca da Secretaria-geral do MDN	MDN	30	
Biblioteca do Museu de Marinha	Marinha	//	Acesso mediante pedido prévio.
TOTAL	-	346,3	-

Ano: 2012

Bibliotecas	EQUIPAMENTO/AUTOMATIZAÇÃO						Obs.
	PC's	Impressoras	Software	Fotocopiadoras	Scanner	Multifunções	
Biblioteca da Academia Militar	25		DocBase		1	1	
Biblioteca da Escola Naval	4		Porbase	1	0	1	
	16*	1*	Winform	1*	2*	1**	Os espaços biblioteca da BCMA (Bib* e CAE**) estão apetrechados com acesso à Internet com e sem fios; Existem PCs específicos para impressão, consulta e/ou trabalho e digitalização. O quantitativo de PCs engloba os de trabalho e os de acesso ao público. Na Bib, existem, também, 3 impressoras de etiquetas para o tratamento documental das espécies documentais.
Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas da AFA	14**	2**		1**	1**		
Biblioteca da Escola de Serviço de Saúde Militar	1	1			1		
Biblioteca do IESM	25	3	Horizon		1		
Biblioteca do Exército	10	2	DocBase e DocbWeb		2	1	
Biblioteca Central de Marinha	7	2	Porbase5	1	1		
Biblioteca da Força Aérea	X	X	X	X	X	X	X
Biblioteca do IDN	6*		Horizon		1	1	* Dos quais 3 postos de pesquisa para leitores
Biblioteca da SG/MDN	5		DocBase e DocbWeb			1	
Biblioteca do Museu de Marinha	3	1	In Patrimonium				

16.3.2 – Fundos existentes, por século, por biblioteca

Ano: 2012

Bibliotecas	Fundos	Séculos	Obs.
Biblioteca da Academia Militar	36.000	XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI	Na totalidade.
Biblioteca da Escola Naval	25	XX	
Biblioteca da Academia da Força Aérea	22.144* 172**	XX e XXI	* Total de títulos de monografias, dos vários acervos da BCMA, em catálogo bibliográfico. ** Total de títulos de publicações periódicas, em Kardex.
Biblioteca da Escola de Serviço de Saúde Militar	2.404	XX e XXI	
Biblioteca do IESM			Coleção de Monografias Correntes e Periódicos Coleção de Teses Coleção de Manuais Antigos do Exército Coleção de Documentação Histórica Coleção Monteiro Portugal
	5 Coleções	XIX, XX e XXI	O termo Fundo aplica-se mais aos Arquivos e refere-se à proveniência da documentação. As coleções da Biblioteca do IESM reúnem documentação proveniente do Antigo IAEM, do Ex- ISNG e ainda doações de particulares de entre as quais se destaca a coleção Monteiro Portugal doada pela viúva do embaixador, que conta com cerca 40 metros lineares de monografias. A documentação do Antigo IAEM anterior ao século XX foi transferida para a Biblioteca do Exército em 2006.
Biblioteca do Exército	Paulistas, DHCM, Biblioteca do EME, ex-IAEM e ex-DAA		
	5	XV	Foram contabilizadas todas as Monografias, assim como todas as Publicações Periódicas.
	396	XVI	
	1.001	XVII	
Biblioteca Central de Marinha	2.925	XVII	
	7.959	XIX	
	40.300	XX	
	2.014	XXI	
Biblioteca da Força Aérea	X	X	X
Biblioteca do IDN			7.515 Registos de monografias (130 em 2012). 208 Registos de publicações periódicas (6 em 2012). 23.491 Registos de analíticos de publicações periódicas (1070 em 2012). 25.734 Registos de autor pessoa física ou coletiva (1.348 em 2012). 2.289 Registos de autoridade assunto (9 em 2012).
Biblioteca da SG/MDN	31.833	XVIII, XIX, XX e XXI	10.399 Registos de monografias. 468 Registos de publicações periódicas. 20.966 Registos de analíticos de publicações periódicas.
Biblioteca do Museu de Marinha	14.528	XVI - XXI	Leitura Geral e Reservados

16.3.3 – Entrada e saída de fundos

Ano:

2012

Bibliotecas	Fundos		Obs.
	Entradas	Saídas	
Biblioteca da Academia Militar	123		
Biblioteca da Escola Naval	349		
Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas da AFA	366	937* 1.541**	Entradas = Aquisições por compra (366 livros, dos quais 205 são títulos e 161 exemplares). Saídas = Empréstimos domiciliários e Interbibliotecas (Bib*, CAE**).
Biblioteca da Escola de Serviço de Saúde Militar			
Biblioteca do IESM	81* 20**	1	*Monografias por aquisição/doação. **Periódicos por oferta. Saídas - Foi transferida parte da documentação proveniente do Ex- ISNG para a Biblioteca Central da Marinha.
Biblioteca do Exército			
Biblioteca Central de Marinha	196		
Biblioteca da Força Aérea	X	X	X
Biblioteca do IDN	130 * 1.070 **		* Registos de monografias ** Registos de artigos de publicações periódicas
Biblioteca da SG/MDN	36		21 Monografias e 15 Publicações Periódicas.
TOTAL	2.371	2.479	-

16.3.4 – Pessoal das bibliotecas, segundo o seu emprego

Ano: 2012

Carreiras	Coordenador	Técnico-superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Oficiais	Sargentos	Praças	Obs.
Bibliotecas								
Biblioteca da Academia Militar			1	2	2 *			* Em acumulação de funções.
Biblioteca da Escola Naval			1	1		1		
Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas da AFA			1	1	2	1	3	No quarto trimestre: - A Assistente Técnica passou à Reforma;- 1 Oficial em curso (Estágio Técnico-Militar)
Biblioteca da Escola de Serviço de Saúde Militar			1					
Biblioteca do IESM		1	4					
Biblioteca do Exército				1	4	1	2	
Biblioteca Central de Marinha		1	2					
Biblioteca da Força Aérea	X	X	X	X	X	X	X	X
Biblioteca do IDN	1 *	1 **	2	1				* até 31 agosto 2012 ** desde 1 setembro 2012

Biblioteca da SG/MDN	1	2	2					
Biblioteca do Museu de Marinha		1	1			1		
TOTAL	2	6	15	6	8	4	5	-

16.3.5 – Eventos organizados

Ano: 2012		
Bibliotecas	Eventos	Obs.
Biblioteca da Academia Militar	9	
Biblioteca da Escola Naval		
Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas da AFA	1 * 1 **	Exposição permanente sobre instrumentos de voo, nos espaços biblioteca da BCMA (Bib*, CAE**).
Biblioteca da Escola o Serviço de Saúde Militar		
Biblioteca do IESM		
Biblioteca do Exército		
Biblioteca Central de Marinha	8 * 3 **	* Mostras Documentais e Iconográficas. ** Colóquios / Conferências.
Biblioteca da Força Aérea	X	X
Biblioteca do IDN		
Biblioteca da SG/MDN	1	Exposição de Pintura.
Biblioteca do Museu de Marinha		
TOTAL	23	-

16.4 – Arquivos Militares

16.4.1 – Km (ou metros lineares) de documentação, por arquivo

Ano: 2012		
Arquivos	Km/metros lineares documentação	Obs.
Arquivo da Defesa Nacional	0,0033 km	
Arquivo Geral do Exército	30 km	
Arquivo Histórico Militar	8 km	
Centro documentação, informação e Arquivo Central da Marinha	0,012278 km	Valor global das duas unidades.
Arquivo Histórico da Marinha		
Arquivo Histórico da Força Aérea	5,3 km	
TOTAL	43,315578 km	

16.4.2 – Volume de documentação incorporada por arquivo

Ano: 2012

Arquivos	Volume de documentação incorporada	Obs.
Arquivo da Defesa Nacional	112 ml	
Arquivo Geral do Exército	160 ml	
Arquivo Histórico Militar	64 ml	
Centro de documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha	50 ml	Documentos tratados em AI.
Arquivo Histórico da Marinha	36,2 ml	Oriunda do CDIAM (arquivo intermédio), adquiridos por compra e por oferta (Arquivos Particulares). Chama-se a atenção que esta medida corresponde a metros lineares de prateleiras e que cada unidade de instalação poderá conter cerca de 500 documentos.
Arquivo Histórico da Força Aérea	200 ml	
TOTAL	622,2 ml	-

16.4.3 – Volume de documentação eliminada por arquivo

Ano: 2012

Arquivos	Volume de documentação eliminada	Obs.
Arquivo da Defesa Nacional	10 ml	Duplicados e cópias.
Arquivo Geral do Exército	25 ml	
Arquivo Histórico Militar	1 ml	
Centro de documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha		
Arquivo Histórico da Marinha		
Arquivo Histórico da Força Aérea	100 ml	
TOTAL	136 ml	-

16.4.4 – Pessoal dos arquivos, segundo o seu emprego

Ano:

2012

Arquivos	Of.Su p.	Of.Su b.	Sarg.	Praças	Civis	Investig.	Obs.
Arquivo da Defesa Nacional			2		2 *		* Técnicos Superiores.
Arquivo Geral do Exército	3	3	16	22	8		
Arquivo Histórico Militar	1	3	5	12	7		
Centro de documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha	1	1	3	4	2		
Arquivo Histórico da Marinha			2	1	5		1 Voluntário para restauro e encadernações.
Arquivo Histórico da Força Aérea	1	1	2	1	3	4*	* 2GEN, 1SARG, 1 Civil.
TOTAL	6	8	30	40	27	4	-

16.4.5 – Restauro e encadernação de unidades de instalação por arquivo

Ano: 2012

Arquivos	Restauro e Encadernação	Obs.
Arquivo da Defesa Nacional		
Arquivo Geral do Exército	144	
Arquivo Histórico Militar	104	
Centro de documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha		
	5.675	
Arquivo Histórico da Marinha		
Arquivo Histórico da Força Aérea	163	

16.4.6 – Serviço ao público – número de utilizadores

Ano: 2012

Arquivos	Nº de Clientes	Obs.
Arquivo da Defesa Nacional	182	
Arquivo Geral do Exército	7.400	
Arquivo Histórico Militar	3.051	
Centro de documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha	712	17 – Presenciais 695 – Não presenciais Apoio a entidades da Marinha.
Arquivo Histórico da Marinha	1.106	739 – Presenciais 227 – Correspondência 140 - Telefone
Arquivo Histórico da Força Aérea	125	
Total	12.576	-

16.5 – Música

16.5.1 – Número de músicos, por banda de música e orquestra

Ano: 2012

Banda/Orquestra	Número de Músicos	Obs.
Banda Sinfónica do Exército	92	
Orquestra Ligeira do Exército	28	
Banda Militar do Porto	69	
Banda Militar de Évora	//	Desativada a 01 Junho 2011
Fanfarra do Exército	19	
Banda da Armada	108	
Banda da Força Aérea	100	

16.5.2 – Desfiles e paradas realizadas por banda de música

Ano: 2012

Banda/Orquestra	Desfiles e Paradas	Obs.
Banda Sinfónica do Exército	92	
Orquestra Ligeira do Exército		

Banda Militar do Porto	43	
Banda Militar de Évora	//	Desativada a 01 Junho 2011
Fanfarra do Exército	78	
Banda da Armada	46	
Banda da Força Aérea	148	

16.5.3 – Concertos realizados, por banda de música e orquestra

		Ano: 2012
Banda/Orquestra	Concertos realizados	Obs.
Banda Sinfónica do Exército	18	
Orquestra Ligeira do Exército	25	
Banda Militar do Porto	17	
Ensembles BE	11	Acrescentado à tabela original
Ensembles BM Porto	2	Acrescentado à tabela original
Banda da Armada	60	
Banda da Força Aérea	26	
Total	159	-

16.6 – Outros organismos de âmbito cultural

				Ano: 2012
Organismos	Ramo	Área de Conhecimento	Localização	
Aquário Vasco da Gama	Marinha	Museu Vivo	Lisboa	
Fragata D. Fernando II e Glória	Marinha	Navio-Museu	Lisboa	

					Ano: 2012
Organismos	Salas	Horas a)	Visitas	Eventos	
Aquário Vasco da Gama	11	56	57.827	361	
Fragata D. Fernando II e Glória	14 b)	42 c)	16.104 d)	54 e)	

- a) Horas de abertura semanal
b) Este valor encontra-se no quadro 16.2.1
c) Este valor encontra-se no quadro 16.2.2
d) Este valor encontra-se no quadro 16.2.4
e) Este valor encontra-se no quadro 16.2.5

SIGLAS

AFG	Afeganistão
AGS	Navio Hidrográfico
AGSC	Navio Hidrográfico Costeiro
ANA	AfghanNationalArmy
ANCP	Autoridade Nacional de Proteção Civil
ANP	AfghanNationalPolice
AOF	Assistência Operacional de Forças
AOR	Navio Reabastecedor
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
AT	Advisors Teams
BF	Base de Fuzileiros
BG	Battle Groups
BiH	Bósnia e Herzegovina
BIPara	Brigada de Paraquedistas
BLD	Blindado
BOAT	Batalhão Operacional Aero-terrestre
BrigRR	Brigada de Reação Rápida
CCF	Comando do Corpo de Fuzileiros
CEMGFA	Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas
Cger	Companhia Geral
CGER	Comando Geral
CI	Contra Informação
CIM	Célula de Informações Militares
CIMIC	Civil Military Cooperation
CINAV	Centro de Investigação Naval
CLESD	Conselho Luso-espanhol de Segurança e Defesa
CMDT UMD	Comandante da Unidade de Meios de Desembarque
CMF	Coalition Maritime Forces
CN	Comando Naval
COA	Comando Operacional dos Açores
COA	Comando Operacional dos Açores
COC	Comando Operacional Conjunto
COM	Comando Operacional da Madeira
COM	Comando Operacional da Madeira
COMAERFAP	Comando Aereo da Força Aérea
COMAR	Centro de Operações Marítimas
COMNAV	Comando Naval
CP	Prevenção de Conflitos
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPX	Command Post Exercise
CRO	Operação de resposta a crises
CRO	Operações de Resposta a Crises
CS	Conselho de Segurança
CSDN	Conselho Superior de Defesa Nacional
CTF	Combined Task Force
CTM	Cooperação Técnico Militar

CZAA	Comando de Zona Aérea dos Açores
CZMiLA	Comando de Zona Militar dos Açores
DAE	Destacamento de Ações Especiais (do corpoo de fuzileiros)
DGAM	Direção Geral de Autoridade Marítima
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGPDN	Direção-geral de Política da Defesa Nacional
DGPRM	Direção-geral de Pessoal e Recrutamento Militar
DMS	Destacamento de Mergulhadores Sapadores
DRC	Democratic Republic of Congo
DTP	Direção Técnico Pedagógica
ECOSF	Componente Operacional do Sistema de Forças
EMFAR	Estatuto dos Militares das Forças Armadas
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
CISMIL	Centro de Informações e Segurança Militares
DICSI	Divisão de Comunicações e Sistemas de Informação
EN	Escola Naval
ETP	Escola de Tropas Para-quedistas
EUA	Estados Unidos da América
EUBG	EU Battle Group
EUROFOR	European Rapid Operational Force
EUROMARFOR	European Maritime Force
EUSEC RDC	EU advisory and assistance mission for security reform in the Democratic Republic of Congo
EUTM	EU Training Mission
FFAA	Forças Armadas
FFGH	Fragata Vasco da Gama e Embarque de Helicópteros
FIBUA	Fighting in Build-upAreas
FND	Forças Nacionais destacadas
FOC	Full Operational Capability
FRA	Forces Royales Air
FRI	Força de Reação Imediata
FS	Corveta
GNR	Guarda Nacional Repúblicana
H/V	Horas Voo
HO	Operações Humanitárias
HoA	Corno de África
HQ ARRC	Headquarter Allied Rapid Reaction Corps
HUMINT	Human and Intelligence
ID&I	Investigação e Desenvolvimento e Inovação
IDN	Instituto de Defesa Nacional
IH	Instituto Hidrográfico
IMFACC	International Military Flight Training Center Consortium
IRF	Immediate Reaction Force
ISAF	International Security Assistance Force
KFOR	Kosovo Force

LCU	Lancha de Desembarque Grande
LFR	Lancha de Fiscalização Rápida
LHD	Landing Helicopter Dock
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MHP	Missões Humanitárias e de Paz
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MSO	Operações de Segurança Marítima
NAC	Conselho do Atlântico Norte
NAFO	Northwest Atlantic Fisheries Organization
NEAFC	North East Atlantic Fisheries Commission
NRF	Nato Response Force
NU	Nações Unidas
OAE	Operação Ative Endeavour
OMLT	Operational Mentoring and Liaison Team
ONU	Organização das Nações Unidas
OOS	Operação Ocean Shield
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAOC	Plano de Atividade Operacional Civil
PB	Consolidação da Paz
PE	Imposição de Paz
PESD	Política Europeia de Segurança e Defesa
PJ	Polícia Judiciária
PK	Manutenção de Paz
PM	Restabelecimento da Paz
PSO	Operações de Apoio à Paz
PSP	Polícia de Segurança Pública
QGOE	Quartel-general de Operações Especiais
QRF	Quick Reaction Force
RC	Regime de Contrato
RG1	Regimento
RV	Regime de Voluntariado
SAR	Search & Rescue
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SEN	Serviço Efetivo Normal
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
SGQ	Sistema de Gestão de Qualidade
SHAPE	Supreme Headquarters Allied Powers Europe
SIC	Sistemas de Informação e Comunicação
SNMG	Standing NATO Maritime Group
SOLTG	Special Operations Land Task Group
SRR	Search and Rescue Region
SSG	Guided Missile Submarine
TO	Teatro de Operações
UNAMA	United Nations Assistance Mission in Afghanistan
UNIFIL	United Nations Interim Force in Lebanon
UNMIK	United Nations Military Mission in Kosovo

UNMIT	United Nations Integrated Mission in East-Timor
VHF	Very High Frequency
ZEE	Zona Económica Exclusiva
ZMA	Zona Marítima dos Açores